



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

1 ANO DE GESTÃO 2016/2017



2017



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO 1 ANO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO MARANHÃO

2016/2017

PALAVRA DO PRESIDENTE

Em 2016, o Tribunal de Justiça do Maranhão enfrentou muitos e grandes desafios frente a realidade econômica e financeira do país, que se refletiu diretamente no planejamento e execução dos trabalhos desta gestão à frente da Presidência. Ainda assim, avançamos e temos conquistas importantes a destacar.

A nomeação e posse de mais 16 juízes na Justiça estadual é uma delas. Praticamente zeramos o número de comarcas sem juiz titular em todo o Maranhão, realidade bem diferente de há pouco mais de um ano e meio, quando chegamos a ter mais de 40 comarcas sem juízes titulares no estado, uma lacuna que prejudicava milhares de maranhenses. Atualmente, temos as unidades judiciais em pleno funcionamento, sendo saneadas com novos magistrados, todos recebendo o apoio incondicional dos servidores que ali já estavam.

Para que estes mesmos servidores pudessem receber atualização em suas tabelas de vencimentos, incessantemente negociamos com o governo do Estado suplementação para o Orçamento deste Tribunal, garantindo assim a atualização da tabela dos servidores para 2017, pagamento da Gratificação por Produtividade Judiciária ainda em 2016 e efetivação de outros benefícios.

Unidos, magistrados e servidores deram as mais importantes contribuições para enfrentar o ano de 2016, como o empenho nas ações de economicidade, diminuindo gastos com papel, impressão, telefone, copos descartáveis, energia, correspondência, otimizando os recursos e dando exemplo de atitude condizente com a consciência socioambiental.

E o trabalho na área socioambiental é um dos destaques de 2016, quando implementamos o Núcleo especializado, que em parceria com diversas diretorias e setores do Tribunal, realiza ações que engajam a todos na responsabilidade pela atitude e consumo consciente.

Conseguimos ainda, ao longo de 2016, inaugurar novos fóruns, como o de Colinas, Santa Luzia e Matões, além de realizar reparos e manutenções em outros prédios instalados em diferentes regiões do Estado. Obras de novos fóruns em outras comarcas estão previstas para serem inauguradas e serem iniciadas em 2017.

Muito ainda temos a fazer ao longo do ano de 2017, mantendo o compromisso da transparência em todas as ações e de uma gestão participativa, na qual, magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados continuam tendo total acesso e liberdade para apresentar críticas e sugestões para a melhoria da Justiça.

DIRETORES

ISABELLA DE AMORIM
PARGA MARTINS LAGO
Diretora-Geral

JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretora de Controle Interno

ALEXANDRE MAGNO DE
SOUZA NUNES
Diretor de Segurança Institucional

DENYSE REIS BATISTA
Diretora Judiciária

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
Diretor Financeiro

CELERITA DINORAH SOARES
DE CARVALHO SILVA
Diretora do FERJ

MARIA DO SOCORRO PATRICE
CARVALHO M. DE SOUSA
Diretora Administrativa

MARIANA CLEMENTINO BRANDÃO
Diretora de Recursos Humanos

TYARA SILVA ALBUQUERQUE
DE OLIVEIRA
Diretora de Engenharia, Obras e Serviços

PAULO ROCHA NETO
Diretor de Informática e Automação

ROBERTA CAMPOS
DA CRUZ GOMES
**Assessora-chefe de Comunicação
da Presidência**

SUMÁRIO

SETORES

DIRETORIA GERAL	8
ADMINISTRATIVA	13
FINANCEIRA	47
RECURSO HUMANOS	71
JUDICIÁRIA	79
INFORMÁTICA	81
SEGURANÇA	87
FERJ	93
ENGENHARIA	98
CONTROLE INTERNO	109
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	116
VICE-PRESIDÊNCIA	119
CHEFIA DE GABINETE	122
CERIMONIAL	124
GESTÃO ESTRATÉGICA	132
COORDENADORIA DE PADs	139
OUVIDORIA	141
CEMULHER	147
NUPEMEC	151
INFÂNCIA E JUVENTUDE	154
SOCIOAMBIENTAL	159
MONITORAMENTO CARCERÁRIO	162

DIRETORIA
Geral

Durante o primeiro ano da gestão 2016/2017 do TJMA, a Diretoria Geral teve um total geral de aproximadamente **18 mil movimentações**. Todos os processos que dependem da assinatura e parecer da Presidência do Tribunal passam pela Diretoria Geral.

• PORTARIAS	72
• RESOLUÇÕES	78
• AGENDA	35
• RESENHA	28
• EDITAL	44

• DECISÃO PLENÁRIA ADM (DPA)	422
------------------------------	------------

**MOVIMENTAÇÃO TOTAL:
17.979**

*MAIORIA DOS DESPACHOS SÃO FEITOS NA MOVIMENTAÇÃO.
** NÚMEROS DE 02/01/16 A 14/12/16

RESOLUÇÕES DA PRESIDÊNCIA

Resolução-GP-12016: Dispõe sobre a composição das Comissões Técnicas Permanentes do Tribunal de Justiça.(Publicada no D.J.E., ed. 33 de 23.02.2016, p. 50-51)

Resolução-GP-32016: Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 33 de 23.02.2016, p. 51-52)

Resolução-GP-42016:Dispõe sobre os novos valores das diárias concedidas a magistrados, servidores e colaboradores eventuais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.(Publicada no D.J.E., ed. 33 de 23.02.2016, p. 52-53)

Resolução-GP-52016: Dispõe sobre a nova lista de classificação do Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão, regido pelo Edital nº 12/12.(Publicada no D.J.E., ed. 37 de 29.02.2016, p. 54)

Resolução-GP-72016: Altera a Resolução nº 32/14, que instituiu a Coordenadoria de Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 42 de 07.03.2016, p. 88)

Resolução-GP-82016: Altera a Resolução nº 18/09 que disciplina o exercício da função de juiz auxiliar da Presidência.(Publicada no D.J.E., ed. 42 de 07.03.2016, p. 88-89)

Resolução-GP-92016: Altera a Resolução nº 24/2009, que regulamenta a realização de correição e inspeção pelo Corregedor-Geral da Justiça e seus juízes corregedores e pelos juízes de direito, conforme determina o art. 35 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E.de 14.03.2016, p. 52-55)

Resolução-GP-102016: Altera, acresce e revoga dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 53 de 22.03.2016, p. 16-28)

Resolução-GP-112016: Art.1º Publicar nova lista de classificação do Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância

inicial do Estado do Maranhão, regido pelo Edital nº 001/2012,....(Publicada no D.J.E., ed. 59 de 04.04.2016, p. 93-95)

Resolução-GP-132016: Dispõe sobre o fornecimento dos selos de fiscalização das serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão e a devida prestação de contas.(Publicada no D.J.E., ed. 62 de 07.04.2016, p. 39-40)

Resolução-GP-142016: Altera as Resoluções nº 06/2004 e 10/2008, que regulamentam a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, as Resoluções nºs 44/08 e 63/08, que dispõem sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário, bem como a resolução nº 29/1015, que denomina e lota as funções Gratificadas do Poder Judiciário e dá outras providências do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 77 de 29.04.2016, p. 44-45)

Resolução-GP-152016: Regulamenta o Programa de Estágio no Poder Judiciário do Estado do Maranhão,para estudantes de instituições de ensino superior públicas e privadas.(Publicada no D.J.E., ed. 78 de 02.05.2016, p. 123-126)

Resolução-GP-162016: Art.1º Publicar nova lista de classificação do Concurso Público para provimentos dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial....(Publicada no D.J.E., ed. 78 de 02.05.2016, p. 126-128)

Resolução-GP-172016: Dispõe sobre a denominação do Edifício do Fórum da Comarca de Matões.(Publicada no D.J.E., ed. 78 de 02.05.2016, p. 128)

Resolução-GP-182016: Dispõe sobre a denominação do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Matões.(Publicada no D.J.E., ed. 78 de 02.05.2016, p. 129)

Resolução-GP-192016: Dispõe sobre a denominação do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Colinas,(Publicada no D.J.E., ed. 78 de 02.05.2016, p. 129)

Resolução-GP-202016: Dispõe sobre a denominação da Sala de Depoimento Especial do Fórum da Comarca de Colinas.(Publicada no D.J.E., ed. 78, de 02.05.2016, p. 129)

Resolução-GP-212016: Altera a Resolução nº 23/13, que trata das férias dos juizes de direito e dá outras providências. (Publicada no D.j.E., ed. 90 de 18.05.2016, p. 109)

Resolução-GP-222016: Altera dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. (Publicada no D.J.E., ed. 93 de 23.05.2016, p. 50-51)

Resolução-GP-232016: Dispõe sobre o uso de formatos abertos de arquivos para criação, edição, armazenamento e disponibilização digital de documentos editáveis para aplicações de escritório dos tipos texto, planilha e apresentação, regula o formato padrão de documentos não editáveis e disciplina uso de software livre no Tribunal de Justiça do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 101 de 06.06.2016, p. 146-148)

Resolução-GP-242016: Dispõe sobre os procedimentos para a expedição das Certidões de Distribuição das Ações Penais, de Improbidade Administrativa e Certidões para Fins Eleitorais. (Publicada no D.J.E., ed. 97 de 31.05.2016, p. 79-80)

Resolução-GP-252016: Dispõe sobre a gestão dos depósitos judiciais.(Publicada no D.J.E., ed. 104 de 09.06.2016, p. 167-168)

Resolução-GP-262016: Art. 1º Transferir o feriado do dia 28 de julho, quinta-feira, Dia da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil, para o dia 29 de julho, sexta-feira.(Publicada no D.J.E., ed. 110 de 17.06.2016, p. 142)

Resolução-GP-272016: Altera a Resolução nº 28/10, que aprova o Regulamento do Concurso Público de Provas e Títulos para Outorgada das Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Ingresso e Remoção.(Publicada no D.J.E., ed. 111, de 20.06.2016, p. 169-172)

Resolução-GP-282016: Regulamenta as concessões de licenças relacionadas à saúde dos servidores e magistrados do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 111, de 20.06.2016, p. 172-174)

Resolução-GP-292016: Dispõe sobre a concessão da licença-paternidade.(Publicada no D.J.E., ed. 111 de 20.06.2016, p. 174-175)

Resolução-GP-302016: Art. 1º Aprovar a Comissão do Concurso Público de provas e títulos para outorga das Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão...(Publicada no D.J.E., ed. 116 de 27.06.2016, p. 93-94)

Resolução-GP-312016: Dispõe sobre a alteração da RESOL-GP 132016, que disciplinou o fornecimento de selos de fiscalização das serventias extrajudiciais das serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 118 de 30.06.2016, p. 78-79)

Resolução-GP-322016: Art. 1º Publicar nova lista de classificação do Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 122 de 06.07.2016.)

Resolução-GP-332016: Altera a Resolução 28/2016-GP, que regulamenta as concessões de licenças relacionadas à saúde dos servidores e magistrados do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 128 de 14.07.2016, p. 54)

Resolução-GP-352016: Dispõe sobre as citações e intimações pela via digital da União, dos Estados, dos Municípios, das suas respectivas entidades da administração indireta, assim como as intimações da Advocacia pública, Ministério Público e Defensoria Pública.(Publicada na D.J.E., ed. 129 de 15.05.2016, p. 40-41)

Resolução-GP-372016: Art. 1º Fica designada a Comissão Especial Avaliadora das Provas Orais dos candidatos acima referenciados, com a seguinte composição: (Publicada no D.J.E., ed. 141 de 03.08.2016, p. 66-67)

Resolução-GP-382016: Altera a redação do § 2º do art. 13 da Resolução nº 29/2010, que regulamenta a realização de eventos internos, visando o aperfeiçoamento funcional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, bem como, a atuação de servidores como instrutores.(Publicada no D.J.E., ed. 141 de 03.08.2016, p. 67)

Resolução-GP-392016: Altera a Resolução nº 06/2004(alterada pelas Resoluções nºs 46/2007, 10/2008, 36/2008, 55/2009, 60/2010, 52/72011, 1/2013, 6/2013, 9/2013, 19/2013, 30/2013, 45/2013, 47/2013, 1/2014, 08/2014, 10/2015 e 29/2015-GP), bem como a Resolução nº 63/2008, que denomina e lota as Funções Gratificadas do Poder Judiciário e dá outras providências(alterada pelas Resoluções nºs 9/2013, 10/2015-GP e 29/2015-GP), e, ainda, a Resolução nº 44/2008(alterada pelas Resoluções nºs 55/2009, 60/2010, 52/2011, 53/2011, 66/2011, 11/2012, 45/2013, 47/2013, 1/2013, 6/2013, 9/2013, 19/2013, 30/2013, 63/2013, 1/2014, 08/2014, 10/2015-GP e 29/2015-GP). (Publicada no D.J.E., ed. 141 de 03.08.2016, p. 67-68)

Resolução-GP-402016: Dispõe sobre a consulta aos Juizes de Direito acerca da situação das obras de construção, reforma e manutenção de edificações que sediem unidades judiciais.(PUBLICADA no D.J.E., ed. 141 de 03.08.2016, p. 68)

Resolução-GP-412016: Institui o Termo Circunstanciado Administrativo, visando o ressarcimento ao arário de eventuais prejuízos causados por servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, não decorrentes das práticas de infrações disciplinares.(Publicada no D.J.E., ed. 141 de 03.08.2016, p. 68-70)

Resolução-GP-422016: Art.1º Publicar nova lista de classificação do Concurso Público para provimento

dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão,...(Publicada no D.J.E., ed. 145 de 09.08.2016, p. 89-91, referendada, por unanimidade, na sessão plenária administrativa do dia 17.08.2016 e republicada em 29.08.2016, p. 39-41)

Resolução-GP-432016: Dispõe sobre os procedimentos para a expedição das Certidões de Distribuição das Ações Penais, de Improbidade Administrativa e Certidões para Fins Eleitorais. (Publicada no D.J.E., ed. 150 de 18.08.2016, p. 190-191, referendada em 21.09.2016 e republicada em 03.10.2016, p. 59-60)

Resolução-GP-442016: Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 158, de 26.08.2016, p. 55-56)

Resolução-GP-452016: Aprova o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão, para o período de 2016 a 2020.(Publicada no D.J.E., ed. 154 de 22.08.2016, p.101, referendada em 21.09.2016 e republicada em 03.10.2016, p. 60-61)

Resolução-GP-462016: Art. 1º Decretar ponto facultativo no dia 09 de setembro de 2016.(Publicada no D.J.E., ed. 164 de 05.09.2016, p. 38)

Resolução-GP-472016: Altera dispositivos da RESOL-GP 582013 a fim de estabelecer as atribuições da Diretoria de Controle Interno e da Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento. (Publicada no D.J.E., ed. 167 de 13.09.2016, p. 37-38)

Resolução-GP-482016: Altera dispositivos da RESOL-GP 12013 quanto à competência dos titulares de cargos em comissão e de função gratificada da Diretoria de Controle Interno e de suas Coordenadorias.(Publicada no D.J.E., ed. 167 de 13.09.2016, p. 38-39)

Resolução-GP-492016: Dispõe sobre a remessa mensal da Prestação de Contas pelos interinos/interventores das Serventias Extrajudiciais do Estado do Maranhão e dá outras providências.(Publicada no D.J.E., ed. 167 de 13.09.2016, p. 39-40)

Resolução-GP-502016: Dispõe sobre a instituição do Núcleo de Gestão Socioambiental no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.(Publicada no D.J.E., ed. 177 de 27.09.2016, p. 45-46)

Resolução-GP-512016: Altera a Resolução nº 7/2015, que regulamenta a prestação de serviço voluntário no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 178 de 28.09.2016 de 28.09.2016, p. 53)

Resolução-GP-522016: Altera a redação dos art.153-B e 153-C, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 178 de 28.09.2016, p. 54)

Resolução-GP-532016: Altera a redação do art. 242-C do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do

Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 180 de 30.09.2016, p. 64)

Resolução-GP-542016: Dispõe sobre a regulamentação do serviço do Plantão Judiciário de 2º Grau da Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed. 180 de 30.09.2016, p. 64-65)

Resolução-GP-552016: Estabelece regras voltadas à economicidade no uso e aquisições de materiais e serviços...(Publicada no D.J.E, ed.186 de 10.10.2016, p.105-109)

Resolução-GP-562016: Altera a Resolução nº59/2010-GP, de 12/01/2011, que regulamenta a Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ...(Publicada no D.J.E, ed.186 de 10.10.2016, p.109).

Resolução-GP-572016: Regulamenta o recebimento do custeio de diligências do oficial de justiça e do comissário da infância e juventude, na forma da Resolução 152/2012 do Conselho Nacional de Justiça.(Publicada no D.J.E, ed. 194, de 21.10.2016, p. 165-166)

Resolução-GP-582016: Institui o “Programa de Descontos e Vantagens” para os servidores do TJMA e dá outras providências.(Publicada no D.J.E., ed. 194 de 21.10.2016, p. 166-169)

Resolução-GP-592016: Relaciona os dias em que não haverá expediente nos Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no ano de 2017...(Publicada no D.J.E, ed.196 de 25.10.2016, p.39)

Resolução-GP-602016: Dá nova redação à Resolução-GP nº09/2008, que cria Protocolo Descentralizado de Segundo Grau...(Publicada no D.J.E, ed.196 de 25.10.2016, p.39-41)

Resolução-GP-612016: Dispõe sobre a utilização do sistema de videoconferência para realização de audiências no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 199 de 31.10.2016, p.90-91, referendada na sessão plenária administrativa do dia 16.11.2016 e republicada em 25.11.2016, p.9-10, referenciada no dia 15.02.2017 e republicada no D.J.E., ed. 34 de 24.02.2016, p. 8).

Resolução-GP-622016: Art. 1º Aprovar a Comissão de Concurso Público de Provas e Títulos para outorga de delegação de serviços de notas e de registro do Estado do Maranhão,...(Publicada no D.J.E., ed. 206, de 10.11.2016, p. 12-13)

Resolução-GP-632016: Art.1º Nas sessões jurisdicionais e administrativas do Tribunal Pleno e nas jurisdicionais das Câmaras Reunidas e Isoladas,... (Publicada no D.J.E., ed. 206 de 10.11.2016, p. 13)

Resolução-GP-642016: Designar os Desembargadores Vicente de Paula Gomes de Castro e Raimundo José Barros de Sousa, respectivamente, como membros titular e suplente da Comissão de Concurso Público de Provas e Títulos para outorga de delegação de serviços de notas e de registro do Estado do Maranhão, cabendo ao primeiro a presidência da Comissão. (Publicada no D.J.E.ed. 206,

de 10.11.2016, p. 13)

Resolução-GP-652016: Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão, para o período de 2016 a 2020. (Publicada no D.J.E., ed. 209 de 16.11.2016, p. 243-244)

Resolução-GP-662016: Dispõe sobre a substituição dos titulares de cargos em comissão e de funções gratificadas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E, ed.213 de 22.11.2016, p.47-48)

Resolução-GP-672016: Dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro de cada ano, e... (Publicada no D.J.E, ed.217 de 28.11.2016, p.90-91)

Resolução-GP-682016: Altera o art.3º da Resolução n.º64/2008, que regulamenta o art.7º-C da Lei n.º8.715

de 19 de novembro de 2007, que dispõe sobre o auxílio-saúde e o art.3º da Resolução n.65/2008, que regulamenta o art.7º-A da Lei n.º8.715 de 19 de novembro de 2007, que dispõe sobre o auxílio-alimentação... (Publicada no D.J.E, ed.220 de 01.12.2016, p.84-85)

Resolução-GP-692016: Dispõe sobre a denominação da Biblioteca do Tribunal de Justiça. (Publicada no D.J.E, ed.220 de 01.12.2016, p.85)

Resolução-GP-702016: Altera a Resolução n.º52/11, que dispõe sobre a Diretoria de Segurança Institucional. (Publicada no D.J.E, ed.228 de 14.12.2016, p.68-69)

Resolução-GP-722016: Altera a redação do inciso I do art.13 do Regimento do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E, ed.228 de 14.12.2016).

DIRETORIA
Administrativa

A Diretoria Administrativa é constituída pelas seguintes Coordenadorias e Divisões: Coordenadoria de Material e Patrimônio, que possui as Divisões de Administração de Materiais e de Administração Patrimonial; Coordenadoria de Apoio Administrativo, que possui as Divisões de Protocolo Administrativo, Serviços Gerais e Divisão de Transportes; e Coordenadoria de Licitações e Contratos, que possui a Divisão de Contratos e Convênios.

Visando transmitir uma melhor compreensão das

práticas desenvolvidas no ano de 2016, detalhamos neste relatório as práticas específicas desenvolvidas em cada uma das Coordenadorias que compõem esta Diretoria Administrativa, a fim de que, a partir das partes, se vislumbre a produção global deste setor, ressaltando-se que todas as medidas têm por objetivo maximizar resultados com o mínimo de despesa possível.

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Coordenação de Material e Patrimônio possui a Divisão de Administração de Material e Divisão de Administração Patrimonial.

Processos cotados pela Coordenadoria de Material e Patrimônio: **220**

Processos abertos e iniciados pela coordenadoria:

PROC.	OBJETOS	EMPRESAS	SITUAÇÃO
10562/2016	Material Gráfico	Editora Gráfica Aliança – Lote 2 e 5	Assinado
		TEXGRAF Editora Ltda – lote 4	Assinado
		I. N. BARROS & CIA LTDA – lote 1	Assinado
		Reinaldo Vales Junior -ME – Lote 3 (Aguardando substituição para reserva da Ata)	Empresa não assinou Contrato
44801/2016	Camisas	Luis André Alves de Oliveira EIRELE – ME – Itens 1,2,5	Fracassado
		CONEXÃO CHINELOS – lote 1 – Itens 3 e 4	Assinado
		Lucileide dos santos Aquino Barroso – Item 6	Assinado
29907/2016	Carimbos, Chaves e Encadernação	L Santana de Oliveira – ME Lote 01	Assinado
		Jucineide D. S. Brito Lote 02	Assinado
		Livraria Econômica – A. E. MENDES – EPP Lote 03	Assinado
11874/2016	Placas e Brasões	K.C. VIDAL (KALPLACAS) – itens 1,2,3,4,5,6, 7,8,9,11,12,13,14,16,17	Assinado
		S. P. A. REIS - itens 10,19,20,21	Assinado
		JONISAN Ind,. Comércio de metais LTDA – item 15	Assinado
		BR DISPLAY LTDA – item 18	Assinado
47787/2016	Camisas	Processo em licitação	Tramitando

1. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

Total de requisições recebidas em 2016 até 14 de dezembro de 2016 foi de 1.216, das quais 984 (80,92%) foram atendidas mediante distribuição de bens, 215 (17,68%) foram negadas com a devida justificativa e apenas 17 (1,4%) estavam em tratamento.

Todas as requisições foram atendidas dentro do prazo estabelecido pela Portaria-TJ nº 2121/2014, que constitui uma das metas (Meta 01) estabelecidas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização. Não obstante, a maior parte das requisições são atendidas em menos tempo: 91,50% são atendidas em até 10 dias.

Distribuição de bens permanentes

2.214 para o 1º Grau

3.263 para o 2º Grau

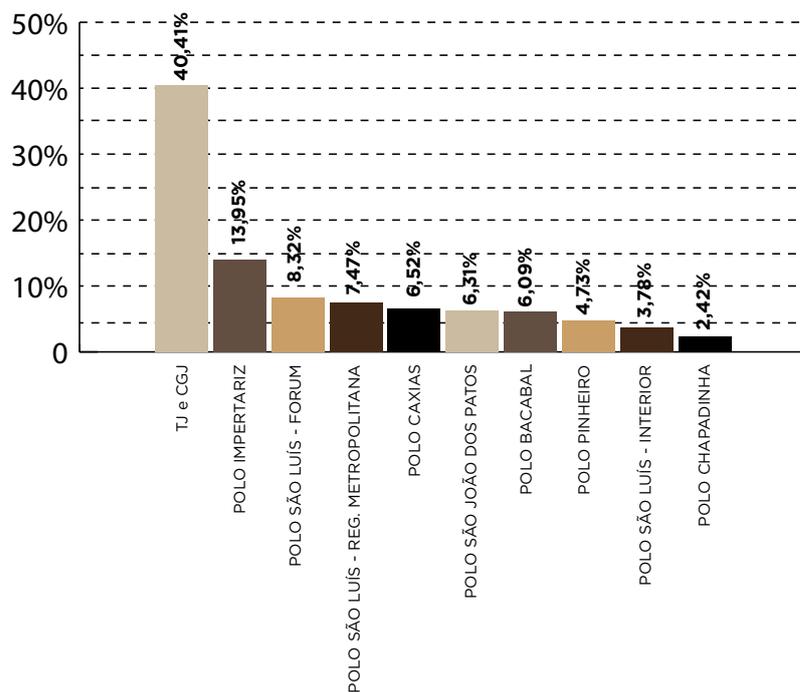


Gráfico 4: Percentual de Bens Distribuídos por Polo Judicial ou Grupo de Unidades
Fonte: Divisão de Administração Patrimonial (2016)

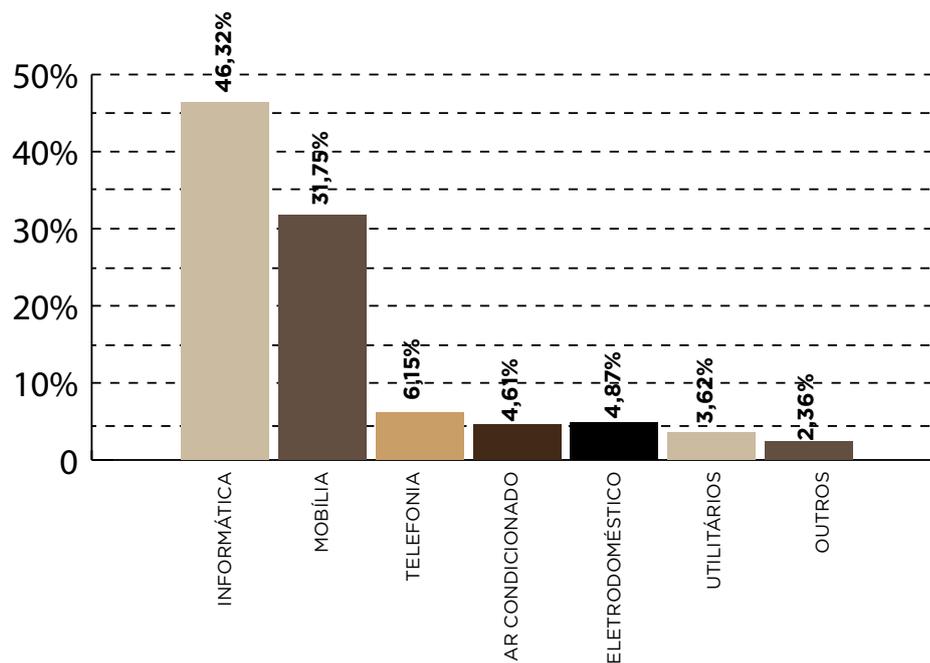


Gráfico 5: Percentual de Bens Distribuídos por Tipo de Material
Fonte: Divisão de Administração Patrimonial (2016)

ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL 2016

ITEM	PROCESSO	OBJETO	ARP	VALOR TOTAL REGISTRADO	SALDO DA ARP	QUANT. SALDO	VALOR DO EMPENHO	EMPENHOS
1	170052015	Ar condicionado 60.000BTUs	22/2016	R\$ 461.300,00	R\$ 250.420,00	35	R\$ 164.750,00	2016NE00323
							R\$ 19.770,00	2016NE01003
							R\$ 46.130,00	2016NE01004
2	170052015	Ar condicionado 18.000BTUs	20/2016	R\$ 209.701,10	R\$ 0,00	0	R\$ 149.786,50	2016NE00324
							R\$ 17.974,38	2016NE00994
							R\$ 41.940,22	2016NE00992
3	170052015	Ar condicionado 22.000BTUs	21/2016	R\$ 254.800,00	R\$ 0,00	0	R\$ 182.000,00	2016NE00327
							R\$ 50.960,00	2016NE01026
							R\$ 21.840,00	2016NE01027
4	170052015	Ar condicionado 12.000BTUs	19/2016	R\$ 172.900,00	R\$ 0,00	0	R\$ 123.500,00	2016NE00326
							R\$ 49.400,00	2016NE1072
5	170052015	Ar condicionado 9.000BTUs, 36.000BTUs e 48.000BTUs	18/2016	R\$ 1.010.590,00	R\$ 476.430,00	30 de 36.000 e 45 de 48.000	R\$ 371.810,00	2016NE00325
							R\$ 48.705,00	2016NE01001
							R\$ 113.645,00	2016NE01000
6	470342015	Telefone com fio	13/2016	R\$ 25.095,00	R\$ 15.057,00	300	R\$ 10.038,00	2016NE00302
7	47034/2015	Carrinho para transporte de processos.	16/2016	R\$ 17.198,00	R\$ 8.199,00	100	R\$ 8.599,00	2016NE00301
8	47034/2015	Cafeteira e fogão	15/2016	R\$ 104.696,00	R\$ 78.522,00	150 cafeteiras e 150 fogões	R\$ 26.174,00	2016NE00299
9	470342015	Headseats	17/2016	R\$ 11.850,00	R\$ 5.925,00	50	R\$ 5.925,00	2016NE00303
10	47034/2015	Telefone sem fio	14/2016	R\$ 42.500,00	R\$ 25.500,00	300	R\$ 17.000,00	2016NE00300
11	43283/2016	Cadeiras e longarinas	67/2015 UFPA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 620.921,20	2016NE03519 e 2016NE03518
12	431022016	Cadeiras presidenciais	12/2016 CNJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 43.630,00	2016NE03472
13	37257/2016	Estação de trabalho e mesas.	01/2016 AC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 167.350,00	2016NE00927 e 2016NE00928
14	40131/2016	Armários, mesas e gaveteiros.	02/2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 520.450,00	2016NE00930 e 2016NE00931

Processos em andamento

ITEM	OBJETO	STATUS
1	Registro de preço objetivando a aquisição de ares condicionados	Coordenadoria de Orçamento para verificação de disponibilidade orçamentária.
2	Registro de preço objetivando a aquisição de quadros, tvs e bebedouros.	Coordenadoria de Licitação e Contratos para publicação do Edital.

PROJETO ROTA INTELIGENTE

Foi implantado o Projeto "Rota Inteligente", em consonância com a Meta 20, uma das metas nacionais do Poder Judiciário estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça através da Resolução n.º 198/2014, qual seja, promover 10 ações que visem à adequação da distribuição de material segundo perfil definido para cada unidade administrativa e judicial.

O projeto inicia-se com a identificação da real demanda por bens permanentes (móveis) de cada Unidade Administrativa/Jurisdicional dos 07 (sete) pólos do TJMA, consistindo na identificação das quantidades de insumos (mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática, entre outros) necessários ao pleno funcionamento dos setores, a partir da necessidade individualizada por Unidade, com base no estado de preservação atual e a vida útil média de cada insumo.

Logo após, disponibilizou-se, via Sistema de Gestão Patrimonial (E-MAT), lista de materiais permanentes disponíveis no estoque para atendimento de cada Unidade Administrativa e Jurisdicional, de modo que as Unidades somente poderiam requisitar os bens disponíveis dentro de determinado período de tempo, possibilitando a elaboração de um cronograma bimestral de execução de entrega de materiais, ajustando-se as rotas e solicitação de diárias para cada pólo judicial.

Assim, diminuimos os custos logísticos em 52,9% (reduzindo de 34 para 18 as entregas realizadas mediante transporte próprio, isto é, caminhões de grande porte tipo baú conduzidos por motoristas próprios e com o apoio de dois colaboradores terceirizados), sobretudo no que tange às despesas com transporte (combustível) e diárias de deslocamento dos nossos colaboradores, bem como outros custos operacionais. Além disso, o projeto garantiu que todos os polos judiciais fossem atendidos pelo menos três vezes ao ano.

DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

Ao contrário do que ocorre com materiais de consumo, a gestão dos materiais permanentes não se encerra com a sua distribuição inicial. Logo após a saída dos bens de nossos estoques, mediante a transferência de responsabilidade, é necessário gerir os bens durante toda a sua vida útil, isto é, desde a entrada em estoque até a sua devolução quando estes são considerados ociosos ou inservíveis pelas unidades nas quais estavam em uso.

Outrora, estes bens quando devolvidos se acumulavam e se deterioravam mais rapidamente, pois não havia espaço físico suficiente e nem condições adequadas de armazenamento em nossos galpões. Então, tratamos de realizar a baixa de bens e a sua alienação mediante doação a instituições que prestam serviços de notório interesse social, como instituições filantrópicas, associações comunitárias e igrejas. Em 2016 foram ao todo 16 (dezesseis) instituições beneficiadas.

Além disso, em razão de convênio estabelecido entre o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e a Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COOPRESL), foram descartados 2,4 toneladas de materiais inservíveis, a maioria lixo eletrônico, de modo ecologicamente sustentável.

2. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

No início da gestão, a Divisão encontrava-se desabastecida de diversos tipos de materiais de consumo - muitos deles indispensáveis para o funcionamento deste Tribunal de Justiça - tais como: Papel A4, colchetes, envelopes, canetas, toners, sacos de lixo, papel toalha, café, açúcar,

entre outros.

Como medida emergencial foram utilizadas adesões às atas de registro de preço, para viabilizar de forma mais ágil a reposição de papel A4, colchetes, canetas, toners e café. As referidas aquisições totalizaram um montante de R\$ 556.173,80.

Aquisições por Adesão à ARP

Material de expediente – R\$ 380.476,00

Toners e cartuchos – R\$ 112.420,30

Gêneros alimentícios – R\$ 63.277,50

Dentro das aquisições por compras regulares, foram gerenciados 15 (quinze) processos de aquisição de materiais de consumo, sendo 5 (cinco) deles ainda da gestão anterior (Material de Limpeza, Toners, Capas de Processo, Material de Copa, Cozinha e Descartáveis e Água Mineral) e o restante já elaborado pela nova gestão (Gêneros Alimentícios, Material de Expediente, Material de Escritório, Recarga de Gás, Materiais Diversos, Pallets, Papel A4, Papel Toalha-Interfolha, Capas de Processo, Outros Toners).

Todos os processos licitatórios geraram um total de 52 (cinquenta e duas) Atas de Registro de Preços, todas sob fiscalização desta Divisão de Administração de Material, com a aquisição de itens de qualidade reconhecida, com marcas como: Bic, Faber-Castell, Bom Bril, Jonhson, FC Oliveira, Kitchen, Bom Ar, Branca de Neve, Nobre, entre outras. Houve, também, a reinserção no estoque de materiais que há mais de seis meses estavam em descontinuidade de fornecimento, a saber: colchetes, envelopes, papel toalha e sacos de lixo.

Até dezembro de 2016 foram efetivamente adquiridos o montante de R\$ 3.266.480,90:

MATERIAL DE LIMPEZA	R\$ 1.351.166,80
MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 1.156.924,45
PALLETS	R\$ 41.370,00
CAPAS DE PROCESSO E CINTAS ELÁSTICAS	R\$ 175.571,00
GÁS GLP	R\$ 11.918,40
TONERS E CARTUCHOS	R\$ 310.734,50
COPA, COZINHA E DESCARTÁVEIS	R\$ 36.646,05
DIVERSOS	R\$ 28.092,70
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	R\$ 154.057,00
TOTAL ADQUIRIDO	R\$ 3.266.480,90

Durante 2016 efetuados três inventários dos materiais de consumo armazenados nos galpões desta Divisão, nas datas de 07 e 08 de janeiro, 19 e 20 de abril e 16 a 18 de novembro.

As atividades desempenhadas visaram em um primeiro momento conhecer qual o estoque real dos materiais armazenados em almoxarifado, em razão da nova gestão não ter recebido qualquer relatório do que havia em estoque nos galpões e possibilitar a distribuição dos materiais de forma mais racional, evitando avarias e que materiais fossem distribuídos de acordo com a ordem cronológica de recebimento, evitando que o prazo de validade expirasse.

Atualmente, conseguiu-se substituir os pallets de madeira por outros de polietileno, diminuindo a incidência de cupins, bem como houve uma melhor acondicionamento dos itens.

Requisições tratadas - **9.273**

Média mensal - **773**

Atendimento médio dos itens de cada requisição - **69%**

Em relação a 2015, houve redução de 13% na quantidade das requisições, em razão da manutenção dos estoques, sem que houvesse desabastecimento, bem como da utilização das rotas de entregas, além de melhora de 10% no atendimento por itens por requisição.

Comparativo de requisições

	2015
Total:	10.617
Mensal:	884
Atendimento:	59%
	2016
Total:	9.273
Mensal:	773
Atendimento:	69%

Com a implantação do Rotas Inteligentes, houve a pretensão de promover uma maior economia nos gastos com Correios, diminuindo o volume de requisições – em razão do pedido ser efetuado visando atender a demanda bimestral –, tornar a entrega mais ágil e diminuir os números de reclamações com volumes

extraviados e encomendas que não eram entregues nas comarcas, motivo pelo qual os Correios já haviam sido notificados e multados (Processo nº 18167/2016).

De junho a agosto de 2016, a despesa média com os Correios foi de R\$ 56.783,47, obtendo uma queda média de 28% após o início das rotas. Se comparado apenas o mês de agosto – último antes do início das rotas – com o mês de outubro, a redução é de quase 40%. Como as rotas abrangem a demanda bimestral das comarcas inseridas, o impacto da economia total das viagens já realizadas será repercutido até as faturas dos Correios de março de 2017, em virtude do período de recesso do judiciário.

Como forma de levantar o impacto positivo das rotas inteligentes, foi feito o cálculo estimado, considerando o valor médio cobrado por volume normal, que é de R\$ 33,93 e o preço para transporte de uma caixa de papel A4, fixado em R\$ 73,82.

Levando em consideração que foram despachados pelas rotas inteligentes o quantitativo de 1.320 volumes normais e 400 caixas de papel A4, totalizou-se uma economia estimada com os Correios de R\$ 74.315,60.

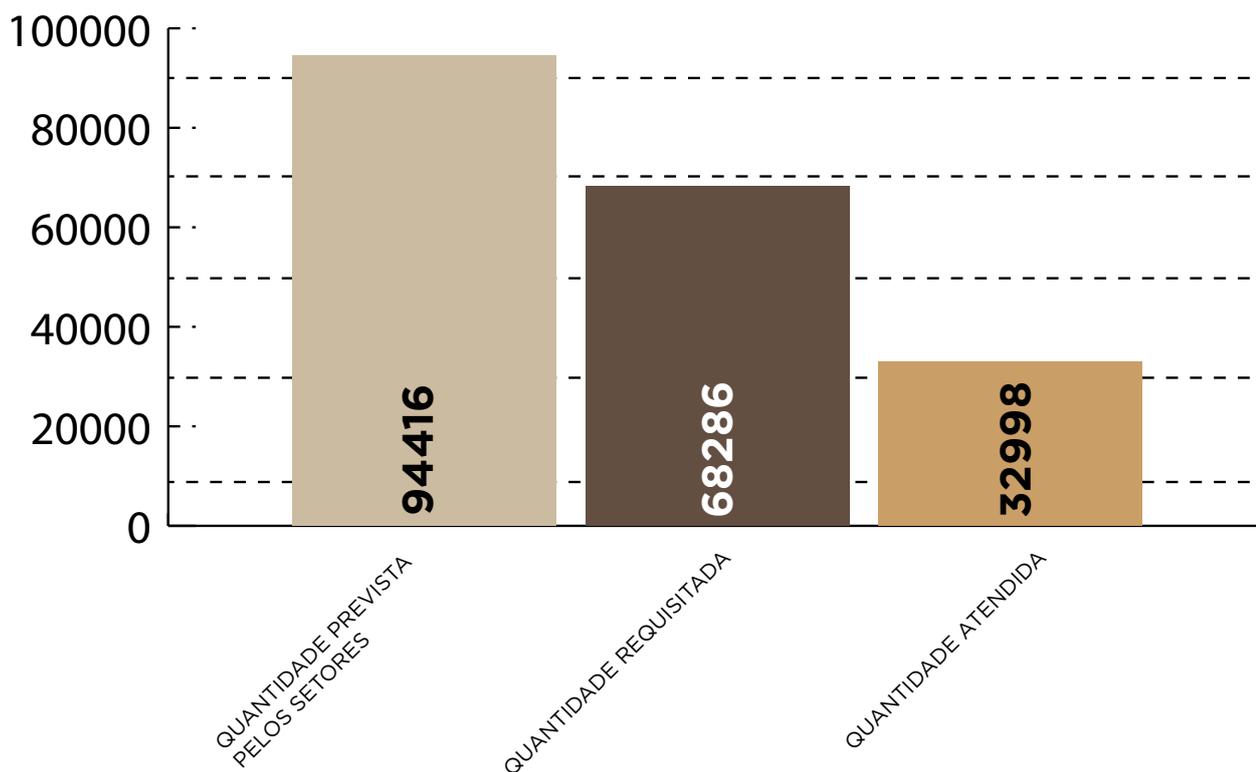
Levando-se em consideração os custos operacionais, discriminados na tabela abaixo, a economia líquida nas quatro viagens realizadas durante o ano de 2016 é de R\$ 55.315,60

SUSTENTABILIDADE

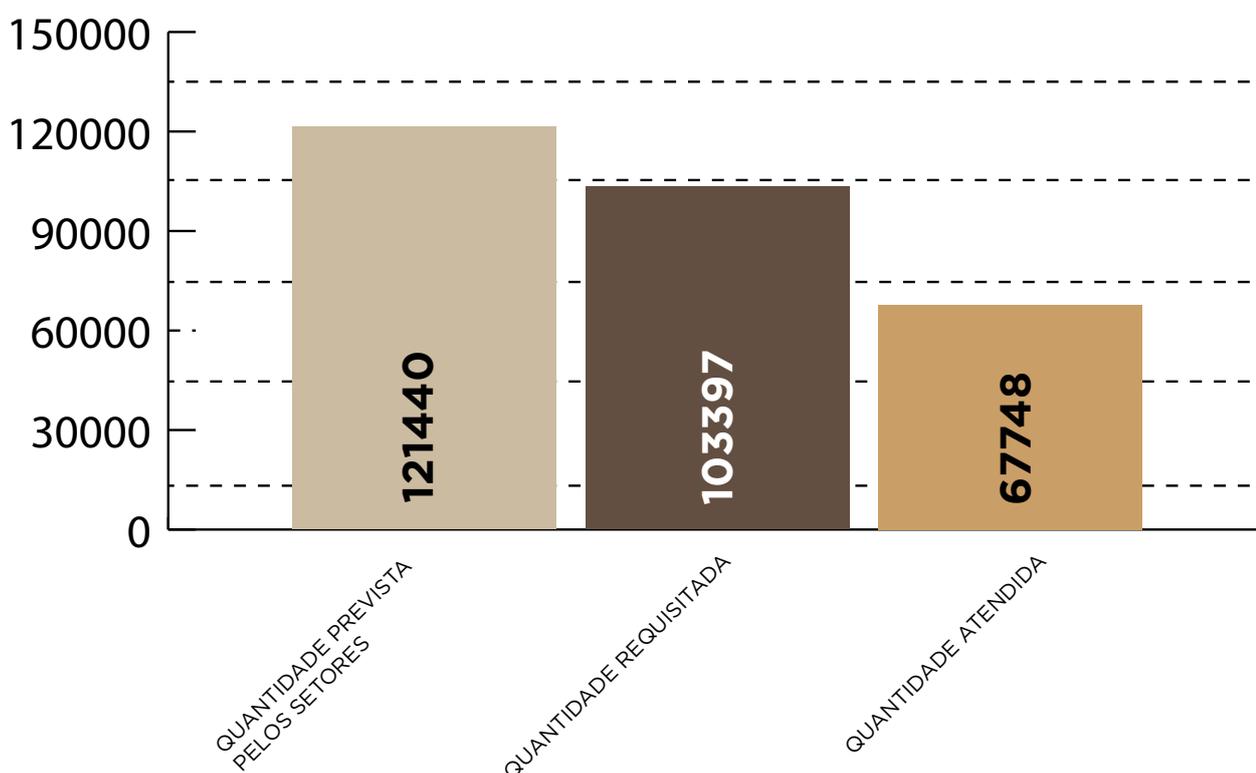
A Divisão de Administração de Material também tem estimulado o uso racional dos materiais de consumo, com maior ênfase para os itens Papel A4 e Copos Descartáveis, ao efetuar a avaliação de cada requisição de acordo com o perfil da unidade e realizando os cortes necessários.

No ano de 2016, todas as unidades administrativas e jurisdicionais informaram, no planejamento de consumo, que estimavam um consumo anual de 94.416 centos de copo para água, o equivalente a R\$ 184.300,03.

No decorrer de 2016, foram efetivamente requisitados 68.286 centos de copo para água, tendo sido atendidos 32.998 centos: redução de 52% para a quantidade requisitada e uma queda de 75% se comparada com o planejamento dos setores, representando uma economia de R\$ 119.887,93.



Com relação ao Papel A4, todos os setores estimaram o consumo de 121.440 resmas, o que representaria um montante de R\$ 1.578.720,00, sendo efetivamente atendida a quantidade de 67.748 resmas: redução de 44%, representando uma economia de R\$ 697.996,00.



Também foi firmada parceria com a OSCIP “Amigos do Futuro”, para o recolhimento de toners usados e em desuso para dar boa administração e destinação adequada, com a finalidade de reciclar os mesmos, sem prejuízo à natureza. A instituição realizou três coletas no ano de 2016, proporcionando a reciclagem de 1.302 cartuchos de impressoras.

Outra forma de contribuir com o meio ambiente foi a utilização da logística reversa, disponibilizada pelas empresas que produzem os cartuchos, tais como a HP, Lexmark, Xerox e Samsung. No corrente ano, utilizamos o canal disponibilizado pela HP, com a devolução de 250 cartuchos de impressoras que, também, foram destinados a reciclagem.

3. COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

A Coordenadoria de Apoio Administrativo tem como papel principal coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas às funções de apoio nas áreas de protocolo administrativo, serviços gerais e transportes, assim como estabelecer e viabilizar normas operacionais nas áreas sob

sua responsabilidade, além da movimentação diária de documentos de expediente e processos administrativos oriundos das diversas unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário Estadual.

TERMOS DE REFERÊNCIAS ELABORADOS

OBJETO	PROCESSO	DOCUMENTO
Contratação de empresa especializada em instalação de ar condicionado	167752016	MEMO-CAA –632016
Aquisição de placa adtech para elevador do prédio sede que dá acesso ao gabinete do diretor geral	147362016	MEMO-CAA - 602016
Contratação de empresa de serviços de dedetização	201632016	MEMO – CAA -682016
Contratação de empresa para serviços gerais	167752016	MEMO-CAA-632016

RELATÓRIO DE CONTRATOS FISCALIZADOS

Contrato	Processo	Início	Fim	Descrição	Empresa
032/2013	36252016	10/03/2016	06/03/2017	3º ADITIVO - Manutenção de elevadores	Thyssenkrupp Elevadores SA
010/2012	10552016	13/03/2016	12/03/2017	5º ADITIVO - Prestação de serviços comuns e continuados	Gestor Serviços Empresariais
068/2012	170672016	13/06/2016	11/06/2017	5º ADITIVO AO CT 68/2012 - Prestação de serviços comuns e continuados	Gestor Serviços Empresariais
005/2015	514712014	26/01/2015	26/01/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Restauração do Relógio Histórico	L. N. Pereira Junior
007/2015	402672014	13/02/2015	13/02/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Prestação serviço nas funções de cozinheiro e cuidadores	START Serviços Ltda-ME. Lote 3
042/2015	429962014	13/04/2015	13/04/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Lavagem de sofá, poltrona, cortina e persiana	Tetraclean Limpeza Ltda
044/2015	253402013	13/04/2015	13/04/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Detetização, descupinização e desratização	Jakeline D. Pereira - ME
045/2015	253402013	13/04/2015	13/04/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Detetização, descupinização e desratização	Zacheu & Cia Ltda - ME
046/2015	253402013	14/04/2015	14/04/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Detetização, descupinização e desratização	A dos Santos Cunha - ME
052/2015	16642016	25/04/2016	24/04/2017	1º ADITIVO AO CT 52/2012 - Prestação de serviços comuns e continuados	Gestor Serviços Empresariais
076/2015	202712015	08/07/2015	08/07/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Prestação serviço nas funções de recepcionistas e garçons	Potencial Serviços Especializados Ltda
10/2016	13162016	03/03/2016	02/03/2017	CONTRATO PRINCIPAL - Instalação de Ar condicionado (POLO I, IV e VI)	W. B. Ripardo & Cia Ltda
074/2015	45252014	24/06/2015	24/06/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Instalação de Ar condicionado (POLO II e III)	V. M. Comercio e Serviço Ltda-ME
075/2015	45252014	24/06/2015	24/06/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Instalação de Ar condicionado (POLO V)	Global Comercio e Serviço Ltda-ME
096/2015	50042015	29/07/2015	29/07/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Confecção de tapetes	Capachos & Capachos Importados e Comercio Ltda
75/2016	274202016	11/07/2016	09/07/2017	ONTRATO PRINCIPAL - Agua potavel (Carro-Pipa)	Transagua - F. M. B. Sabóia

167/2015	395452015	05/11/2015	05/11/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Dedetização, descupinização e desratização (COMPLEMEN)	Jakeline D. Pereira - ME
14/2016	52772016	09/11/2016	30/11/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Lavagem a seco de tapetes	Lavanderia São Francisco

RELATÓRIO DE REQUISIÇÃO/PROCESSOS SOLICITADOS E PENDENTES

PROC	REQUERENTE	CONTRATO	OBJETO	DATA DA ULTIMA MOVIMENTAÇÃO	SETOR	FASE
165382014	Gestor Serviços Empresariais	94/2011	Diferença de repactuação R\$ 394.805,32	8/6/16	DA	Análise e manifestação, se em razão do quantitativo de
402672014	Coordenação de Apoio Administrativo		Prestação de serviços comuns e continuados (substituição ao Contrato 94/2010)	21/3/16	CF	terceirizados identificados após o cadastramento
424302014	Coordenação de Apoio Administrativo		Recuperação das caixas d'águas do TJ sede	11/6/15	DSO	Informa sobre saldo do constrato 7
514712014	Coordenação de Apoio Administrativo		Restauração do relógio externo - histórico	06/06/2016	DA	Para decisão da DG em relação a realização da estrutura a ser usada
424302014	Coordenação de Apoio Administrativo		Recuperação das caixas d'águas do TJ sede	11/06/2015	DSO	Arquivado - indeferimento do pedido de reconsideração
61782015	Gestor Serviços Empresariais		Repactuação (3ª) 2015 do contrato nº 68/2012	09/06/2016	DCC	Para decisão da DG em relação a realização da estrutura a ser usada
61792015	Gestor Serviços Empresariais		Repactuação (4ª) 2015 do contrato nº 10/2012	09/06/2016	DCC	Para elaboração da minuta do contrato
299112015	Gestor Serviços Empresariais		Repactuação (1ª) 2015 do contrato nº 52/2015	27/07/2016	CO	Para elaboração da minuta do contrato
511192015	Coordenação de Apoio Administrativo		Dedetização, Descupinização e Desratização	22/6/16	CF	Para informar disponibilidade orçamentária
16642016	Coordenação de Apoio Administrativo		Prorrogação do CTPS 52/2015	11/4/16	CF	PROCESSO DE PAGAMENTO DA EMPRESA JAKELINE D PEREIRA ME 27185/2016
10552016	Coordenação de Apoio Administrativo		Prorrogação do CTPS 10/2012	16/3/16	DG	Aditivo assinado pela empresa
13162016	Coordenação de Apoio Administrativo		Instalação de ar condicionado - Ripardo - Polos I, IV e VI	4/4/16	DCC	5º TA ao CTPS 10-2012 publicado
36252016	Coordenação de Apoio Administrativo		Renovação e Repactuação 2015 do contrato nº 32/2013 - Manutenção de ELEVADOR - 3º aditivo	22/3/16	CF	Aguardando prestação de contas NF

52772016	Coordenação de Apoio Administrativo		Solicitação de Serviços de Lavagem de Tapetes - Contratação de Saldo de ARP	3/6/16	CF	Com publicação da resenha
Memo CAA 40/2016	Coordenação de Apoio Administrativo		Irregularidades Potencial - Salário menor	22/02/16	DCC	Com pagamento da NF 2154
54682016	Diretoria Administrativa		Possíveis irregularidades referente ao contrato de prestação de serviços n.º 52/2015 -GESTOR	19/5/16	AJERP	Análise
75022016	Coordenação de Apoio Administrativo		Renovação do contrato 61/2015 - Manutenção de ar condicionado	06/07/2016	CF	Com informações da CAA da impossibilidade de prestar informações
77472016	Coordenação de Apoio Administrativo	76/15 - POTENCIAL	Apostilamento do contrato 76/15 - Indicação de Fiscal (p/ Cerimonial)	16/03/2016	CF	Apensado ao Proc. 244282015
121392016	Coordenação de Apoio Administrativo		RETIFICAÇÃO DE CONTRATO N.º 52/2015 - INSERÇÃO DE CLAUSULA, CONFORME SOLICITADO NO MEMO ANEXADO	13/4/16	CF	1º TA - Mudança de fiscal
133122016	Coordenação de Apoio Administrativo		Nova contratação - Instalação de Ar Condicionados	12/08/2016	Licitação	Com o 1º TA
167752016	Coordenação de Apoio Administrativo		Contratação de empresa para serviços gerais	15/09/2016	CMEP	Confeccionar Minuta do Edital
170672016	Coordenação de Apoio Administrativo		Prorrogação do CTPS 68/2012	21/6/16	DCC	cotação
180772016	Coordenação de Apoio Administrativo		Reforço do empenho referente ao contrato n.º 32/2013	28/4/16	CAA	Com 5º aditivo assinado
182332016	Coordenação de Apoio Administrativo		Gestor solicitando providencias quanto a cargos diversos do contratado	02/8/16	DA	Arquivado - pois o empenho será realizado à medida que forem sendo apresentados
206132016	Coordenação de Apoio Administrativo		Contratação de empresa especializada no serviços de dedetização, desratização ou descupinização.	20/7/16	CLC	Para Gestor enviar comprovação de solicitação feita pelo TJ
213452016	Coordenação de Apoio Administrativo		Repectuação de Contrato - 52/16 Data Base 01.01.16	09/8/16	AGP	Elaborar minuta

213472016			Repactuação de Contrato - 10/16 Data Base 01.01.16	08/8/16	CAA	PARECER-AJP-15402016 pendente de assinatura
213492016	Coordenação de Apoio Administrativo		Repactuação de Contrato - 68/16 Data Base 01.01.16	08/8/16	CAA	Sobrestado
237482016	Coordenação de Apoio Administrativo		Renovação contrato 74/2015 - VM Comércio	24/6/16	CAA	Sobrestado
237532016	Coordenação de Apoio Administrativo		Renovação contrato 74/2015 - Global Serviços	24/6/16	CAA	ARQUIVADO - solicitação indeferida pela Presidência
27420/2016	Coordenação de Apoio Administrativo		Contratação Saldo da Ata 68/2015 - Transágua	1/7/2016	CAA	ARQUIVADO - solicitação indeferida pela Presidência
REQ 398247	Coordenação de Apoio Administrativo		Aquisição de 2 cpus	1/7/2016	DAP	INSCREVER EM RESTOS A PAGAR EM DEZEMBRO
33854/2016	Coordenação de Apoio Administrativo		SUPRESSÃO DE VALOR DO CONTRATO Nº. 52/2015 - SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA	29/08/16	AGP	Arquivado - solicitação deferida
384292016	Coordenação de Apoio Administrativo		Aditivo de 23,78% do CT 10/2016 - Ripardo - Instalação ar condicionados - somente para olos IV e VI -	29/08/16		Para análise da minuta
490402016	Coordenação de Apoio Administrativo		NOTIFICAÇÃO DA EMPRESA THYSENKRUPP	10/11/2016	AGP	Licitação- Formalização do aditivo
						Entregue diretamente à empresa

RELATÓRIO DE REQUISIÇÃO/PROCESSO RECEBIDOS

TIPO / ASSUNTO	QUANT.	FONTE
Manutenção de elevador	31	Digidoc
Manutenção de ar condicionado	219	Digidoc
Instalação de ar condicionado	113	Digidoc
Reserva de auditório	23	Digidoc
Dedetização, desratização ou descupinização	123	Digidoc
Solicitação de serviços gerais (limpeza carregamento)	146	Digidoc

RELATÓRIO DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS

TIPO / SIGLA	QUANT.	FONTE
Memorandos (MEMO-CAA)	100	Digidoc
Ofícios (OFC-CAA)	03	Digidoc
Despachos (DESPACHO-CAA)	84	Digidoc
Ordens de Serviços (OS-CAA)	348	Digidoc
Emails (coapoio@tjma.jus.br)	711	Outlook
Fotocópias (Xerox)	1809	Arquivos físicos

RELAÇÃO DE NOTAS ATESTADAS

NOTAS FISCAIS	CONTRATO	MÊS/ANO REF.	EMPRESA	PROCESSO	DATA DO RECEBIMENTO	SITUAÇÃO (AZUIS ESTÃO PAGAS)
55009 a 55017, 55020 a 55023, 55069 e 55070	10/2012	jan/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	19/02/2016	ORDEM BANCÁRIA EMITIDA EM 08/03/2016. NOTA DE EMPENHO N.º 2015NE00325-, 2016NE-00079-FERJ E ORDEM BANCÁRIA 20150B00269 A 278-FERJ. DISPONÍVEL PORTAL DA TRANSPARENCIA.
55024 a 55029; 55031 a 55068	68/2012	jan/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	19/02/2016	PAGAMENTO DAS NFS: 55024 A 55029/55031 A 55068/ 55993 A 56036, REFERENTE A JAN E FEV/2016 REALIZADO EM 13/04/2016. NOTA DE EMPENHO N.º 2016NE00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N.º 20160B00547 A 551-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
55301 a 55314	52/2015	jan/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	19/02/2016	PAGAMENTO DO MÊS DE JANEIRO/2016, REALIZADO EM 28/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N. 2016NE00134-FERJ E ORDENS BANCARIAS N.º 20160B00440 A 443-FERJ, DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS.

299	124/2015	jan/16	TRANSÁGUA	23212016	19/02/2016	ORDEM BANCÁRIA EMITIDA EM 03/03/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2016NE00666-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00248/249-FERJ. DISPONÍVEL NO LINK PORTAL DA TRANSPARÊNCIA NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR
10285	32/2013	jan/16	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	239772012	26/02/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL N° 9927,10105,10285, REALIZADO EM 11/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2015NE-00012-FERJ (RAP) E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00298,299,300,316 DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
1443, 1444, 1445, 1446 E 1447	76/2015	jan/16	POTENCIAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	202712015	01/03/2016	PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS N° 1443 A 1447(JAN/16), REALIZADO EM 11/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2016NE00106-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00310 A 314-FERJ, DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
320	124/2015	jan/15	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	23212016	03/03/2016	PAGAMENTO DA NF 320 REALIZADO EM 14/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2016NE00033,34-ESMAM E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB0078-81. DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
448	61/2015	jan/15	W. B. RIPARDO & CIA LTDA	244282015	05/01/2016	Em 30/05/2016 - AJP - Para análise e parecer sobre e aminuta
453	61/2015	fev/16	W.B RIPARDO & CIA LTDA	244282015	10/03/2016	Em 30/05/2016 - AJP - Para análise e parecer sobre e aminuta
55978 a 55992	10/2012	fev/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	16/03/2016	PAGAMENTO DOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO/2016, REALIZADO EM 28/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N. 2016NE00560-TJ E ORDENS BANCARIAS N° 2016OB00907 A 909-FERJ, DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS.
55993 a 56036	68/2012	fev/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	16/03/2016	PAGAMENTO DAS NFS: 55024 A 55029/55031 A 55068/ 55993 A 56036, REFERENTE A JAN E FEV/2016 REALIZADO EM 13/04/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2016NE00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00547 A 551-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
55964 a 55977	52/2015	fev/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	16/03/2016	PAGAMENTO DO MÊS DE FEVEREIRO/2016, REALIZADO EM 31/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N. 2016NE00134-FERJ E ORDENS BANCARIAS N° 2016OB00451 A 454-FERJ, DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS.
320	124/2015	fev/16	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	23212016	06/04/2016	RETIFICANDO O ID 5225017, REGISTRO O PAGAMENTO DA NF 320 REALIZADO EM 14/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2015NE00666-FERJ (RAP) E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00320; 00321-FERJ, DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
459	73/2015	mar/16	W.B RIPARDO & CIA LTDA-ME (INSTALAÇÃO)	312082015	01/04/2016	PAGAMENTO DA NF 459 REALIZADO EM 13/05/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2015NE-00441-TJ E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00797/798-TJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
353 (NF canc. Substituída pela 135)	124/2015	mar/16	TRANSAGUA-F.M.B-SABOIA	23212016	06/04/2016	Em 02/06/2016 - CAA - Para juntada de certidões atualizadas
462	61/2015	mar/16	W.B. RIPARDO & CIA LTDA-ME	244282015	13/04/2016	aguardando abertura -
57150 a 57164	52/2015	mar/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	20/04/2016	PAGAMENTO REALIZADO EM 05/05/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2016NE00134-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00705,706,707,708. DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.

57165 a 57178 e 57230	10/2012	mar/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	16/04/2016	PAGAMENTO REALIZADO EM 05/05/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2016NE0111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 20160B00700-704. DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
57181 a 57223 e 57229	68/2012	mar/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	16/03/2016	PAGAMENTO DAS NFS: 57181 A 57223 E 57229, REFERENTE AO MÊS DE MARÇO/2016 REALIZADO EM 28/04/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2016NE-00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 20160B00649 A 653-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
136	124/2015	abr/16	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	23212016	10/05/2016	Em 02/06/2016 - CAA - Para juntada de certidões atualizadas
8	42/2015	abr/16	TETRACLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	429962014	10/05/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL N. 8 REALIZADO EM 19/05/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2015NE00215-TJ E ORDEM BANCÁRIA N° 20160B00828,829. DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
2154	179/2015	ref a dez/2015	LAVANDERIA SÃO FRANCISCO	52772016	18/05/2016	PAGAMENTO DA NF N° 2154 REALIZADO EM 03/06/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2016NE-00527-TJ E ORDEM BANCÁRIA N° 20160B01944,-1945-TJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS
58699 a 58711; 58713 e 58776	52/2015	abr/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	20/05/2016	PAGAMENTO DAS NFS 58699 A 58711/58713 A 58776 REALIZADO EM 30/05/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2016NE00134-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 20160B00852 A 855-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
58729 a 58765; 58767 a 58770; 58774; 58777 e 58778	68/2012	abr/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	20/05/2016	PAGAMENTO DA NF 58774 REALIZADO EM 30/05/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2016NE-00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 20160B00856 A 860-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
58714 a 58728	10/2012	abr/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	20/05/2016	PAGAMENTO DA NF 179 REALIZADO EM 03/06/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2015NE-00111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 20160B00885 A 889-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
466	61/2015	abr/16	W.B RIPARDO & CIA LTDA	244282015	17/05/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAIS N°. 448,453,462,466 REALIZADO DIA 14/07/2016. NOTA DE EMPENHO 2016NE00632-FERJ E ORDEM BANCÁRIA 20160B01182/1183-FERJ. DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIAertura
038 e 039	mai/16	mai/16	ZAQUEU e CIA LTDA		12/06/2016	aguardando abertura
430	124/2015	mai/16	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	23212016	06/06/2016	PAGAMENTO DA NF 430 REALIZADO EM 22/06/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2016NE-00666-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 20160B01020/1021-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/. R\$ 425,00
472	61/2015	mai/16	W.B RIPARDO & CIA LTDA	244282015	09/06/2016	PAGAMENTO NF 479 REALIZADO NO DIA 20/07/2016. NOTA DE EMPENHO N°. 2016NE-00187-FERJ E ORDEM BANCÁRIA 20160B01237,-1238-FERJ. DISPONIVEL NO PORTAL DA
317	jun/16	jun/16	A DOS SANTOS CUNHA-ME	275532015	10/06/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL N°. 317 REALIZADO DIA 22/06/2016. NOTA DE EMPENHO N°. 2016NE-00009-FERJ. ORDENS BANCÁRIAS 20160B01022,-1023-FERJ. DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.
59966 a 59979; 60041; 60043	52/2015	MAIO/16	A DOS SANTOS CUNHA-ME	394677	24742015	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL N°. 317 REALIZADO DIA 22/06/2016. NOTA DE EMPENHO N°. 2016NE-00009-FERJ. ORDENS BANCÁRIAS 20160B01022,-1023-FERJ. DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

59980, 59982 a 59995	10/2012	MAIO/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	394688	74462012	PAGAMENTO REALIZADO EM 24/06/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01066 A 1070-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
59996 a 60038 e 60047	68/12	MAIO	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	394699	208092012	PAGAMENTO DAS NFS Nº 59996 A 60047 REALIZADO EM 22/06/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00007-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01166-FERJ. DISPONÍVEL NA
129 - foi substituída pela 130	ct 04/16	01/05/2016	JAKELINE D. PEREIRA - ME (LOTE 1)	395943	271852016	PAGAMENTO DAS NFS130 REALIZADO EM 12/07/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01029 A 1033-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA:
142	124/2015	01/06/2016	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	399990	23212016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 142 REALIZADO DIA 19/07/2016. NOTA DE EMPENHO 2015NE-00666-FERJ,ORDEM BANCÁRIA 20160B01219,-1220-FERJ. DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS.
479	61/2015	01/06/2016	W.B RIPARDO & CIA LTDA	400346	244282015	PAGAMENTO NF 479 REALIZADO NO DIA 20/07/2016. NOTA DE EMPENHO Nº. 2016NE-00187-FERJ E ORDEM BANCÁRIA 20160B01237,-1238-FERJ. DISPONIVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS.
60793 a 60807	10/2012	01/06/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	15/06/2016	PAGAMENTO DAS NFS 60793 A 60807 DE JUNHO/2016 REALIZADO EM 19/07/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B001199 A 1203-FERJ.
6077 a 60792	52/2015	01/06/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	400772	15/06/2016	PAGAMENTO NF'S 60777 A 60792 REALIZADO NO DIA 20/07/2016. NOTA DE EMPENHO Nº. 2016NE00133-FERJ E ORDEM BANCÁRIA 20160B01227,1228,1229,1230-FERJ. DISPONIVEL
60966, 60990, 60992 a 60997, 60999 a 61009, 61011, 6120668/2012	68/2012	01/06/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	400777	15/06/2016	PAGAMENTO DAS NFS 60966 A 60990, 60992 A 60997, 60999 A 61009, 61011 E 61206 DO MÊS DE JUNHO/2016 REALIZADO EM 22/07/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01245 A 1249-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
485	61/2015	01/07/2016	W.B RIPARDO & CIA LTDA	406038	10/03/2016	PAGAMENTO DA NF 485 REALIZADO EM 18/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-00187-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01393/1394-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
22371 e 22338	96/2015	01/07/2016	CAPACHOS e CAPACHOS IMOPRTAÇÕES	405213	03/08/2016	PAGAMENTO DAS NFS 22371 E 22338 REALIZADO EM 11/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-02197-TJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B02912-TJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
145	124/2015	01/07/2016	TRANSAGUA-F.M.B-SABOIA	23212016	11/08/2016	PAGAMENTO DA NF 145 REALIZADO EM 26/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00666-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B001462/1463-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
62097 a 62112	52/2015	01/07/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	15/07/2016	PAGAMENTO DAS NFS 62097 A 62112 DE JULHO/2016 REALIZADO EM 23/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00133-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B001437 A 1440-FERJ.
62113 a 62126, 62128	10/2012	01/07/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	15/07/2016	PAGAMENTO DAS NFS 62113 A 62128 DE JULHO/2016 REALIZADO EM 23/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B001441 A 1445-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
489	ct 10/16	01/07/2016	W. B. RIPARDO & CIA LTDA (INSTALAÇÃO)	374082016	23/08/16	PAGAMENTO DA NF 489 REALIZADO EM 26/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00112-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B001460/1461-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA:

11474	19/2016	01/07/2016	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A - PLACA ADETECH	389952016	29/08/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 11474, REALIZADO EM 13/09/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00575-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01555,1556,1557.DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
146	124/15	01/08/2016	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	23212016	13/09/2016	PAGAMENTO NF 146 REALIZADO EM 16/09/2016. NOTA DE EMPENHO E ORDEM BANCÁRIA DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/ NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00666-FERJ. ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01578,1579.
Nº. 63565, 63566, 63567, 63568, 63569, 63570, 63571, 63572, 63573, 63574, 63575, 63576, 63577, 63578, 63579, 63581 E 63582.	10/2012	01/08/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	14/09/2016	PAGAMENTO DAS NFS 63565 A 63579/63581/63582 DE AGOSTO/2016 REALIZADO EM 22/09/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº
63600 a 63643; 63645	68/12	01/08/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	14/09/2016	PAGAMENTO DAS NFS 63600 A 63643 E 63645 REALIZADO EM 21/09/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00465-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01615 A 1619-FERJ.
63583 a 63599	52/2015	01/08/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	14/09/2016	PAGAMENTO DAS NFS 63583 A 63599 DE AGOSTO/2016 REALIZADO EM 22/09/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00133-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº
22340	96/2015	01/08/2016	CAPACHOS E CAPACHOS IMP. E COM LTDA	50042015	23/09/2016	PAGAMENTO DA NF 22340 REALIZADO EM 04/10/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-02197-TJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B03740-TJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
11676	32/2013	01/08/2016	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	239772012	28/09/2016	Em 14/10/2016 - CC - Com memória do cálculo
149	61/2015	01/09/2016	TRANSAGUA-F.M.B-SABOIA	244282015	06/10/2016	Em 13/10/2016 - Decisão GP 65452016 - pendente de assinatura
498	ct 10/16	01/09/2016	W. B. RIPARDO & CIA LTDA (INSTALAÇÃO)	374082016	06/10/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 498, REALIZADO EM 13/10/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00112-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B0001782,1783, DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
11871	32/2013	01/09/2016	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	239772012	25/11/2016	Aguardando abertura
65077 A 65105/65108 A 65112/65114 A 65124	68/2012	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	11/10/2016	PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS N.65077 A 65105,65108 A 61524-SET/16 REALIZADO EM 26/10/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE0465-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01867 A 1871. DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
65040 A 65046/65052 A 65054/65056 A 65058/ 65060/ 65125/ 65179	52/2015	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	11/10/2016	PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS N.65040 A 65060,65125,65179 REALIZADO EM 26/10/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-00133-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01863 A 1866. DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
65061 A 65065/65067 A 65076/65178	10/12	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	418064	11/10/2016	PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS N.65061 A 65065,65067 A 65076,65178 REALIZADO EM 26/10/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE0111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01872 A 1876. DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.

501	ct 10/16	01/10/2016	W. B. RIPARDO & CIA LTDA (INSTALAÇÃO)	374082016	04/11/2016	PAGAMENTO REALIZADO EM 17/11/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE0112-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 2016OB01991,1992.DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
504	ct 61/15	01/09/2016	W. B. RIPARDO & CIA LTDA (INSTALAÇÃO)	244282015	09/11/2016	PAGAMENTO NF 504 REALIZADO EM 25/11/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00187-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 2016OB02025-2026-FERJ. ORDEM BANCÁRIA DISPONÍVEL EM: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS.
66442 a 66457/66505	10/12	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	16/11/2016	PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS N.66442 A 66457 E 66505 REALIZADO EM 22/11/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE0111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº
66458 a 66502	68/12	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	16/11/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 66458 A 66502(OUT/16), REALIZADO EM 29/11/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 465-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 2016OB02093-2101, DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
66425 a 66438/66440 e 66441/66504	52/15	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	21/11/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL N.66425 A 66438/66440/66441/66504. REALIZADO EM 30/11/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00133-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 2016OB02118-2125.DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
12074	32/2013	01/09/2016	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	239772012	25/11/2016	Aguardando abertura
154	75/2016	01/11/2016	TRANSAGUA-F.M.B-SABOIA	274202016	06/12/16	Aguardando abertura

RESUMO NOVEMBRO/15		
CONTRATO 10	118	237.050,35
CONTRATO 68	334	844.589,35
CONTRATO 52	420	714.734,19
TOTAL	872	1.796.373,89

RESUMO DEZEMBRO/15		
CONTRATO 10	100	202.050,62
CONTRATO 68	187	344.493,25
CONTRATO 52	339	685.835,78
TOTAL	626	1.232.379,65

RESUMO JANEIRO/16		
CONTRATO 10	100	202.050,62
CONTRATO 68	336	680.425,31
CONTRATO 52	162	339.758,50
TOTAL	598	1.222.234,43

RESUMO FEVEREIRO/16		
CONTRATO 10	100	202.050,62
CONTRATO 68	336	680.426,490
CONTRATO 52	162	338.080,860
TOTAL	598	1.220.557,970

RESUMO MARÇO/16		
CONTRATO 10	99	199.899,27
CONTRATO 68	336	679.631,59
CONTRATO 52	159	335.775,41
TOTAL	594	1.215.306,27

RESUMO ABRIL/16		
CONTRATO 10	104	209.329,22
CONTRATO 68	331	670.201,64
CONTRATO 52	159	334.084,95
TOTAL	594	1.213.615,81

RESUMO MAIO/16		
CONTRATO 10	100	202.129,30
CONTRATO 68	321	656.218,69
CONTRATO 52	160	339.560,31
TOTAL	581	1.197.908,30

RESUMO JUN/16		
CONTRATO 10	99	199.639,60
CONTRATO 68	319	646.502,91
CONTRATO 52	160	348.904,13
TOTAL	578	1.195.046,64

RESUMO JUL/16		
CONTRATO 10	99	199235,87
CONTRATO 68	317	646502,91
CONTRATO 52	173	365441,83
TOTAL	589	1.211.180,61

RESUMO AGO/16		
CONTRATO 10	99	200850,81
CONTRATO 68	303	619747,67
CONTRATO 52	191	405671,05
TOTAL	593	1.226.269,53

RESUMO SET/16		
CONTRATO 10	98	198899,43
CONTRATO 68	302	612725,23
CONTRATO 52	191	402780,16
TOTAL	591	1.214.404,82

RESUMO OUT/16		
CONTRATO 10	89	194456,45
CONTRATO 68	285	612148,13
CONTRATO 52	178	403686,59
TOTAL	552	1.210.291,17

RELATÓRIO DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS

Os funcionários terceirizados somam 552 (quinhentos e cinquenta e dois) colaboradores distribuídos em todas as unidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Importante ressaltar que foi iniciado no início desta gestão um processo recadastramento

pela Diretoria Administrativa a fim de realizar uma readequação da mão de obra e identificar todos os postos de trabalho, assim como realocar funcionários de unidades com demanda inferior para unidades com carência de terceirizado visando reduzir custos e otimizar os resultados.

CARGOS	CONTRATO 68/2012	CONTRATO 10/2012	CONTRATO 52/2015
Auxiliar de Serviços Gerais	232	72	153
Ascensorista	9	12	5
Encarregado	9	1	3
Copeiro	12	2	5
Técnico de som	5	0	1
Jardineiro	1	2	
Carregador	11	0	1
Empacotador	1		
Operador de maquina	5		10
TOTAL POR CONTRATO	285	89	178

AÇÕES REALIZADAS

No início desta Gestão também foram realizadas as ações no sentido de minimizar os efeitos da ação do mosquito da dengue e outras pragas neste Tribunal:

- Realizada dedetização na área do jardim e ao redor do prédio sede;
- Evacuação da água que fica acumulada nas canaletas que escoam no jardim;
- Retirada de materiais (lonas, baldes...) que possam acumular água na lateral do prédio, assim como a limpeza diária do local;
- Colocação de tampa nas caixas de água do prédio;
- No jardim, eliminou-se qualquer possibilidade de água acumulada, como retirada de plantas aquáticas e, a limpeza da área é feita diariamente;
- Como medida de economia de gastos e eliminação de criadouro do mosquito, a fonte do jardim foi

esvaziada e tomada as providências para sua lavagem;

- Identificação e reparo dos drenos dos ares condicionados para que estes escoem diretamente nas caixas de passagem.

- Foi enviado ofício à Secretaria de Saúde Municipal para que realize aplicação de fumacê nas áreas do Centro Histórico.

Foram também realizados, durante o mês de maio e junho deste ano a 1 (primeira) aplicação de produtos de dedetização nas Comarcas do interior, e no mês de setembro, outubro e novembro a 2 (segunda) aplicação, conforme a planilha abaixo. A 3 (terceira) aplicação será realizada após 120 (cento e vinte) dias, nos termos do contrato:

Empresa Zacheu & Cia		
LOTE 02- CHAPADINHA		
PROCESSO	PROCESSO	PRÉDIO
190562016	190562016	Comarca de Araióses
195702016	195702016	Comarca de Barreirinhas
192872016	192872016	Comarca de Brejo (Fórum e Alojamento)
189942016	189942016	Comarca de Buriti
		Comarca de Cantanhêde
196092016	196092016	Comarca de Chapadinha
194152016	194152016	Comarca de Coroatá
189932016	189932016	Comarca de Humberto de Campos
189922016	189922016	Comarca de Icatu
192442016	192442016	Comarca de Itapecuru-Mirim
195502016	195502016	Comarca de Magalhães de Almeida
190512016	190512016	Comarca de Morros
189892016	189892016	Comarca de Rosário
190552016	190552016	Comarca de Santa Quitéria
191722016	191722016	Comarca de Santa Rita
144382016	144382016	Comarca de São Bernardo
191002016	191002016	Comarca de São Mateus
192032016	192032016	Comarca de Timbiras
191732016	191732016	Comarca de Tutóia

190022016	190022016	Comarca de Urbano Santos (Fórum e Alojamento)
189872016	189872016	Comarca de Vargem Grande

LOTE 03- PINHEIRO		
PROCESSO	SETOR	PRÉDIO
226722016	VARA ÚNICA	Comarca de Alcântara
195512016	VARA ÚNICA	Comarca de Arari
202822016	VARA ÚNICA	Comarca de Bacuri
202992016	VARA ÚNICA	Comarca de Bequimão
203112016	VARA ÚNICA	Comarca de Cândido Mendes
190842016	VARA ÚNICA	Comarca de Carutapera
194052016	VARA ÚNICA	Comarca de Cedral
195492016	VARA ÚNICA	Comarca de Cururupu
191762016	VARA ÚNICA	Comarca de Governador Nunes Freire
197112016	VARA ÚNICA	Comarca de Guimarães
202802016	VARA ÚNICA	Comarca de Maracaçumé
190522016	VARA ÚNICA	Comarca de Matinha (Fórum e Alojamento)
195802016	VARA ÚNICA	Comarca de Mirinzal
192042016	VARA ÚNICA	Comarca de Olinda Nova do Maranhão (Fórum e Alojamento)
190542016	VARA ÚNICA	Comarca de Penalva
190872016	2ª VARA	Comarca de Pinheiro
202782016	1ª VARA	Comarca de Santa Helena
190532016	1ª VARA	Comarca de Santa Luzia do Paruá
193072016	VARA ÚNICA	Comarca de São Bento
194102016	VARA ÚNICA	Comarca de São João Batista
192062016	VARA ÚNICA	Comarca de São Vicente Férrer
190502016	VARA ÚNICA	Comarca de Turiaçu (Fórum e Alojamento)
228872016	1ª VARA	Comarca de Viana
208902016	VARA ÚNICA	Comarca de Vitória do Mearim

LOTE 04 - SANTA INÊS – Empresa Jakeline D.		
PROCESSO	SETOR	PRÉDIO
199922016	Diretoria do Fórum de Santa Inês	Comarca de SANTA INÊS
215052016	Vara Única de Anajatuba	Comarca de Anajatuba

215352016	Vara Única de Bom Jardim	Comarca de Bom Jardim
2121802016	Diretoria do Fórum de Bacabal	Comarca de BACABAL
218662016	Vara Única de Buriticupu	Comarca de Buriticupu
232532016	Vara Unida de Esperantinópolis	Comarca de Esperantinópolis
224922016	Vara Única Igarapé Grande	Comarca de Igarapé Grande
214542016	2ª Vara de Lago da Pedra	Comarca de Lago da Pedra
215092016	Vara Única de Monção	Comarca de Monção
202442016	Vara Única de Olho D'água das Cunhas	Comarca de Olho D'água das Cunhas
215982016	Vara Única de Paulo Ramos	Comarca de Paulo Ramos
214502016	Diretoria do Fórum de Pedreiras	Comarca de Pedreiras
202402016	Vara Única de Pindaré-Mirim	Comarca de Pindaré-Mirim
199962016	Vara Única de Pio XII	Comarca de Pio XII
224922016	Vara Única de Igarapé	Comarca de Poção de Pedras
215542016	2ª Vara de Santa Luzia	Comarca de Santa Luzia (do Tide)
		Comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão
228262016	1ª Vara de Vitorino Freire	Comarca de Vitorino Freire
214362016	2ª Vara de Ze Doca	Comarca de Zé Doca

LOTE 05 – CAXIAS – Empresa A dos Santos Cunha

PROCESSO	SETOR	PRÉDIO
189902016	DIRETORIA DO FÓRUM	Comarca de CAXIAS
191782016	VARA ÚNICA	Comarca de Buriti Bravo
20658/2016	1ª VARA	Comarca de Barra do Corda
192152016	VARA ÚNICA	Comarca de Barão de Grajaú
152532016	VARA ÚNICA	Comarca de Codó
189952016	1ª VARA	Comarca de Coelho Neto

146692016	VARA ÚNICA	Comarca de Colinas
190642016	VARA ÚNICA	Comarca de Dom Pedro
197132016	VARA ÚNICA	Comarca de Governador Eugênio de Barros
190012016	VARA ÚNICA	Comarca de Joselândia
195642016	VARA ÚNICA	Comarca de Matões
	VARA ÚNICA	Comarca de Mirador
208952016	VARA ÚNICA	Comarca de Parnarama
194212016	VARA ÚNICA	Comarca de Paraibano
207202016	VARA ÚNICA	Comarca de Passagem Franca
191802016	VARA ÚNICA	Comarca de Presidente Dutra
189992016	VARA ÚNICA	Comarca de Santo Antônio dos Lopes
	VARA ÚNICA	Comarca de São Domingos do Maranhão
192092016	VARA ÚNICA	Comarca de São Francisco do Maranhão
190892016	VARA ÚNICA	Comarca de São João dos Patos
205842016	VARA ÚNICA	Comarca de Sucupira do Norte
149672016	VARA ÚNICA	Comarca de Timon
195632016	1ª VARA	Comarca de Tuntum
LOTE 06 - IMPERATRIZ		
PROCESSO	SETOR	PRÉDIO
189962016	VARA ÚNICA	Comarca de IMPERATRIZ (fórum e juizados)
189862016	VARA ÚNICA	Comarca de Açailândia (fórum e juizado)
198052016	VARA ÚNICA	Comarca de Amarante do Maranhão
189972016	VARA ÚNICA	Comarca de Arame
191742016	2ª VARA	Comarca de Estreito
192152016	1ª VARA	Comarca de Grajaú
191692016	VARA ÚNICA	Comarca de Itinga
189982016	VARA ÚNICA	Comarca de João Lisboa
190002016	VARA ÚNICA	Comarca de Montes Altos
	VARA ÚNICA	Comarca de Porto Franco
202452016	VARA ÚNICA	Comarca de São Pedro da Água Branca
190622016	VARA ÚNICA	Comarca de Senador La Roque
LOTE 07 - BALSAS		
PROCESSO	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL	PRÉDIO
196002016	VARA ÚNICA	Comarca de BALSAS
190592016	VARA ÚNICA	Comarca de Alto Parnaíba
	VARA ÚNICA	Comarca de Carolina
	VARA ÚNICA	Comarca de Loreto

152522016	VARA ÚNICA	Comarca de Pastos Bons
195912016	VARA ÚNICA	Comarca de Riachão
190612016	VARA ÚNICA	Comarca de São Domingos do Azeitão
199932016	VARA ÚNICA	Comarca de São Raimundo das Mangabeiras
196012016		Comarca de Tasso Fragoso
202452016	VARA ÚNICA	Comarca de São Pedro da Água Branca
190622016	VARA ÚNICA	Comarca de Senador La Roque

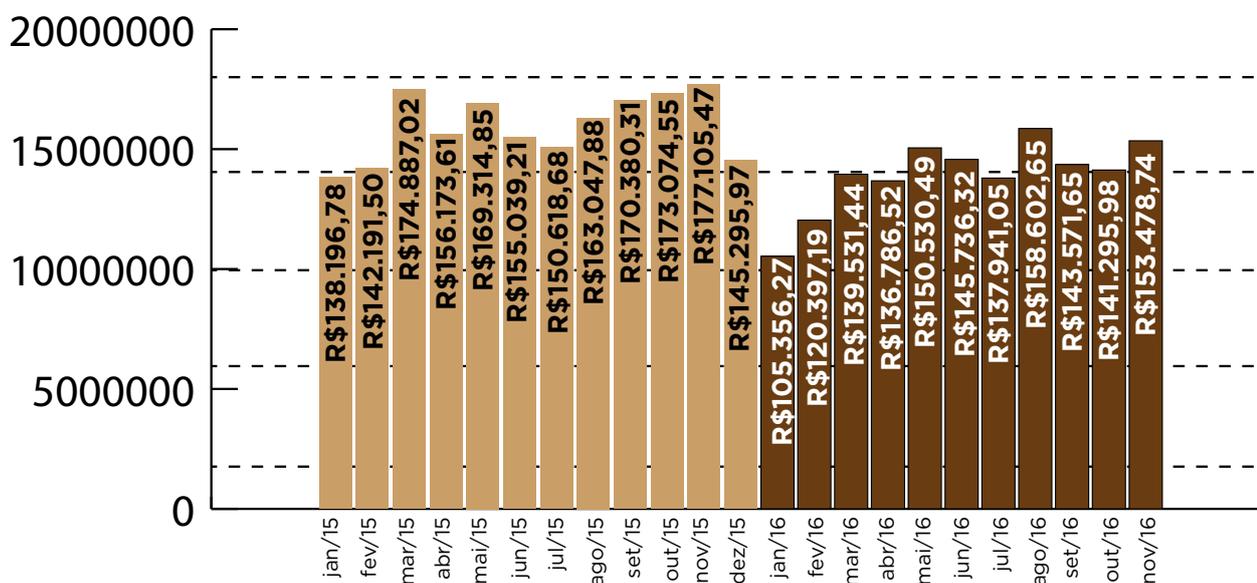
2.1 TRANSPORTE

A Divisão Transportes tem sob sua gestão o Contrato de Gestão de Abastecimento e Manutenção de veículo CT nº. 67/2014 o Contrato de Terceirização de Motoristas CT nº. 108/2013, e CT. nº. 34/2015 Contrato de Locação Mensal e Eventual de Veículos. Todos estes contratos se encontram em regular vigência.

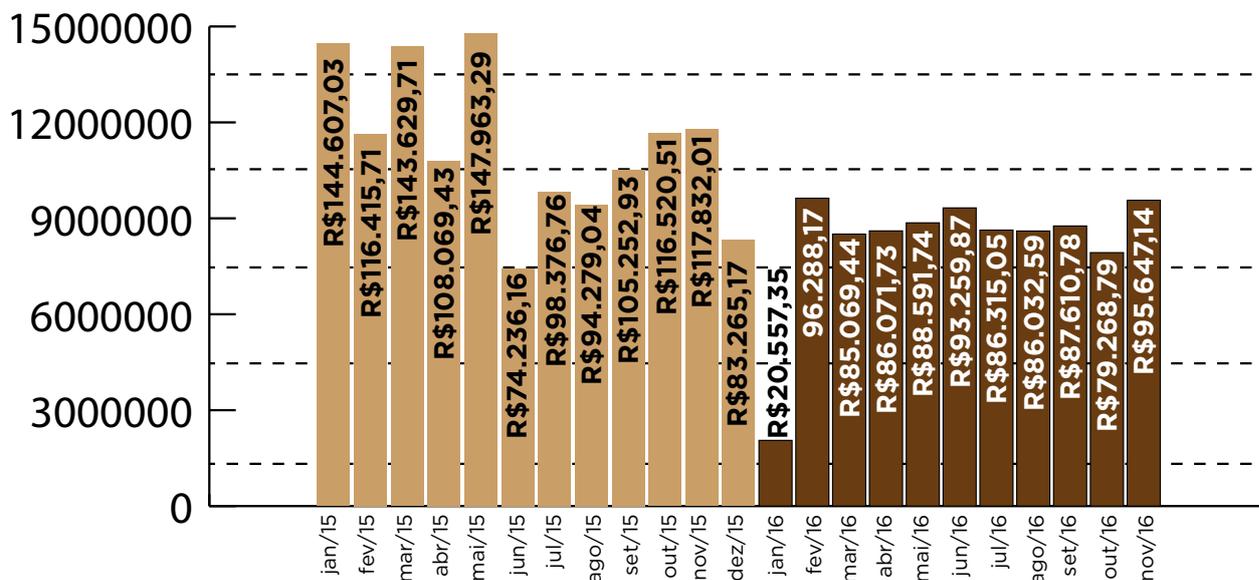
Divisão de Transportes tem realizado rigoroso acompanhamento das despesas com abastecimento e manutenção, como se pode averiguar pela tabela

e gráficos abaixo que comparam as despesas de 2015 e 2016 as quais demonstram uma drástica redução nestas despesas mesmo em tempo de inflação alta que contribuirão para o aumento no preço dos combustíveis e serviços de manutenção de veículos, ainda assim obteve-se redução nos gastos para com estas despesas resultando em uma economia de janeiro a novembro de na montante de **R\$ 599.271,34**

COMPARATIVO ABASTECIMENTO 2015/2016



COMPARATIVO CONSUMO MANUTENÇÃO 2015/2016



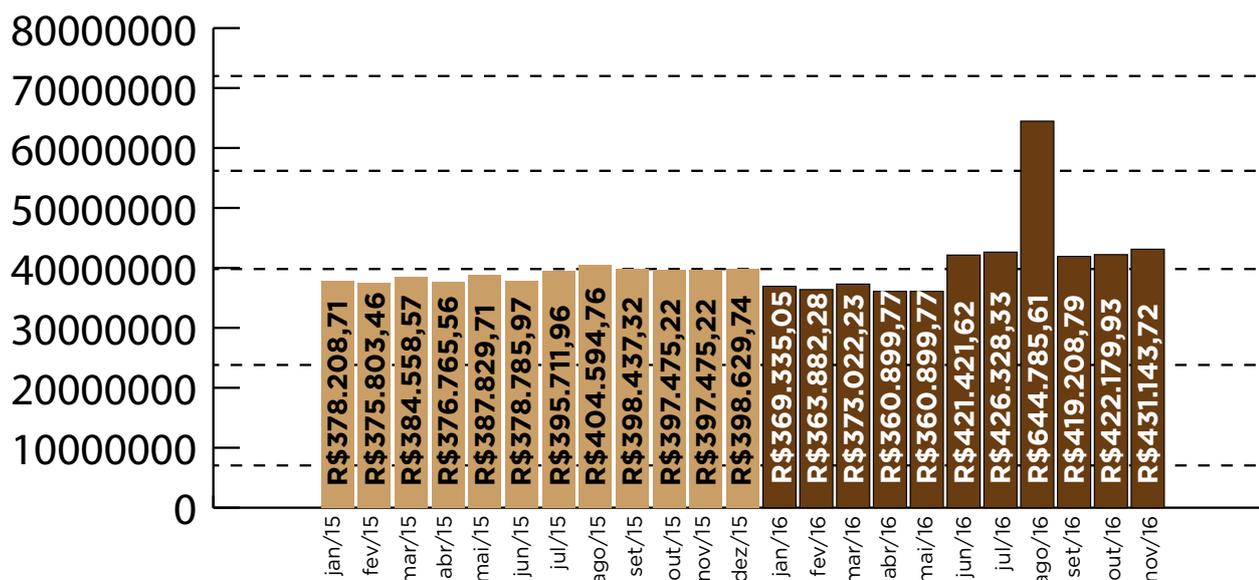
Em se tratando de mão obra terceirizada o Tribunal de Justiça do Maranhão celebra com a empresa Atlântica Serviços Gerais Ltda. Contrato de prestação de serviços nº. 109/2013 que tem como objeto a contratação de mão de obra terceirizada de motoristas e motoboy para a condução de veículos pertencente à frota do Tribunal.

A contratação de mão de obra terceirizada de motorista/motoboy é de fundamental importância, uma vez que o Judiciário maranhense possui em seu quadro de servidores, reduzido número de motoristas efetivos, em relação ao quantitativo de veículos pertencentes ao Tribunal.

RELATÓRIO DE CONSUMO - MOTORISTA TERCEIRIZADOS					
Mês	Mão De Obra	Diárias	Hora Extra	Repactuação	R\$ 378.208,71
jan/15	R\$ 366.374,88	R\$ 11.833,83	R\$ 83,52		R\$ 375.803,46
fev/15	R\$ 366.374,88	R\$ 9.428,58	R\$ 574,20		R\$ 384.558,57
mar/15	R\$ 366.374,88	R\$ 18.183,69	R\$ 146,16		R\$ 376.765,56
abr/15	R\$ 366.374,88	R\$ 10.390,68	-		R\$ 387.829,71
mai/15	R\$ 366.374,88	R\$ 21.454,83	-		R\$ 378.785,97
jun/15	R\$ 366.374,88	R\$ 12.411,09	R\$ 584,64	R\$ 69.538,98	R\$ 395.711,96
jul/15	R\$ 376.309,02	R\$ 19.402,94	-		R\$ 404.594,76
ago/15	R\$ 376.309,02	R\$ 28.285,74	-		R\$ 398.437,32
set/15	R\$ 376.309,02	R\$ 22.128,30	R\$ 468,64		R\$ 397.475,22
out/15	R\$ 376.309,02	R\$ 21.166,20	-		R\$ 397.475,22
nov/15	R\$ 376.309,02	R\$ 21.166,20	-		R\$ 398.629,74
dez/15	R\$ 376.309,02	R\$ 22.320,72	R\$ 234,28		R\$ 369.335,09
jan/16	R\$ 368.950,25	R\$ 384,84	-		R\$ 363.882,28

fev/16	R\$ 360.899,77	R\$ 2.982,51	-		R\$ 373.022,23
mar/16	R\$ 360.899,77	R\$ 12.122,46	-		R\$ 360.899,77
abr/16	R\$ 360.899,77	R\$ -			R\$ 360.899,77
mai/16	R\$ 360.899,77	R\$ -			R\$ 421.421,62
jun/16	R\$ 408.048,43	R\$ 13.373,19			R\$ 426.328,33
jul/16	R\$ 408.048,43	R\$ 18.279,90			R\$ 644.785,61
ago/16	R\$ 408.048,43	R\$ 18.472,32		R\$ 218.264,86	R\$ 419.208,79
set/16	R\$ 408.048,43	R\$ 11.160,36			R\$ 422.179,93
out/16	R\$ 408.048,43	R\$ 14.131,50			R\$ 431.143,72
nov/16	R\$ 408.048,43	R\$ 22.944,19	151,1		

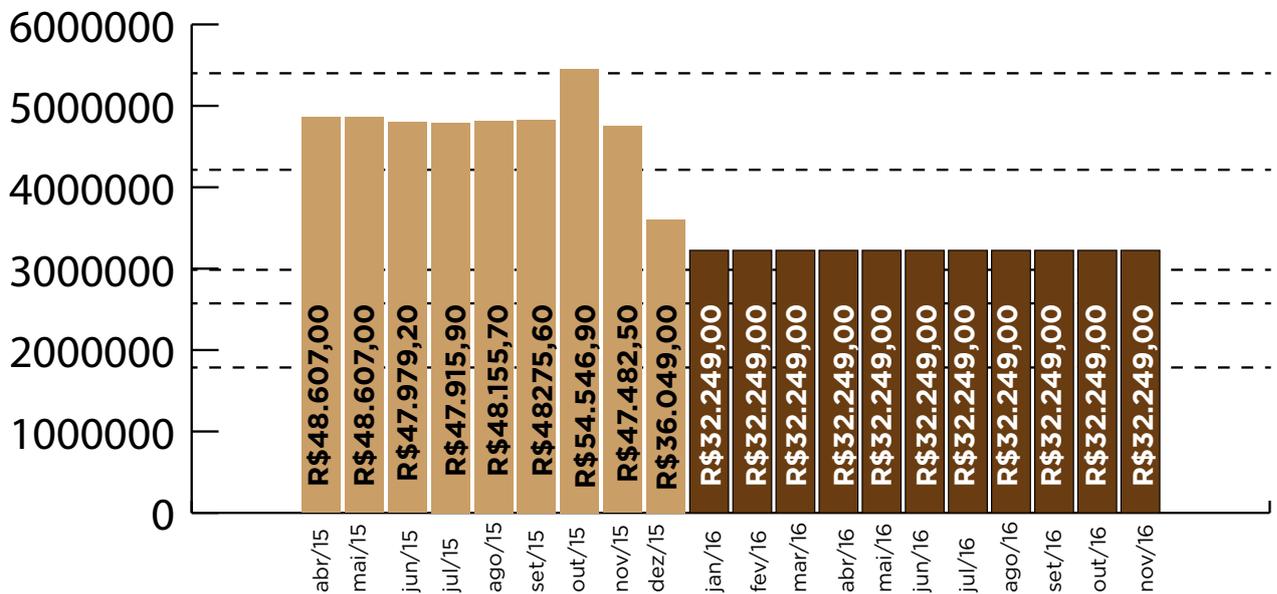
EVOLUÇÃO DA DESPESA COM MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA



A locação de veículos proporciona significativa economia obtida com a ausência de despesas com manutenção e contratação de seguros para os veículos, visto que tais encargos ficam sob a responsabilidade da empresa contratada. Além de propiciar a renovação constante da frota de veículos.

No tocante ao Contrato 34/2015 celebrado com a empresa Marajó Veículos Ltda, este se encontra em sua regular vigência, destacando-se que mesmo havendo previsão para contratação de locação eventual de veículo, neste ano optou-se por não utilizar tais recursos o que proporcionou uma economia na monta de **R\$ 133.577,80**.

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS



ATEDIMENTOS

O Sistema Frotas controla a utilização de veículos no âmbito da Justiça de 1º e 2º Graus. Todas as solicitações, andamento, rotas e finalizações são controladas através do sistema informatizado.

- Solicitações: **4.965**
- Aprovadas: **4.188**
- Avaliadas: **4.162**
- Ótimo: **3.828**
- Bom: **328**
- Insatisfeito/ péssimo: **0**

A Divisão de Transportes possui ligados ao setor atualmente 25 servidores efetivos, dos quais 01 servidor administrativo Técnico Judiciário, 02 servidores administrativos Auxiliares judiciários, 01 Auxiliar Judiciários Agentes de Segurança, e 21 Auxiliares Judiciários motoristas. Possuímos mais ainda 12 motoristas terceirizados. O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão conta atualmente como uma frota de 170 todos em efetiva utilização, que são distribuídos nos diversos setores da Justiça de 1º e 2º graus.

4. COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Coordenadoria de Licitações (pregoeiros e divisão) obteve uma economia relativa para os cofres do Poder Judiciário na ordem de R\$ 25.819.662,92; economia essa que se consolida em cerca de 25% na

celebração dos contratos e à medida que os fluxos processuais forem se consolidando e as empresas se habituando com as rotinas de operação dos pregões eletrônicos.

LICITAÇÕES REALIZADAS ATÉ 26/11/2014				
Modalidade	Quantidade	Valor estimado total	Valor Adjudicado	Economia na licitação
Pregão Eletrônico	104	R\$ 88.224.773,49	R\$ 62.405.110,57	36,70%
Pregão Presencial	5			
Concorrência	5			
Credenciamento	1			

PROCESSOS DISTRIBUIDOS	
Pregão Eletrônico	105
Pregão Presencial	5
Concorrência	5
TOTAL	115
PREGOEIROS	4
MÉDIA P/ PREGOEIRO	29

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS ATÉ 30/11/2016	
Fornecimento	113
Prestação de Serviços	51
Locação de Imóveis	10
Aditivos Contratuais	93
Termo de Cooperação Técnica	18
Convênios	02
ARP	139
Adesões a ATAS	09
Contratação por NE e outros termos Administrativos	241
TOTAL	676

COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIOS ANTERIORES

MODALIDADE	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pregão Eletrônico	43	61	76	33	39	104
Pregão Presencial	8	9	13	6	9	5
Concorrência	26	3	7	11	3	5
Credenciamento	0	0	0	0	0	1
Total	77	73	96	50	51	115

Como se percebe houve um aumento considerável na quantidade de licitações no exercício 2016; isso se deve ao fato de que muitos contratos existentes eram oriundos de adesões a atas de registro de preços de outros órgãos ou da

realização de dispensas de licitação. Entre os anos de 2015 e 2016 perceberemos que o aumento da demanda foi de aproximadamente 225%, ou seja, mais que o dobro.

EVOLUÇÃO DA DEMANDA						
PROCESSOS DISTRIBUIDOS						
Exercício	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pregão Eletrônico	43	61	76	33	39	105
Pregão Presencial	8	9	13	6	9	5
Concorrência	26	3	7	11	3	5
TOTAL	77	73	96	50	51	115
PREGOEIROS	5	7	7	6	6	4
MÉDIA P/ PREGOEIRO	15	10	14	8	9	29

Outro diferencial na atual gestão foi o aumento súbito da demanda de processo. A relação processo/pregoeiro passou de 09 para 29, um aumento de 322%. Assim, foi necessário estabelecer prioridades no atendimento o que, de certa forma, causou a demora no atendimento de alguns processos.

Mesmo assim, a equipe concluiu todos as licitações autorizadas até outubro de 2016 e, ainda, ultimou 12 (doze) certames cujos processos tramitavam desde 2015; com destaque para

videomonitoramento e controle de acesso. Além destes, outras 3 (três) licitações que tramitavam desde 2014 (locação do espaço para exploração de serviços de lanchonete, restaurante e cafeteria do Fórum da Capital, Data Center e Construção do Fórum de Vitorino Freire). Esta última, em caráter de urgência, foi concluída em apenas 54 (cinquenta e quatro) dias após a autorização, em média uma licitação dessa natureza duraria 180 dias.

HISTÓRICO DAS CONTRATAÇÕES 2012-2016				
EXERCÍCIO	2012	2013	2014/2015	2016
Fornecimento	117	83	136	113
Prestação de Serviços	52	46	82	51
Locação de Imóveis	14	14	17	10
Aditivos Contratuais	115	78	107	93
Termo Coop Técnica	10	1	11	18
Convênios	76	1	06	02
Adesões a ATAS	-	-	-	09
Outros termos Administrativos	-	-	-	24
Contratos por Empenho	-	-	-	217
ARP	117	4	129	139
TOTAL	501	227	488	676

O volume de contratações também aumentou no ano de 2016. Notadamente na celebração de termos de cooperação técnica e na contratação por empenhos, conforme § 4º do art. 62 da Lei 8.666/93. Todos os dados acima podem ser consultados no Portal da Transparência do Poder Judiciário Estadual.

VALORES AGREGADOS NAS LICITAÇÕES: SUSTENTABILIDADE, QUALIDADE E PREÇOS COMPATÍVEIS COM O MERCADO LOCAL

Os governos e as melhores gestões públicas têm buscado a concretização de uma “COMPRA RESPONSÁVEL”, qual seja: aquela que agrega valores que vão além da economicidade como por exemplo a sustentabilidade, a qualidade, a efetividade, a adequação, entre outros. Na gestão de 2016 o Tribunal de Justiça do Maranhão teve a oportunidade de realizar grandes avanços nesses segmentos.

Para exemplificar, o Tribunal adquiriu, pela primeira vez, canetas esferográficas de qualidade superior e com notória economicidade - CANETAS BIC CRISTAL – R\$ 0,39 (trinta e nove centavos) a unidade. Como é cediço em qualquer loja do ramo essa caneta é vendida por no mínimo R\$ 0,80 (oitenta centavos). Uma economia superior a 100%.

O Tribunal investiu na aquisição de condicionadores de ar com tecnologia de ponta que permitem a redução do consumo de energia em até 50% e utilizam gás biodegradável, inofensivo à camada de ozônio. Trata-se dos novos ares-condicionados com tecnologia inverter, que irão, gradativamente, substituir os antigos condicionadores de ar; menos eficientes e poluidores do meio ambiente.

Ainda, em termos de economicidade e qualidade, soltam aos olhos a aquisição de papéis tipo A4 da marca REPORT a um preço de R\$ 13,00 (treze reais) resma. Atualmente, na maioria dos supermercados da capital, não se compra este papel por menos de R\$ 18,00 (dezoito reais) resma.

Além dessas aquisições é necessário consignar que alguns materiais de expediente e de subsistência não existiam em estoque no início da gestão, em janeiro de 2016, ou seja, não havia fornecimento de papel, café, açúcar, capas de processos, produtos de limpeza, etc.

Na nova gestão todos os problemas de fornecimento foram resolvidos, não havendo que se falar hoje em falta de material de expediente ou de produtos de subsistência.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

No segmento prestação de serviços houve uma significativa redução de preços dos contratos novos, como por exemplo, o contrato de publicação de avisos de licitação onde o valor anterior de R\$ 81,00 cm/coluna passou a ser de R\$ 21,00 cm/coluna. Uma economia para o Poder Judiciário na ordem de 381% a cada publicação.

O novo contrato de emissão de Passagens Aéreas também teve uma redução significativa. Fizemos uma média do uso e dos custos desses serviços e notamos que a média dos valores referentes ao contrato anterior era de 52.376,00 (cinquenta e dois mil trezentos e setenta e seis reais) mensais, enquanto que o novo contrato passou a ser R\$ 49.081,00 (quarenta e nove mil e oitenta e um reais).

Além de reduzir custos, esta gestão teve ainda a oportunidade obter recursos para investimentos na formação e capacitação dos seus magistrados e servidores. Foi o caso do processo licitatório para seleção de empresa para realização do Concurso de Notários do Maranhão – 2016, em que parte do valor arrecadado com as inscrições foi revestida para a Escola da Magistratura do Maranhão – ESMAM. Aproximadamente R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) devem ser repassados para ESMAM após a conclusão de todas as fases do concurso.

Cabe lembrar, ainda, que no início da gestão havia uma determinação do CNJ para que o concurso fosse realizado no prazo máximo de 60 dias. A seleção foi realizada e atualmente o concurso prossegue sem problemas, apesar da tentativa de o suspenderem perante o CNJ alegando vício na contratação, o que foi afastado pelo colendo Tribunal após verificar a legalidade e regularidade do certame.

Em 2016 a Administração investiu na capacitação dos servidores que trabalham diretamente na realização dos contratos e na fiscalização dos serviços. Há muito tempo os Pregoeiros reivindicavam a participação em cursos de relevância na área de licitações e contratos. Este ano todos os pedidos foram atendidos, somando-se mais de 380h de cursos e a capacitação de 212 servidores.

Por fim, a atual coordenadoria reativou os serviços de publicação das licitações no site do TJMA, que não vinha sendo cumprida desde 2013. Exigência da lei 10.520/02, da lei 8.666/93, e da Lei de Acesso à Informação.

5. DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO

A Divisão de Protocolo e Arquivo tem por atribuição o protocolo de requisições administrativas no Sistema Digidoc, protocolo de petições e ofícios requisitórios referente a Precatórios, no Sistema Themis SG e recebimento, coleta e tratamento das correspondências destinadas ao Correio.

MÊS	DIGIDOC	THEMIS SG	PROCESSOS DE CORRESPONDÊNCIA PARA POSTAGEM
JAN	567	362	151
FEV	507	361	166
MAR	561	733	212
ABR	718	743	246
MAI	702	678	231
JUN	866	1012	245
JUL	558	1190	232
AGO	674	1129	257
SET	292	560	206
OUT	753	638	231
NOV	754	735	259
DEZ	400	178	93
TOTAL	7.352	8.319	2.529

Considerando o contingenciamento orçamentário-financeiro imposto pelo cenário de crise nacional, a Divisão de Protocolo e Arquivo, responsável pela fiscalização do contrato celebrado entre o Tribunal e a ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, iniciou em fevereiro deste ano um trabalho de medidas restritivas e contenção de gastos com as correspondências, que resultou na economia de R\$ 331.446,87 comparando os gastos com o ano de 2015, conforme planilha abaixo:

MÊS	2015 TJ	2016 TJ	2015 CGJ	2016 CGJ	2015 TOTAL	2016 TOTAL
JAN	R\$ 68.164,02	61.772,65	316.433,26	260.366,27	384.597,24	322.138,92
FEV	R\$ 53.585,78	54.045,03	370.500,68	365.064,97	424.086,46	419.110,00
MAR	R\$ 84.615,03	94.112,29	462.050,09	337.087,82	546.665,12	431.200,11
ABR	R\$ 61.217,01	82.697,05	389.718,91	422.543,95	450.935,92	505.241,00
MAI	R\$ 72.946,75	81.456,43	476.273,62	392.785,90	549.220,37	474.242,33
JUN	R\$ 77.934,25	67.691,70	446.000,22	392.522,57	523.934,47	460.214,27
JUL	R\$ 75.552,72	92.253,85	452.309,11	405.981,60	527.861,83	498.235,45
AGO	R\$ 75.423,82	82.095,23	461.655,52	386.901,38	537.079,34	468.996,61
SET	R\$ 72.948,32	99.874,54	460.888,47	428.097,38	533.836,79	527.971,92
OUT	R\$ 85.004,78	87.983,42	479.525,13	374.542,21	564.529,91	462.525,63
NOV	R\$ 65.871,02	72.505,04	364.136,68	369.390,11	430.007,70	441.895,15
DEZ	R\$ 61.772,85	85.817,75	260.366,27	365.858,30	322.139,12	451.676,05
TOTAL	855036,35	962.304,98	4.939.857,96	4.501.142,68	5.794.894,31	5.463.447,44

DIRETORIA
Financeira

1. GABINETE DA DIRETORIA FINANCEIRA

De forma abrangente, ao longo do exercício de 2016, as atividades do Gabinete da Diretoria Financeira compreenderam: o controle de documentações exercendo a gerência de apoio à execução de atos da Administração; a preparação e encaminhamento de expedientes; a revisão de atos administrativos e normativos; a supervisão dos encaminhamentos indicados pelo Diretor; a publicidade

aos Instrumentos Normativos (vistos ao Portal das Finanças, publicação de empenhos e portarias, etc.), realização de reuniões com demais setores objetivando a programação orçamentária 2016; a emissão de cartões corporativos a titulares, em consonância com os normativos deste Tribunal e o controle dos lançamentos de créditos para uso do cartão corporativo aos titulares no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Processos e Documentos ao Gabinete da Diretoria Financeira em 2016

No exercício 2016 destaca-se a realização de: 29 (vinte e nove) aberturas de processos no setor, 7.764 processos recebidos, 13 processos arquivados e 7.766 processos encaminhados (distribuídos para demais setores com e/ou sem documentos), perfazendo tempo médio de 0,4 (zero vírgula quatro) dia ao gabinete. Ressalta-se que, os processos de maior incidência no setor foram ADIANTAMENTOS, PAGAMENTO DE FATURAS, REVISÃO DE PROVENTOS (PESSOAL), LOCAÇÃO DE IMÓVEIS e PAGAMENTO DE FORNECEDORES.

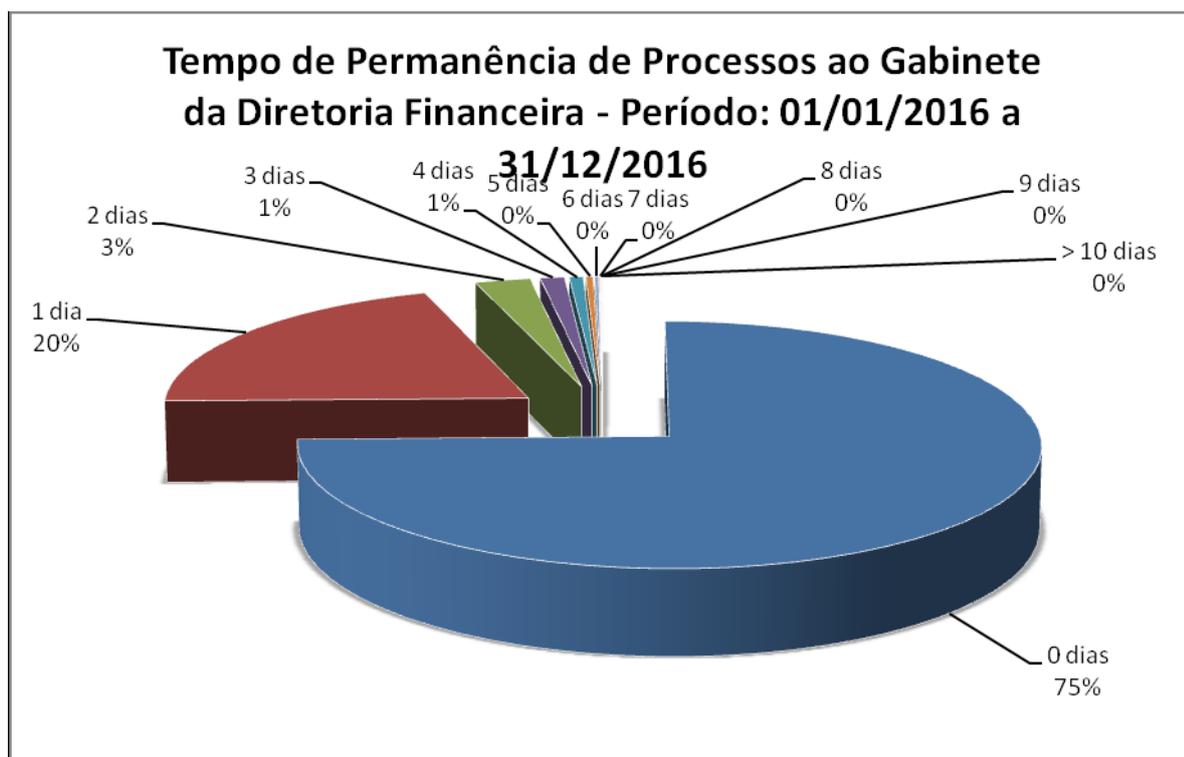


Figura 1 - Permanência de Processos no Gabinete da Diretoria Financeira. FONTE: DIGIDOC, 2016.

No quadro a seguir, apresenta-se a criação de documentos no exercício 2016 e o comparativo com o exercício 2015. Destaca-se, entretanto, que: 1) As decisões passaram todas ao Presidente, visto em 2015, na gestão anterior, o diretor financeiro recebera delegação para decisões em processos de pagamento luz, água, telefone, etc; 2) A maior parte dos despachos 2016 envolveram despacho de processos de adiantamento do cartão corporativo; e 3) O quantitativo maior de ofícios em 2015, com mais ocorrências, visto um serviço não-rotineiro, objetivando a comunicação/notificação de providências para portadores do cartão corporativo, no intuito de regularizar a situação junto ao setor.

**QUANTITATIVO
DE DOCUMENTOS
EXPEDIDOS**
01/01/2016 a
31/12/2016



1 Circular	15 Informações	5 Decisões	5 Declarações	175 Ofícios
1 Notificações	2096 Despachos	787 Portarias de Diárias	109 Memorandos	

1.2 Portarias e Pagamento de Diárias em 2016

Em 2016 deu-se a criação de 787 (setecentos e oitenta e sete) Portarias de Diárias, originando Total de Diárias Pagas no exercício de 2016 em R\$ 1.825.241,35 (hum milhão, oitocentos e vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e hum reais e trinta e cinco centavos).

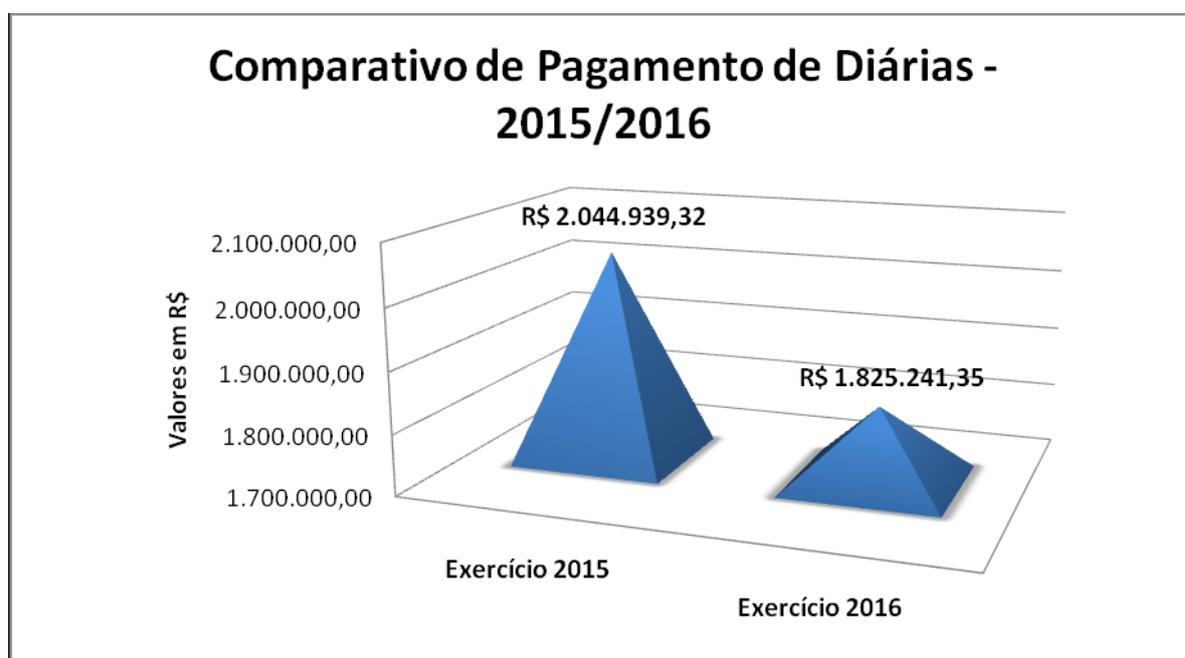


Gráfico 1 - Pagamento de Diárias 2016 (comparativo com 2015). FONTE: Relatório SCO, 2016.

1.3 Suprimento de Fundo - Emissões de Cartões Corporativos e Créditos Adiantamentos

Quanto as providências nas emissões de cartões corporativos a titulares para uso de créditos via cartão corporativo, dos quais ao final do exercício de 2016, obteve-se a seguinte apuração:

EMISSÕES DE CARTÕES CORPORATIVOS – 01/01/2016 a 31/12/2016 (Comparativo ao mesmo período em 2015)						
Quantidade por Centro de Custo	Despesas de Pronto Pagamento		Júri		Adiantamento Excepcional	
	em 2015	2016	em 2015	2016	em 2015	2016
Total	73	62	38	15	25	17

Quadro 1 - Emissões de Cartões Corporativos pela Diretoria Financeira TJMA. Fonte: SCO, 2016.

DESPESAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS - ADIANTAMENTO CARTÃO CORPORATIVO PERÍODO DE 01/01/2016 A 31/12/2016 (Incluída comparação ao mesmo período ao exercício 2015)						
Tipos	EMPENHADO (em R\$)		LIQUIDADO (em R\$)		PAGO (em R\$)	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Pronto Pagto	620.984,09	622.688,22	620.984,09	622.418,40	620.984,09	622.418,40
Júri	273.639,77	349.914,24	273.639,77	349.914,24	273.639,77	349.914,24
Excepcional	0,00	59.672,00	0,00	59.672,00	0,00	59.672,00
Totais	894.623,86	1.032.274,46	894.623,86	1.032.004,64	894.623,86	1.032.004,64

Quadro 2 - Despesas com Suprimento de Fundos (Créditos p uso do cartão). Fonte: SCO 2015/2016, SIAFEM, 2015/2016.

1.4 Participação na Elaboração de Normativos

- Resolução-GP-42016 - Dispõe sobre os novos valores das diárias concedidas a magistrados, servidores e colaboradores eventuais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências (obs: já em vigência no âmbito do TJMA);
- Resolução-GP-12017 - Dispõe sobre a concessão de auxílio-bolsa de estudos para cursos de graduação e de pós graduação no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão, e outras providências. (Publicada no D.J.E, ed. 8/2017 de 19.01.2017, p.37-40);;
- Resolução-GP-582016 - Institui o “Programa de Descontos e Vantagens” para os servidores do TJMA e dá outras providências. (Publicada no D.J.E., ed. 194 de 21.10.2016, p. 166-169);
- Resolução-GP-552016 - Estabelece regras voltadas à economicidade no uso e aquisições de materiais e serviços e altera o art. 4º da Resolução nº. 27/2010, que versa sobre gestão de gastos e responsabilidade ambiental. (Publicada no D.J.E, ed.186 de 10.10.2016, p.105-109);
- Portaria-GP-10932016 - Dispõe sobre a utilização de Plano(s) Interno(s) de Ações como instrumento gerencial de gestão orçamentária e financeira no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 206 de 10.11.2016, p. 262-275) e Republicada no D.J.E., ed. 206(suplemento) de 10.11.2016, p. 8-10).

1.5 Atendimento às exigências adaptações do CNJ

Assiduamente, esta Diretoria promoveu o atendimento de ajustes das exigências legais e normativas de controle da Resolução 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Ajustes na Publicação da Resolução 195 do Conselho Nacional de Justiça

– CNJ, que trata: 1- QDD interno da Lei Orçamentária Anual de 2016; 2-Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária de 2015. Observação: AJUSTES NA DATA, conforme verifica-se ao processo Digidoc 10296/2016.

2. COORDENADORIA DE FINANÇAS

A Coordenadoria de Finanças, no exercício financeiro 2016, realizou atividades objetivando a efetuação de empenhos, liquidações e pagamentos das despesas do Poder Judiciário; assim como o acompanhamento das movimentações bancárias; comunicação com credores; elaboração de fluxo financeiro para o exercício fiscal; assessoramento de

outras unidades administrativas/judiciais do TJMA; atualização do portal da transparência do TJ-MA. Outrossim, foram desenvolvidas medidas de controle de gestão reequilíbrio econômico-financeiro da unidade gestora do TJMA 040101; Inscrição e liquidação de empenhos inscritos em restos a pagar com correspondente financeiro; regularização dos

pagamentos de despesas de exercícios anteriores. Em verificação ao Relatório do Sistema Digidoc, a Coordenadoria de Finanças do TJMA, neste período, operou com 12.282 (doze mil, duzentos e oitenta e dois) processos, gerando o relatório estatístico a seguir:

QUANTITATIVO DE EMPENHOS REALIZADOS POR UNIDADE GESTORA (UG) - PERÍODO DE 01.01.2016 A 31.12.2016

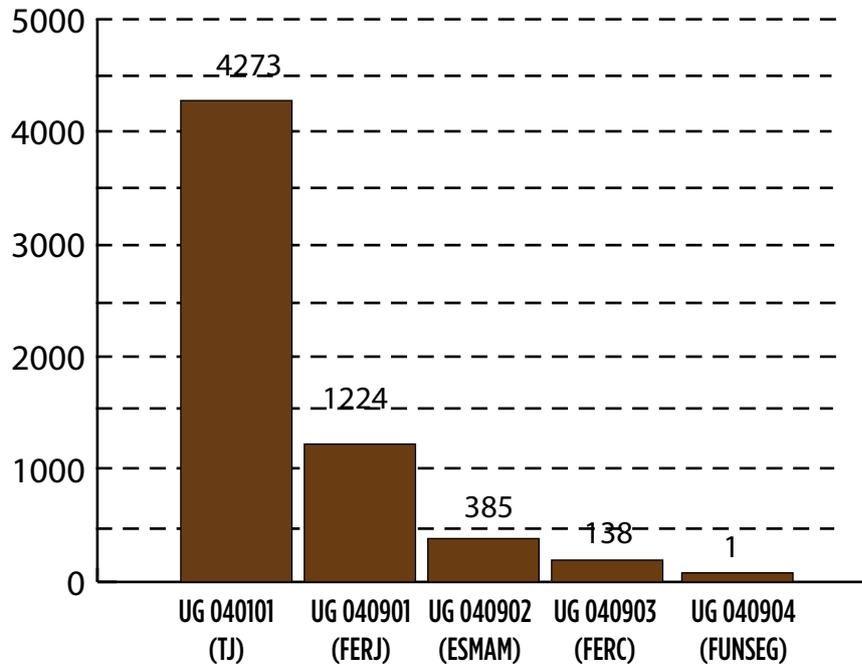


Gráfico 2 - Quantitativo de Empenhos Realizados Por Unidade Gestora (UG). FONTE: Siafem, 2016.

QUANTITATIVO DE LIQUIDAÇÕES REALIZADOS POR UNIDADE GESTORA (UG) - PERÍODO DE 01.01.2016 A 31.12.2016

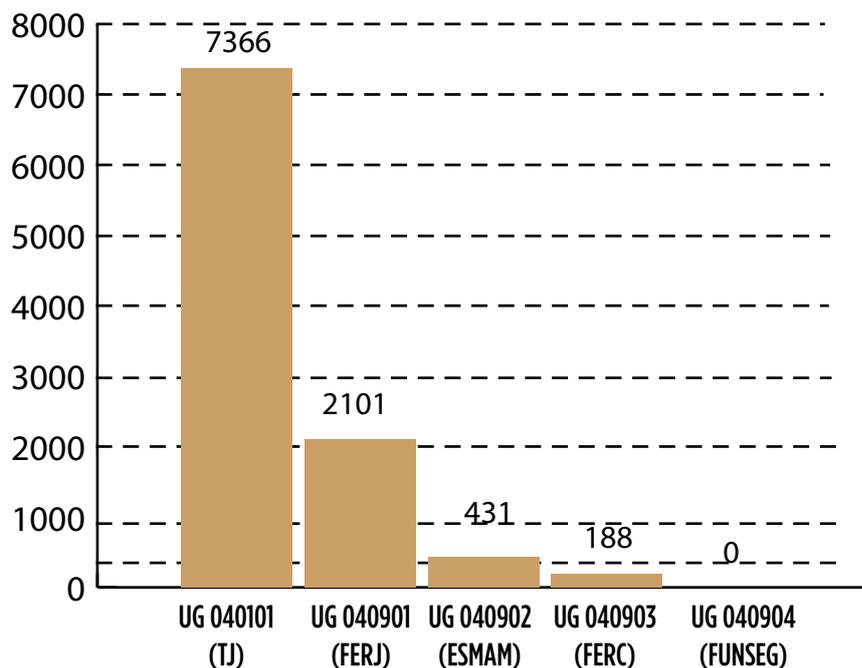


Gráfico 3 - Quantitativo de Liquidações Realizadas Por Unidade Gestora (UG). FONTE: Siafem, 2016.

QUANTITATIVO DE ORDENS BANCÁRIAS REALIZADOS POR UNIDADE GESTORA (UG) - PERÍODO DE 01.01.2016 A 31.12.2016

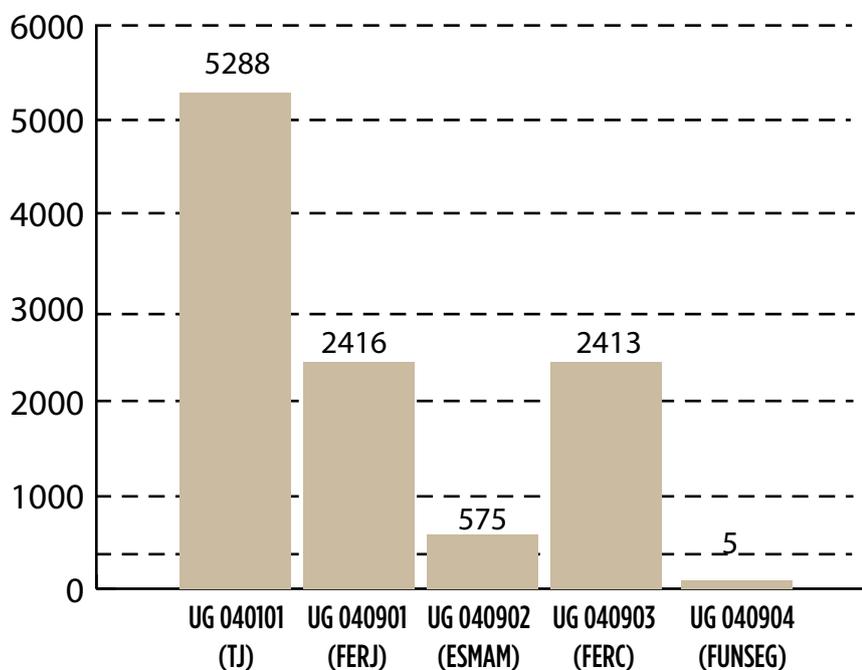


Gráfico 4 - Quantitativo de Ordens Bancárias Por Unidade Gestora (UG). Fonte: Siafem 2016.

Envidando esforços, durante todo o exercício financeiro de 2016, para quitar passivos do Tribunal, oriundos de gestões anteriores, foram adimplidos o montante de **R\$ 13.434.934,12** (treze milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais e doze centavos) de Restos a

Pagar executados, bem como o montante de R\$ 14.248.451,34 (quatorze milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos) de Despesas de Exercícios Anteriores, reconhecidas e adimplidas.

PASSIVOS DE GESTÕES ANTERIORES - Total de Passivos Pagos: R\$27.683.385,46



3. COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A Coordenação de Contabilidade do Tribunal de Justiça do Maranhão, vinculada à Diretoria Financeira – TJ/MA, dentre as suas várias atribuições, destacamos como realizadas no primeiro semestre de 2016, as seguintes: O Gerenciamento da Prestação de Contas do Cartão Corporativo, o controle dos Reembolsos Auxílio-Livro a Magistrados e Contabilização das contas do TJMA.

3.1 Dos Adiantamentos do Exercício 2016

A análise e controle dos processos de liberação de créditos do Cartão Corporativo, no exercício 2016, totalizaram 887 (oitocentos e oitenta e sete) processos efetivamente liberados, nas seguintes finalidades:

Quantitativo de Adiantamentos Requisitados em 2016 (Período até 31/12/2016)					
Código	Tipo	Quant.	Adiantamento Excepcional		
			Requerido (R\$)	Pago (R\$)	Apresentado (R\$)
3	Alimentação do Júri	209	389.560,00	350.291,70	317.153,90
5	Excepcional	9	67.672,00	51.672,00	51.672,00
1	Pronto Pagamento	669	663.600,00	629.826,96	612.917,75
Total		887	1.120.832,00	1.031.790,66	981.743,65

Gráfico 6 - Quantitativo de Adiantamentos Requisitados em 2016 (Período até 31/12/2016). FONTE: SCO e SIAFEM, 2016.

Das liberações efetuadas no exercício o montante de R\$ 981.744,45 (novecentos e oitenta e um mil setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) já foram comprovadas, conforme processos de prestações de contas encaminhados à coordenação.

3.2 Da Contabilização da Folha de Pessoal 2016

A Contabilização da Folha de Pessoal, exercício 2016, com observância das normas legais e classificações contábeis exigidas no novo plano de Contas aplicado ao Setor Público. Identificando as despesas de pessoal e as de custeio pagas em contracheque, tais como os auxílios (auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio transporte,

auxílio moradia magistrados, auxílio aos militares - convênio, auxílio produtividade oficiais de justiça e auxílio transporte dos oficiais de justiça, totalizando até o mês de novembro, incluindo 2ª parcela do décimo, **R\$752.693.703,22** (setecentos e cinquenta e dois milhões seiscentos e noventa e três mil setecentos e três reais e vinte e dois centavos).

FOLHA DE PESSOAL				
Mês / Tópico	PESSOAL	ENCARGOS PATRONAIS	AUXÍLIOS	TOTAL
JANEIRO	46.035.932,25	6.546.427,79	9.145.245,87	61.727.605,91
FEVEREIRO	46.527.399,92	6.546.866,31	9.224.181,36	62.298.447,59
MARÇO	45.793.326,65	6.505.705,45	9.324.536,54	61.623.568,64
ABRIL	46.253.794,10	6.553.380,23	9.393.829,58	62.201.003,91
MAIO	46.272.798,83	6.526.437,96	9.316.928,09	62.116.164,88
JUNHO (1ª PAR- CELA DÉCIMO)	67.406.818,31	6.581.208,59	8.572.605,06	82.560.631,96
JULHO	53.412.852,11	6.600.892,56	8.474.857,34	68.488.602,01
AGOSTO	53.210.856,19	6.679.026,43	8.503.494,02	68.393.376,64
SETEMBRO	47.090.220,85	6.709.723,23	8.616.794,63	62.416.738,71
OUTUBRO	53.100.004,02	6.661.385,90	9.019.349,63	68.780.739,55
NOVEMBRO	47.063.621,30	6.668.966,03	9.001.327,68	62.733.915,01
2ª PARCELA DÉCIMO	23.131.919,35	6.220.989,07	-	29.352.908,42
DEZEMBRO	-	-	-	-
TOTAL	575.299.543,88	78.801.009,55	98.593.149,80	752.693.703,23

Quadro 3 - Contabilização da Folha de Pessoal 2016. FONTE: SIAFEM, 2016.

Os auxílios financeiros pagos em folha de pessoal tiveram o seguinte detalhamento:

AUXÍLIOS CUSTEIO (GRUPO 3) TRIBUNAL - Benefícios (Valores em R\$)	
AUX. MORADIA (MAGISTRADOS)	14.402.731,72
AUX. ALIMENTAÇÃO	44.156.158,14
AUX. SAÚDE	12.668.408,53
AUX. MORADIA (PAE)	4.033.425,95
FUNÇÃO MILITAR CONVÊNIO	5.927.766,42
HORA-AULA	44.328,00
VALE TRANSPORTE	3.161.597,40
TOTAL	84.394.416,16
AUXÍLIOS CUSTEIO (GRUPO 3) FERJ - Oficiais de Justiça (Valores em R\$)	
AUX. TRANSPORTE OFICIAIS	3.942.761,72
PRODUTIVIDADE OFICIAIS	10.255.971,92
TOTAL	14.198.733,64

Quadro 4 - Auxílios financeiros pagos em folha de pessoal. FONTE: SIAFEM 2016.

3.3 Das demais atividades da Coordenadoria de Contabilidade em 2016

1) Contabilização das restituições ao erário efetuadas por servidores por recebimento de valores indevidos, no período de janeiro a dezembro, no valor de R\$ 204.920,35 (duzentos e quatro mil novecentos e vinte reais e trinta e cinco centavos);

2) Contabilização dos ressarcimentos dos servidores cedidos para outros órgãos, no período de janeiro a dezembro, no valor de R\$ 2.363.163,50 (dois milhões trezentos e sessenta e três mil cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos);

3) Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º Quadrimestre de 2016 evidenciando um percentual de 5,44% e 5,22% da Receita Corrente Líquida, respectivamente;

4) Elaboração das conciliações bancárias das Unidades Gestoras do Poder Judiciário;

5) Lançamento de Aplicações Financeiras dos meses de janeiro a novembro totalizando R\$ 9.758.290,03 (nove milhões setecentos e cinquenta e oito mil duzentos e noventa reais e três centavos);

RENDIMENTO APLICAÇÃO TOTAL 2016 (R\$)			
UG	C/C	VALOR	TOTAL UG
TJ	18636-8	2.028.726,66	5.018.691,67
	10000-5	1.875.437,71	
	5169-1	52.952,78	
	31000-X	8.764,38	
	29000-9	1.052.810,14	
ESMAM	6420-3	191,81	37.659,25
	28472-6	37.467,44	
FERJ	10685-2	1.137.474,08	4.048.724,55
	6458-0	981.215,32	
	9575-3	1.930.035,15	
FERC	6884-5	426.742,76	518.423,51
	6837-3	91.680,75	
FUNSEG	7956-1	134.791,05	134.791,05
Total (R\$)			9.758.290,03

Quadro 5 - Rendimento Aplicação Total 2016. FONTE: SIAFEM, 2016.

6) Inscrição responsabilidades por valores não restituídos na Dívida Ativa do Estado, totalizando 86 inscrições no período de jan a dezembro/2016;

7) Apuração das Receitas do FERJ, FERC, FUNSEG e Contrato de consignação Banco do Brasil para Contabilização, dos meses de janeiro a novembro/2016;

ARRECADAÇÃO 2016	
FERJ	87.028.077,72
FERC	5.574.809,57
B BRASIL	13.004.730,48
FUNSEG	2.610.842,33
Total	108.218.460,10

Quadro 6 - Apuração das Receitas. FONTE: SIAFEM, 2016.

8) Foram liberados 247 (duzentos e quarenta e sete) requisições de reembolso Auxílio-livro, totalizando R\$ 217.138,94 (duzentos e dezessete mil cento e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos).

Ademais, informamos que todas as outras atribuições desta coordenadoria foram desenvolvidas dentro do padrão de normalidade e atenderam as exigências demandadas.

4 COORDENADORIA DE PAGAMENTO

Considerando o exercício 2016, a Coordenadoria de Pagamento, juntamente a sua Divisão de Folha de Pagamento vem informar realizou as seguintes atividades, destacando-se:

- nomeações de cargos efetivos, comissionados, militares, requisitados e magistrados; inclusão/exclusão/alteração de funções gratificadas; exonerações e cálculos de verbas rescisórias; alterações de cargos comissionados (troca de cargos); cálculos e pagamentos de substituição de servidores; pagamentos de substituição de magistrados; informações, cálculos e implantação de processos de restituição ao erário; envio de remessa para pagamento de consignações; inclusão/alteração/exclusão de empréstimos consignados; inclusão/alteração/exclusão de desconto da contribuição sindical (SINDJUS-MA); inclusão/alteração/exclusão de desconto de auxílio-saúde (SINDJUS-MA); inclusão/alteração/

exclusão de desconto de filiação à ASFUJEMA; inclusão e exclusão de dependentes;; implantação e cálculos de titularização de magistrados; cálculos e implantação de indenização de licença-gestante (estabilidade); certidão de imposto de renda (magistrados); GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS); cálculos e implantação de abono permanência; cálculos, inclusão/exclusão da gratificação por atividade judiciária (GAJ); informações às notas de auditoria; cessão/requisição de servidores; inclusão/exclusão de contribuição sindical anual; processos de pagamento de gratificação natalina integral, entre outros inerentes à atribuições do setor;

Informamos ainda que, a partir de janeiro/2016, a empresa ZetraSoft Ltda, passou a exercer o controle efetivo das consignações dos membros e servidores deste Poder, através do sistema E-CONSIG, conforme termo de Comodato n.º 01/2015 TJMA.

4.1 Das atividades da Coordenadoria de Pagamento em 2016

QUANTITATIVO DE PROCESSOS - COORD. PAGAMENTO 2016												
COORDENADORIA DE PAGAMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Processos Remanescentes mês anterior	0	431	450	546	567	673	840	732	591	717	772	831
Processos abertos	299	259	273	202	233	205	186	166	92	122	122	41
Processos Recebidos/ Entradas	275	474	506	431	398	518	403	557	357	366	440	279
Processos Arquivados	22	40	147	20	23	12	18	121	186	16	13	10
Processos Encaminhados/ Saídas	382	432	613	517	587	605	404	710	404	346	494	251

Quadro 7 - Relatório Estatístico de Processos da Coord. de Pagamento. FONTE: Relatório DIGIDOC, 2016.

QUANTITATIVO DE PROCESSOS - DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO												
DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Processos Remanescentes mês anterior	0	252	328	362	480	533	606	664	716	660	626	603
Processos abertos	153	70	94	80	70	116	105	94	84	56	65	25
Processos Recebidos/ Entradas	206	354	373	206	293	248	210	380	231	271	180	99
Processos Arquivados	1	5	1	3	3	2	1	2	2	6	0	0
Processos Encaminhados/ Saídas	267	258	390	249	242	209	241	414	261	377	279	147

Quadro 8 - Relatório Estatístico de Processos da Divisão de Folha de Pagamento. FONTE: Relatório DIGIDOC, 2016.

Entretanto, algumas atividades desenvolvidas não são advindas de processos administrativos, motivo pelo qual há a impossibilidade de demonstrar comprovadamente por relatório do Digidoc, dentre elas, por exemplo, as exonerações e nomeações de servidores.

Dessa forma, considerando relatórios do sistema Mentorh, informamos que forma cerca de 310 (trezentos e dez) exonerações, sendo:

Quantidade de Exonerações do Quadro de Pessoal TJMA Período 01/01/2016 a 31/12/2016

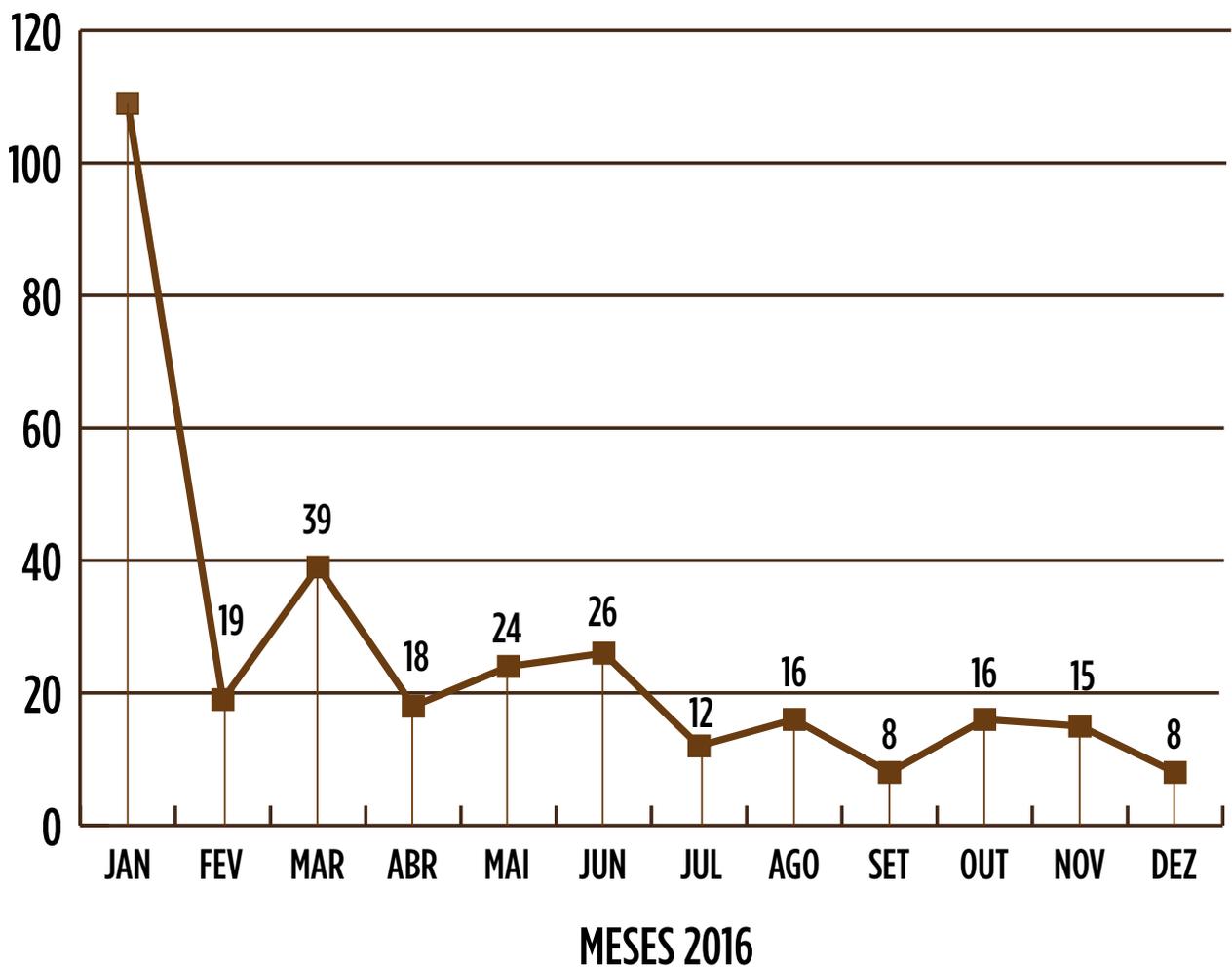


Gráfico 7 - Exonerações do Quadro de Pessoal TJMA em 2016. FONTE: Sistema MENTORH, 2016.

Ressalte-se que, o grande número constatado no mês de janeiro/2016 deveu-se às nomeações de novos servidores tendo em vista a posse da nova administração.

Por sua vez, dentre as nomeações/designações, estas totalizaram cerca de 387 (trezentos e oitenta e sete), sendo:

NOMEAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2016					
MÊS	MAGISTRADOS	SRV EFETIVO	COMISSIONADOS	REQUISITADOS	TOTAL
Janeiro	0	46	26	3	75
Fevereiro	0	17	20	8	45
Março	0	16	11	0	27
Abril	0	11	18	1	30
Maio	0	4	18	1	23
Junho	5	6	25	3	39
Julho	0	6	29	1	36
Agosto	5	4	8	7	24
Setembro	0	8	20	3	31
Outubro	0	5	14	1	20
Novembro	0	2	13	2	17
Dezembro	0	5	8	7	20
TOTAL	10	130	210	37	387

Quadro 9 - Nomeações no exercício de 2016. Fonte: Sistema MENTORH 2016.

Esclarecemos que as nomeações de servidores efetivos inclui também as nomeações destes para cargo em comissão, ou designações para funções gratificadas.

Realizamos os pagamentos da GPJ (Gratificação por Produtividade Judiciária) relativo ao exercício de 2015, nos meses de julho, agosto e outubro/2016 de acordo com a apuração do planejamento estratégico e em novembro e dezembro/2016, aos servidores que entraram com recursos administrativos deferidos pela presidência deste Poder, sendo:

Pagamento da GPJ (Gratificação por Produtividade Judiciária) relativo ao exercício de 2015	
MÊS	MAGISTRADOS
Mês	Valor (em R\$)
JULHO/2016	5.912.993,09
AGOSTO/2016	5.964.353,89
OUTUBRO/2016	5.917.296,44
NOVEMBRO/2016	37.546,53
DEZEMBRO/2016	102.202,57
TOTAL	17.934.392,52

Obs: O pagamento da GPJ ocorreu nos meses de Julho/16, Agosto/16 e Outubro/16.

Quadro 10 - Pagamentos da GPJ (Gratificação por Produtividade Judiciária) relativo ao exercício de 2015, nos meses de julho, agosto e outubro/2016. Fonte: SCO, MENTORH, 2016.

Por fim, em dezembro/2016, esta Coordenadoria realizou os reajustes dos auxílios saúde e alimentação aos servidores ativos deste Poder, conforme RESOLUÇÃO GP 68/2016, retroativo ao mês de novembro/2016 e o pagamento da 2ª parcela da gratificação natalina aos servidores e magistrados deste Poder, com autorizado para o dia 15/12/2016.

5 COORDENADORIA DE ORÇAMENTO

As atividades da Coordenadoria de Orçamento, dentro do exercício 2016, objetivaram: 1) Proceder às informações e dados necessários para a elaboração da proposta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual do Poder Judiciário; 2) Coordenar e fiscalizar a aplicação dos créditos, efetuando as operações necessárias ao controle e execução do orçamento; 3) Promover, dirigir, coordenar e supervisionar todas as funções

relacionadas ao orçamento do Poder Judiciário; 4) Analisar e avaliar os processos que envolvam gastos públicos, observando os aspectos legais; 5) Realizar os provisionamentos (disponibilidade orçamentária) das despesas autorizadas no âmbito do Poder Judiciário; 6) Acompanhar a realização dos créditos orçamentários e; 7) Exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

5.1 Apresentação de dados estatísticos, levantamentos e abordagem do desempenho das atividades da Coordenadoria de Orçamento TJMA

Encaminhamos em anexo, relatório que retrata a execução da despesa orçamentária deste poder Judiciário no período de janeiro a dezembro (01/01 a 15/12/2016) do corrente ano, extraído do SISTEMA DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - SCO, informando os recursos orçamentários disponíveis e comprometidos, assim como os valores empenhados e liquidados até a presente data, para comparação dos dados.

Anexamos ainda levantamento do quantitativo de processos administrativos que tramitaram por esta Coordenadoria de Orçamento, extraídos do Sistema Digidoc, para atendimento de diversas solicitações

(solicitação de disponibilidade orçamentária, fracionamento de despesa, renovações contratuais, aditivos, execução contratual entre outras).

PROCESSOS NA COORD. DE ORÇAMENTO - EXERCÍCIO 2016													
Tópico/Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Processos Abertos	1	0	4	1	0	1	2	6	3	1	5	0	24
Processos Recebidos/ Entradas	218	329	445	410	418	434	360	494	407	395	492	177	4579
Processos Arquivados	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	2	0	5
Processos Encaminha- dos/ Saídas	164	368	431	395	382	431	343	453	406	391	490	192	4446

Quadro 11 - Relatório Tramitação de Processos JAN-DEZ 2016. Fonte: Digidoc 2016.

5.2 Implementação de medidas adotadas para Controle de Gestão e atividades da Coordenadoria de Orçamento TJMA

Inicialmente temos a informar que no primeiro semestre da Gestão do Des. Cleones Carvalho Cunha na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão a Diretoria Financeira realizou diversas avaliações no que diz respeito à adequação da realidade orçamentária deste Poder Judiciário com as despesas previstas a serem honradas.

Na Proposta Orçamentária do Poder Judiciário do Maranhão, para o exercício financeiro de 2016, ocorreu um corte no valor de R\$ 255.535.826,00 (Duzentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e oitocentos e vinte e seis reais), quando da publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei N° 40.405/2015 de 30/12/2015).

Através do Ofício N°. 001/2016/DF-GP, foi solicitado junto ao Poder Executivo, por meio da Presidência desta E. Corte, a abertura de créditos adicionais para reforço dos valores já disponibilizados com a justificativa de garantir a liquidação das obrigações já assumidas, das pendentes e das que dependem de implemento de condição.

Após especificado e justificado todos os valores necessários foram autorizados o atendimento de créditos adicionais suplementares a este Poder Judiciário no montante de R\$ 68.132.815,00

(Sessenta e oito milhões, cento e trinta e dois mil e oitocentos e quinze reais) para obrigações de Custeio e Pessoal.

Exposto isso, importante ressaltar que, considerando a situação de severa restrição orçamentária e financeira em que se encontra o Governo do Estado e, por consequência, este Poder Judiciário, e em função da situação econômico financeira que passa atualmente o País, os esforços realizados pela mesa diretora no sentido de redução imediata e efetiva das despesas de custeio e com nossa folha de pessoal já percebidas nesse primeiro ano de gestão.

Dentre as situações como essas, podemos citar ampliação dos critérios de avaliações para justificar as solicitações de novas contratações, renovações contratuais, reajustes e etc.

Na oportunidade, a Diretoria Financeira informou à Diretoria Geral os rateios com os tetos máximos das Macro despesas deste Poder Judiciário, e solicitou que as unidades administrativas envolvidas realizassem as adequações de suas despesas de custeio à realidade orçamentária apresentada.

Foram sugeridas ainda, em relação aos pagamentos das repactuações contratuais que encontravam-se pendentes, readequações nesses

referidos Contratos em vigor, para que os valores a serem reduzidos, pudessem ser absolvidos por essa quantia a ser liquidada.

Importante destacar a criação de um controle de pagamentos indenizatórios de pessoal, que encontravam-se ainda pendentes, em relação a

exercícios anteriores dentre vários tipos de despesas (decisões judiciais; adicional de tempo de serviço; revisão de proventos; progressões e promoções funcionais; substituições; descompressão salarial; diferença de 13º salário e entre outros), totalizando cerca de 637 (seiscentos e trinta e sete) processos.

Quantitativo de Processo de Pessoal de Exercícios Anteriores (Pendentes), pagos em 2016						
Mês	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16
Qtde Processos	-	39	9	36	31	40
Valor (R\$)	-	R \$ 415.054,52	R \$ 823.740,27	R \$ 490.046,26	R\$ 1.429.495,76	R\$ 652.899,09
Mês	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16
Qtde Processos	195	104	58	52	43	30
Valor (R\$)	R \$ 967.842,98	R \$ 1.444.791,67	R \$ 899.888,70	R \$ 2.022.451,01	R \$ 1.884.943,84	R \$ 759.835,41

QUADRO RESUMO - TOTAIS	
Qtde Processos	637
Valor (R\$)	R\$ 11.790.989,51

Quadro 15 – Relatório Tramitação de Processos JAN-DEZ 2016. Fonte: Digidoc 2016.

Foram realizadas também reuniões setoriais com as diversas Diretorias, Assessoria de Comunicação e com a Corregedoria Geral de Justiça tratando-se tanto da execução orçamentária do exercício financeiro 2016, assim como da elaboração da proposta orçamentária para a Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro 2017 e sua adequação à Resolução N° 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

Tratando-se especificamente da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017, cabe destacar as mudanças para o seu mecanismo de elaboração, como a adoção de categorias de despesa, agregadores e despesas agregadas, com a criação de planos internos específicos demonstrando de forma mais clara e qualitativa os valores das previsões orçamentárias.

Outra consideração deve ser feita aos cursos de capacitação ofertados aos servidores dessa Coordenadoria de Orçamento (Contabilidade Pública; Auditoria em Obras Públicas; Gestão Tributária de Contratos e Convênios; Execução Orçamentária, Financeira e Contábil e a Lei de Responsabilidade Fiscal) contribuindo para o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas nesse setor assim como da qualidade e modernização dos serviços prestados.

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
ORGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / PROJETO-ATIVIDADE / PLANO INTERNO	DOT.INICIAL	CRÉD.ADIC.	DOT.ATUAL (A)	COMPROMET.	EMP.SIAFEM (B)	LIQ.SIAFEM (C)	(C)/(A) EM %
04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	1.142.631.132	97.495.847	1.227.495.074	1.095.680.724	1.082.946.199	1.058.194.381	86,2%
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	1.018.686.461	81.228.806	1.086.983.362	972.039.305	958.548.012	953.051.584	87,7%
0900 - CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	63.000.000	734.955	63.734.955	63.302.637	63.302.637	63.302.637	99,3%
319107-0101000000 - CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	63.000.000	734.955	63.734.955	63.302.637	63.302.637	63.302.637	99,3%
319113-0101000000 - OBRIGACOES PATRONAIS	0	0	0	0	0	0	0,0%
319192-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - DESPESAS DE PESSOAL	0	0	0	0	0	0	0,0%
0901 - CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA	25.000.000	0	25.000.000	22.239.991	22.239.991	22.239.991	89,0%
319013-0101000000 - OBRIGACOES PATRONAIS	25.000.000	0	25.000.000	22.239.991	22.239.991	22.239.991	89,0%
0902 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL	229.482.026	0	229.482.026	123.338.328	123.337.987	123.337.987	53,7%
339091-0101000000 - SENTENCAS JUDICIARIAS DE DESPESAS CORRENTES	229.482.026	0	229.482.026	123.338.328	123.337.987	123.337.987	53,7%
4305 - ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAUDE	14.500.000	28.500	14.528.500	13.999.119	13.999.119	13.999.119	96,4%
339093-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	14.500.000	28.500	14.528.500	13.999.119	13.999.119	13.999.119	96,4%
4434 - ACESSO À JUSTIÇA	683.917.030	80.465.351	753.650.476	748.695.951	735.204.999	729.800.597	96,8%
319011-0101000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	552.034.639	19.893.358	495.627.997	495.528.887	495.527.377	495.405.710	100,0%
319016-0101000000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.600.000	0	5.400.000	5.348.497	5.348.497	5.348.497	99,0%
319091-0101000000 - SENTENCAS JUDICIARIAS DE PESSOAL	41.638.100	0	100.017.100	99.592.248	99.592.248	99.592.248	99,6%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS							
Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
319092-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - DESPESAS DE PESSOAL	2.000.000	18.271.901	26.460.996	24.812.871	24.184.838	24.184.838	91,4%
319093-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - DESPESAS DE PESSOAL	0	0	0	0	0	0	0,0%
319094-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	500.000	0	500.000	421.710	421.710	421.710	84,3%
319096-0101000000 - RESARCIMENTO DE PESSOAL REQUISITADO	200.000	0	200.000	80.142	80.142	77.036	38,5%
339008-0101000000 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	0	0	0	0	0	0	0,0%
339014-0101000000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	800.000	0	1.081.000	1.053.270	1.049.795	1.049.795	97,1%
339030-0101000000 - MATERIAL DE CONSUMO	250.000	0	3.560.000	3.037.273	3.032.598	1.893.281	53,2%
339030-0301000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0	13.096.001	20.300	0	0	0	0,0%
339033-0101000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	450.000	0	680.000	679.291	679.291	577.020	84,9%
339034-0101000000 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	2.300.000	0	62.000	61.634	61.634	61.634	99,4%
339036-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	300.000	0	290.000	247.949	247.949	197.926	68,3%
339037-0101000000 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	9.621.000	12.619.236	12.910.236	12.828.057	12.828.057	12.080.227	93,6%
339039-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.150.000	0	8.104.770	7.525.277	7.523.217	6.135.971	75,7%
339041-0101000000 - CONTRIBUIÇÕES	0	0	12.000	12.000	12.000	12.000	100,0%
339046-0101000000 - AUXILIO ALIMENTAÇÃO	42.500.000	7.068.970	49.568.970	49.027.623	49.027.623	49.027.623	98,9%
339047-0101000000 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	0	0	12.000	11.050	11.050	5.525	46,0%
339048-0101000000 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	14.000.000	415.885	15.765.885	15.733.562	15.733.562	15.733.562	99,8%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS							
Início da dotação: 01/01/2016				Fim da dotação: 31/12/2016			
339049-0101000000 - AUXÍLIO TRANSPORTE	2.000.000	1.600.000	3.600.000	3.466.095	3.466.095	3.466.095	96,3%
339092-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	7.173.291	7.500.000	12.721.291	12.208.272	12.208.272	12.201.321	95,9%
339092-0301000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	0	0	12.845.701	12.845.700	0	0	0,0%
339093-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	50.000	0	857.000	822.632	817.432	814.701	95,1%
339139-0101000000 - OUTROS SERV DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	350.000	0	353.230	353.176	352.875	352.875	99,9%
449052-0101000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0	0	3.000.000	2.998.737	2.998.737	1.161.002	38,7%
4478 - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	2.787.405	0	587.405	463.278	463.278	371.251	63,2%
339030-0101000000 - MATERIAL DE CONSUMO	800.000	0	30.000	0	0	0	0,0%
339039-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.700.000	0	350.000	276.008	276.008	183.981	52,6%
339092-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	187.405	0	107.405	104.287	104.287	104.287	97,1%
339093-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	100.000	0	100.000	82.983	82.983	82.983	83,0%
04102 - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	18.768.051	0	18.768.051	18.693.791	18.490.483	16.353.690	87,1%
4434 - ACESSO A JUSTIÇA	18.768.051	0	18.768.051	18.693.791	18.490.483	16.353.690	87,1%
339014-0101000000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	875.000	0	515.000	504.322	499.439	499.439	97,0%
339030-0101000000 - MATERIAL DE CONSUMO	1.500.000	0	2.250.000	2.244.845	2.211.176	1.981.216	88,1%
339033-0101000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	600.000	0	60.000	60.000	60.000	28.477	47,5%
339036-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.415.000	0	1.360.000	1.357.772	1.249.203	1.132.260	83,3%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS							
Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
339037-0101000000 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	11.295.000	0	11.070.000	11.069.816	11.069.816	9.417.734	85,1%
339039-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.678.051	0	2.093.471	2.055.406	1.999.666	1.894.476	90,5%
339047-0101000000 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000	0	5.000	645	548	548	11,0%
339092-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	500.000	0	435.000	426.280	425.930	424.834	97,7%
339093-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	360.000	0	370.000	365.131	365.131	365.131	98,7%
339139-0101000000 - OUTROS SERV DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	540.000	0	609.580	609.575	609.575	609.575	100,0%
04901 - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAP. DO JUDICIÁRIO-FERJ	97.700.726	14.322.095	112.322.821	101.389.383	102.850.157	85.828.192	76,4%
1656 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DO PODER JUDICIÁRIO	43.185.500	0	20.269.709	12.249.016	14.151.531	5.925.180	29,2%
339039-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	23.185.500	0	6.213.219	5.432.453	5.432.453	4.060.572	65,4%
339092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	0	0	159.095	94.379	9.987	9.987	6,3%
449051-0107000000 - OBRAS E INSTALACOES	20.000.000	0	12.387.395	5.362.946	6.962.946	108.476	0,9%
449092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - DESPESAS DE CAPITAL	0	0	1.510.000	1.359.238	1.746.145	1.746.145	115,6%
4436 - MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO	53.392.851	14.322.095	91.430.737	88.695.059	88.255.267	79.483.684	86,9%
339030-0107000000 - MATERIAL DE CONSUMO	2.283.345	0	535.424	519.887	519.887	301.789	56,4%
339030-0301000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0	7.454.576	0	0	0	0	0,0%
339030-0307000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0	6.867.519	594.375	283.778	283.778	213.086	35,9%
339033-0107000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	0	0	0	0	0	0	0,0%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS							
Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
339034-0107000000 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	0	0	147.921	147.920	147.920	147.920	100,0%
339036-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.925.000	0	311.000	259.627	250.627	175.748	56,5%
339037-0107000000 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	0	0	20.145.791	20.138.399	20.138.399	17.749.117	88,1%
339037-0307000000 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	0	0	100.000	19.505	19.505	19.505	19,5%
339039-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	17.990.030	0	37.142.238	36.495.555	36.495.553	31.930.433	86,0%
339039-0307000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	0	0	525.000	316.105	303.415	240.728	45,9%
339046-0107000000 - AUXILIO ALIMENTAÇÃO	700.000	0	114.000	113.652	113.652	32.109	28,2%
339047-0101000000 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	0	0	4.000	1.800	0	0	0,0%
339049-0107000000 - AUXÍLIO TRANSPORTE	160.000	0	26.000	25.704	25.704	12.750	49,0%
339092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	1.630.000	0	3.150.000	2.994.263	2.994.263	2.990.924	94,9%
339092-0307000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	0	0	950.000	947.674	947.674	947.674	99,8%
339093-0107000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	14.104.502	0	4.532.294	4.357.959	4.350.580	4.350.580	96,0%
339093-0301000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	0	0	7.454.576	7.454.576	7.454.575	7.454.575	100,0%
339093-0307000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	0	0	4.698.144	4.641.787	4.641.787	4.631.759	98,6%
449039-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS -PESSOA JURIDICA	0	0	1.540.000	1.537.582	1.537.582	1.537.582	99,8%
449051-0107000000 - OBRAS E INSTALACOES	0	0	37.000	36.864	36.864	0	0,0%
449052-0107000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.699.974	0	6.940.974	6.937.780	6.887.780	5.641.683	81,3%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS							
Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
449092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - DESPESAS DE CAPITAL	900.000	0	2.482.000	1.464.643	1.105.722	1.105.722	44,5%
4437 - GESTÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.122.375	0	622.375	445.309	443.359	419.329	67,4%
339014-0107000000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0	0	0	0	0	0	0,0%
339033-0107000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	100.000	0	30.000	0	0	0	0,0%
339036-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	70.000	0	170.000	97.832	97.832	97.832	57,5%
339039-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	922.375	0	342.375	324.280	323.800	299.770	87,6%
339047-0107000000 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	30.000	0	30.000	19.566	19.566	19.566	65,2%
339092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	0	0	40.000	1.470	0	0	0,0%
339093-0107000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	0	0	10.000	2.160	2.160	2.160	21,6%
04902 - FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA DO ESTADO - ESMAM	611.337	149.178	760.515	657.428	625.963	559.303	73,5%
4438 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO CONHECIMENTO NO PODER JUDICIÁRIO	611.337	149.178	760.515	657.428	625.963	559.303	73,5%
339014-0101000000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	200.000	0	127.000	120.485	119.036	118.856	93,6%
339014-0301000000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0	149.178	79.178	16.051	16.051	16.051	20,3%
339031-0101000000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, CIENT. DESPORTO E OUTROS	0	0	8.000	7.975	7.975	7.975	99,7%
339033-0101000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	50.000	0	0	0	0	0	0,0%
339033-0301000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	0	0	60.000	60.000	60.000	0	0,0%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS							
Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
339036-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	100.000	0	366.000	354.930	354.930	350.180	95,7%
339039-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	171.337	0	41.337	33.800	3.800	3.000	7,3%
339047-0101000000 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	50.000	0	62.000	49.516	49.500	48.570	78,3%
339092-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	20.000	0	9.000	7.287	7.287	7.287	81,0%
339093-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	20.000	0	8.000	7.384	7.384	7.384	92,3%
04903 - FUNDO ESPECIAL DAS SERVENTIAS DE REGISTRO CIVIL	3.900.000	0	3.900.000	2.739.576	2.409.534	2.401.613	61,6%
4430 - GRATUIDADE DO REGISTRO CIVIL	3.900.000	0	3.900.000	2.739.576	2.409.534	2.401.613	61,6%
339030-0107000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0	0	450.000	330.000	0	0	0,0%
339039-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	100.000	0	150.000	144.000	144.000	136.079	90,7%
339092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	165.000	0	165.000	161.547	161.547	161.547	97,9%
339093-0107000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.635.000	0	3.135.000	2.104.029	2.103.987	2.103.987	67,1%
04904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	2.964.557	1.795.768	4.760.325	22.050	22.050	0	0,0%
4686 - APOIO A SEGURANÇA DA MAGISTRATURA	2.964.557	1.795.768	4.760.325	22.050	22.050	0	0,0%
339030-0107000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0	0	25.000	22.050	22.050	0	0,0%
449052-0107000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.964.557	0	2.939.557	0	0	0	0,0%
449052-0307000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0	1.795.768	1.795.768	0	0	0	0,0%
TOTALIZAÇÕES	1.142.631.132	97.495.847	1.227.495.074	1.095.541.532	1.082.946.199	1.058.194.381	86,20%

6 DIVISÃO DE ANÁLISE DE FATURAS

As atividades da divisão no exercício 2016 compreendeu-se nas ações de forma integrada com os setores do Tribunal de Justiça referente a analisar, atestar e controlar as faturas referentes ao consumo de água, energia elétrica, telefonia fixa e serviços

prestados pelos Correios, visando quitação, assim como detectar eventuais dualidades de cobrança e outras incorreções que acarretam prejuízos financeiros ao Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça.

6.1 Apresentação de levantamento do consumo do Tribunal de Justiça em 2016

Os dados a seguir referem-se aos valores de faturas, período de 01/01/2016 a 31/12/2016, os quais foram devidamente analisados e atestados nesta divisão, relativa as despesas realizadas com consumo de água, energia elétrica, telefonia e serviços de postagem no citado período, em todas as unidades (sede do TJ, juizados, centro administrativo/TJ, Fóruns, creche, garagens etc.), sob responsabilidade do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça.

CORREIOS (R\$)	CEMAR (R\$)	CAEMA (R\$)	OI (R\$)	ODEBRECHT AMBIENTAL (R\$)	SAAE, CAESI/ ITINGA E ÁGUAS DE TIMON/ TIMON (R\$)	INFRAERO (R\$)
5.370.969,37	7.913.548,60	942.801,08	1.101.635,21	23.522,58	43.638,20	5.660,93

COMPARATIVO GASTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EXERCÍCIOS 2015 E 2016

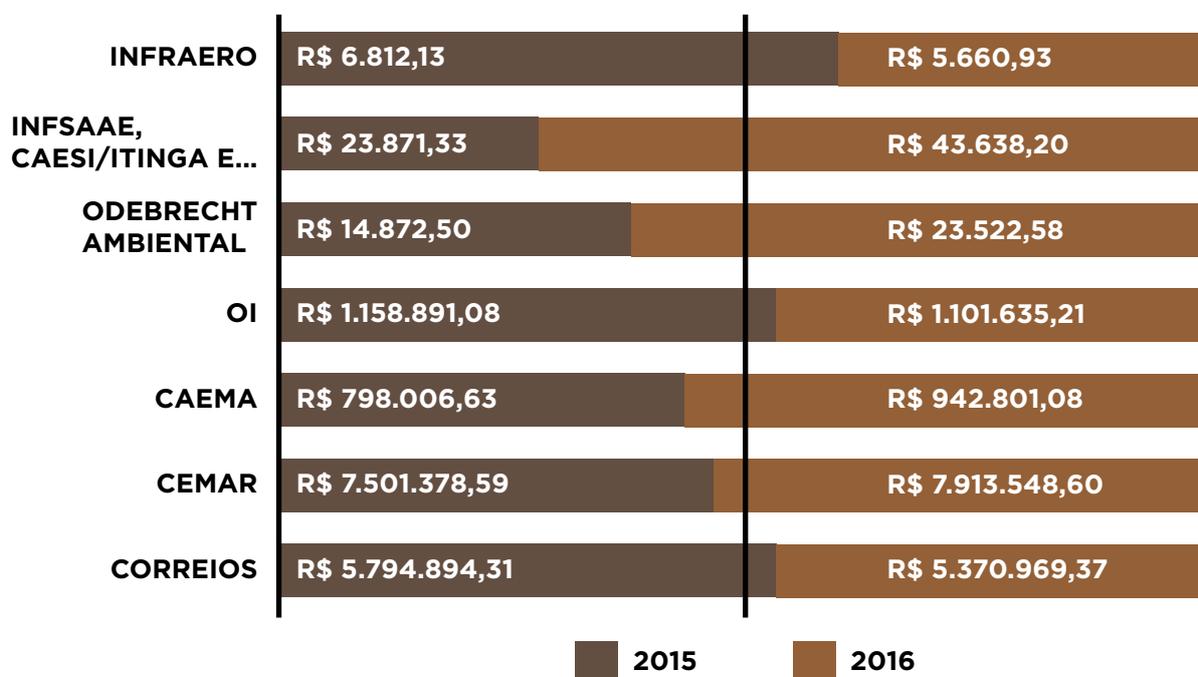


Gráfico 8 - Comparativo com o consumo do exercício anterior. FONTE: Faturas 20115 e 2016.

Nesse exercício destaca-se a implantação de nova metodologia de realização de ligações no Prédio Administrativo do TJMA (Anexo da Rua do Egito). Tal método coube a inclusão de matrícula e quatro dígitos do CPF do usuário ao fazer ligações, utilizando o OI FIXO. Em suma, ocorreu uma redução de 60% no consumo total, conforme verifica nos números e gráficos abaixo:

Gastos OI FIXO Prédio Administrativo TJ
Período de: 01/01/2016 a 31/12/2016

(Obs: Detalhe na redução dos valores a partir do final de Abril/16 com a implantação da nova sistemática de realização de ligações)

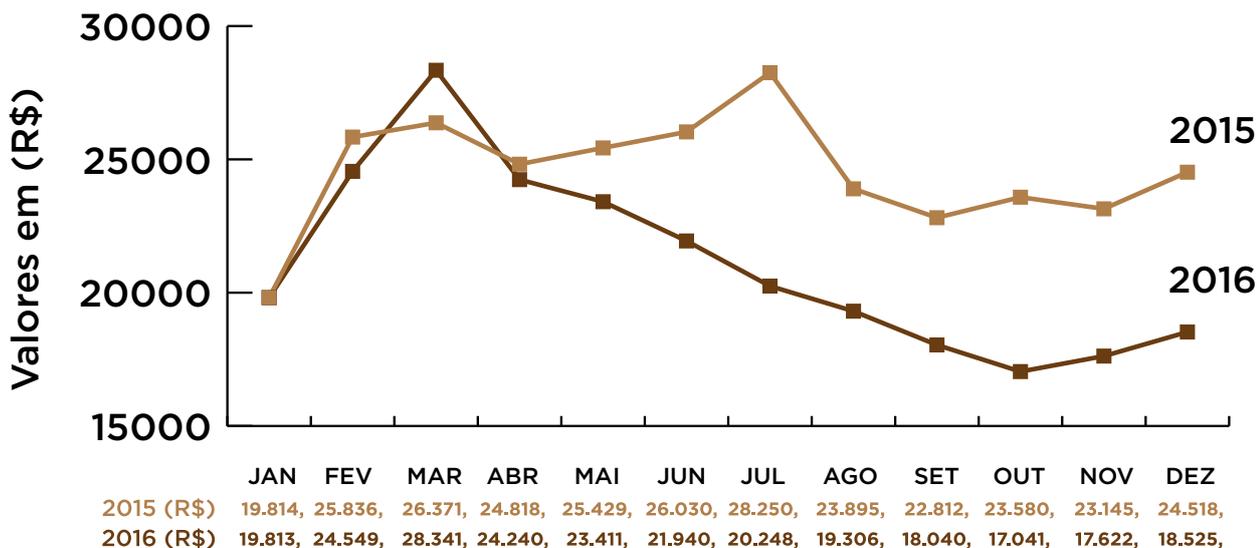


Gráfico 9 - Demonstrativo mensal nos valores das faturas OI FIXO - Anexo TJMA Rua do Egito. FONTE: Faturas OI, 2016.

Demonstrativo Redução Ligações efetuadas usando OI FIXO
com a implantação da nova sistemática de discagem
no fim de ABRIL/2016 -
Prédio Anexo da Rua do Egito - 2015/2016

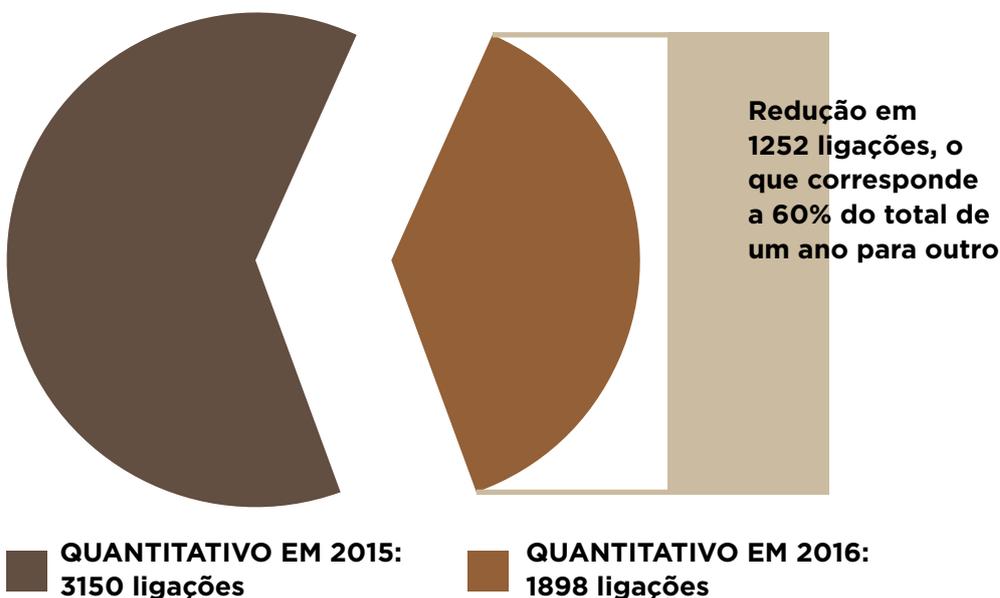


Gráfico 10 - Demonstrativo chamadas OI FIXO - Anexo TJMA Rua do Egito. FONTE: Faturas OI, 2016.

DIRETORIA
Recursos Humanos

1. AÇÕES DE MELHORIA

1.1 Ponto Eletrônico

- Limitação na quantidade de liberações no ponto eletrônico pelo Gestor da unidade;
- Cômputo no banco de horas das batidas parciais da frequência;
- Possibilidade de desconto em folha de pagamento do banco de horas negativo.

1.2 Desenvolvimento da Meta Gestão por Competência

O Plano de Gestão por Competência tem como estratégia a Realização da Equalização da força de trabalho no âmbito do Poder Judiciário Estadual (TJMA). A Meta final deste Plano é a implantação de 100% da Política de Gestão por Competência no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Atividade Desenvolvida	Data de Entrega	Status
Sensibilização da Gestão por Competência (GC): <ul style="list-style-type: none">• Palestra de Sensibilização da Gestão por Competência para Magistrados e Servidores com o Profº Joel Dutra (Auditorio do Forum do Calhau)• Workshop para a Equipe Operacional de Implantação GC com Profº Joel Dutra na ESMAM• Participação dos líderes da equipe //Operação GC do TJMA no 1º Forum Aprimore do STJ.	20/05/2016	Realizada
Composição da equipe para a implementação/Comitê Gestor em parceria com a Assessoria de Modernização e Planejamento Estratégico	30/06/2016	Em andamento
Definição da metodologia a ser adotada pelo TJMA.	30/07/2016	Em andamento

1.3 Redução de Custos na Folha de Pessoal

- Preenchimento de 80% do quadro de cargos comissionados da Secretaria do TJ com servidores efetivos;
- Redução dos gastos com pagamento de substituições;
- Recadastramento do vale-transporte a fim de atualizar os pagamentos dos mesmos;
- Estudo para redução da carga horária e consequente exclusão do auxílio alimentação para estagiários.

Atividade Desenvolvida	Descrição	Status
Portaria do vale-transporte	Regulamentação da concessão e majoração do vale-transporte	Aguardando aprovação
Projeto de Lei das substituições de cargos e funções	Trata da substituição dos titulares de cargo em comissão e funções gratificadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão	Para aprovação do comitê.
Resolução de substituição de cargos e funções	Visa essencialmente alterar as atuais regras para substituições de cargos e funções, mormente acerca dos cargos e do período mínimo de apuração para pagamento da substituição realizada.	Adequação da resolução ao sistema de RH.
Módulo de Substituição de cargos no Sistema de RH	Automatização do procedimento de substituições/pagamento no sistema de RH	Em andamento

1.4 Projeto de Redistribuição da Força de Trabalho

Início do estudo da redistribuição da força de trabalho que tem como objetivo final a distribuição mais equânime de recursos e o aperfeiçoamento dos serviços prestados aos cidadãos. A resolução, aprovada pelo CNJ, deve ser implementada até o dia 1º de janeiro de 2017, salvo casos específicos.

Atividade Desenvolvida	Data da Entrega	Status
Portaria de criação do Comitê	30/06/2016	Em estudo
Estudo da distribuição de servidores das áreas de apoio direto à atividade judicante entre primeiro e segundo graus	01/06/2016	Realizado
Estudo da distribuição dos servidores das áreas de apoio indireto à atividade judicante.	01/06/2016	Realizado
Estudo da distribuição dos cargos em comissão e funções de confiança.	01/06/2016	Realizado
Estudo da distribuição da força de trabalho – entrância inicial	06/06/2016	Realizado
Estudo da distribuição da força de trabalho – entrância intermediária	30/06/2016	Números levantados e calculados. Resta agrupar unidades semelhantes
Estudo da distribuição da força de trabalho – Entrância Final	30/07/2016	Realizado
Levantamento das soluções e plano de ação	31/08/2016	Em elaboração
Execução do Plano de Ação	31/12/2016	A fazer
Reavaliação da situação dos servidores que foram removidos judicialmente/administrativamente por motivo de saúde	31/12/2016	A fazer

1.5 Projeto Portal RH

Em parceria com a Assessoria de Comunicação, este projeto, com previsão para o primeiro triênio de 2017, visa informar e esclarecer aos servidores, através da rede de informação eletrônica do judiciário maranhense, direitos, deveres, ações, dúvidas, questionamentos e sugestões, bem como, dispor de forma transparente os principais editais e resultados oriundos de projetos relacionados à Diretoria de Recursos Humanos.

1.6 Elaboração de Pesquisa de Clima Organizacional

Visa analisar aspectos internos e externos, assim como acompanhar do estado de satisfação e comprometimento dos servidores com o TJMA, proporcionando a elaboração de estratégias e ações para o crescimento e desenvolvimento das pessoas.

Atividade Desenvolvida	Data da Entrega	Status
Benchmarking com outras instituições	01/06/2016	Realizado
Definição da Metodologia a ser adotada	15/06/2016	Realizado
Entrega da Pesquisa solicitado a empresa OSM	20/06/2016	Realizado
Aplicação da Pesquisa	22/06/2016	A realizar
Análise da Pesquisa	Outubro 2016	Realizado
Plano de Ação	Início em Dezembro 2016 a 2018	Em realização

1.7 Meta Política de Atenção à Saúde de Servidores e Magistrados

PROJETO CUIDAR

TJMA Lançado em 17.03.2016 consiste na elaboração de protocolo para realização dos exames médicos periódicos de servidores e magistrados.

Atividade Desenvolvida	Data da Entrega	Status
Desenvolvimento de sistema informatizado	01/12/2016	Em desenvolvimento

1.8 Atualização cadastral

Essa ação cumpre os dispositivos legais que tratam do tema, de manter atualizados os dados cadastrais de magistrados e servidores e enseja o aperfeiçoamento do sistema de controle de pessoal, MENTORH, bem como traz melhorias na instrumentalização da gestão de Recursos Humanos deste Tribunal.

Atividade Desenvolvida	Data da Entrega	Status
Criação de portaria	01/05/2016	Realizado
Implementação no sistema	20/05/2016	Realizado
Recadastramento	01/06/2016	Realizado

1.9 Elaboração de resolução de concurso de remoção

Atividade Desenvolvida	Descrição	Status
Resolução do concurso de remoção	Visa essencialmente alterar as atuais regras para remoção de servidores no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.	Aguardando aprovação

1.10 Elaboração de estudos para redefinição da descrição de cargos e requisitos de admissão

Atividade Desenvolvida	Status
Levantamento dos cargos comissionados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.	Em estudo
Compilação das resoluções relacionadas a cargos e pessoas.	Em andamento

1.11 Celeridade nos trâmites processuais

Atividade Desenvolvida	Status
Criação virtual das pastas funcionais no Sistema Digidoc	Em fase de teste
Integração do auxílio saúde na folha de pagamento	Realizado
Desenvolvimento de Sistema de concessão de férias	Em fase de finalização
Desenvolvimento de Sistema de substituição de cargos	Em fase de finalização
Desenvolvimento de Sistema gerenciador de Atos e Portarias	Em fase de finalização

1.12 Projetos de Resoluções RH

Projeto	Descrição	Status
Projeto de resolução de cessão e requisição de servidores	Resolução que estabelece quais os requisitos para deferimento da cessão, obrigações assumidas pelo órgão cedentes, cessionários e servidores, prazos, tipo de ônus, modalidade de ressarcimento, efeitos da cessão, entre outras disposições.	Em Elaboração
Recadastramento de instrutores internos	Realizar o recadastramento de instrutores internos para fins de atualização de banco de dados nos termos da Resolução nº 29/2010	Em Elaboração

Projetos de Lei nº Regulamentação Pagamentos Juízes Auxiliares 5. Projeto de Resolução nº Meritocracia – Parceria Diretoria Financeira 7. Resolução nº Gratificação de Atividade Judiciária – Diretoria Geral 8. Resolução nº Descrição de Cargos Efetivos do Poder Judiciário 9. Portaria Auxílio- transporte 10. Resolução Reajuste Auxílios – Parceria Diretoria Financeira 11. Projeto de Resolução Teletrabalho 13. Resolução do Estágio 14. Projeto de Resolução de Férias		Aprovado
2. Projeto de Lei Substituição	Resolução n.	Aprovado
4. Resolução nº Auxílio Bolsa – Parceria Diretoria Financeira		
Avaliação de Desempenho	Alteração da avaliação de desempenho	Em Elaboração
RH Itinerante	Este projeto prevê visitas periódicas às comarcas para levar informações, orientações de saúde e qualidade de vida, palestras e eventos buscando o desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis no ambiente de trabalho, redução dos níveis de estresse e lideranças positivas.	Início Novembro de 2016

1.13 Principais Eventos / Capacitação

Outubro Rosa	Palestra sobre Prevenção do Cancer de Mama – Palestrante Dra. Giovana Borba	
Ciclo de Palestras	<p>São Luís : Relacionamento Interpessoal e estratégias de enfrentamento de conflitos no trabalho (Psicóloga e Professora Ingrid Rodrigues) O avanço nas licitações sustentáveis - em parceria com o Núcleo Socioambiental (Katlin Scartezini) Atividade Física, saúde e qualidade de vida – em parceria com o Núcleo Sócio ambiental (Professor Dr. Mario Sévillo) Caxias/Timon/Imperatriz Eu quero, portanto eu faço. E você ? (Servidor e Professor Rodrigo Valente)</p> <p>Bacabal/Santa Inês/Pinheiro Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho O servidor em um ambiente em transformações (Psicólogo Mestrando Railson Rodrigues)</p>	
Novembro Azul	Palestra de Prevenção ao Câncer de Próstata e de Pênis – Dr. Leudivan Nogueira	
Projetos Encontro com RH	I Encontro Junino de Integração servidores do Centro Administrativo; Apresentação da Peça Pão com Ovo – prevenção câncer - novembro azul	
I Corrida TJMA	Projeto que incentiva prática de esportes e visa desenvolvimento de qualidade de vida e bem estar de servidores e magistrados	Outubro 2016
I Encontro de Gestores de Pessoas de Organizações Públicas do TJMA	Encontro entre gestores de pessoas de vários órgãos públicos do estado do Maranhão. (Prof. Dr.Bruno)	Setembro de 2016
Capacitação em Coaching para Secretários Judiciais	Coach Felipe Mussalém	Ate Dezembro de 2016
Capacitação em Coaching para Magistrados	Coach Padua Weber	Fevereiro 2017
Qualidade de Vida	Campanha de vacinação dos servidores contra gripe H1N1	

. ANEXOS

RH EM NÚMEROS 2016

Desembargadores	27
Juízes de 1º Grau	297
Servidores Comissionados	922
Servidores Efetivos	3667
Servidores Estáveis ANT 1988	163
Servidores Excepcionais	42
Servidores Reintegrados	40
Militares da Reserva	229
Militares Ativos	129
Convênio – Prefeitura	44
Total	5.560

SERVIDORES CEDIDOS

Tipo	Quantidade de servidores requisitados
Cedidos com ônus de origem	12
Cedidos com ônus ressarcido de origem	23
Cedidos sem ônus de origem	06
Total	41

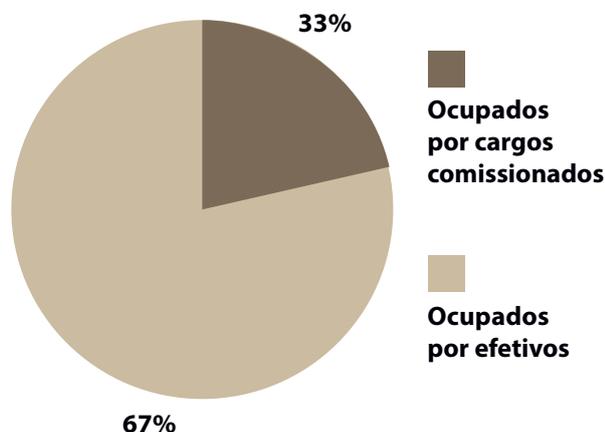
COORDENAÇÃO DE DIREITOS E REGISTROS

ASSUNTO	QUANTIDADE
CESSÃO DE SERVIDOR COM ÔNUS RESSARCIDO	621
DEVOLUÇÃO DE VALORES	1220
DISPOSIÇÃO DE SERVIDOR	101
ENQUADRAMENTO NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS	3
IMPLANTAÇÃO DE PERCENTUAL	240
OUTROS	7913
Total	10098

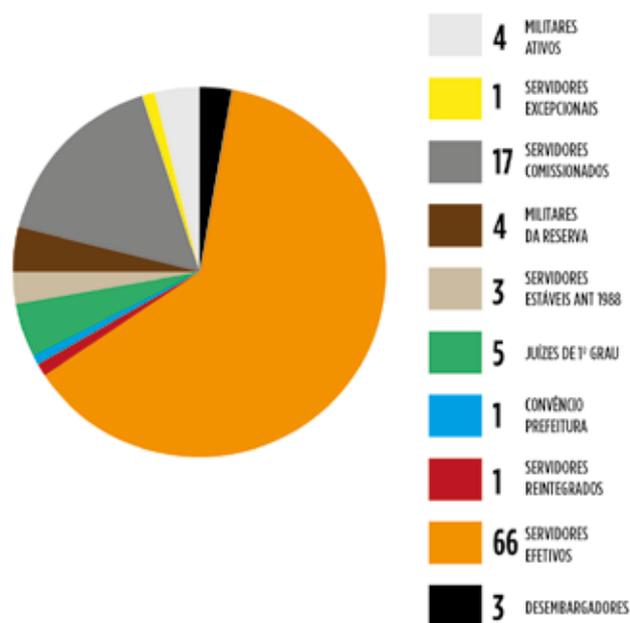
SERVIDORES REQUISITADOS

Tipo	Quantidade de servidores requisitados
Requisitados com ônus de origem	13
Requisitados com ônus ressarcido	02
Requisitados sem ônus de origem	07
Total	22

DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO - TJMA



DIRETORIA
Judiciária

Quantitativo de processos distribuídos (Themis SG e PJE)	29.505
Quantitativo de processos julgados (Themis SG e PJE)	27.550
Quantitativo de processos baixados (Themis SG e PJE)	27.929
Quantitativo de processos originários autuados	6.890
Processos entregues em carga aos advogados	5.372
Processos entregues em carga a PGJ	23.446
Publicações no Diário da Justiça Eletrônico	49.968
Tramitações efetuadas no Sistema Themis SG pelos servidores da DJ.	4.725.380

Observo que no mês de julho de 2016 iniciamos o recebimento de PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS -PJE nas Câmaras Cíveis Isoladas, conforme disciplinado através da Portaria 427/2016, e, em novembro de 2016, foi instituído o PROTOCOLO DESCENTRALIZADO, destinando-se ao recebimento de petições iniciais e intermediárias endereçadas ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

DIRETORIA
Informática

PROJETOS E AÇÕES REALIZADOS EM 2016

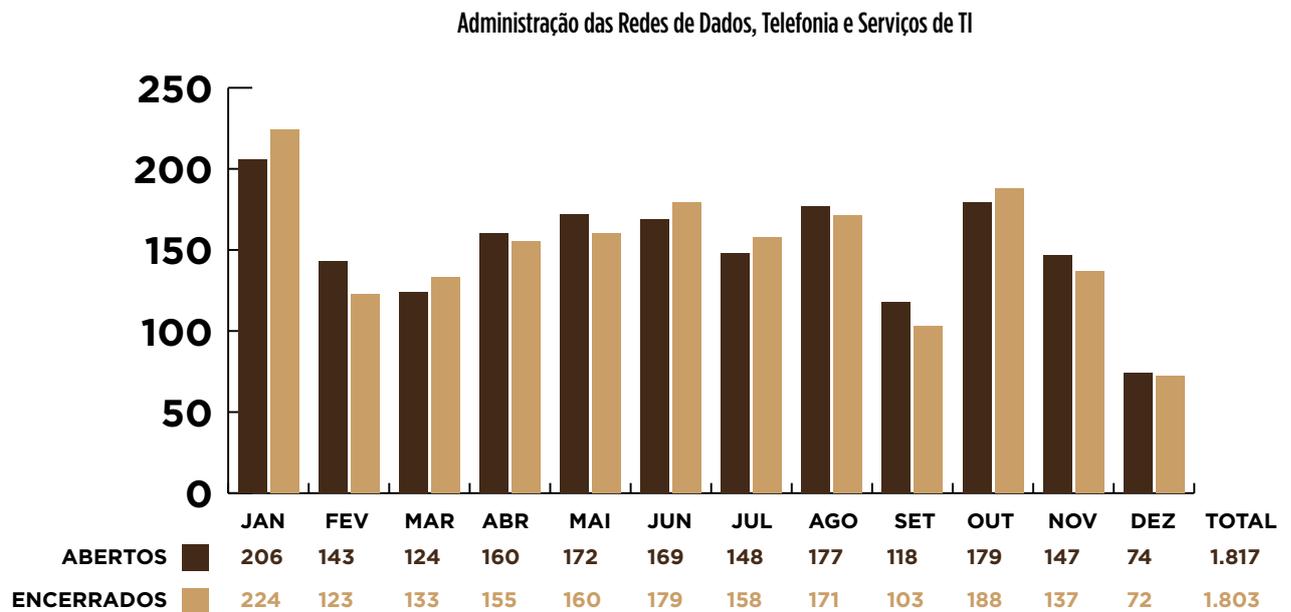
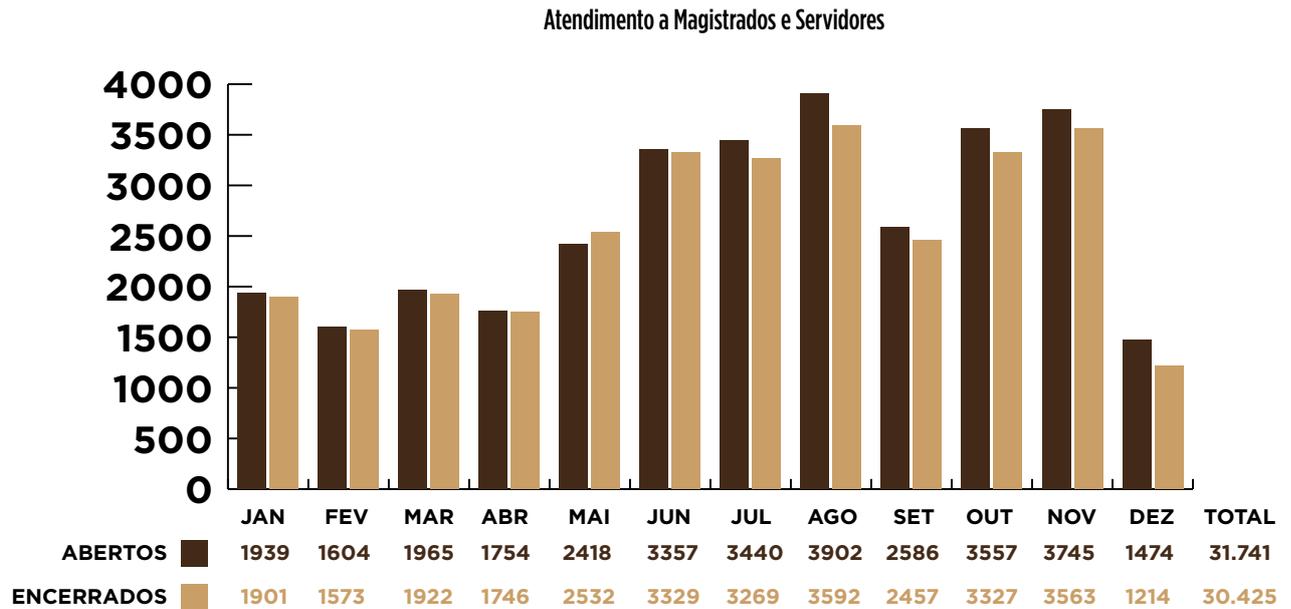
Item	
1	Implantação do sistema PJe no 1º Grau A partir de 2016 as varas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Itapecurú, Timon, Balsas, Vitorino Freire, Grajaú, Codó, Coroatá, Açailândia, João Lisboa, Imperatriz e Caxias passaram a utilizar o sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe. Com a implantação, o PJe passa a funcionar em 55% das unidades de 1º Grau da justiça maranhense, elegíveis para receber o sistema.
2	Implantação do sistema PJe no 2º Grau A partir de 2016 todas as Câmaras Cíveis do TJMA passaram a utilizar o sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe. Com a implantação, o PJe passa a funcionar em 100% das unidades de 2º Grau da justiça maranhense.
3	Contratações e aquisições de serviços de informática Foram realizadas licitações para contratações de serviços de TI para regularização do fornecimento de suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do Datacenter, bem como aquisição de centrais de telefonia, computadores, scanners, links de dados, notebooks, monitores, leitoras de código de barras, mouses, teclados, kits de gravação de audiência e kits de depoimento sem dano, e outros componentes para reparo de equipamentos de informática.
4	Plataforma de sustentação oral à distância para advogados O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) implantou sistema que permite a advogados realizarem sustentação oral a distância, através de videoconferência, nas sessões de julgamento do Pleno e das Câmaras Cíveis e Criminais (Isoladas e Reunidas).
5	Emissão de certidões negativas via internet As certidões negativas para fins eleitorais, de distribuição das ações penais e de improbidade administrativa – no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário do Maranhão – já podem ser emitidas gratuitamente no Portal do Poder Judiciário. As certidões serão processadas exclusivamente pelos sistemas eletrônicos THEMIS PG, THEMIS SG, VEP/CNJ e PJE, com base nos registros do banco de dados.
6	Novo serviço de Atendimento ao Usuário A empresa CTIS foi contratada para fornecimento do serviço de atendimento ao usuário de informática do TJMA, regularizando-se o serviço de suporte a magistrados e servidores que estava comprometido por problemas com a empresa anterior.
7	Nova versão do sistema de EAD da ESMAM Uma nova versão do sistema Moodle foi disponibilizada para a ESMAM, permitindo a correção de falhas da versão anterior e disponibilizando novas funcionalidades para a Escola da Magistratura.
8	Novo modelo de gestão de ligações telefônicas Com o objetivo de reduzir os gastos com telefonia o TJMA está adotando um novo modelo de gestão de uso de telefones, com a adoção de usuário e senha para realização de ligações telefônicas. O modelo foi implantado com êxito no Centro Administrativo e no prédio sede do TJMA, onde já possibilitou a redução de 47% nos gastos, e será agora expandido para outras comarcas.
9	Certificados Digitais para magistrados e servidores Foram adquiridos 2.500 certificados digitais para distribuição a magistrados e servidores, possibilitando a implantação do sistema PJe, bem como a utilização dos sistemas INFOJUD e RENAJUD, cujo acesso se dá exclusivamente através do uso de certificação digital.

10	<p>Programa Software Livre no Judiciário O Poder Judiciário do Maranhão passará agora a utilizar sistemas operacionais livres para criação, edição, armazenamento e disponibilização digital de documentos editáveis para aplicações de textos, planilha e apresentação. A medida – regulamentada na Resolução 23/2016, do Tribunal de Justiça do Maranhão – visa gerar economia com melhor aproveitamento dos recursos financeiros, assegurando também a uniformização de critérios para a política de utilização e migração para o uso de software livre e programas com código aberto.</p>
11	<p>Scanners departamentais para envio de Recursos Constitucionais Foram adquiridos scanners departamentais (de grande capacidade de digitalização) para a regularização do serviço de envio de recursos aos tribunais superiores. O envio dos recursos especiais e extraordinários estava comprometido devido à ausência de equipamentos em operação que pudessem suprir a demanda dos serviços de digitalização.</p>
12	<p>Atualização de sistemas de informação Os sistemas DIGIDOC, Themis PG, Themis SG, Tutor, Salus, VEP/CNJ, e-Mat, Atende, Convictus, Auditus, Siaferj, UMF, Jurisconsult, Gestor e Promeritus foram atualizados, recebendo melhorias e correções para otimização das atividades das unidades judiciais e administrativas.</p>
13	<p>Informatização do controle de depósitos judiciais O TJMA iniciou a operação do módulo de controle de depósitos judiciais. Integrado ao FERJ, o módulo permitirá maior segurança e controle na manipulação das informações de depósitos judiciais, bem como a integração com os sistemas dos bancos.</p>
14	<p>Inspeções de segurança da informação Foram realizadas ações de inspeção nos cadastros de usuários e magistrados com o objetivo de revisar as habilitações em sistemas de informação e serviços (email, internet, etc.) permitindo a exclusão de cadastros de pessoas que já haviam sido exoneradas e a adequação de permissões para pessoal que teve sua lotação alterada, impedindo a realização de ações não autorizadas em sistemas, aumentando a segurança no acesso a manuseio da informação. Os serviços de Correio Eletrônico e AD foram atualizados, com melhorias na segurança.</p>
15	<p>Manutenções preventivas e corretivas no Data Center Realizadas manutenções corretivas e preventivas nos equipamentos de armazenamento de dados instalados no Data Center do TJMA, permitindo o reorno do ambiente computacional do TJMA ao seu regular funcionamento e possibilitando a expansão do centro de processamento de dados, preparando-o para a implantação do PJe.</p>
16	<p>Manutenção corretiva e preventiva nas unidades judiciais As comarcas de Icatu, Maracaçumé, Cururupu, Codó, Coelho Neto, Humberto de Campos, Santa Luzia do Paruá, Colinas, Buriti Bravo, Anajatuba, Sucupira do Norte, Chapadinha, Vargem Grande, Urbano Santos, Santa Luzia do Tide, Caxias, Colinas, Lago da Pedra, Coroatá, Igarapé Grande, Porto Franco, Carolina, Pinheiro, Grajau, S. Pedro Água Branca, Matões, Cururupu, Turiaçu, Guimarães, Alto Parnaíba, Barra do Corda, Buriti Bravo, Coroatá, Ze Doca, Arari, Anajatuba, Santa Quitéria, Presidente Dutra, Porto Franco, Buriticupu, Pinheiro, Vitorino Freire e Poção de Pedras passaram por manutenção em seus computadores e na rede lógica e de telefonia nos meses de janeiro a dezembro.</p>
17	<p>Aplicativo Telegram é adotado como comunicador instantâneo padrão do TJMA Depois de avaliações e estudos acerca de uma alternativa para troca de mensagens instantâneas a ser utilizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Diretoria de Informática e Automação definiu o aplicativo Telegram como a ferramenta mais adequada, passando a ser o comunicador instantâneo padrão entre magistrados e servidores do Judiciário maranhense.</p>
18	<p>Consulta da GPJ no Jurisconsult As unidades judiciais de 1º Grau já podem consultar a produtividade da GPJ 2016 no sistema Jurisconsult. Os dados são extraídos dos sistemas judiciais (Themis, PROJUDI, PJE, etc.) e consolidados todos os dias, às 22:00h, exceto às sextas-feiras e finais de semana. Na consulta é possível verificar o acervo inicial, os processos julgados até o momento e o saldo do acervo. Pode-se ainda conhecer quais processos foram considerados na meta.</p>

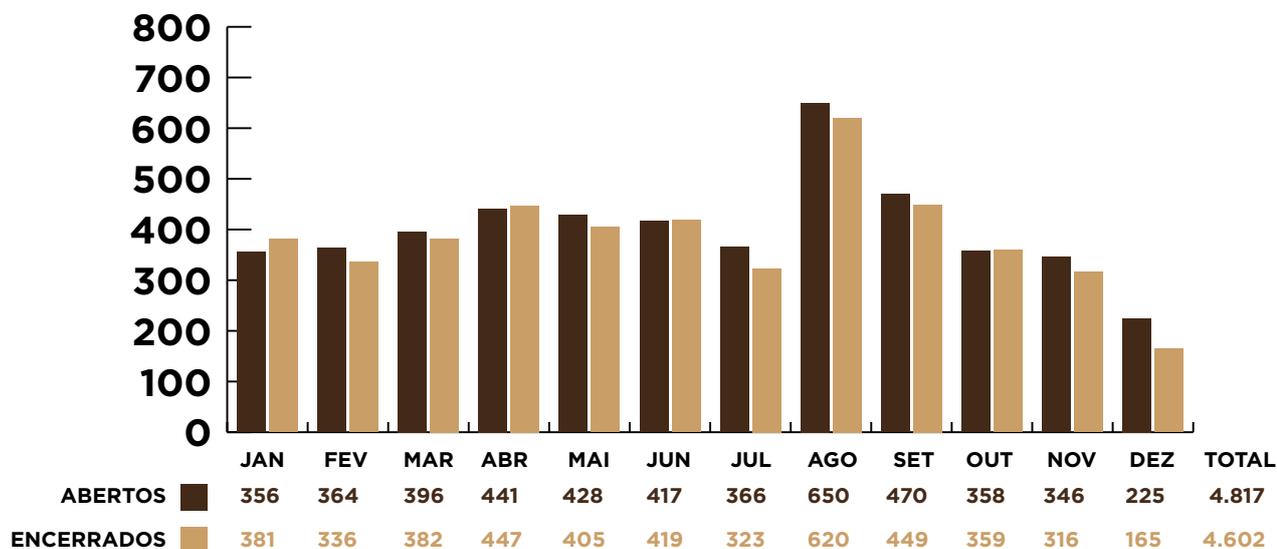
19	Consulta da produtividade de magistrados no Jurisconsult Os magistrados de 1º Grau já podem consultar a sua produtividade no sistema Jurisconsult. Os dados são extraídos diretamente dos sistemas judiciais (Themis, PROJUDI, PJE, etc.) permitindo que os juizes e juizas acompanhem, on line, a evolução da apuração de sua produtividade para efeito de participação em promoções e remoções por merecimento.
20	Novo módulo de Correções Virtuais no Auditus O Tribunal de Justiça desenvolveu um novo módulo para o sistema Auditus. O módulo permite que as unidades judiciais sejam correicionadas virtualmente pela Corregedoria Geral de Justiça, de acordo com a portaria CGJ-9352016, não excluindo a necessidade de realização de correições presenciais.
21	Nova política de controle de acesso à Internet O Tribunal de Justiça está implantando uma nova política de controle de acesso à Internet. A medida, normatizada através da PORTARIA-TJ – 49312016, leva em consideração a necessidade de otimizar o uso dos links das unidades judiciais, priorizando seu uso para os sistemas e serviços do Judiciário.
23	Novo módulo de Central de Vagas O Tribunal de Justiça desenvolveu um novo módulo para o sistema de Remoção. O módulo permite que as unidades informem suas necessidades de pessoal e que os servidores cadastrem a sua disponibilidade de mudar de lotação. A partir dessas informações o sistema cruza os dados e emite relatórios informando as possibilidades de relocação de servidores.
24	Novos computadores para as comarcas do PJe O Tribunal iniciou a distribuição de novos computadores para as comarcas que utilizarão o sistema PJe. A medida visa substituir equipamentos obsoletos e possibilitar a implantação do sistema de processo eletrônico. Receberam novos equipamentos as comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Itapecurú, Timon, Balsas, Vitorino Freire, Grajaú, Codó, Coroatá, Açailândia, João Lisboa, Imperatriz e Caxias.
25	Serviço de videoconferência com unidades prisionais O Tribunal de Justiça inaugurou em 2016 duas salas de videoconferência no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Os equipamentos foram doados pelo TJ ao Executivo e as salas permitirão que as audiências de réus presos sejam realizadas sem a necessidade de deslocamento para os fóruns, gerando maior segurança para magistrados e servidores, além de minimizar o cancelamento de audiências por ausência dos réus.
26	Interligações via fibra ótica O Tribunal interligou as sedes do Fórum de São Luís e da UMF com o prédio sede do TJMA através de fibra ótica. A iniciativa aumenta a velocidade de acesso aos sistemas e serviços ao mesmo tempo em que permite a economia de recurso financeiro.
27	Ampliação do link de acesso à Internet O Tribunal ampliou o link de acesso à Internet de 100 para 300 mbps. A medida permitirá a ampliação da velocidade de acesso das unidades, bem como a melhoria dos serviços prestados à sociedade, possibilitando um acesso mais rápido e estável aos sistemas e soluções disponibilizados pelo TJMA.
28	Distribuição de notebooks a magistrados O Tribunal distribuiu novos notebooks aos juizes de primeiro grau e desembargadores, substituindo os equipamentos atuais. A medida está alinhada com o planejamento de implantação do PJe e permitirá maior celeridade no uso dos sistemas e serviços do Judiciário.
29	Ampliação dos links de dados das unidades judiciais O Tribunal está ampliando os links de diversos fóruns, aumentando sua velocidade e capacidade de comunicação de dados. A iniciativa está alinhada com a implantação do sistema PJe, preparando as comarcas para receber o sistema, e foi planejada após a realização de estudo de capacidade e utilização. Serão ampliados os links de Caxias, Açailândia, Bacabal, Chapadinha, Codó, Imperatriz, Joselândia, Santa Inês, São José de Ribamar, Timon, Alto Parnaíba, Igarapé Grande, São Domingos do Azeitão e São Pedro da Água Branca.

TI EM NÚMEROS

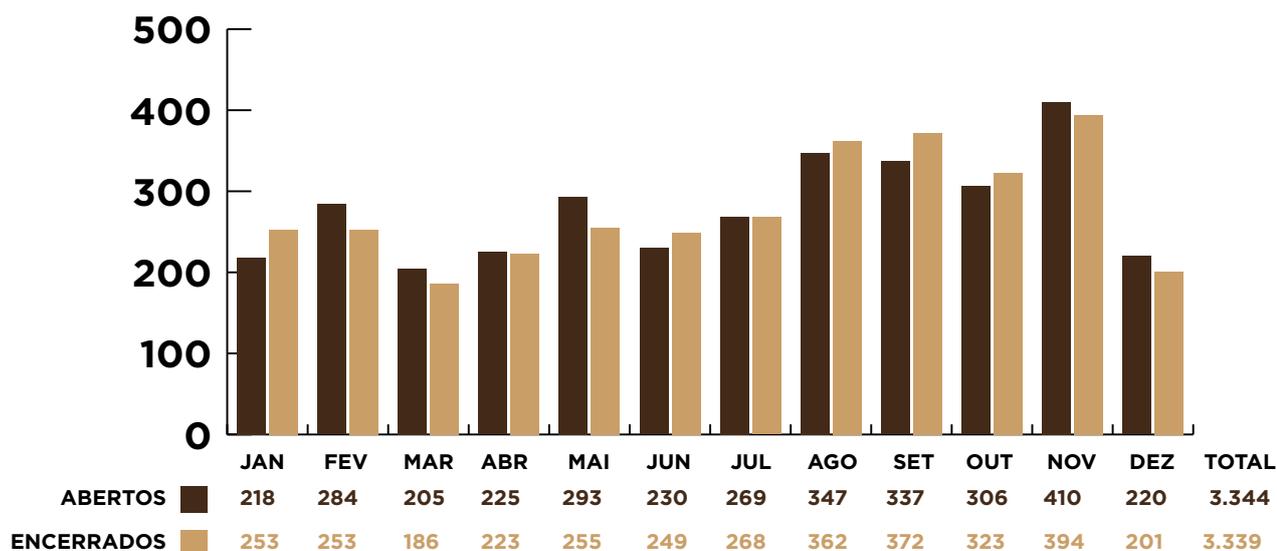
Os gráficos a seguir representam a produtividade dos diversos setores da Diretoria de Informática, possibilitando avaliar a demanda de trabalho em cada coordenadoria e a efetividade no atendimento das solicitações de magistrados e servidores.



Administração de Sistemas de Informação e Banco de Dados



Manutenção de Equipamentos



DIRETORIA
Segurança

As atividades desenvolvidas pela Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão são realizadas por meio da Coordenadoria de Segurança, Divisão de Proteção ao Magistrado e a Divisão de Inteligência, composta pelo quadro funcional previsto na Lei nº 9.488/2011, de 04/11/2011, em conjunto com a Resolução – GP – nº 52/2011 e Resolução – GP – 702016, nas áreas de segurança de magistrados e servidores, segurança patrimonial, realização e execução de projetos para a segurança institucional.

DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA

a) ADMINISTRATIVO:

Confecção e entrega de 38 Planos de Segurança Orgânico das seguintes unidades jurisdicionais:
Confecção de Relatórios de Inteligência.

b) OPERACIONAL:

b.1) Atendimentos a ocorrências envolvendo magistrados e servidores

No exercício do ano em curso, foram realizados 113 atendimentos a ocorrências envolvendo magistrados e servidores. Sendo 72 foram solicitações de Magistrados e 41 atendimentos diversos.

Foram realizados 04 atendimentos de ocorrências envolvendo incêndios em Fóruns.

COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

a) ADMINISTRATIVO:

1. Coordenação da Cartilha de Segurança Institucional

a.1) Fiscalização dos Contratos de Segurança e Vigilância Privada

A Diretoria de Segurança possui sob sua responsabilidade de fiscal 04 contratos de prestação de serviços de segurança e vigilância armada para o Poder Judiciário, firmados com as Empresas Atlântica Segurança Técnica Ltda e Potencial Segurança e Vigilância Ltda, a saber: 132/2011, 183/2011, 214/2011 e 44/2014, totalizando 84 postos de serviço, distribuídos na capital e interior.

Foram realizadas aproximadamente 31 notificações a Empresa Potencial e 07 para Empresa Atlântica, em virtude de descumprimento de

cláusulas contratuais durante o ano de 2016.

b) OPERACIONAL

b.1) Implantação do Sistema de Controle de Acesso:

Foram instalados no ano de 2016, 05 aparelhos de RX distribuídos nas comarcas de **Caxias, Timon, Imperatriz e na sede do Tribunal de Justiça**, tal investimento visa em maior segurança para as referidas unidades jurisdicionais.

Também foram instalados 13 portais detectores de metais conforme relação abaixo:

- √ 02 portais detectores de metais na entrada do prédio sede do TJMA;
- √ 01 portal detector de metais no Anexo II do prédio sede do TJMA;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Santa Inês;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Lago da Pedra;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Arame;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Codó;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Pedreiras;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Balsas;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Bacabal;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Timon;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Caxias;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Açailândia.

Com previsão para o início do ano de 2017, a instalação de 05 portais detectores de metais, no prédio da Corregedoria Geral da Justiça, na 2ª Vara de Execuções Penais; no Fórum do município de São José de Ribamar; no Fórum do município de Raposa e no Fórum do município de Paço do Lumiar, aguardam apenas as adequações físicas necessárias.

Por fim, no tocante aos trabalhos do sistema de controle de acesso nas dependências do Poder Judiciário, esta Diretoria aguarda a conclusão do processo licitatório nº 405162015, no qual consta a aquisição de 102 portais detectores de metais, que serão instalados em todas as comarcas do Estado.

b.2) Implantação do Sistema de Monitoramento Eletrônico

No ano em curso foram realizadas a instalação de câmeras de segurança na 2ª VEP, Centro Administrativo do TJMA e na sede do Tribunal de Justiça, além da manutenção dos sistemas já existentes em outras unidades da capital e interior do Estado. Contudo, esta Diretoria aguarda a conclusão do processo licitatório nº 405162015, para que seja dado prosseguimento ao projeto de instalação de videomonitoramento em todas as comarcas.

b.3) Instalação e manutenção do sistema de câmeras nas unidades jurisdicionais

CAPITAL

- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Fachada do Centro Administrativo;
- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Recepção do Centro Administrativo;
- √ Instalação de Sistema de Videomonitoramento – 2ª Vara de Execuções Penais;
- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Estacionamento Centro Administrativo
- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Tribunal de Justiça Sede
- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Diretoria Administrativa
- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Fachada Monitoramento Carcerário
- √ Manutenção e Configuração de Servidor videomonitoramento – Raposa;
- √ Manutenção e Configuração de Servidor de Videomonitoramento – S. J. de Ribamar;
- √ Configuração de Servidor de Videomonitoramento – ESMAM;
- √ Manutenção de câmeras de monitoramento – TJMA SEDE
- √ Manutenção de câmeras de monitoramento – Centro Administrativo TJMA
- √ Manutenção e Configuração de Servidor e Câmeras – ESMAM
- √ Manutenção e Configuração de Servidor e Câmeras – 2ª Vara de Execuções Penais

INTERIOR

- √ Manutenção e Configuração de Servidor de Videomonitoramento – Imperatriz
- √ Instalação e manutenção de Sistema de Videomonitoramento – Timon;
- √ Configuração de Servidor de

Videomonitoramento – Caxias;

- √ Manutenção e Configuração de Servidor de Videomonitoramento – Imperatriz/MA;
- √ Manutenção e Configuração de Servidor de Videomonitoramento Buriti de Inácia Vaz/MA;
- √ Manutenção e Configuração de Servidor de Videomonitoramento – Buriti;

DIVISÃO DE PROTEÇÃO AO MAGISTRADO

a) ADMINISTRATIVO:

a.1) Confeção de Crachás

Ao longo do exercício de 2016 foram confeccionados 344 crachás, sendo 182 na capital distribuídos da seguinte forma: 162 para servidores, 03 para Promotores de Justiça, 04 para Defensores Públicos, 02 para estagiários, 04 para terceirizados e 07 para servidores cedidos (SEJAP).

As unidades do interior atendidas com a feitura de 162 crachás foram: comarca de Arari 10, Bacuri 10, Brejo 16, Colinas 14, Grajaú 06, Itapecuru Mirim 42, Presidente Dutra 32, Santa Luzia 20 e São Domingos do MA com 12.

b) OPERACIONAL:

b.1) Recolhimento de armamento para destruição e/ou custódia;

A Diretoria de Segurança Institucional planejou e executou o trabalho de recolhimento de armas de fogo e armas brancas, referentes aos processos criminais em tramitação, as quais permanecem sob a guarda do poder judiciário.

Ao longo do ano de 2016 foram recebidas 204 requisições com fim de recolhimento de armamento, das quais 193 foram atendidas. Ficando pendentes 11 requisições.

Foram recolhidas ao longo do ano em curso 3637 armas, sendo realizadas 05 remessas de armas ao 24º BIL (Batalhão de Infantaria Leve), para fins de destruição, 2636 armas, sendo 1209 armas de fogo e 1427 armas brancas.

Sob custódia do poder judiciário encontram-se 2147 armas de fogo, das quais 2073 permanecem vinculadas a processos judiciais e 74 (setenta e quatro) para destruição.

Em relação a armas brancas existem 771 (setecentas e setenta e uma) armas custodiadas vinculadas a processo ainda não finalizados e 83 (oitenta e três) com autorização para destruição, totalizando 854 (oitocentos e cinquenta e quatro)

armas brancas.

b.2) Outras Atividades

- Armas encaminhadas ao INCRIM – 02 (duas);
- Armas restituídas – 07 (sete);
- Armas encaminhadas a Delegacia – 07 (sete)
06 (seis): Delegacia de homicídio
01 (uma): 3º Distrito policial
- Armas devolvidas a unidades judiciais
01 (uma): 2ª Crim. São José de Ribamar
15 (quinze) facas: Comarca de Magalhães de Almeida
06 (seis): 3ª Tribunal do Juri
01 (uma) Ribamar
01 (uma) Paço do Lumiar

c) Proteção ao Magistrado

Com aprovação em Sessão plenária da Resolução – GP-702016 datada de 30 de novembro de 2016, passa vigorar a nova nomenclatura de Divisão de Proteção ao Magistrado em substituição a Divisão de Segurança.

A referida Divisão realizou ao longo do ano 07 escoltas dedicadas a magistrados, das quais 03 magistrados permanecem com escolta.

DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

a) ADMINISTRATIVO:

a.1) Cursos

- √ Segurança no Cumprimento de Mandados - 3 (três) turmas (São Luís, Imperatriz e Caxias);
- √ Realização de palestra na área de segurança institucional para servidores da DSI, sobre Plano de Segurança Orgânica dos Fóruns e Análise de Riscos;
- √ Instrução teórica e prática do sistema Digidoc, ministrada pela chefe da Divisão de Protocolo Administrativo aos integrantes da DSI, realizado em duas etapas;
- √ Instrução e capacitação dos servidores da Diretoria de Segurança em minicurso de informática- Windows Básico e Word;
- √ Palestra do Excelentíssimo Dr Ferdinando sobre Cyber Crimes realizado no mês de maio com toda a equipe da DSI;
- √ I Curso de Segurança Institucional para Magistrados em parceria com a ESMAM, atuando diretamente na coordenação e estruturação dos trabalhos desenvolvidos pelos instrutores e alunos do curso;

√ Realização da 2ª turma do Curso de Segurança Institucional para Magistrados (SEGINSTM) 2016 no mês de outubro, na cidade de Imperatriz-MA, sob a coordenação da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM);

a.2) Atuação da DSI na Comissão Permanente de Segurança Institucional- CPSI

a) Janeiro

√ Apresentação de relatório de ocorrência envolvendo magistrado.

b) Fevereiro

√ Desmobilização de escolta de magistrado;

√ Apresentação da proposta do Curso de Segurança Pessoal no Cumprimento de Mandados a ser realizado nas cidades de São Luís, Caxias e Imperatriz;

√ Apresentação de proposta para distribuição de 20 pórticos detectores de metais às comarcas, conforme critérios definidos pela CPSI.

c) Março

√ Apresentação de relatório de ocorrência envolvendo magistrado;

√ Concessão de escolta a magistrado;

√ Apresentação de Projeto para atualização do Plano de Proteção e Assistência a Juizes em Situação de Risco;

√ Proposta de Curso de Segurança Institucional para Magistrados;

√ Proposta para distribuição de Pórticos e equipamentos de Raio "X";

√ Proposta de aplicação dos recursos do FUNSEG conforme Planejamento Estratégico;

√ Apresentação de Portaria da SMTT, com fins de disciplinar a presença de carro de som na área livre da Praça Pedro II.

d) Maio

√ Instalação de 02 (dois) aparelhos de Raio "X" e Pórticos de Segurança no prédio do Tribunal de Justiça do Maranhão;

√ Aplicação da Portaria nº. 79/2016 da Prefeitura Municipal da São Luís, que dispõe acerca da disciplina e proibição da circulação de veículos prestadores de serviço com emissão sonora de publicidade, divulgação, entretenimento e comunicação, nas imediações da Praça Pedro II;

√ Deliberação de confecção de um expediente ao Comandante Geral da PMMA, solicitando o acautelamento de armas vinculadas a processos.

e) Junho

√ Apresentação de proposta de Convênio para contratação de policiais Militares da ativa;

√ Apresentação do MEMO-GDJAP-123/2016 do CNJ que versa sobre a Continuação de Diagnóstico sobre Segurança Institucional – preenchimento de pesquisa;

√ Apresentação do Relatório do Curso de Segurança aos Magistrados (16/05/2016 a 20/05/2016) e proposta do Manual de Segurança Institucional elaborado pelos juízes e instrutores do curso Seginstm.

f) Julho

√ Aprovação do Convênio TJMA x PMMA (Jornada Operacional), para contratação de Policiais Militares da Ativa, tendo como municípios inicialmente alcançados Imperatriz, Caxias e Timon;

√ Aprovação do Manual de Segurança.

g) Agosto

√ Deliberação de manutenção da escolta pessoal para magistrado;

√ Autorização do deslocamento de uma equipe para acompanhar magistrado em audiência.

h) Setembro

√ Deliberações sobre protocolo de escoltas a ser utilizado, sob ação e supervisão da Diretoria de Segurança Institucional;

√ Deliberação de vistoria, por parte de membro desta Comissão, nas instalações do Fórum de São José de Ribamar, para fins de verificação quanto à possibilidade de instalação do pórtico e do aparelho de raio-X;

√ Solicitação junto à Corregedoria para que identifique e relacione todos os processos em tramitação no 1º Grau envolvendo integrantes de facções criminosas, verificando inclusive a possibilidade de formação do órgão colegiado para julgamento destes processos;

√ Deliberado sobre o aluguel de um veículo blindado para ser utilizado pelo TJMA, enquanto não houver processo para aquisição definitiva do referido veículo;

√ Deliberação pela aquisição de 10 (dez) coletes a prova de balas, para destinação nos casos que envolvam magistrados em situação de risco ou ameaça.

i) Outubro

√ Deliberação de adesão a atas vigentes de outros órgãos, assim como possibilidade de abrir outras frentes de compras para aquisição de carros blindados para uso na Segurança Institucional do TJMA;

√ Deliberação de visita pela Comissão de Segurança Institucional ao Secretário de Segurança Pública do Estado, para tratar de assunto no campo da Segurança Institucional.

j) Novembro

√ Deliberação da elaboração de uma Circular da Comissão, com recomendações aos magistrados sobre o Protocolo de Segurança;

√ Deliberação da realização do Curso de Segurança para magistrados no mês de fevereiro na cidade de Teresina;

√ Deliberação pela aquisição de 30 (trinta) coletes, correspondendo a mais ou menos 10% do número de magistrados do estado, sendo custeados com os recursos do FUNSEG-JE, e por meio da adesão de Ata vigente;

√ Deliberação pela aquisição de 4 (quatro) veículos, utilizando os recursos do FUNSEG-JE, sendo: 2 por adesão a atas que atendam as necessidades da Comissão e 2 através de processo licitatório.

k) DEZEMBRO

Aprovação do calendário de reuniões da Comissão Permanente de Segurança Institucional exercício 2017;

Foi decidido pela atualização do Plano de Proteção a Magistrados, com as recomendações quanto a afastamentos de prefeitos, policiais servidores da justiça e etc;

Aprovação de calendários de cursos da ESMAM;

3. Ações Gerais Realizadas

√ Apresentação no Gabinete da Presidência, para a mesa diretora do TJMA e Associação dos Magistrados Maranhenses- AMMA, do Plano de Segurança Institucional do TJMA, aprovado pela Comissão de Segurança Institucional;

- √ Apresentação na Diretoria de Engenharia da palestra sobre Segurança Orgânica e Vulnerabilidade nas Unidades Judiciárias;
- √ Participação da palestra sobre o Plano de Gestão por Competência do Poder Judiciário;
- √ Participação de Reunião da Comissão Permanente de Segurança Institucional nos meses de Janeiro a Junho;
- √ Participação de Reunião da Comissão Permanente de Segurança – CPSI na cidade de Caxias;
- √ Participação da Reunião do FUNSEG ;
- √ Participação na inauguração do Fórum de Matões/MA e Colinas/MA;
- √ Acompanhamento e participação no Seminário de Integração do Curso de Direito – Faculdade do vale do Itapecuru – Caxias;
- √ Deslocamento ao Conselho Nacional de Justiça em caráter oficial no mês de junho;
- √ Conclusão da Cartilha de Segurança Institucional sendo apresentada reunião ordinária no mês de junho da CPSI;
- √ Elaboração e entrega de 38 (vinte e dois) Planos de Segurança Orgânico das comarcas de Magalhães de Almeida, Imperatriz, Pinheiro, Olinda Nova, Codó, Coroatá, Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Bacabal, Humberto de Campos, Urbano Santos, Joselândia, Buriti, Igarapé Grande, Santa Helena, Turiaçu, Bacuri, Cururupu, São Bento, São Vicente de Ferrer, Icatu, Rosário, São Luís, Lago da Pedra, Caxias, Timon, Colinas, Itapecuru, Santa Inês, Presidente Dutra, Bequimão, Morros, São José de Ribamar, Mirinzal, Cedral, Humberto de Campos, Alcântara e Pedreiras.
- √ Aquisição de 20 (vinte) Pórticos e 05 (cinco) Raio-x tendo sido instalados 13 (treze) pórticos de acordo com aprovação da CPSI (Comissão Permanente de Segurança Institucional) nas seguintes unidades judiciais: TJMA, Bacabal, Codó, Santa Inês, Balsas, Lago da Pedra, Pedreiras, Caxias, Açailândia, Timon e Arame, e sendo instalados os 05 (cinco) equipamentos de raio x sede do Tribunal de Justiça e nas comarcas de Caxias, Timon e Imperatriz;
- √ Instalação do Sistema de controle de acesso dos Fóruns de Timon, Caxias, Imperatriz e sede do TJMA;
- √ Planejamento da 2ª turma do Curso de Segurança Institucional para Magistrados (SEINSTM) 2016 com previsão para no mês de outubro, sob a coordenação da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM);

- √ Execução do Curso de Segurança Institucional para Magistrados (SEINSTM) realizado no período de 16 a 20 de maio do corrente ano;
- √ Planejamento e elaboração do Convênio para “Aquisição de Munições Treina”;
- √ Planejamento e realização de palestra na área de segurança institucional para servidores da DSI, sobre Plano de Segurança Orgânica dos Fóruns e Análise de Riscos;
- √ Planejamento e elaboração do Convênio TJMA X PMMA “Jornada Operacional”;
- √ Planejamento da segurança e realização dos serviços de escolta de autoridades em visita oficial ao Tribunal de Justiça: visita oficial do Ministro do STJ Reynaldo Soares da Fonseca a comarca de Imperatriz, visita oficial do Desembargador TJSP Ricardo DIP ao Fórum Desembargador Sarney Costa, visita oficial do Subprocurador-Geral da República e Coordenador da Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal, Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto e visita oficial do Ministro do STJ Mauro Luiz Campbell Marques a ESMAM, “I Seminário de Meio Ambiente” ex ministra Maria Osmarina Marina da Silva e Dr. Nicolao Dino de Castro;
- √ Apoio e acompanhamento do Curso de Oficial de Justiça realizado na cidade de Imperatriz e Caxias-Ma;
- √ Proposta de alteração do provimento de recolhimento de armamento
- √ Revisão da Diretriz de Recolhimento de arma;
- √ Participação no Seminário do Servidor;
- √ Realização do 2º turma do Curso de Segurança Institucional para Magistrados (SEINSTM) 2016 no mês de outubro, sob a coordenação da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM);
- √ Participação na palestra “Sensibilização e Apresentação do Plano de Gestão por competência do poder público”;
- √ Participação na palestra “Desafios da Liderança na Gestão Pública”;
- √ Participação no curso “Elaboração de Termo de Referência”;
- √ Participação no seminário “O avanço nas licitações sustentáveis”;
- √ Participação no seminário “Gestão e fiscalização de contratos”;
- √ Atendimento a ocorrências pelo Plantão da Diretoria de Segurança, o qual atende pelos números 3231-6188 e 98880-5226.

DIRETORIA
FERJ

O ano de 2016 é um ano de superação para a Diretoria do FERJ, tendo um cenário financeiro totalmente desfavorável para realizar suas atividades que buscam principalmente alavancar a arrecadação de custas e emolumentos extrajudiciais, a fim de garantir ao Gestor de Despesas o cumprimento dos planos financeiros e orçamentários para o biênio 2016 e 2017 deste Egrégio Tribunal.

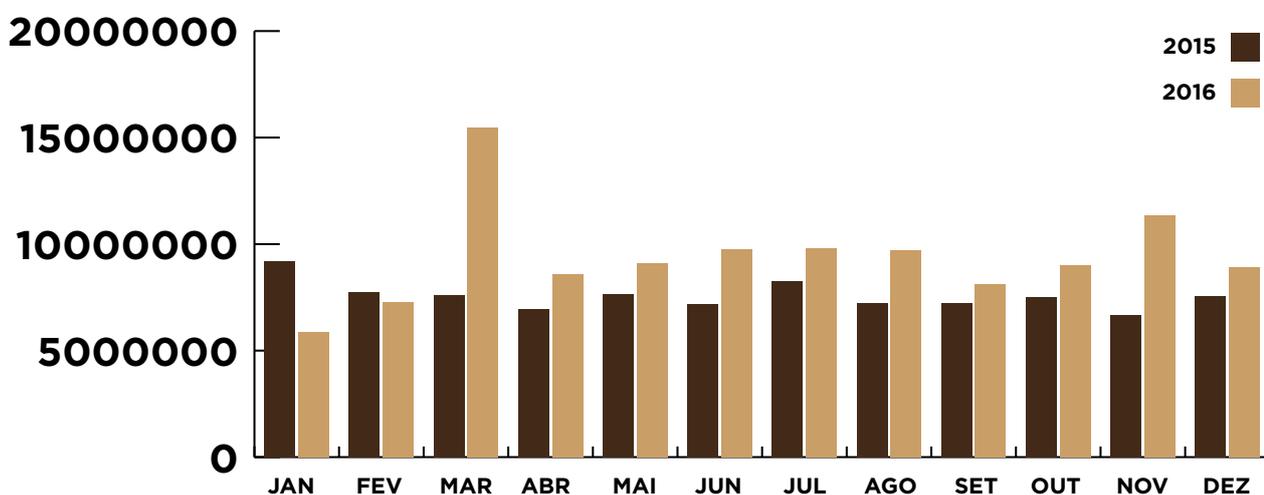
Ao fazermos o balanço deste ano de gestão do Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Cleones Carvalho Cunha, observamos que são significativas as ações

já empreendidas para cumprir os princípios estabelecidos com a Presidência e as Diretorias.

A Diretoria do FERJ atendendo às políticas definidas pela atual gestão demonstra por meio desse Relatório de Atividades os indicadores das atividades desempenhadas, no ano corrente, para o aprimoramento e modernização do Poder Judiciário Maranhense.

Ao considerar o ano 2016, a nossa Diretoria teve como receita o montante de R\$ 113.059.158,36, o que compreende os campos da cobrança de custas finais e protesto, fiscalização, repasses provindos dos saldos de balancete, venda de selos.

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO - FERJ - 2015 x 2016



ARRECADAÇÃO - 2015 X 2016 (em R\$)		
ANO	2015	2016
JANEIRO	9.216.317,18	5.881.356,56
FEVEREIRO	7.730.215,51	7.276.402,48
MARÇO	7.593.300,40	15.494.729,11
ABRIL	6.939.858,99	8.604.158,25
MAIO	7.660.957,17	9.088.003,20
JUNHO	7.200.607,18	9.767.965,67
JULHO	8.249.417,51	9.819.633,71
AGOSTO	7.234.498,04	9.697.560,31
SETEMBRO	7.246.908,62	8.140.279,33
OUTUBRO	7.517.899,56	9.005.144,57
NOVEMBRO	6.680.615,43	11.361.843,48
DEZEMBRO	7.553.107,36	8.922.081,69
TOTAL	90.823.702,95	113.059.158,36
Crescimento	24,48%	

Verifica-se que o crescimento anual foi de R\$ 22.235.702,95, nesta gestão em referência ao mesmo período da gestão anterior, o que representa um crescimento acumulado de 24,48%. Isso demonstra que a Diretoria do FERJ apresentou bons resultados, considerando todos os agravantes que o cenário externo de recessão econômica gera na arrecadação.

Segundo o artigo 3º da Lei nº 48/2000 e as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 124/2009, há 31 diferentes tipos de fontes de receita do FERJ, dentre as quais, destacam-se principalmente dois grupos mais expressivos: as receitas oriundas do recolhimento de custas e despesas processuais e as derivadas da taxa de 12% sobre os emolumentos das serventias extrajudiciais.

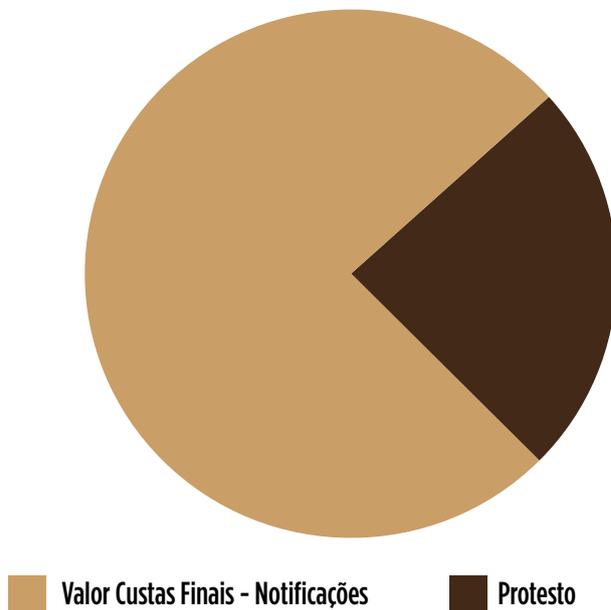
Para o recolhimento de custas finais a Diretoria do FERJ tem utilizado os seguintes meios de cobrança: envio de notificações e boleto via Correios e por

e-mail, o que torna mais rápida a efetivação dos pagamentos. Os pagamentos não realizados e as correspondências devolvidas, devido ao endereço ser incerto ou não sabido, a Diretoria do FERJ publica no Diário da Justiça Eletrônico – DJE as custas finais e os prazos para pagamento são reabertos com 30 dias.

Àquelas que não são pagas dentro do prazo previsto em lei, encaminhamos para a Dívida Ativa do Estado e também para inclusão no Serasa, por meio do convênio firmado entre a SEFAZ e o SERASA.

No período de janeiro a 10 de dezembro de 2016, a Diretoria do FERJ com custas finais arrecadou R\$ 374.749,25, sendo que desse valor temos o montante de R\$ 256.765,60 que foi arrecadado diretamente através das notificações aos devedores (cartas e editais) e o valor de R\$ 117.983,65 oriundo das Certidões de Dívidas Ativas encaminhadas as serventias para protesto.

CUSTAS FINAIS - 2016



2016 – ATÉ 10.12.2016	
Valor Custas Finais - Total	R\$ 374.749,25
Protesto	R\$ 117.983,65
Valor Custas Finais - Notificações	R\$ 256.765,60

As atividades de fiscalização realizadas pelo FERJ, tanto nas serventias extrajudiciais quanto nas secretarias judiciais, tem como foco a apuração de fraudes, evasão de receitas e possíveis abusos contra a população na cobrança dos emolumentos.

A realização da fiscalização extrajudiciais contribui de forma importante ao fiel cumprimento da legislação na cobrança de emolumentos, garantindo ao Poder Judiciário o valor correto de arrecadação, bem como ao usuário do serviço a importância real a ser paga, por examinar os possíveis emolumentos cobrados indevidamente ao cidadão.

No ano de 2016, a Diretoria do FERJ, por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Desembargador Cleones Carvalho Cunha, desenvolveu o projeto de Recuperação de Receitas nas secretarias judiciais.

Essas atividades junto as unidades judiciais buscam promover a capacitação dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão no tocante aos procedimentos de cálculo e recolhimento de custas judiciais, com as modificações da Lei Estadual nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009, bem como, pelas inovações advindas com o novo Código de Processo Civil, contribuindo, dessa forma, para a otimização e aumento da arrecadação das receitas do FERJ.

A Diretoria do FERJ manteve seu compromisso com o Poder Judiciário, no tocante a otimização dos recursos públicos, ao fazer um trabalho de logística e adequação possibilitou a realização do trabalho de fiscalização nas serventias extrajudiciais juntamente com o do treinamento judicial.

As atividades de fiscalização extrajudicial juntamente judicial iniciaram em junho de 2016, contudo o comprometimento da equipe do FERJ proporcionaram os resultados de:

- 40 serventias extrajudiciais auditadas, referente aos anos de 2013 a 2015;
- 56 comarcas que receberam orientações quanto à cobrança de custas finais, o que representa mais de 100 varas judiciais que tiveram seus servidores capacitados pela equipe do FERJ.

Dentre as comarcas visitadas temos: Amarante do Maranhão, Paço do Lumiar, Raposa, São José de

Ribamar, Açailândia, Itinga, Carolina, Montes Altos, Senador La Roque, Coroatá, Timbiras, Caxias, Barra do Corda, Loreto, Balsas, Timon e Imperatriz.

A partir do mês de março do ano de 2012, o FERJ iniciou o controle das informações dos balancetes dos interinos do Estado do Maranhão. Esse trabalho rendeu aos cofres públicos, no período de janeiro/2016 a 10 de dezembro/2016, o valor de R\$ 2.641.968,41.

As serventias extrajudiciais interinas que por determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ repassam valores financeiros ao FERJ, em virtude de saldo positivo, conforme determina o art. 2º do Ato da Presidência n.º 09/2010.

Em relação ao Núcleo de Planejamento Estratégico – NPE, o FERJ durante o ano de 2016, mostrou excelência ao alcançar a meta proposta para a Gratificação de Produtividade Judiciária – GPJ. O índice de produtividade mensal é Aumentar 5% do total da arrecadação das receitas do FERJ, comparando com a arrecadação do mesmo período do ano anterior.

Em relação ao ano de 2016, o resultado divulgado pelo Núcleo de Planejamento Estratégico – NPE, abrangendo o período de apuração de do 3º trimestre de 2016, informa que a Diretoria do FERJ tem alcançado a meta estipulada para o ano.

Já em relação ao FERC, a Diretoria e a Divisão do FERC durante o ano de 2016 desenvolveram um trabalho contínuo na análise e compensação dos atos gratuitos. Como resultado do esforço, nenhum registrador com situação regularizada ficou sem sua devida compensação no prazo estimado.

Durante o ano de 2016, o FERC encaminhou 76 processos contendo ordens de pagamentos, de forma que as serventias recebam os valores das compensações. Esses processos compreendem os meses de dezembro/2015 a novembro/2016.

Por fim, os registradores civis passaram a receber, em 2016, a quantia de R\$ 14,87 por cada ato gratuito, como forma de compensar os atos gratuitos praticados, conforme determinou a RESOL-GP 41/2015 que atualizou monetariamente do limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual nº. 130/2009.

PROJETOS 2016

Projetos	Situação	Status
Implantação do Selo Digital	O Projeto "Selo Digital" está em construção juntamente com a Diretoria de Informática	Em execução
Alteração da Lei Estadual nº 9.109/2009, visando promover ajustes no texto legal (aprovada pela LEI 10534-2016 - PODER EXECUTIVO)	O projeto de alteração da legislação foi devidamente criado em outubro/2016, por meio do processo n.º 44200/2016	Realizado
Realização de atualização monetária das tabelas de custas e emolumentos previstas na Lei Estadual nº. 9.109/2009, para o exercício de 2017	Encaminhada para assinatura Resolução n.º 77/2016, com atualização monetária em 7,39%	Realizado
Realização da atualização o valor unitário dos selos de fiscalização dos atos notariais, registrais e de distribuição extrajudiciais, criados pela Lei Complementar nº. 48, de 15 de dezembro de 2000	Encaminhada para assinatura da Resolução n.º 76/2016, que entrará em vigor no dia 1º janeiro de 2017	Realizado
Realização da atualização monetária do limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual nº. 130/2009, para o exercício de 2015	O limite unitário máximo para compensação passará a vigorar no valor de R\$ 15,97, após assinatura e publicação da Resolução n.º 75/2016	Realizado
Pedido de selos online, garantindo agilidade e controle das informações	Criada a ferramenta para pedido de selos, das serventias extrajudiciais, de forma online através do SIAFERJWEB	Realizado
Depósito Judicial – informações cadastradas no SIAFERJ-WEB	Criada a ferramenta para gestão e controle dos depósitos judiciais	Realizado
Recuperação de Receitas Judiciais	As capacitações dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão no tocante aos procedimentos de cálculo e recolhimento de custas judiciais estão sendo realizadas	Em execução
Alterações no Gerador de Custas	Atualizado conforme o novo CPC, nos itens mais urgentes, e implementação nos outros itens que também foram atingidos pelo novo Código.	Realizado

DIRETORIA
ENGENHARIA

As atividades da Diretoria de Engenharia são realizadas seguindo a divisão territorial do Maranhão por lotes: Polo São Luís I, Polo São Luís II, Polo São Luís III, Polo Pinheiro, Polo Chapadinha, Polo Santa Inês, Polo Caxias e Polo Imperatriz.

1. POLO SÃO LUÍS - LOTES 01 e 02

1.1. SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE REFORMA DO PRÉDIO DA ESMAM – DEVOLUÇÃO

Descrição dos serviços: Serviços de reforma realizados no prédio da ESMAM.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 152/2015

Ordem de serviço nº: 002/2016

Valor: R\$ 15.926,35

Valor Pago: R\$ 15.926,35

Data de início: 23/02/2016 Data de Término: 14/03/2016

1.2. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NOS JUIZADOS E ANEXOS DO TJ, REFERENTE AOS MESES DE DEZEMBRO, JANEIRO E FEVEREIRO

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção predial.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 152/2015

Ordem de serviço nº: 03/2016

Valor: R\$ 114.248,52

Valor Pago: R\$ 114.248,52

Data de início: 18/12/2015 Data de Término: 01/04/2016

1.3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NOS JUIZADOS E ANEXOS DO TJ, REFERENTE AO MÊS DE MARÇO

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção predial.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 152/2015

Ordem de serviço nº: 04/2016

Valor: R\$ 70.880,66

Valor Pago: R\$ 70.880,66

Data de início: 01/03/2016 Data de Término: 31/03/2016

1.4 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NOS JUIZADOS E ANEXOS DO TJ REFERENTE AOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção predial.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 152/2015

Ordem de serviço nº: 05/2016

Valor: R\$ 91.014,78

Valor Pago: R\$ 91.014,78

Data de início: 01/08/2016 Data de Término: 07/10/2016

1.5 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO DE 05 A 25 DE ABRIL DE 2016

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidro- sanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 06/2016

Valor: R\$ 92.900,13

Valor Pago: R\$ 92.900,13

Data de início: 05/04/2016 Data de Término: 25/04/2016

1.6. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO PERÍODO DE 26 DE ABRIL A 16 DE MAIO DE 2016

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidro- sanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos

com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 07/2016

Valor: R\$ 104.435,85

Valor Pago: R\$ 104.435,85

Data de início: 26/04/2016 Data de Término: 16/05/2016

1.7. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO 17 DE MAIO A 01 DE JUNHO DE 2016

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidro- sanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 10/2016

Valor: R\$ 62.697,83

Valor Pago: R\$ 62.697,83

Data de início: 17/05/2016 Data de término: 01/06/2016

1.8. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO 02 A 17 DE JUNHO

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidro- sanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e

Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 11/2016

Valor: R\$ 24.213,31

Valor Pago: R\$ 24.213,31

Data de início: 02/06/2016 Data de Término: 17/06/2016

1.9 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO 20 DE JULHO A 05 DE AGOSTO

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidrossanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 13/2016

Valor: R\$ 112.079,85

Valor Pago: R\$ 112.079,85

Data de início: 20/07/2016 Data de Término: 05/08/2016

1.10. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO 08 A 22 DE AGOSTO

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidrossanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 14/2016

Valor: R\$ 100.467,83

Valor Pago: R\$ 100.467,83

Data de início: 08/08/2016 Data de Término:
22/08/2016

1.11 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO 22 DE SETEMBRO A 17 DE OUTUBRO DE 2016

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidrossanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 17/2016

Valor: R\$ 170.659,97

Valor Pago: R\$ 170.659,97

Data de início: 22/09/2016 Data de Término:
17/10/2016

1.12. SERVIÇOS DE REVISÃO ELÉTRICA E MANUTENÇÃO PREDIAL NA COMARCA DO FÓRUM DA RAPOSA

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidrossanitárias, reforma no forro de gesso, reforma e instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna, externa das áreas reformadas e pintura na área do estacionamento.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 144/2014

Ordem de serviço nº: 32/2015

Valor: R\$ 35.085,00

Valor Pago: R\$ 35.085,00

Data de início: 09/11/2015 Data de Término:
29/02/2016

1.12A. SERVIÇOS DE REVISÃO ELÉTRICA E MANUTENÇÃO PREDIAL NA COMARCA DO FÓRUM DA RAPOSA - SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidrossanitárias, reforma no forro de gesso, reforma e instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna, externa das áreas reformadas e pintura na área do estacionamento.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 152/2015

Ordem de serviço nº: 01/2016

Valor: R\$ 27.265,98

Valor Pago: R\$ 27.265,98

Data de início: 07/03/2016 Data de Término:
29/03/2016

1.13. SERVIÇOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DA COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS.

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico, instalação de paredes de gesso acartonado, revisão completa das instalações elétricas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura total da área.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 08/2016

Valor: R\$ 25.048,98

Valor Pago: R\$ 25.048,98

Data de início: 26/04/2016 Data de Término:
25/05/2016

1.14 SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO 2º VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Descrição dos serviços: Adaptação do espaço físico com divisão de salas, balções, visores e portas de vidro, instalações elétricas, instalação de luminárias novas, pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 16/2016

Valor: R\$ 128.533,97

Valor Pago: R\$ 128.533,97

Data de início: 06/10/2016 Data de Término:
17/10/2016

1.15. SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO MEDIDAS CAUTELARES

Descrição dos serviços: Reforma e adaptação do espaço físico com divisão de salas, esquadrias de vidro, instalações elétricas, instalação de luminárias novas, pintura das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 19/2016

Valor: R\$ 43.214,58

Valor Pago: R\$ 43.214,58

Data de início: 12/10/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.16. SERVIÇOS DE REFORMA DIVISÃO DE DIREITOS E DEVERES

Descrição dos serviços: Reforma do espaço físico da divisão de direitos e deveres, mudança de layout, esquadrias de madeira, instalações elétricas, demolição de alvenaria de gesso acartonado, pintura de toda área.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 22/2016

Valor: R\$ 19.505,54

Valor Pago: R\$ 19.505,54

Data de início: 04/09/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.17. SERVIÇOS DE REFORMA DIVISÃO EXPEDIÇÃO E CONTROLE DE ATOS

Descrição dos serviços: Reforma do espaço físico, mudança de layout, esquadrias de madeira, instalações elétricas, demolição de alvenaria, pintura de toda área.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 23/2016

Valor: R\$ 17.075,12

Valor Pago: R\$ 17.075,12

Data de início: 21/10/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.18. SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO ASSESSORIA JURÍDICA

Descrição dos serviços: Adaptação do espaço físico com divisão de salas, esquadrias de madeira,

instalações elétricas e pintura geral.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 24/2016

Valor: R\$ 50.136,61

Valor Pago: R\$ 50.136,61

Data de início: 27/09/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.19. SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO

Descrição dos serviços: Adaptação do espaço físico com divisão de salas de gesso acartonado, balcão, esquadrias de madeira, instalações elétricas, instalação de luminárias novas, pintura das áreas reformadas e demais.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 25/2016

Valor: R\$ 22.304,06

Valor Pago: R\$ 22.304,06

Data de início: 22/09/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.20. SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO CONTROLE DE ACESSO PRÉDIO SEDE

Descrição dos serviços: Adaptação do espaço físico, piso novo, esquadrias de vidro, instalações elétricas, instalação de luminárias novas, pintura de total área.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 26/2016

Valor: R\$ 37.495,22

Valor Pago: R\$ 37.495,22

Data de início: 03/11/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.21. SERVIÇOS DE REFORMA DOS GABINETES DOS DESEMBARGADORES TAYRONE E CLEONICE FREIRE

Descrição dos serviços: Reforma do espaço físico, instalação de luminárias novas, pintura de toda área.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 15/2016
Valor: R\$ 187.286,42
Valor Pago: R\$ 187.286,42
Data de início: 23/05/2016 Data de Término:
01/09/2016

1.22. SERVIÇOS DE REQUALIFICAÇÃO DE REDE LÓGICA E ELÉTRICA DO JUIZADO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Descrição dos serviços: Requalificação de toda a rede lógica incluindo mudança de local do CPD, bem como revisão da rede elétrica. Houve também o acréscimo de pontos lógicos e elétricos em cada ambiente, pintura em paredes afetadas pelo fogo, revisão de aterramento, troca de quadros de distribuição e disjuntores e troca de luminárias.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015
Ordem de serviço nº: 054/2016
Valor: R\$ 96.196,41
Valor Pago: R\$ 96.196,41

2. POLO CAXIAS - LOTE 05

2.1. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DA COMARCA DE SANTO ANTONIO DOS LOPES - MA

Descrição dos serviços: Serviço de reforma do telhado, substituição das telhas quebradas, arrumar as telhas que estavam fora do lugar, e resolver as infiltrações. Pintura geral do prédio.

Empresa: QUALITECH ENGENHARIA LTDA
Contrato: 157/2015
Ordem de serviço nº: 23/2016
Valor: R\$ 30.591,46
Valor Pago: R\$ 30.591,46
Data de início: 14/03/2016 Data de Término:
16/05/2016

2.2. SERVIÇO DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO FÓRUM DE COELHO NETO - MA

Descrição dos serviços: Construção de canaleta para drenagem pluvial, cobertura na área do estacionamento, instalação de portão de alumínio e automatização, pintura greal do prédio incluindo a pintura do muro limítrofe.

Empresa: QUALITECH ENGENHARIA LTDA
Contrato: 157/2015

Ordem de serviço nº: 04/2016
Valor: R\$ 188.553,38
Valor Pago: R\$ 172.561,35
Data de início: 29/06/2015 Data de Término:
17/11/2016

2.3. REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

Descrição dos serviços: novo layout, substituição de piso cerâmico, forro pvc, portas, instalações elétricas e luminárias, colocação de revestimento e rodapé cerâmico, revisão da cobertura e das instalações hidrossanitárias, troca de louças, metais e acessórios, criação de novos pontos lógicos e montagem de rack, pintura geral, construção de balcões de atendimentos, instalação de ar-condicionado, ventiladores e extintores.

Empresa: Resende Engenharia Ltda Contrato:
177/2015

Ordem de serviço nº: 01/2016
Valor: R\$ 274.561,63
Valor Pago: R\$ 274.561,63
Data de início: 15/02/2016 Data de Término:
20/08/2016

3. POLO PINHEIRO - LOTE 07

3.1. SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DO RAMAL DE ENTRADA / RAMAL DE LIGAÇÃO DO FÓRUM DE CURURUPU

Descrição dos serviços: Substituição do Ramal de Entrada / Ramal de Ligação, com nova caixa de medição instalada em abrigo para atender a nova carga elétrica do prédio, com pintura externa do cubículo e parede da fachada.

Empresa: D.A. Construções Ltda.
Contrato: 156/2015
Ordem de serviço nº: 006/2016
Valor: R\$ 7.321,89
Valor Pago: R\$ 7.321,89
Data de início: 01/08/2016 Data de Término:
05/08/2016

3.2. SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE MANUTENÇÃO NO FÓRUM DE MATINHA

Descrição dos serviços: Serviços emergenciais de manutenção de eletro e hidráulico e ar-condicionado.

Empresa: D.A CONSTRUÇÕES LTDA.
Contrato: 156/2015
Ordem de serviço nº: 004/2016

Valor: R\$ 28.366,41
Valor Pago: R\$ 28.366,41
Data de início: 10/06/2016 Data de Término:
02/08/2016

4. POLO SANTA INÊS - LOTE 08

4.1 SERVIÇOS DE REPAROS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS NO FÓRUM DE ZÉ DOCA

Descrição dos serviços: Instalação de novos quadros elétricos, barramento e disjuntores, nova central telefônica, novas luminárias, novos pontos lógicos e elétricos, novo aterramento para os quadros elétricos, reparos de tubulação e instalação de torneiras nos banheiros, desentupimentos dos vasos sanitários.

Empresa: D.A. Construções Ltda.
Contrato: 156/2015
Ordem de serviço nº: 12/2016
Valor: R\$ 50.006,18
Valor Pago: R\$ 50.006,18
Data de início: 10/11/2016 Data de Término:
28/11/2016

4.2 SERVIÇOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO FÓRUM DE BACABAL

Descrição dos serviços: Instalação de novos quadros elétricos, barramento e disjuntores, novas luminárias, novos pontos lógicos e elétricos, novo aterramento para os quadros elétricos, troca de fiação elétrica e tomadas.

Empresa: Qualitech Engenharia Ltda.
Contrato: 147/2014
Ordem de serviço nº: 20/2016
Valor: R\$ 111.624,05
Valor Pago: R\$ 111.624,05
Data de início: 25/02/2016 Data de Término:
04/04/2016

4.3 FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DO NOVO FÓRUM DA COMARCA DE SANTA LUZIA DO TIDE

Descrição dos serviços: Impermeabilização da cobertura, instalação da rede de drenagem pluvial, pintura geral, recuperação de calçamento, colocação de grades de ferro, colocação de bomba d'água para interligar cisterna a caixa d'água, interligação

elétrica do alojamento ao fórum, substituição de lâmpadas e luminárias queimadas, instalação de ar-condicionado, instalação de equipamentos de rede lógica no rack, melhoria no aterramento elétrico, novos pontos lógicos, telefônicos e elétricos, etc.

Empresa: Qualitech Engenharia Ltda.
Contrato: 147/2014
Ordem de serviço nº: 21/2016
Valor: R\$ 267.326,61
Valor Pago: R\$ 267.326,61
Data de início: 25/02/2016 Data de Término:
04/04/2016

4.4 SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE DESOBSTRUÇÕES DE BANHEIROS NO FÓRUM DE LAGO DA PEDRA

Descrição dos serviços: Serviços emergenciais de desobstruções de banheiros.
Empresa: D.A CONSTRUÇÕES LTDA.
Contrato: 156/2015
Ordem de serviço nº: 003/2016
Valor: R\$ 39.426,40
Valor Pago: R\$ 39.426,40
Data de início: 13/06/2016 Data de Término:
02/08/2016

4.5 SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO

Descrição dos serviços: Adaptação da infraestrutura da alimentação geral elétrica do Fórum da Comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão para recebimento da subestação de energia 112,5 kVA, incluindo a instalação de quadros elétricos, eletrodutos, cabeamento, caixas de passagem e aterramento elétrico.

Empresa: Qualitech Engenharia Ltda.
Contrato: 157/2015
Ordem de serviço nº: 005/2016
Valor: R\$ 27.581,03
Valor Pago: R\$ 27.581,03
Data de início: 22/10/2016 Data de Término:
31/10/2016

5. POLO CHAPADINHA - LOTE 06

5.1 SERVIÇOS EMERGENCIAIS NA COBERTURA

E FORRO DO FÓRUM DA COMARCA DE TUTÓIA

Descrição dos serviços: Serviços emergenciais na cobertura e forro.

Empresa: D.A CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 156/2015

Ordem de serviço nº: 003/2016

Valor: R\$ 14.846,51

Valor Pago: R\$ 14.846,51

Data de início: 20/05/2016 Data de Término: 10/06/2016

5.2 SERVIÇOS DE REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE ICATU

Descrição dos serviços: Revisão da cobertura; impermeabilização de laje (marquise); recuperação dos aparelhos e ferragens dos banheiros; recuperação de reboco e pintura com emassamento; recuperação da torre de caixa d'água com substituição da mesma por 3.000lts; construção de talude e mureta de proteção; construção de depósito judicial; instalação de pontos elétricos para ar condicionado; novo sistema elétrico dividido em uso geral, lógica e ar condicionado; substituição do ramal de ligação/rala de entrada do prédio e novo sistema de aterramento.

Empresa: Módulo Engenharia Ltda.

Contrato: 155/2015

Ordem de serviço nº: 005/2015

Valor: R\$ 230.037,62

Valor Pago: R\$ 230.026,53

Data de início: 12/06/2016 Data de Término: 30/09/2016

5.4 SERVIÇOS DE REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE CANTANHÊDE

Descrição dos serviços: Revisão da cobertura; impermeabilização de laje (marquise); recuperação de aparelhos/ferragens dos banheiros; recuperação de algumas esquadrias, do reboco e pintura; construção de torre de caixa d'água de 3.000lts; instalação de novos pontos lógicos e telefônicos; instalação e manutenção de ar-condicionado; instalação de novo sistema elétrico do prédio, dividido em geral/lógica/ar-condicionado; substituição do ramal de ligação/ramal de entrada do prédio; novo sistema de aterramento.

Empresa: Módulo Engenharia Ltda.

Contrato: 155/2015 TJMA Ordem de serviço nº: 004/2015 Valor: R\$ 186.722,28

Valor Pago: R\$ 217.044,33

Data de início: 12/06/2015 Data de Término: 30/09/2016

6. OBRAS

6.1. SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA OBRA DO NOVO FÓRUM DE VIANA

Descrição dos serviços: Execução de serviços de conclusão da Obra do Novo Fórum da Comarca de Viana, constando das seguintes atividades: serviços preliminares; movimento em terra; infraestrutura; superestrutura; paredes e painéis; cobertura/forro; calhas; instalação hidráulica; instalação sanitária; louças, metais e aparelhos; instalação elétrica; sistema de proteção contra descargas atmosféricas; instalação telefônica; instalação de lógica; combate a incêndio; instalação de ar-condicionado; revestimento de parede; pavimentação; esquadrias; soleiras, peitoris e rodapés; pintura; diversos; serviços de urbanização; drenagem; serviços complementares; serviços finais.

Empresa: ENGETECH CONSTRUTORA LTDA

Contrato: 123/2015 – TJ/MA Ordem de serviço nº: 12/2015 Valor: R\$ 2.708.026,23

Valor Pago: R\$ 1.678.550,31 (61,98% DO VALOR TOTAL)

Data de início: 09/09/2015 Data de Término: 30/04/2017

Status: Em andamento

6.2 SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DA COMARCA DE VITORINO FREIRE

Descrição dos serviços: serviços de construção do novo fórum da comarca de Vitorino Freire.

Empresa: VERSAL CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA LTDA - EPP

Contrato: 133/2016

Ordem de serviço nº: 004/2016

Valor: R\$ 1.920.333,76

Valor Pago: 0,00

Data de início: 28/11/2016 Data de Término: 28/11/2017

Status: Obra Iniciada

6.3 SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DA COMARCA DE IMPERATRIZ

Descrição dos serviços: Serviços de construção do novo fórum da comarca de Imperatriz

Empresa: LN INCORPORAÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA

Contrato: 87/2013

Ordem de serviço nº: 10/2013

Valor: R\$ 147.473.052,14

Valor Pago: R\$ 71.702.960,16

Data de início: 20/06/2013

Data de Término: S/D

Status: PARALISADA (POR DETERMINAÇÃO DA PRESIDÊNCIA)

6.4 SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE SANTA HELENA

Descrição dos serviços: Serviços de urbanização e pavimentação externa, drenagem pluvial, implantação dos sistemas de: combate a incêndio, de cabeamento estruturado, SPDA, sistema de esgoto (fossa e sumidouro).

Valor: R\$ 613.827,26

Status: EM FASE DE LICITAÇÃO

6.5. SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA OBRA DE REFORMA E RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO FÓRUM DA COMARCA DE OLINDA NOVA

Descrição dos serviços: Serviços de recuperação estrutural e reforma de todo o prédio

Valor: R\$ 446.368,34

Status: EM FASE DE LICITAÇÃO

7. ARQUITETURA

7.1. NOVO FÓRUM DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA/MA.

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico para a construção do Novo Fórum da Comarca de Presidente Dutra/MA com a configuração de duas Varas Judiciais e um Salão do Júri.

Processo Digidoc nº: 357252016

Área do Terreno: 2.621,33 m² (dois mil, seiscentos e vinte e hum mil, trinta e três metros quadrados);

Área Total Construída: 905,81 m² (novecentos e cinco reais, oitenta e um metros quadrados);

Programa de necessidades: Bloco Administrativo: recepção; distribuição; sala para OAB; sala para oficiais de Justiça; CPD; depósito judicial; almoxarifado; copa para servidores e sanitários masculino e feminino para visitantes, para servidores e para pessoas com deficiência. Bloco das Varas Judiciais: duas Varas e possuem por unidade: secretaria judicial com atendimento, arquivo e depósito; recepção; sala de audiência; sala para assessores e gabinete do juiz com entrada privativa e banheiro. Bloco do Salão do Júri: salão para sessão do Júri Popular com lugares para 89 pessoas; sala secreta; sala para testemunhas de acusação; sala para testemunhas de defesa; copa; banheiros masculino e feminino adaptados para pessoas com deficiência; salas integradas para réus e guardas provida de banheiro. Área Externa: estacionamento interno para magistrados e servidores e estacionamento externo para visitantes.

7.2. NOVO FÓRUM DA COMARCA DE GOVERNADOR NUNES FREIRE/MA.

Descrição dos serviços: elaboração do Projeto Arquitetônico para construção do Novo Fórum da Comarca de Governador Nunes Freire/MA com a configuração de uma Vara Judicial e um Salão do Júri.

Processo Digidoc nº: 357342016

Área do Terreno: 1.899,94 m² (Hum mil oitocentos e noventa e nove e noventa e quatro metros quadrados);

Área Total Construída: 739,20 m² (setecentos e trinta e nove e vinte metros quadrados);

Programa de Necessidades: Bloco Administrativo: recepção; distribuição; sala para OAB; sala para oficiais de Justiça; CPD; depósito judicial; almoxarifado; copa para servidores e sanitários masculino e feminino para visitantes, para servidores e para pessoas com deficiência. Bloco das Varas Judiciais: possuem por unidade - secretaria judicial com atendimento, arquivo e depósito; recepção; sala de audiência; sala para assessores e abinete do juiz com entrada privativa e banheiro. Bloco do Salão do Júri: salão para sessão do Júri Popular com lugares para 89 pessoas; sala secreta; sala para testemunhas de acusação; sala para testemunhas de defesa; copa; banheiros masculino e feminino adaptados para pessoas com deficiência; salas integradas para réus e guardas provida de banheiro. Área Externa: estacionamento interno

para magistrados e servidores e estacionamento externo para visitantes.

7.3 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE TUNTUM/MA

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Tuntum/MA com a configuração de uma Vara e um Salão do Júri.

Processo Digidoc nº: 517452016

Área da Reforma: 471,64 m²;

Área Ampliação: 238,59 m²;

Área Total: 710,23 m²;

Programa de Necessidades: Bloco Administrativo: recepção; distribuição; sala para OAB; sala para oficiais de Justiça; CPD; depósito judicial; almoxarifado; copa para servidores e sanitários masculino e feminino para visitantes, para servidores e para pessoas com deficiência. Bloco das Varas Judiciais: possuem por unidade - secretaria judicial com atendimento, arquivo e depósito; recepção; sala de audiência; sala para assessores e abinete do juiz com entrada privativa e banheiro. Bloco do Salão do Júri: salão para sessão do Júri Popular com lugares para 82 pessoas; sala secreta; sala para testemunhas de acusação; sala para testemunhas de defesa; copa; banheiros masculino e feminino adaptados para pessoas com deficiência; salas integradas para réus e guardas provida de banheiro. Área Externa: estacionamento interno para magistrados e servidores e estacionamento externo para visitantes.

7.4 REFORMA E ADEQUAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE PAÇO DO LUMIAR-MA

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma e adequação do Fórum da Comarca de Paço do Lumiar/MA referente ao Setor administrativo, Setor Psicossocial e Juizado Especial.

Processo Digidoc nº: 299232016

Área da Reforma: 458,36 m²;

Programa de Necessidades: Setor Administrativo: recepção; distribuição; sala para OAB; sala para oficiais de justiça; almoxarifado; copa para servidores; sanitários masculino e feminino para visitantes, servidores e pessoas com deficiência. Juizado Especial: atermação; secretaria judicial com atendimento e arquivo; duas salas de audiências; sala para assessores e gabinete do juiz com

banheiro. Setor Psicossocial: sala para psicólogo; sala para assistente social e sala de audiência com Depoimento Especial. Área Externa: Estacionamento externo para visitantes.

7.5 AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de ampliação e adequação da entrada do Fórum da Comarca de São José de Ribamar/MA para implantação do controle de acesso do prédio.

Processo Digidoc nº: 369252016

Área Ampliação: 62,09 m²;

7.6 REFORMA DO NOVO GABINETE DO DES. TYRONE JOSÉ SILVA

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma do Novo Gabinete do Des. Tyrone José Silva localizado no Prédio Sede do TJMA.

Área da Reforma: 67,67 m²;

Programa de Necessidades: recepção/chefia de Gabinete; gabinete provido de lavabo; sala dos analistas e copa.

7.7 REFORMA DO NOVO ESPAÇO DA COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma do Novo Espaço da Coordenadoria de Precatórios localizada no Prédio do Centro Administrativo do TJMA

Área da Reforma: 122,88 m²;

Programa de Necessidades: recepção; sala para coordenação; sala para contadoria; gabinete para magistrado; sala para assessoria; sala para técnicos e analistas; copa e arquivo.

7.8 REFORMA DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA.

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma da Assessoria Jurídica da Presidência localizada no Prédio Sede do TJMA.

Área da Reforma: 78,40 m²;

Programa de Necessidades: recepção; sala para chefia; sala para assessoria e copa.

7.9 REFORMA DO NOVO ESPAÇO DA DIVISÃO DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO DO TJMA

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma do Novo Espaço da Divisão do Protocolo Administrativo localizado no Prédio Sede do TJMA

Área da Reforma: 50,92 m²;

Programa de Necessidades: recepção/ atendimento; sala para chefia; copa e sala para recebimento de correspondências e materiais.

7.10 REFORMA E ADEQUAÇÃO DA ENTRADA DO PRÉDIO SEDE E DO ANEXO II – CONTROLE DE ACESSO

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma e adequação da entrada

do Prédio Sede, incluindo o Gabinete Militar e da entrada do Anexo II do TJMA para implantação do controle de acesso do prédio.

Área de Reforma (Prédio Sede): 61,73 m²;

Área de Reforma (Anexo II): 24,25 m²;

7.11 PROJETO DE MOBILIÁRIO DO GABINETE DO DES. FROZ SOBRINHO

Descrição dos serviços: acompanhamento da execução do projeto de mobiliário do novo gabinete do Des. Froz Sobrinho localizado no prédio sede do TJMA.

8. REQUISIÇÕES ATENDIDAS VIA SISTEMA GESTOR

450 solicitações atendidas de obras e serviços

112 solicitações de serviços de arquitetura

DIRETORIA
CONTROLE INTERNO

As atividades realizadas pela Diretoria de Controle Interno foram planejadas e inseridas no Plano Anual de Auditoria Interna de 2016, levando-se em considerações as determinações e prioridades definidas pela Presidência do Tribunal de Justiça, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelas sugestões apresentadas por esta Diretoria de Controle Interno.

1. COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO DE CONTROLE INTERNO E DE MONITORAMENTO

A recente reestruturação da unidade de controle interno do Poder Judiciário do Maranhão, Diretoria de Controle Interno e suas respectivas Coordenadorias, Coordenadoria de Auditoria e Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e Monitoramento, perpassa não apenas por uma alteração de nomenclatura na Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão para Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e Monitoramento, mas por uma alteração em 13 de setembro de 2016, da RESOL-GP 472016, que alterou dispositivos da RESOL-GP 582013 a fim de estabelecer as atribuições da Diretoria de Controle Interno e da Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento; bem como da RESOL-GP 482016, que alterou dispositivos da RESOL-GP 12013 quanto à competência dos titulares de cargos em comissão e de função gratificada da Diretoria de Controle Interno e de suas Coordenadorias, assim como pela revogação da Portaria-GP 142016, que estabelecia os critérios de encaminhamento de processos à Diretoria de Controle Interno, para análise e emissão de Parecer Técnico. Informamos a mudança parcial de atuação da Diretoria de Controle Interno e de uma de suas Coordenadorias, não mais possuindo a atribuição de emitir Parecer Técnico em processos, assumindo novas competências com a transformação de sua Coordenadoria de Acompanhamento de Gestão em Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento.

É, em verdade, marco da mudança de sua atuação, quando se adequou aos mais modernos padrões de auditoria governamental adotados pelo Tribunal de Contas da União, modelo nacional de atuação na área de controle, refletindo padrões internacionais de controle da International Organization of Supreme Audit Institution – INTOSAI e como sugestão de boas práticas do Superior Tribunal de Justiça.

Dentre as atividades a serem desenvolvidas na nova coordenadoria podemos destacar a realização

Além das auditorias que foram iniciadas em Janeiro de 2016, realizamos análises e emitimos pareceres de processos que foram enviados a esta Diretoria de Controle Interno - Coordenadoria de Acompanhamento de Gestão, hoje Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento.

de avaliação de controles internos nas unidades administrativas, a fim de minimizar os riscos no atingimento de seus objetivos institucionais; propositura de minutas de resolução de assuntos ainda não regulamentados, bem como sugestão de revisão das já aprovadas, quando necessário; realização de avaliação do monitoramento das recomendações apresentadas em auditorias, a fim de subsidiar a elaboração do Plano Anual de Auditoria e a proposição de melhorias nas rotinas das unidades administrativas.

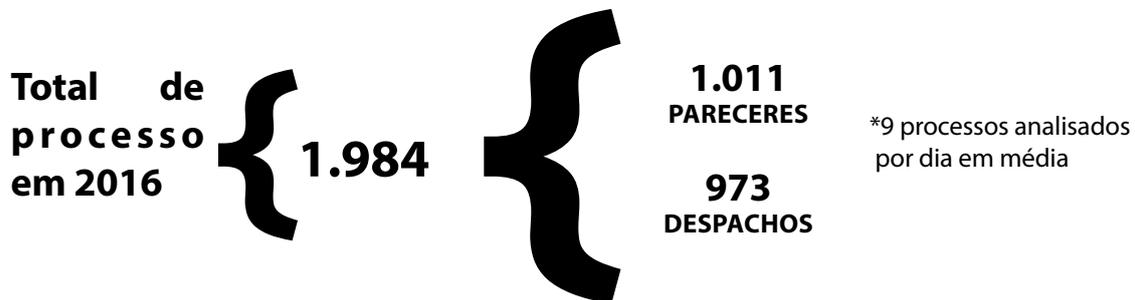
A Coordenadoria de Avaliação de Controle Interno e de Monitoramento elaborará planejamento próprio quanto à avaliação de controles internos. Os trabalhos de avaliação de controles internos serão embasados pela Matriz de Riscos e Controles, pela Matriz de Planejamento e pela Matriz de Achados, com a elaboração de Relatório ao final dos trabalhos.

Juntamente com as atividades/ações de Auditoria iniciadas em Janeiro de 2016, foram realizados trabalhos na antiga Coordenadoria de Acompanhamento de Gestão, cujas atribuições merecem ser destacadas: análise de atos e processos administrativos referentes à área de administração, de licitação, de compra e de pessoal, auxiliando os gestores na administração e nos resultados de suas ações, por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos e controles. Além dessas ações, foram executadas as atividades de análise de atos e processos administrativos referentes aos atos de administração, de licitação, de compra e de pessoal; Auxílio aos gestores na administração e nos resultados de suas ações, por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos e controles; Orientação às demais unidades na prática de atos administrativos, garantindo a conformidade com a legislação específica e normas correlatas.

1.1 Desenvolvimentos dos trabalhos na Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão (Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento)

Foram emitidas recomendações através de

1.011 pareceres e 973 despachos, emitidos no decorrer do ano de 2016, totalizando 1.984 documentos, totalizando uma média de aproximadamente 12 processos analisados por dia.



2. COORDENADORIA DE AUDITORIA

Foram três os trabalhos desenvolvidos nesta Coordenadoria ao longo do ano de 2016, a saber:

16 Ações de Auditoria conforme estabelecidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria para 2016 – PAAA/2016;

03 Ações de Auditoria Extraordinária conforme decisões proferidas pela Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão;

01 Inspeção para subsidiar tecnicamente os trabalhos da Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância, Contrato de Manutenção do Polo Caxias – CPTS nº 147/2014.

2.1 Ações de Auditoria

a) Auditoria nos contratos de Prestação de Serviços

Tem como objetivo avaliar a aderência à regulamentação relativa ao planejamento, contratação e gestão de contratos de prestação de serviços. Analisou-se 6 processos, quantidade que corresponde a 15% do universo dos processos tramitados neste órgão no ano de 2015.

Auditoria executada, conforme processo nº 18739/2016 e memorando de entrega do relatório MEMO DCI 392016, na data de 29 de Abril de 2016.

b) Auditoria na Coordenadoria de Material e Patrimônio

Conforme estabelecido no COMUN-AUDIT-DCI-6/2016, o objetivo do trabalho foi avaliar os controles relacionados à existência física dos bens móveis, bem como as condições gerais das instalações do Almoxarifado (onde funciona a Coordenadoria de Material e Patrimônio), especialmente estocagem e segurança do prédio. Avaliou-se a confiabilidade do sistema de controle

patrimonial, através da verificação da existência física, por amostragem, dos bens móveis, sua localização e a responsabilidade sobre os mesmos. Além da existência de controle dos bens imóveis do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Para obtenção dos resultados foram adotadas as técnicas de Auditoria sugeridas pelo professor Diogo Duarte Barbosa, em seu livro 'Manual de Controle Patrimonial', como análise documental; inspeção física dos locais de guarda dos estoques; exame dos registros no sistema E-Mat; e correlação entre as informações fornecidas pelos seguintes setores: Coordenadoria de Material e Patrimônio, Laboratório Forense de Biologia Molecular e Setor Médico Odontológico.

Destaque-se que para o ano de 2017, faz-se necessário um estudo aprofundado para a elaboração e implantação de rotinas que possibilitem um controle patrimonial efetivo, segundo as técnicas atuais de logística e contabilidade.

c) Elaboração do Relatório do Controle Interno para compor a Prestação de Contas anual ao TCE/MA

Acompanhou-se a elaboração do processo de Prestação de Contas – Exercício 2015 e elaborou-se o Relatório do Controle Interno. Verificou-se a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado.

Auditoria executada, conforme memorando de entrega do Memorando MEMO 272016, na data de 01 de Abril de 2016, processo nº 142332016.

d) Auditoria Contábil

Visa certificar se os registros contábeis foram

efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com a legislação aplicável, bem como se as demonstrações originárias refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações apresentadas.

Tem como escopo auditar mensalmente os balancetes contábeis, os saldos das contas contábeis, a contabilização da folha de pagamento do pessoal ativo e a conciliação bancária da conta específica da folha de pessoal. Atividade pioneira no âmbito desta Corte.

Auditoria em execução, através do Comunicado de Auditoria DCI 112016, Processo 19479/2016, com data para entrega de relatório final em 15 de Abril de 2017, data alterada com a aprovação do 1º Adendo ao PAA 2016.

e) Controle no uso do Cartão Corporativo no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão

Através da Ação nº 05 do PAA 2016 – Auditoria nos processos de concessão de adiantamentos com a utilização de cartão corporativo no âmbito deste Poder Judiciário, foram analisados 20% dos processos de concessão de adiantamentos e suas respectivas comprovações, quanto aos meses de janeiro a dezembro de 2015, o que resultou em uma amostragem de 163 processos administrativos, eleitos de forma aleatória; sendo a presente Ação finalizada em 10 de maio de 2016, conforme processo nº 9596/2016, memorando MEMO DCI 452016.

f) Auditoria na folha de pagamento do Poder Judiciário do Maranhão

Essa Auditoria objetivou analisar a legalidade das verbas concedidas aos servidores e magistrados, em consonância com a legislação pertinente.

Auditoria na folha de pagamento por amostragem, quanto às seguintes verbas: Subsídio de magistrado (verba 102) – 100%; Auxílio moradia magistrado (verba 105) – 10%; Gratificação Diretor de Fórum (verba 106) – 10%; Função especial militar (verba 108) – 100%; Gratificação Diretor de Fórum Subst. (verba 110) – 10%; Substituição efetivo ou estável (verba 113) – 10%; Substituição comissionado (verba 114) – 10%; Auxílio saúde (verba 119) – 2%; Decisão Judicial 6,1 REQ (verba 133) – 100%; Adicional por tempo de serviço (verba 136) – 2%; Decisão Judicial URV REQ (verba 138) – 10%; Decisão judicial 21,7 REQ (verba 139) – 100%; Representação pelo exercício de cargo em

comissão (verba 143) – 10%; Representação cargo em comissão dis. (verba 144) – 20%; Decisão judicial 21,7% Analisata C. Comissão (verba 145) – 30%; Ajuda de custo (verba 189) – 100%; Gratificação Juiz Auxiliar (verba 190) – 100%; Décimo Terceiro Salário (verba 200) – 2%; Férias (verba 212) – 2%; GPJ padrão servidor (verba 214); GPJ padrão técnico inicial – Efetivo em CC (verba 215); GPJ padrão analista inicial – Comissionado (verba 216); GPJ padrão analista inicial – Efetivo em CC (verba 217); GPJ padrão técnico inicial – Comissionado (verba 219); Auxílio transporte Oficial de Justiça (verba 218) – 100%; Indenização vale-transporte (verba 227) – 5%; 13 salário proporcional (verba 228) – 10%; Gratificação de atividade judiciária (verba 230) – 2%; Indenização de férias (verba 234) – 20%; Férias exoneração (verba 237) – 100%; Férias proporcionais comissionado (verba 238) – 30%; Auxílio alimentação (verba 256) – 100%; Pagamento proc. indenizatório (verba 260) – 30%; Gratificação pelo exercício de cargo em comissão dis. (verba 262) – 100%; Gratificação pelo exercício de cargo em comissão (verba 263) – 30%; P.A.E. (verba 269) – 10%; Outras verbas – 10%

Auditoria já executada no 1º semestre, conforme processo nº 15657/2016 e comunicado de entrega de relatório MEMO DCI 502016, na data de 30 de junho de 2016.

Auditoria em execução no 2º semestre, através do Comunicado de Auditoria DCI 222016, Processo 42557/2016, com data para entrega de relatório final em 30 de dezembro de 2016, data alterada com a aprovação do 2º Adendo ao PAA 2016.

g) Auditoria no planejamento e contratos de fornecimento de bens

Tem o objetivo de avaliar a aderência à regulamentação relativa ao planejamento, contratação e gestão de contratos de fornecimento. Analisou-se 21 processos, quantidade que corresponde a 20% do universo de 105 processos tramitados neste órgão no ano de 2015.

Auditoria executada, conforme processo nº 16280/2016 e memorando de entrega do relatório MEMO CAGEST 162016, na data de 28 de junho de 2016.

h) Auditoria no planejamento e contratos de locação de imóveis

Avaliar a aderência à regulamentação relativa ao planejamento, contratação e gestão dos contratos de locação de imóveis.

Auditoria executada, conforme processo nº 18108/2016 e memorando de entrega do relatório MEMO DCI 492016, na data de 30 de junho de 2016.

i) Auditoria no planejamento e contratos de bens e serviços TI

A Ação de Auditoria nº 09 foi estabelecida pelo Plano Anual de Ações de Auditoria/2016 e teve por objeto a verificação da aderência dos contratos de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação em execução no exercício de 2015, cujas análises tinham que recair sobre sete contratos, no mínimo, ou sobre 20% dos contratos vigentes naquele ano. Dos 26 contratos vigentes em 2015 da relação apresentada, foram analisados sete. Acrescentando os outros 11 contratos estudados na Ação Extraordinária executada no ano de 2015, foram auditados 18 contratos em vigor no ano de 2015. As análises recaíram com mais ênfase sobre a fase de execução, embora todo o procedimento de contratação tenha sido verificado.

Auditoria executada, Memorando de Auditoria – MEMO DCI 532016 (Proc. 19321/2016). Relatório final entregue em 12 de julho de 2016.

j) Auditoria na arrecadação do FERJ e do FERC

Tem o objetivo de acompanhar o planejamento e a execução do controle interno do FERJ e do FERC quanto à arrecadação da receita. Analisar os principais processos de trabalho do FERJ e do FERC a fim de avaliar o controle da arrecadação da receita nas serventias judiciais e extrajudiciais, num percentual de 20%.

Auditoria em execução, através do Comunicado de Auditoria CAUD 72016, com data para entrega de relatório final em 30 de dezembro de 2016, data alterada com a aprovação do 2º e 3º Adendos ao PAA 2016.

l) Auditoria nos contratos e demais ajustes relativos a Transportes

Os contratos administrativos de transportes foram objeto da Ação de Auditoria n.º 11, na qual foi verificada a aderência do processo de contratação, da gestão, e da fiscalização destes contratos às normas vigentes e aos princípios norteadores da boa prática administrativa. Foram solicitados à Divisão de Transporte, na condição de gestora de todos os contratos dessa natureza, a listagem dos contratos firmados pelo TJMA, da qual constaram 02 contratos relativos a Transportes vigentes em

2015, tendo sido analisado cem por cento dos contratos, incluindo-se os seus aditivos. A auditoria foi realizada em consonância com os parâmetros apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça, e orientada pela aplicação da matriz de planejamento elaborada por esta Diretoria de Controle Interno, tendo se encerrado em 23 de setembro de 2016.

m) Convênios e Ajustes de Cooperação Técnica

Avaliar, com base na legislação vigente, os convênios e Ajustes de Cooperação Técnica celebrados pelo Poder Judiciário do Maranhão. Auditoria já executada, Comunicado de Auditoria DESPACHO DCI 2472016 (Proc. 33591/2016), relatório final entregue em 30 de setembro de 2016, alterada pelo 2º adendo PAA2016.

n) Controle dos Atos de Admissão dos servidores

Auditoria teve por objetivo verificar o ingresso de novos servidores no órgão, a fim de verificar a legalidade dos atos de admissão dos servidores no exercício de 2015.

Ação já executada, Comunicado de Auditoria – MEMO DCI 612016 (Proc. 31502/2016), relatório final entregue em 30 de setembro de 2016, alterada pelo 2º adendo PAA2016

o) Auditoria no planejamento e contratos de obras e serviços de engenharia

Determinada pelo Plano Anual de Ações de Auditoria/2016, a Ação de Auditoria nº 14 teve por objeto a verificação da aderência dos contratos de obras e serviços de Engenharia em execução no exercício de 2015 às normas e princípios vigentes. Tomados por amostragem, deveriam ser analisados 20% dos contratos firmados pelo TJMA, o que resultou em sete contratos auditados, posto que 35 contratos se encontravam vigentes no ano de 2015. A análise recaiu sobre todo o procedimento, desde o processo de contratação até sua execução, tendo se dado mais ênfase para esta última fase.

Auditoria executada, Comunicado de Auditoria – MEMO CAUD 402016 (Proc. 39124/2016), relatório final entregue em 02 de dezembro de 2016.

p) Verificação da legalidade dos atos de concessão de diárias e passagens a magistrados, servidores e colaboradores eventuais

Auditoria com o objetivo de analisar os

processos de concessão de diárias e passagens a magistrados, servidores e colaboradores eventuais em consonância com a Resolução n.º 31/2009 – TJ/MA e suas alterações.

Auditoria executada, Comunicado de Auditoria – MEMO DCI 802016 (Proc. 40777/2016), relatório final entregue em 14 de dezembro de 2016.

q) Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria para 2016 – PAAA/2016

Elaboração do Plano Anual de Atividades com base no trabalho realizado em 2015 e em consonância com o Planejamento Estratégico do órgão, levando em consideração a tabela de férias dos servidores da Auditoria. Objetivo principal de estabelecer o planejamento das ações da Auditoria para 2017 e definir ações e equipes de auditoria. Auditoria já executada, Comunicado de Auditoria – MEMO DCI 772016 (Proc. 52323/2016).

2.2 Ações de Auditoria Extraordinária

a) Auditoria Extraordinária dos Contratos vigentes em 2016

Esta ação de controle desenvolvida por esta Diretoria, apresentou como recorte a verificação da aderência aos contratos administrativos em execução no ano de 2016 às normas vigentes e aos princípios norteadores da boa prática administrativa, possibilitando o fornecimento de informações necessárias à continuidade da gestão.

As análises realizadas foram fundamentadas respeitando as principais fontes de critério de auditoria e Atos Normativos específicos referentes a cada natureza do objeto auditado.

O presente trabalho teve início a partir de determinação da Presidência deste Tribunal, gestão biênio 2016/2017, através do OFC-GP-1124/2015 e foram desenvolvidos no período de 04/01/2016 a 22/05/2016, sendo subdivididos em quatro fases: início (04/01/16), planejamento (05 a 29/01/16), execução (01/02 a 08/04/16) e relatório (22/05/16).

Realizamos uma análise acurada de 98 (noventa e oito) vigentes, sendo: 11 (onze) de engenharia, 03 (três) de fornecimento, 29 (vinte e nove) de locação, 37 (trinta e sete) de serviço e 18 (dezoito) de TI.

b) Auditoria Extraordinária dos processos administrativos de restituição ao erário

Este trabalho foi iniciado por determinação da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do

Maranhão, por meio do memorando MEMO GDG 662016. Teve por objeto a verificação da ocorrência de um grande número de processos de restituição ao erário em tramitação na esfera administrativa, bem como os recursos administrativos advindos dos mesmos, razão pela qual, foi solicitado uma análise de auditoria.

Lista recebida de todos os processos desta natureza, onde constaram 1.528 processos administrativos e 06 processos com recursos que encontram-se sobrestados aguardando o término da auditoria e 30 processos com recursos em fase de tramitação, tendo recaído o estudo sobre o total informado. Contudo, em razão da complexidade do objeto e do prazo restrito para o desenvolvimento destas análises, foram analisados 1.328 - 87% de processos administrativos, no valor total de R\$ 1.203.159,73 e 36 - 100% dos processos a nível de recursos, no valor total de R\$ 173.141,78.

Auditoria executada, conforme processo nº 42465/2016 e memorando de entrega do relatório MEMO DCI 742016, na data de 18 de novembro de 2016.

c) Auditoria Extraordinária – Serventia Carutapera

A presente ação realizada em sede extraordinária, tem por escopo analisar a regularidade dos atos praticados gratuitamente pela serventia extrajudicial de Carutapera.

A análise dos atos gratuitos que geraram a compensação financeira foi realizada in loco na serventia extrajudicial mencionada, no período 19 a 23 de setembro de 2016, pela equipe formada por servidores da Diretoria do FERJ e Controle Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Iniciou-se a partir de determinação da Presidência deste Tribunal, gestão biênio 2016/2017, através da DECISÃO GP-58372016 (Processo 39.526/2016) que determinou a abertura de auditoria por esta unidade de Controle Interno em conjunto com a Diretoria do FERJ (Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento), in loco, a fim de analisar a regularidade dos atos praticados gratuitamente pela Serventia Extrajudicial de Carutapera, considerando o teor do MEMO-DFERC-332016, no qual foi relatado a considerável repetição de atos informados no SIAFERJWEB, com vistas a compensação financeira pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais (FERC).

Auditoria encontra-se devidamente executada, conforme processo nº 39.526/2016 e memorando de entrega do relatório MEMO DCI 832016, na data

de 19 de dezembro de 2016.

2.3 Inspeção Contrato de Manutenção Polo Caxias - CPTS nº 147/2014

Após análise inicial pela comissão sindicante, a Presidência através da DECISÃO-GP-9662016 determinou a realização de Auditoria conjunta

da Diretoria de Controle Interno e Diretoria de Engenharia, a fim de identificar irregularidades nas ordens de serviço do Contrato nº 147/2014 emitidas para as Comarcas que compõem o Pólo 5, bem como, nas medições atestadas.

Para a execução deste trabalho realizou-se a análise processual e visitas "in loco" nas comarcas de Caxias, Coelho neto, Dom Pedro e São Luís Gonzaga.

DESTAQUES

Importante salientar a participação deste setor de Controle Interno no aperfeiçoamento das atividades de gestão, tais como regulamentação da gestão e fiscalização dos contratos no âmbito desta Corte, além de orientações através da emissão de despachos e pareceres.

Esta unidade de controle interno está em constante aperfeiçoamento, buscando novos conhecimentos e aprimoramento dos seus trabalhos, efetivando o acompanhamento da gestão, focado também em aspectos gerenciais, de maneira a contribuir mais diretamente para a eficácia e eficiência da Administração. Exemplo disso foi o advento da recente reestruturação da unidade de controle interno do Poder Judiciário do Maranhão, Diretoria de Controle Interno e suas respectivas Coordenadorias, Coordenadoria de Auditoria e Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e Monitoramento. Alteração ocorrida em 13 (treze) de setembro de 2016, da RESOL-GP 472016, que alterou dispositivos da RESOL-GP 582013 a fim de estabelecer as atribuições da Diretoria de Controle Interno e da Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento; bem como da RESOL-GP 482016, que alterou dispositivos da RESOL-GP 12013 quanto à competência dos titulares de cargos em comissão e de função gratificada da Diretoria de Controle Interno e de suas Coordenadorias, assim como pela revogação da Portaria-GP 142016, que estabelecia os critérios de encaminhamento de processos à Diretoria de Controle Interno.

Importante citarmos também a Resolução 58/2013, instrumento que visa apoiar o gestor e que dispõe sobre a atuação da Diretoria de Controle Interno, que disciplinou as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências, cuja execução se deu de forma mais alinhada nesse ano de 2016.

**ASSESSORIA
DE COMUNICAÇÃO**

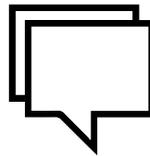
A Assessoria de Comunicação (Asscom) do Tribunal de Justiça do Maranhão exerce um papel fundamental para a construção e consolidação da imagem do Poder Judiciário do Maranhão diante de diversos públicos: jurisdicionados, servidores, advogados e magistrados. Com uma amplitude grande de atuação, que abrange comunicação externa - divulgação de ações e relação com a imprensa - e comunicação interna, Assessoria de Comunicação investe em projetos em novas mídias e canais, de forma a apresentar mais resultados e com menos custos, respeitando o atual momento financeiro do TJMA.

Estatística do Portal do Poder Judiciário

11.994.775 visualizações de página	1.612.628 usuários únicos
+ 25,4% em sessões em 2016	+ 28,5% em usuários
+ 3,83% de páginas vistas	

CANAIS PRÓPRIOS

Em 2016, a Ascom do TJMA atuou e incrementou os seguintes canais já em funcionamento:



tjma.jus.br

Intranet

Rádio Web Justiça do Maranhão

REDES SOCIAIS

Intensificação da utilização das redes sociais nas quais o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão está presente: Facebook, Twitter e Instagram.

facebook.com/tjmaoficial
f 11.128
curtidas
+ 3.543 curtidas em um ano

instagram.com/tjmaoficial
 **1.431**
seguidores
*Ferramenta de aferição não puxou dados anteriores a maio de 2016.

twitter.com/tjmaoficial
 **5.913**
curtidas
*Ferramenta de aferição não puxou dados anteriores a maio de 2016.

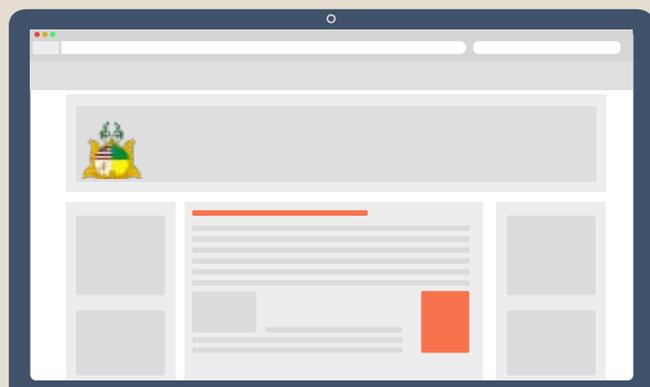
910

matérias publicadas no site e distribuídas para a imprensa



Criou o canal público do **Telegram** como disseminador de informações:

@tjmaranhao
404 membros



RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA E DIVULGAÇÃO



7.782

matérias citando o Tribunal
de Justiça publicadas na imprensa
(jornal impresso, TV, rádio e internet)

5.412 571 1.699

100 publicações (editais)

OBS: Integraram, ainda, as ações da Comunicação: produção de boletins, reportagens e programação da Rádio Web, acompanhamento de magistrados e/ou servidores em entrevistas/ matérias feitas pela imprensa, envio de notas informativas atendendo as demandas da imprensa, envio de notas de esclarecimento em casos específicos, atendimento à Rádio Justiça em gravações com magistrados e/ou servidores a partir de pautas geradas pela Ascom do TJMA.

PRODUÇÃO GRÁFICA

8

marcas
criadas

3

animação

+100

peças
Instagram

+100

peças
Facebook

67

peças
site TJMA

+900

páginas
Diagramadas

VICE-PRESIDÊNCIA

As competências e atribuições da Vice-Presidência estão definidas no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (art. 119 da Lei Complementar n. 14, de 17 de dezembro de 1991) e no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (art. 27 do RITJMA).

Comissões técnicas: segundo dispõem o caput

e o §1º do art. 83 do RITJMA, a Vice-Presidente do Tribunal presidirá as Comissões Técnicas de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos e de Regimento Interno e Procedimentos.

Da Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos: tramitaram pela Comissão 34 processos, sendo que ao longo das sete reuniões:

22 processos foram apreciados	3 arquivados	7 encontram-se em diligência	1 no gabinete do relator	1 com pedido de vista
---	------------------------	--	------------------------------------	---------------------------------

Da Comissão de Regimento Interno e Procedimentos: tramitaram pela Comissão 57 processos, tendo sido realizadas 10 reuniões. Desse total, tem-se:

31 processos decididos	2 processos aprovados ad referendum	2 processos arquivados	5 processos apensados em outro	4 processos com pedido de vista
7 processos no gabinete do relator	1 processo sobrestado	1 processo em diligência	4 processos com pedido de pauta	

Processos Administrativos de Licença: foram recebidos aproximadamente 1.026 processos com pedidos de licença, numa média aproximada de 93 processos por mês

Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família: **354 processos**

Licença-Prêmio: **531 processos**

521 foram apreciados	5 arquivados	2 apensados em outro processo já apreciados	2 em diligência	1 foi cadastrado de forma errada, não sendo da competência da Vice-Presidência
--------------------------------	------------------------	---	---------------------------	--

Licença-Paternidade: **104 processos**

Licença-Classista Remunerada: **7 processos**

Licença-Adotante: dos oito processos com pedido de licença por motivo de adoção

Licença sem Vencimentos para Tratar de Interesse Particular: **10 processos**

Licença sem Vencimentos por Motivo de Afastamento do Cônjuge ou Companheiro: o único processo cadastrado como licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro tinha por objeto a remoção do requerente, razão pela qual foi encaminhado para a Assessoria Jurídica da Presidência, tendo em vista serem os pedidos de remoção de servidor de competência da Presidência

Pedido de Reconsideração de Decisão de Licença: 11 processos

Informações ao STF e ao STJ: por força do §1º do art. 321-B do RITJMA, foram prestadas 25 informações ao STJ.

Processos Jurisdicionais

Dos Processos Jurisdicionais Ordinários: foram recebidos 438 processos jurisdicionais no período de expediente forense, tendo em vista as substituições decorrentes do impedimento ou suspeição do Desembargador Presidente. Foram proferidos:

410 despachos e decisões; e

28 processos restantes são vínculos com os processos principais

Dos Processos Jurisdicionais do Plantão Semanal: recebidos e despachados dois processos decorrentes da substituição do Desembargador plantonista.

Dos Processos Jurisdicionais do Plantão do Recurso Forense: 134 processos, dos quais:

a) 11 (onze) agravos de instrumentos;

b) 22 (vinte e dois) mandados de segurança;

c) 98 (noventa e oito) habeas corpus;

d) 02 (duas) cautelares;

e) 01 (uma) suspensão de liminar.

Da Seção Cível: a Desembargadora Vice-Presidente presidiu a Seção Cível na sessão do dia 26.08.2016 (art. 9-A do RITJMA). As sessões agendadas para os dias 26.02.2016 e 29.04.2016 não foram realizadas em razão da inexistência de processos com pedido de pauta; as sessões dos dias 24.06.2016 e 28.10.2016 não se realizaram ante a ausência de quórum e por força do feriado forense do dia do servidor, respectivamente.

Das Convocações de Desembargadores Substitutos: realizaram-se 181 convocações de Desembargadores substitutos.

Da Substituição do Presidente do Tribunal de Justiça: no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 27, I, e 68, ambos do RITJMA, a Desembargadora Vice-Presidente substituiu o Desembargador Presidente do Tribunal nas 22 ausências justificadas, seja por viagem, seja por licença para tratamento de saúde.

Da Coordenadoria de Distribuição: a Coordenadoria de Distribuição, que, conforme o §2º do art. 241 RITJMA, subordina-se à Vice-Presidência, distribuiu o equivalente a 27.865 processos

22.811 processos Cíveis

5.054 Criminais numa

Média de 760,37 cíveis por desembargador cíveis

Média de 168,47 criminais por Desembargador.

Com relação aos processos cíveis, as classes processuais mais distribuídas foram:

12.060 apelações;

3.462 agravos de instrumento;

924 remessas necessárias.

Quanto aos processos criminais, as classes mais distribuídas foram:

2.056 apelações;

1.998 Habeas Corpus; e

324 recursos em sentido estrito.

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Atividades Administrativas

No cumprimento de seus deveres, a Chefia de Gabinete da Presidência, ao longo desse ano, tramitou 1.736 documentos dos mais variados assuntos: diárias, suspensão de expediente, realização de tribunal do júri, correição, licenças, inspeção ordinária, leis, resoluções e etc.

Foram despachados 3.051 processos sobre: afastamento de desembargador, correições ordinárias e extraordinárias, relocação de servidor, indicação de servidor, recursos administrativos e etc.

Destaque

1.736 documentos

3.051 processos despachados

Malote Digital

Durante esse período, utilizamos o sistema de comunicação interna e externa do serviço público denominado “Malote Digital” por meio do qual rece-

bemos e encaminhamos vários documentos oficiais tanto no âmbito interno quanto no externo aos tribunais.

Desta forma, foram recebidos e encaminhados 208 documentos oficiais tais como: cartas de ordens, cartas precatórias, jurisprudências dos tribunais e etc.

Expedição de Correspondências do Presidente

Durante o ano de 2016, elaborou-se e encaminhou-se, somente nesta Chefia de Gabinete, 1.023, entre estas estão respostas do Presidente aos requerimentos e solicitações apresentadas por magistrados, servidores, administrados, pedidos de providências ao Tribunal.

Além das atividades acima explicitadas, os servidores deste Gabinete trabalham no atendimento ao público de um modo geral, prestando informações sobre procedimentos administrativos, através de consulta no sistema Digidoc, além de informações jurídicas entre outras.

CERIMONIAL

JANEIRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
06	Visita do governador em exercício, Carlos Brandão, ao TJMA.	Sala da Presidência	Recepção
08	Realização de atividade religiosa mensal – missa	Auditório do TJ	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal.
27	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

FEVEREIRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
03	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
17	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
29	Solenidade do Seminário Maranhão Contra a Corrupção	Fórum de São Luís	Elaboração do roteiro da cerimônia

MARÇO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
02	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
02	Seminário de Improbidade Administrativa e Criminal contra a Administração Pública.	Fórum Sarney Costa	Organização da cerimônia de abertura
09	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Solenidade de Instalação do I Balcão de Repactuação de Dívidas	Comarca de Imperatriz	Elaboração do roteiro da cerimônia
16	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
30	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
31	Inauguração do Fórum	Comarca de Santa Luzia	Elaboração e envio de convites/ Organização da cerimônia.

ABRIL

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
06	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
13	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Realização de atividade religiosa mensal – missa	Auditório do TJ	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal.
19	Velório do juiz Cândido José Martins de Oliveira, pai do juiz Frederico Feitosa de Oliveira	PAX União	01 (uma) coroa de flores.
20	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
26	Inauguração do Fórum	Comarca de Colinas	Elaboração e envio de convites/ Organização da cerimônia.

MAIO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
02	Inauguração do Fórum	Comarca de Matões	Elaboração e envio de convites/ Organização da cerimônia.
04	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
11	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
13	Missa em celebração ao Dia das Mães	Auditório	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal; organização e distribuição de prêmios.
18	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
20	Lançamentos dos Livros Transcritos dos séculos XVII-XIX, volumes I,II e III, e da Revista do TJMA.	Sala de Chá/ TJ	Elaboração e envio de convites/ Organização da exposição e cerimônia.
25	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

JUNHO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
01	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
02	Entrega da Medalha e Livro dos 200 anos do TJMA ao desembargador Eládio Luiz da Silva Lecey e ao Dom Orleans	Salão Nobre	Serviços de Cerimonial e garçom/ definição dos sucos
02	I Seminário Justiça e Meio Ambiente	Fórum de São Luís	Serviços de Cerimonial e garçom/ definição de cardápio do coquetel
03	Entrega da Medalha do Mérito Judiciário Antônio Velloso ao subprocurador Nicolao Dino	Gabinete da Presidência	Serviços de Cerimonial e garçom/ definição dos sucos
08	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
22	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
24	Realização de atividade religiosa mensal – missa em homenagem a São João.	Auditório do TJ	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal.
30	Reunião da Comissão de Divisão e Organização Judiciária e Assuntos Legislativos	TJMA	Disponibilidade de água e café

JULHO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
06	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
13	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
20	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
20	Posse dos novos juízes substitutos de entrada inicial	TJMA	Elaboração e envio de convites/ Organização (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Segurança Institucional, Divisão Médica)/ Serviço de Garçom/ Organização da cerimônia.
20	Cerimônia de abertura da Semana Estadual de Valorização da Mulher	Fórum de São Luís	Organização da exposição e da cerimônia
21	Cerimônia de abertura do seminário “Violência de Gênero na Sociedade Contemporânea: como enfrentá-la”	Fórum de São Luís	Elaboração e envio de convites, além da cerimônia.

22	Realização de atividade religiosa mensal – missa em homenagem à Santa Maria Madalena	Auditório do TJ	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal.
25	Velório de Maria da Conceição Abreu Costa, mãe dos juízes José de Abreu e José Costa	PAX União	01 (uma) coroa de flores.
27	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

AGOSTO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
12	Realização de atividade religiosa mensal – missa em homenagem à Santa Maria Madalena	Auditório do TJ	Preparação do ritual.
03	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
10	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Lançamento da Campanha “Paz em Casa” pela vice-presidente do STF, ministra Carmem Lúcia		Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche/ Cerimonial
17	Velório de Jorrimar Fróz, pai do desembargador Froz	PAX União	01 (uma) coroa de flores.
17	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
24	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
26	4ª Semana de Valorização da Magistratura/2016	Fórum Des. Sarney Costa	Preparação do roteiro da cerimônia e definição do cardápio do café da manhã
27	Dia Nacional da Construção Social	SESI ARAÇAGI	Definição do cardápio do lanche
28	Semana de Valorização de Magistratura 2016	Fórum de São Luís	Elaboração do Roteiro da cerimonia
31	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

SETEMBRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
01	Reunião sobre Ações da Segurança Pública com a presença do governador do Estado e o Secretário de Segurança	TJ	Definição do cardápio (suco)/ Cerimonial
12	Assinatura do Protocolo de Intenções para a criação de uma Rede Solidária de Trabalho de Prevenção ao Suicídio Palestra sobre Suicídio	Gabinete da Presidência Auditório TJMA	Cerimonial dos eventos/ definição do cardápio do lanche
14	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
19 e 20	Curso sobre Gestão de Contratos Administrativos	Setor Administrativo TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom
21	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
21	I Concurso de Redação de Lago da Pedra	Comarca de Lago da Pedra	Elaboração do roteiro da cerimônia
23	Entrega da Medalha Cândido Mendes para o ministro do STF, Teori Zavascki	Gabinete da Presidência	Definição do suco/ Convites/ Contratação de recepcionista/ Cerimonial
23	Acompanhamento do ministro Teori Zavascki ao Museu Sacro	Igreja da Sé	Acompanhamento da visita feito pela Chefe do Cerimonial
23	Visitação da imagem de Nossa Senhora de Nazaré	Auditório do TJ	Envio de convites/ Organização da cerimônia.
25	4ª Ação Social da Maçonaria	Creche Nossa Senhora das Graças (Vila Nova)	Definição de de cardápio para o lanche
28	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

OUTUBRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
05	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Velório do desembargador Antônio Almeida e Silva	PAX União	01 (uma) coroa de flores.
19	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
24	Visita da ministra do STJ, Isabel Gallotti, entrega da medalha Cândido Mendes		
26	Velório do desembargador Esmaragdo de Sousa e Silva	PAX União	01 (uma) coroa de flores.
26	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
27	Realização de atividade religiosa mensal - missa	Auditório do TJ	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal.
29	1ª CORRIDA DO SERVIDOR	Litorânea	Definição de cardápio/ Organização do lanche/ Organização da Sala Vip/ Organização do kit das camisas para os desembargadores.

NOVEMBRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
04	Sessão solene comemorativa aos 203 anos de instalação do TJMA e entrega das medalhas: Especial do Mérito Cândido Mendes, do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo e dos Bons Serviços Bento Moreira Lima.	Sala das Sessões Plenárias	Elaboração e envio de ofícios e-ou convites / Organização (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Segurança Institucional, Divisão Médica)/ Serviço de Garçom/ Organização da cerimônia (preparação do script, contratação de recepcionista, mestre de cerimonial, músico e de cantora além da preparação do ritual).
09	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
12	Casamento Comunitário	UFMA	Decoração/ Cerimônia (preparação do script, contratação de recepcionista, mestre de cerimonial, serviços de filmagem, ritual)
16	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
17	Entrega das Medalhas: Especial do Mérito Cândido Mendes e do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo ao ministro Humberto Eustáquio e ao Desembargador Fernando Cerqueira.	Sala da Presidência	Definição dos sabores dos sucos/ contratação de recepcionistas
17	Lançamento do livro do presidente Cleones Carvalho	ESMAM	Envio de convites
17	Solenidade em comemoração aos 30 anos da ESMAM/ Entrega dos Troféus da ESMAM aos agraciados	ESMAM	Definição do coquetel/ Ornamentação/ Cerimônia (preparação do script, contratação de recepcionista e de mestre de cerimonial, ritual)
18	ESMAM CULTURAL	Fórum de São Luís	Definição do coquetel
23	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
28	III Balcão de Negociação de Dívidas	Espaço Renascença	Preparação de convite/ 02 balcões expositores
29	Inauguração da Biblioteca “José Antônio de Almeida Silva”	Setor Administrativo	Definição de suco/ Confeção da Placa de Inauguração/ Cerimônia
29	Audiência Pública	Comarca Paço do Lumiar	Cerimônia
30	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização

DEZEMBRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
07	Posse dos novos juízes substitutos de entrada inicial	TJMA	Elaboração e envio de convites/ Organização (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Segurança Institucional, Divisão Médica)/ Serviço de Garçom/ Organização da cerimônia (preparação do script, contratação de recepcionista e de mestre de cerimonial, ritual).
14	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Instalação da Pedra Fundamental	Fórum de Vitorino Freire	Convite/ Placa/ Cerimônia
16	Missa de Natal	Auditório do TJ	Envio de convites/ Organização da cerimônia, Definição do cardápio do Lanche de Confraternização.
19	Reunião com os diretores e coordenadores do TJMA	Sala da Presidência	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

O Cerimonial providencia ainda:

- elaboração de Termos de Referência para a contratação de passagens aéreas, organização de eventos, além do de Garçons e Recepcionistas;
- fiscaliza os contratos das empresas: TITA EVENTOS (passagens aéreas), POTENCIAL (Garçons e Recepcionistas), VISÃO E PERFIL (alimentação e decoração) e LPH (locação de equipamentos e contratação de Mestre de Cerimônia e Recepcionistas para a realização de eventos);
- envio de telegramas de pêsames por falecimentos e de felicitação pela passagem de aniversários (desembargadores, juízes e autoridades);
- informa os desembargadores sobre os eventos, através de mensagens e/ou whatsapp;
- agendamento de reuniões institucionais em âmbito local e nacional, bem como acompanhamento da presidente nesses eventos;
- solicitação de serviços de marcação, remarcação e emissão de passagens aéreas, assim como marcação de assento e check-in da presidente;
- confecção de placas de instalação de comarcas e/ou órgãos internos do TJ e de placas de identificação de salas dessas unidades.

Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização

1. ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO

As atividades desenvolvidas pela AGEM durante o ano de 2016, foram:

a) Proposta de alteração da Resolução da Gratificação Por Produtividade Judiciária - GPJ

A Gratificação por Produtividade Judiciária - GPJ foi instituída por meio da Resolução nº 05/2011, onde foram estabelecidas metas de produtividade para as unidades judiciais e administrativas relacionadas aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

No primeiro semestre do ano de 2016, a Assessoria de Gestão Estratégica, com o apoio da Divisão de Planejamento, realizou estudos para adequação da Resolução nº 14/2015 às normas instituídas pela nova Resolução nº 219/2016 de 26 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dentre outras providências, estabelece critérios para a premiação por desempenho nos Tribunais.

Como resultado foi elaborada uma nova proposta de resolução que dispõe sobre as regras da GPJ, que foi encaminhada para apreciação da Secretaria Geral do TJ/MA, via documento administrativo, pelo sistema DIGIDOC.

b) Participação e Gerenciamento de Núcleos, Comitês e Comissões

Atualmente, a Assessoria participa e gerencia os seguintes Núcleos, Comitês e ou Comissões:

Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau;

Comissão de Acompanhamento e Apuração da Produtividade;

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos;

c) Atividades administrativas e Pareceres jurídicos que versam:

Recurso contra resultado parcial e final da GPJ;
Pedido de Reconsideração;
Gratificação de Produtividade Judiciária;
Incidência da GAJ nos cálculos da GPJ;
Avaliação de Desempenho - GPJ
Substituição/Pagamento - GPJ
Ação de Auditoria
Pedido de material de expediente;
Registra-se que a soma das atividades desempe-

nhadas pela AGEM de janeiro a dezembro de 2016 mostram 1088 processos distribuídos e 1076 apreciados e tramitados, com percentual aproximado de 85% dos processos com tramitação inferior a 15 (quinze) dias.

Divisão de Planejamento

1. Elaboração dos cálculos dos percentuais devidos para pagamento da GPJ.

Após a divulgação do resultado final da GPJ/2015, no dia 12/02/2016, esta Divisão de Planejamento iniciou a elaboração da lista com os percentuais devidos aos servidores lotados em unidades vencedoras que detinham o direito ao recebimento da gratificação, considerando os critérios estabelecidos pela Resolução 14/2015.

Na geração da lista, foi utilizado o relatório desenvolvido pela Diretoria de Informática e Automação, disponibilizado por meio do sistema Jurisconsult, que gera automaticamente os percentuais devidos aos servidores, considerando, para efeito de cálculo de percentuais, os afastamentos e substituições efetivados durante o período de apuração.

2. Proposta de alteração da Resolução da Gratificação Por Produtividade Judiciária - GPJ

A Gratificação por Produtividade Judiciária - GPJ foi instituída por meio da Resolução nº 05/2011, onde foram estabelecidas metas de produtividade para as unidades judiciais e administrativas relacionadas aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Durante o ano de 2014, a Assessoria de Gestão Estratégica, com o apoio da Divisão de Planejamento, realizou um estudo acerca da Resolução que regulamenta a GPJ (Resolução nº 05/2011); foram realizadas audiências públicas em todos os pólos do Estado, além de reuniões específicas com as áreas administrativas, com a AMMA e com o SINDJUS; e realização de enquetes para coletar sugestões e críticas sobre a resolução vigente. Elaborou-se, então, a proposta de resolução de alteração da regulamentação da GPJ, que resultou na RESOL-GP -142015, instituída após decisão em sessão administrativa do Órgão Especial do dia 18 de março de 2015, vigente até a presente data.

Entretanto, com a publicação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ da Resolução nº 219/2016 em 26 de abril de 2016, que dentre outras providências, estabelece normativos para a premiação por

desempenho nos Tribunais foi necessária a realização de novo estudo para adequação da Resolução nº 14/2015 às normas instituídas pela supracitada Resolução do CNJ.

Como resultado foi elaborada uma nova proposta de resolução que dispõe sobre as regras da GPJ, que foi encaminhada para apreciação da Secretaria Geral do TJ/MA, via documento administrativo, pelo sistema DIGIDOC.

3. Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho

Trata-se de atividade desenvolvida relacionada ao Objetivo Estratégico nº 15 “Garantir a agilidade dos trâmites processuais administrativos e judiciais e padronização das rotinas”, que consiste na análise dos processos das unidades administrativas, na identificação das oportunidades de melhoria e na definição de um fluxo racional, eliminando possíveis retrabalhos e erros.

Para tanto, foram realizadas reuniões com as áreas interessadas, aplicação de formulários e análises processuais dos assuntos mais recorrentes e importantes destacados por cada unidade, considerando a incidência no sistema DIGIDOC.

Como resultado, foram publicadas portarias com os principais fluxos processuais das unidades - Chefia de Gabinete da Presidência, da Secretaria Geral do TJ/MA, da Coordenadoria de Processos Administrativos e Sindicância e Diretoria Administrativa, estando em andamento o da Diretoria de Recursos Humanos.

4. Proposta de Projeto de Reestruturação da ESMAM;

A Divisão de Planejamento, no ano de 2015, realizou estudos e atividades em conjunto com a ESMAM que resultaram na apresentação de um modelo de reestruturação organizacional para a Escola, com a readequação dos cargos e funções, sem acréscimo financeiro à sua Folha de Pagamento.

Dessa forma, em continuação ao trabalho iniciado, neste ano de 2016, a ESMAM solicitou o apoio desta Divisão de Planejamento no processo de readequação do Regimento Interno da Escola (Resolução nº 17/2010), no que cerne à modificação da estrutura e descrição das competências dos novos cargos e funções.

5. Elaboração do Planejamento da Coordenadoria de Precatórios

A Divisão de Planejamento, após solicitação da Coordenadoria de Precatório, iniciou, no ano de 2016, a construção do Planejamento da Coordenadoria de Precatórios, com o objetivo de sistematizar ações que visem a melhoria da estrutura física e a otimização dos processos de trabalho da Coordenadoria, no sentido de ordenar e regularizar a tramitação das rotinas e procedimentos administrativos de precatórios, no que se refere, principalmente, ao atendimento ao público, a otimização dos processos e melhoria da transparência e do controle de precatórios.

Para levantamento de informações sobre a área e seus processos de trabalho foram realizadas reuniões com a equipe de precatórios, inclusive com o Juiz Auxiliar da Presidência responsável pela Coordenadoria de Precatórios, Dr. José Nilo Ribeiro Filho e resposta a questionário de diagnóstico para levantamento dos pontos fortes e fracos e ameaças e oportunidades; bem como realização de visita na unidade para conhecimento da estrutura física atual. Após esse diagnóstico, foram definidos os objetivos para a unidade e elaborados os planos de ação/intervenção para alcance dos resultados estabelecidos. Atualmente, o projeto encontra-se na fase de execução e acompanhamento.

6. Planejamento Estratégico da Coordenadoria da Infância e Juventude

A Coordenadoria da Infância e Juventude buscou a Divisão de Planejamento para a construção do planejamento estratégico da unidade, para tanto foram realizadas 02 (duas) reuniões em que a referida coordenadoria solicitou tal demanda, através da exposição do que a área necessita e o envio do documento que a unidade já tinha elaborado.

Após análise técnica do documento apresentado, foram ressaltados os pontos a melhorar e, encaminhados os formulários necessários para a formatação do documento e planejamento das atividades subsequentes, dentre os quais a reunião com a equipe prevista para janeiro/2017.

7. Realização da 1ª e 2ª Reunião de Avaliação da Estratégia

A Divisão de Planejamento, durante o ano de 2015, realizou ações com vistas à elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual para o período de 2016-2020, que foi instituído por meio da RESOL-GP 45/2015, de 30 de dezembro de 2015.

Com o Planejamento Estratégico institucionalizado e iniciada a sua execução pelas áreas responsáveis, faz-se necessário o monitoramento sistemático das ações, projetos e iniciativas previstos, bem como do nível de cumprimento das metas estratégicas estabelecidas.

Para tanto, a Divisão de Planejamento, após o 1º trimestre de 2016, realizou reuniões preparatórias com as áreas responsáveis por metas estratégicas para coletar informações sobre a situação de cumprimento e para orientar os gestores sobre a Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, ocasião em que os gestores informaram o resultado das ações e projetos do período, bem como a incidência de possíveis desvios que dificultam o alcance do desempenho desejado.

Durante o ano de 2016 foram realizadas 02 (duas) RAE's, sendo a primeira ocorrida em 20 de maio e a segunda em 12 de agosto.

8. Participação no Projeto Semana do Servidor

A Diretoria de Recursos Humanos realizou várias ações alusivas ao dia do Servidor, dentre elas, palestras na capital e comarcas do interior sobre temas variados, a fim de promover conhecimento e motivação aos servidores.

A Divisão de Planejamento foi convidada a participar do Projeto, com palestra realizada em Pindamonhangaba, no dia 25 de outubro, pela Analista Aline Mendonça, com o tema "O servidor público em um ambiente em transformações". Na oportunidade, foi discutido com os servidores as mudanças que vem acontecendo no ambiente e seu impacto no perfil do servidor público.

Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos (2015-2016)

A Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos é um setor da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão responsável em atualizar, periodicamente, o Sistema de Estatística do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, a exemplo da pesquisa Justiça em Números e Metas Nacionais. Cabe ao setor ainda: elaborar e divulgar o Mapa Mensal de Atividades dos Magistrados de 2º Grau; atender ao público, interno e externo, quanto a solicitações de informações estatísticas; elaborar tabelas e gráficos demonstrativos para orientar as conclusões ou os processos de tomada de decisões;

auxiliar na elaboração dos indicadores de produtividade administrativa da GPJ e encaminhar à Informática os parâmetros para aferição das metas judiciais.

Justiça em Números

Por meio da Resolução 76/2009, o relatório Justiça em Números possui atualmente três grupos de informações: orçamentárias (despesas), de pessoal (número de servidores e magistrados) e sobre litigiosidade (número de processos, classe processual, julgamentos realizados, estoque). Ao longo do ano, as informações de litigiosidade e de pessoal são repassadas por esta Divisão ao CNJ por semestre. E, as orçamentárias no final de cada exercício.

Os dados de litigiosidade são solicitados à Informática para extração nas bases de dados dos sistemas Themis, Projudi e PJE. A Divisão de Estatística fica responsável pela revisão dos dados, apontando possíveis inconsistências e consolidação das informações para envio ao conselho. Conforme a pesquisa, a taxa de congestionamento é de 78,2% e o índice de Atendimento à Demanda que mede a relação entre processos baixados e casos novos foi de 78,4%

Metas Nacionais

As metas nacionais foram assumidas pelos tribunais brasileiros como passo importante e indispensável à oferta de uma prestação jurisdicional efetiva, segura, célere e democrática. Permite subsidiar os tribunais na coleta de dados e posterior lançamento no Sistema Metas Nacionais, com vistas a possibilitar ao CNJ o acompanhamento, aferição de cumprimento e geração de relatórios estatísticos.

Especial atenção deve ser dispensada às Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, porque para fins de levantamento de quantitativos a serem lançados no Sistema de Metas os tribunais deverão a elas reportar-se, com observação das classes processuais, assuntos e movimentos contemplados pelas metas, bem como das orientações de aplicação de cada classe ou movimento.

As informações do Tribunal de Justiça relacionadas ao Segundo Grau e as Unidades Administrativas são lançadas mensalmente pela Divisão de Estatística do TJMA, enquanto os dados da justiça de Primeiro Grau são de responsabilidade da Corregedoria Geral de Justiça.

Abaixo, a tabela 1, ilustra o desempenho do segundo grau no cumprimento das metas nacionais de 2015.

Tabela 1
Metas Nacionais de 2015
Segundo Grau

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	100,00%	100,36%
2	Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 2º grau.	80,00%	98,98%
4	Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012.	70,00%	142,86%
6	Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 2º Grau.	100,00%	99,38

Fonte: Metas Nacionais do CNJ

Mapa Estatístico de Produtividade de 2º Grau

Em cumprimento ao Art. 37 da Lei Orgânica da Magistratura, o Mapa Estatístico divulga mensalmente os dados estatísticos das atividades dos magistrados de segundo grau relacionados às seguintes informações: distribuição, decisões colegiadas e monocráticas, recursos internos recebidos e decididos, processos com vistas a PGJ e advogados, baixados, recursos especiais e extraordinários despachados pela presidência. São anexados ao mapa, os pedidos de vista e os votos proferidos em sessão. Os dados são extraídos do sistema Themis e Pje, sendo publicados no Diário da Justiça Eletrônico até o dia 10 do mês subsequente.

A soma dos indicadores do mapa estatístico mostra 21.784 processos distribuídos no período de janeiro a novembro de 2015 e 23.038 no mesmo período em 2016, o que demonstra um aumento de 5% em 2016. Já os julgados contam 23.029 processos em 2015 e 21.003 processos em 2016, revelando uma diminuição de 8% em relação à 2015.

Gratificação por Produtividade Judiciária

A Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ),

instituída pela Resolução nº 05/2011, alinhada na filosofia da gestão orientada a resultados, avalia o desempenho e premia as unidades que alcançarem as metas estabelecidas ao final do período de apuração.

Entende-se que a premiação contribui para a gestão estratégica do órgão, visando incentivar os servidores para o cumprimento das metas, a fim de aprimorar a qualidade da prestação jurisdicional.

A GPJ contempla as unidades judiciais que concorrem com as metas nacionais do CNJ e as unidades administrativas que disponham de sistemas informatizados que permitam a mensuração dos resultados, envolvendo também as unidades que dão suporte à apuração dos resultados. Em 2015, a gratificação teve como período de apuração, os meses de janeiro a dezembro com divulgações parciais trimestrais publicadas no site do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Os dados utilizados para o cômputo das metas estipuladas pela portaria nº 1345/2015 foram extraídos dos sistemas informatizados, a exemplo do Digidoc e Themis, de acordo com critérios estabelecidos pela referida portaria.

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização em conjunto com as Divisões de Planejamento

e de Acompanhamento dos Dados Estatísticos realizam reuniões com as unidades administrativas para definição, revisão e aprimoramento dos indicadores e metas, competindo a Estatística analisar a viabilidade quanto à extração e mensuração dos dados,

bem como a projeção futura dos resultados, além de prestar esclarecimentos quanto às regras e critérios estabelecidos quando solicitados.

Observa-se nas tabelas abaixo o resultado alcançado pelo Tribunal nas metas judiciais em 2015.

Tabela 2
Metas da Gratificação por Produtividade Judiciária
Primeiro Grau

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	94,25
2	Identificar e julgar, até 31/09/2015, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau	80	40,06
4	Identificar e julgar 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012	70	28,85
6	Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau	100	19,01

Tabela 3
Metas da Gratificação por Produtividade
Judiciária Juizados Especializados

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	118,47
2	Identificar e julgar, até 31/09/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012.	100	99,97

Tabela 4
Metas da Gratificação por Produtividade
Judiciária Turmas Recursais

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	132,04
2	Identificar e julgar, até 31/09/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013.	100	98,96

Tabela 5
Metas da Gratificação por Produtividade
Judiciária Segundo Grau

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	90,00%	108,81
2	Identificar e julgar, até 31/09/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012.	80	87,38
4	Identificar e julgar 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2013.	70	94,64
6	Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 2º grau	100	98,65
9	Lavrar e publicar 90% dos acórdãos em 8 dias após a sessão de julgamento	90	106,56

Coordenadoria de
Processos
Administrativos
Disciplinares e
Sindicâncias

Em 2016 a Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares em Sindicâncias (CPADES) procurou garantir a agilidade dos trâmites processuais disciplinares conseguindo, alcançar os resultados a que se propõe. Com a edição da PORTARIA-TJ 312/2016 – que dispõe sobre a extinção de processos físicos na CPADES TJMA, datada de 17.02.2016 –, deixaram de ser instaurados “procedimentos físicos” (salvo processos de extrema complexidade em que haja necessidade de sigilo de suas apurações) dando lugar aos processos virtuais. A implementação de tal medida ocasionou uma redução no consumo de papel A4 por parte desta coordenadoria, na medida em que deixou-se de imprimir grande quantidade de volume de processos que seriam entregues às partes e seus advogados. A entrega de tais materiais é feita a partir da digitalização dos processos em arquivos de mídia CD/DVD ou então salvos em pendrives/HD’s fornecidos pelas próprias partes.

Como o sistema de tramitação processual (Digidoc) ainda não comporta dados em mídia audiovisual, as Comissões Disciplinares ainda se deslocam até as Comarcas para oitiva dos representados e testemunhas. Recentemente, iniciou-se o uso do sistema de gravações das oitivas em sistema audiovisual e se estuda a possibilidade de adequar o sistema de tramitação processual a essa realidade, como forma de racionalizar e otimizar os gastos processuais.

A fim de cumprir metas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico no âmbito do Judiciário maranhense foi elaborado por esta Coordenadoria um estudo de padronização de rotinas sobre os principais fluxos processuais administrativos mais recorrentes, como forma de otimizar e tornar mais eficiente a atividade dos fluxos processuais, o qual foi aprovado pela Presidência desta Corte, através da Portaria GP 994/2016, publicada em 17.10.2016.

A fim de dar efetividade a Resolução GP 55/2016 – que estabelece regras voltadas à economicidade no uso e aquisições de materiais e serviços – procuramos reduzir o quantitativo de resmas de papel 4A (o que foi possível com a adoção de entrega de cópias digitalizadas dos procedimentos as partes e seus advogados), bem como o de copos descartáveis (cada servidor ganhou um copo permanente para água e por iniciativa adotaram o uso de canecas/xícaras para café), na medida em que estes passaram a ser utilizados para servir partes e advogados que se dirigem ao setor.

Comparativo de consumo:

Resmas de Papel A4	Cento de copo para água	Cento de copo de café
2015: 58	2015: 76	2015: 46
2016: 42	2016: 34	2016: 21

Em continuidade aos projetos da Coordenação anterior, também foi aprovado na Sessão Plenária Administrativa do dia 20 de julho de 2016, o Projeto de Resolução que propôs a criação do Termo Circunstanciado Administrativo, com o objetivo de ressarcir ao erário de eventuais prejuízos causados por servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, não decorrentes da prática de infrações disciplinares. O aludido projeto foi concretizado através da Resolução GP nº. 41/2016, datada de 27.07.2016.

Ao longo de 2016, tramitaram nesta Coordenadoria um total de 101 procedimentos instaurados tanto pela Presidência desta Corte, Corregedoria Geral da Justiça e Juízes Diretores do Fórum de 1º grau (Sindicâncias e Pad’s) em face de servidores, ex-servidores do Poder Judiciário e Titulares das Serventias Extrajudiciais. Dentre este acervo, oito eram remanescentes de 2015, dos quais restam apenas dois que se encontram sobrestados. Dos 93 instaurados esse ano, apenas nove estão em instrução.

Por sua vez, as demandas envolvendo magistrados em 2016, perfaz um total de cinco procedimentos, dentre os quais dois envolveram pedidos de revisão e três PAD’s os quais já foram concluídos. Atualmente, não existe em instrução nesta Coordenadoria nenhum processo administrativo disciplinar em face de magistrado.

Processos no setor

101 procedimentos instaurados em face de servidores, ex-servidores e titulares de Serventias Extrajudiciais

Seis procedimentos envolvendo magistrados

OUVIDORIA

DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

No período compreendido entre 1º de Julho e 08 de dezembro de 2016, a Ouvidoria recebeu 1701 manifestações, que representam uma diminuição de 31% em relação ao mesmo período de 2015 (2.464 manifestações)¹. A diminuição das demandas pode ter ocorrido devido a uma maior utilização da comunicação direta entre jurisdicionados e unidades jurisdicionais, prática estimulada pela Ouvidoria, bem como o atingimento de bons resultados pelo trabalho desenvolvido pela Comissão Sentenciante nas unidades judiciais mais demandadas. Vale des-

acar uma significativa melhora em unidades judiciais constantemente reclamadas no 1º semestre, e que não chegaram a figurar entre as 20 (vinte) mais reclamadas nesse 2º semestre.

Essas demandas foram recebidas notadamente pelo formulário eletrônico e via Telejudiciário, que representam as formas de acesso mais procuradas pelos cidadãos, sendo ainda assegurado contato com o órgão por e-mail e pessoalmente, prestigiando-se sempre a informalidade e o valor da informação apresentada.

Canais	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	(%)
Formulário Eletrônico	230	199	168	191	153	37	978	57,5
Telejudiciário	69	78	66	64	76	24	377	22,16
E-mail	18	33	28	20	18	10	127	7,47
Presencial	21	44	12	17	25	9	128	7,52
Ouvidoria CNJ	5	14	9	4	13	21	66	3,88
Digidoc	3	0	0	3	1	0	7	0,41
Telefone	2	0	2	2	1	3	10	0,65
Ouvidoria do MP	1	1	0	1	2	2	7	0,41
Total	349	375	284	300	289	104	1701	100

Do total de manifestações recebidas, 84,7% foram reclamações de insatisfação com os serviços e 8%, pedidos de informações. As demais manifestações consistiram em denúncias, elogios, dúvidas, sugestões e solicitações diversas, contabilizadas no campo "Outros", como solicitação de certidões de antecedentes criminais e cartorárias, solicitação de pagamento da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), reagendamento de audiência, pedidos de cadastro nos sistemas Push e PJe, pedidos genéricos de providências, e etc.

ESPÉCIES	QUANTIDADE POR MÊS - 1º SEM. 2016							TOTAL	(%)
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ			
Reclamação	304	310	237	252	252	86	1.441	84,7	
Pedido de Informação	26	28	29	29	15	9	136	8,0	
Denúncia	9	18	6	6	8	6	53	3,12	
Outros	5	11	6	8	6	2	38	2,23	
Elogio	1	4	2	1	0	0	8	0,47	
Dúvida	1	1	2	4	6	1	15	0,88	
Sugestão	3	3	2	0	2	0	10	0,59	

Recurso - Lei de Acesso à Informação	0	0	0	0	0	0	0	0,00
TOTAL	349	375	284	300	289	104	1701	100

Das reclamações, 90,91% foram relacionadas ao 1º grau de jurisdição, Juizados Especiais e Turmas Recursais. E a morosidade processual desponta como líder absoluto, concentrando-se 95,42% dos registros também no 1º grau, Juizados e Turmas Recursais.

RECLAMAÇÕES - 2º Sem. 2016				
DESCRIÇÃO	1º Grau	2º Grau	Cartórios	TOTAL
Quantidade	1311	93	38	1442
Porcentagem	90,91%	6,46%	2,63%	100%

MOROSIDADE PROCESSUAL - 2º SEM. 2016		
DESCRIÇÃO	1º GRAU	2º GRAU
Quantidade	1209	58
Porcentagem	95,42%	4,57%

Assuntos mais comuns das reclamações	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	(%)
Morosidade Processual	269	269	208	221	293	76	1266	87,8
Outros	7	9	11	7	12	3	49	3,4
Reclamações sobre atendimento dos servidores / magistrados	9	15	9	11	8	2	54	3,7
Reclamações referentes aos cartórios extrajudiciais	13	5	6	6	5	2	37	2,5
Ausência de magistrados na comarca	1	1	1	0	1	1	5	0,35
Sumiço de processos	2	6	0	3	1	1	13	0,9
Problemas no site do Tribunal	0	1	0	1	2	1	5	0,35
De competência imediata da Coordenadoria dos Juizados Especiais	0	2	0	2	0	0	4	0,28
TOTAL	301	308	235	251	322	86	1503	100

O campo "Outros", da tabela anterior, compreende uma grande quantidade de reclamações das mais diversas, merecendo destaque as seguintes: ausência de acessibilidade para cadeirantes a determinadas áreas do Fórum de São Luís; falta de comunicação com as unidades judiciais por problemas nas linhas telefônicas; condutas inadequadas de magistrados para com as partes; insuficiência de servidores nas Comarcas; dificuldade de agendamento no setor médico por parte dos servidores, falta de atualização nas informações disponibilizadas no site do Tribunal, etc.

20 SETORES QUE MAIS RECEBERAM RECLAMAÇÃO - 1º SEM. 2016		
Unidades de Trabalho		Quantidade
1º	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	69
2º	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS	64
3º	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	55
4º	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	54
5º	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	53
6º	1ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	49
7º	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	39
8º	3ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	39
9º	4ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	36
10º	VARA ÚNICA DE CANTANHEDE	35
11º	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR VARA ÚNICA DE SÃO BENTO	28
12º	7ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	28
13º	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS	24
14º	2ª VARA DE CAXIAS	24
15º	1ª VARA DE CAXIAS	23
16º	2ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	22
17º	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	18
18º	2ª VARA CÍVEL DE IMPERATRIZ	18
19º	1ª VARA DE BACABAL	14
20º	3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS	12

Elogios também foram registrados às unidades, servidores e magistrados, comprovando a existência de boas práticas em curso, que merecem reconhecimento e disseminação por todo o Judiciário.

Unidades de trabalho elogiadas - 1º Sem. 2016	
1	OUVIDORIA
2	9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS
3	DIVISÃO DO JUDICIÁRIO
4	2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS
5	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DO FÓRUM DE SÃO LUÍS
6	COORDENADORIA DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS
7	DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS

A equipe integrante da Ouvidoria, que hoje com apenas quatro servidores no atendimento e acompanhamento das demandas, tem conseguido oferecer respostas às manifestações dos usuários dentro do prazo de vinte dias úteis, em mais de 97% dos casos, contando, para tanto, com a colaboração de considerável parcela de magistrados e de servidores de todo o Poder Judiciário Estadual, inclusive dos Cartórios.

FINALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES - 1º Sem. 2016			
Descrição	Manifestações FINALIZADAS		PENDENTES
	Finalizadas ANTES de 20 dias	Finalizadas APÓS 20 dias	Pendentes dentro dos 20 dias
Quantidade	1613	17	71
TOTAL	1701		

2. INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

No primeiro semestre de 2016 a Ouvidoria recebeu 403 pedidos de informações através do SIC (Sistema de Informação ao Cidadão). Um aumento de 11,66% em relação ao número de solicitações apresentadas no mesmo período do ano passado, sinalizando que a Administração da Corte deve priorizar a transparência ativa, com a disponibilização de mais informações institucionais no próprio site do Tribunal, tornando prescindível a formalização de requisições pelos usuários.

3. TELEJUDICIÁRIO

Além do importante apoio às atividades típicas da Ouvidoria, a Divisão do Telejudiciário realizou inúmeras outras atividades no semestre, como o registro de manifestações para encaminhadas para Ouvidoria, agendamento de audiências de conciliação e de casamentos comunitários, consultas sobre movimentações de processos judiciais, informações sobre servidores, entre outros.

ACUMULADO JANEIRO A JUNHO DE 2015								
	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Informações Jurídicas	Consulta a Processos de Primeiro Grau	534	595	517	484	570	154	2.854
	Consulta a Processos de Segundo Grau	71	71	50	61	62	10	325
	Consultas a Processos de Juizados Especiais	108	124	120	85	80	16	533
	Consultas a Processos nas Turmas Recursais	4	3	2	0	0	2	11
	Orientação a respeito de Ações Cíveis e Criminais	1	3	0	2	4	1	11
Plantões Judiciais e Cartoriais	Plantão Forense - 1º Grau					2		2
	Plantão de 2º Grau	4	3	0	0	2	0	9
Publicações e Comunicados Oficiais do Judiciário	Resoluções, Portarias e Atos da Presidência e Comunicados	4	6	0	0	0	0	8
Eventos Jurídicos	Informações sobre Casamentos Comunitários	28	24	14	15	30	0	111
	Agendamento de Casamento Comunitário	0	0	0	0	0	0	0
Órgãos	Informações das Comarcas	288	397	303	317	360	80	1.745
	Informações dos Setores do Judiciário: TJMA, Corregedoria de Justiça e Fórum de São Luís	418	455	325	343	379	90	2.010
	Informações de Outros Órgãos	83	103	62	66	60	24	398

Pessoas	Servidores do Poder Judiciário	1	11	7	6	12	4	41
	Magistrados	1	5	1	4	3	1	15
	Advogados	0	5	2	6	2	0	15
Informações Servidores TJMA	Informações Administrativas	25	0	0	1	0	0	26
	Senhas aos servidores - acesso aos sistemas do TJMA	14	67	50	62	58	0	251
Manifestações Ouvidoria	Reclamações	61	61	60	56	69	24	331
	Denúncias	2	7	2	2	2	0	15
	Pedidos de informações	0	1	3	2	0	0	6
	Sugestões	0	1	0	0	0	0	1
	Elogios	0	1	0	0	2	0	3
	Outros	0	3	0	1	0	0	4
	Consulta de Manifestação	16	15	14	16	11	0	72
Conciliação - CEJUSC	Agendamento de Audiência de Conciliação – CEJUSC	70	81	51	57	49	25	333
	Consulta de Conciliações	17	10	5	4	15	9	60
Outras informações	Outras Informações	17	17	14	9	9	0	66
TOTAL DE ATENDIMENTOS		1.767	2.069	1.602	1.599	1.781	440	9.258

Foram 9.258 atendimentos realizados no 2º semestre do ano de 2016. Neste semestre não tivemos os agendamentos dos casamentos comunitários pois foram realizados no 1º semestre, contudo o evento foi realizado em 12/11/16 pela Corregedoria de Justiça do Maranhão. Durante os meses de julho e agosto tivemos um aumento dos agendamentos de audiência de conciliação devido a divulgação deste serviço no II Balcão de Renegociação de Dívidas, ocorrido no período de 27/06 a 01/07.

4. PROJETOS E AÇÕES

Nesse semestre houve participação do Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, desembargador Ricardo Duailibe, no II Encontro do Colégio Nacional dos Ouvidores Judiciais, tendo sido eleito 2º Vice-Presidente do CO-JUD; na audiência pública realizada em Cururupu, a convite do juiz Douglas Lima da Guia; no programa “Tome Consciência” - no qual o diálogo entre o Ouvidor e as unidades judiciais visa a formulação de melhores soluções para atender às demandas recebidas da população; em atendimento à solicitação formulada pela Juíza de Direito Luzia Madeira Nepomuceno, referente à ausência de clínicas públicas de internação para dependentes químicos, foram realizadas reuniões com representantes de comunidades terapêuticas e por último, com o secretário Estadual de Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula, objetivando realizar convênios entre o Estado e essas instituições com o intuito de proporcionar novos leitos para internação de pessoas dependentes quimicamente.

5. AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 29/11/2016 foi realizada a audiência pública no Município de Paço do Lumiar referente à atuação do Poder Judiciário nos termos judiciais de Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, evento que contou com a participação de mais de 200 pessoas, entre populares e autoridades locais, sendo a todos assegurada a oportunidade de manifestação e de participação do debate público, por meio do oferecimento de críticas e sugestões para o aprimoramento da prestação jurisdicional nos municípios englobados. Fato de destaque foi a presença do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cleones Carvalho Cunha, cuja participação contribuiu fundamentalmente para que a população receba uma resposta mais efetiva e imediata da administração desta Egrégia Corte.

A audiência constituiu uma oportunidade rara de comunicação, controle social e de prestação de contas, favorecendo a realização da accountability indispensável para aproximar o Judiciário da sociedade.

CEMULHER

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão – CEMULHER, presidida pela desembargadora Angela Salazar, é órgão permanente de assessoria à Presidência do TJMA, é composta por: Desembargadora Presidente, Juíza Assessora, Coordenadora Administrativa,

Secretária Executiva, Analista Judiciário - Assistente Social, Analista Judiciário – Psicóloga e Técnico Judiciário. A Coordenadoria conta ainda com o apoio da equipe técnica da Casa Abrigo, unidade vinculada a esta unidade, mantida pelo Poder Judiciário do Maranhão.

ATIVIDADES DA CEMULHER

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão – CEMULHER, presidida pela desembargadora Angela Salazar, é órgão permanente de assessoria à Presidência do TJMA, é composta por: Desembargadora Presidente, Juíza Assessora, Coordenadora Administrativa,

Secretária Executiva, Analista Judiciário - Assistente Social, Analista Judiciário – Psicóloga e Técnico Judiciário. A Coordenadoria conta ainda com o apoio da equipe técnica da Casa Abrigo, unidade vinculada a esta unidade, mantida pelo Poder Judiciário do Maranhão.

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	PÚBLICO ATINGIDO
07 a 11/03	Manhã/tarde	Campanha “Justiça Pela Paz em Casa”	(Ver outra tabela)
10/03	08:00h	Câmara Municipal de São Luís - Painei “Enfrentamento de todas as formas de violência contra todas as cidadãs (comemoração aos 10 anos da Lei Maria da Penha)	100
15/03 a 18/03	08:00h	Mutirão da Cidadania - Comarca de Arame	150
29/03	15:00	Centro de Atenção Integrada a Saúde do Idoso - CAISI	56
01/04	07:00h	Construtora Escudo – Paço do Lumiar	100
20/04	15:00h	Cine Mulher / Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão (Palestra para terceirizados).	29
28/04	08:00h	Edeconsil – São Cristovão	50
03/05	07:00h	Treviso Engenharia - Residencial Piancó	98
10/05	15:00h	Cine Mulher / Fórum Des. Sarney Costa (Palestra para terceirizados)	25
13/05	07:30h	Fábrica da Concreto Engenharia - Turu	50
31/05	19:00h	Composição em mesa “Diálogos Insurgentes - Mídia, Gênero e Violência Sexual (Faculdade Estácio)	300
03/06	07:30h	Canopus Construções Ltda – Ponta do Farol	60
10/06	07:00h	Construtora Del’Este III – Jardim São Cristovão	110
01/07	07:30h	Village dos Bosques VI - Maiobinha	250
08/07	07:30h	Construtora Delman – Ponta d’areia	60
15/07	07:30h	Del’Este IV – Santa Bárbara	50
21 a 27/07	Manhã/tarde/noite	I Semana Estadual de Valorização da Mulher	(Ver outra tabela)
11/08	09:00h	Participação na X Jornada da Lei Maria da Penha	-
15 a 19/08	Manhã/tarde	Campanha “Justiça Pela Paz em Casa”	(Ver outra tabela)
27/08	08:00h	Evento promovido pelo Sinduscon-MA – Sesi Araçagy	800
23/09	08:00h	CRAS – Cidade Operária	20
26/09	08:00h	14ª Ação Social da Maçonaria	350
06/10	08:00h	Capacitação de profissionais do CREAS (1º dia)	30

07/10	15:00h	Capacitação de profissionais do CREAS (2º dia)	25
10/10	15:00h	Associação de Moradores - Povoado Arraial (entrega de bonecas)	75
11/10	15:00h	Associação de Produtores Agrícolas da Cidade Operária-APACO (entrega de bonecas)	75
20/10	08:30h	CRAS – Cidade Operária (palestra para idosos)	24
24 e 25/10	09:00	Palestra para Policiais da Patrulha Maria da Penha/PMMA	-
18/nov	09:00 h	Abertura da Campanha com demais órgãos da REDE (Teatro Odylo Costa Filho)	50
23/nov	10:00 h	Palestra do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, integrando 2ª Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho/ SIPAT (Hospital Universitário Presidente Dutra)	35
26/nov	Manhã	Participação da 1ª Ação Social da Igreja Batista MAKARIOS (Bairro Itapiracó)	37
28/nov a 02/ dez	Manhã/tarde	Campanha “Justiça Pela Paz em Casa”	(Ver outra tabela)
12/dez	14:00h	Participação na “1ª Amostra de experiência: O Serviço Social e as práticas de enfrentamento à violência contra a mulher” realizada pelo CRESS-2ª Região/MA (Convento das Mercês)	50
15/dez	10:30	Palestras do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano” com militares do Comando da Aeronáutica (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA)	72
TOTAL DE JANEIRO A DEZEMBRO/2016			3.131

I SEMANA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA MULHER Ano de 2016

DATA	AÇÕES DESENVOLVIDAS	PÚBLICO ATINGIDO
21/07	Atividade na Unidade Prisional Feminina de São Luís	50
21/07 a 22/07	Seminário “Violência de Gênero na Sociedade Contemporânea: Como Enfrentá-la?” - Fórum Des. Sarney Costa	120
23/07	Distribuição de materiais informativos sobre prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher nos shoppings da Ilha, Tropical, Pátio Norte e Rio Anil	3.800
24/07	Caminhada na Av. Litôrânea pela Valorização da Mulher, com distribuição de materiais informativos de combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher	1.000
25/07 a 27/07	Atividades nas Comarcas do Interior sob coordenação dos respectivos magistrados	7.750
TOTAL		12.720

16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher Ano de 2016

DATA	AÇÃO	HORÁRIO	LOCAL	Quantitativo
18/nov	Abertura da Campanha com demais órgãos da REDE	09:00H	Teatro Odylo Costa Filho	50
23/nov	Palestra do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, integrando 2ª Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho/ SIPAT	10:00H	Hospital Dutra	35
26/nov	Participação da 1ª Ação Social da Igreja Batista MAKARIOS	Manhã	Bairro Itapiracó	37
28/nov a 02/dez	Campanha “Justiça Pela Paz em Casa”	Manhã/Tarde	Em todo o Estado do MA	-

12/dez	Participação na "1 Amostra de experiência: O Serviço Social e as práticas de enfrentamento à violência contra a mulher" realizada pelo CRESS-2º Região/MA	14:00h	Convento das Mercês	50
15/dez	Palestras do projeto "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano" com militares do Comando da Aeronáutica.	Manhã	Centro de Lançamento de Alcântara - CLA	72
TOTAL				244

**CAMPANHA "JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA"
 ANO DE 2016**

DATA	ATIVIDADES	AUDIÊNCIAS	SENTENÇAS	JÚRIS
07 a 11/03	Audiências e Julgamentos de processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e processos em que mulheres sejam parte.	376	298	1
15 a 19/08	Audiências e Julgamentos de processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e processos em que mulheres sejam parte.	420	228	1
28/11 a 02/12	Audiências e Julgamentos de processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e processos em que mulheres sejam parte.	234	124	2
TOTAL		1.030	650	4

NUPEMEC

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, presidido pelo desembargador José Luiz Oliveira de Almeida e coordenador pelo juiz Alexandre Lopes de Abreu, foi instituído desde 12/11/2012, composto por 2 Centros Judiciários de Solução de Conflitos vinculados ao Tribunal de Justiça do Maranhão e 13 Centros,

vinculados a Instituições de ensinos parceiras.

As demandas processuais e pré-processuais, são cadastradas através do sistema attende. No ano de 2016 até a presente data totalizamos 11.629 agendamentos, 2.746 acordos com índice de resolutividade de 23,61% no ambiente dos Centros.

Tipo	Quantidade	Percentual(%)
Audiência realizada com Acordo	2746	23,61
Audiência realizada sem Acordo	3832	32,95
Não Comparecimento do(s) Requerido(s) Voluntariamente	1870	16,08
Não Comparecimento do(s) Requerente(s) Voluntariamente	452	3,89
Não Comparecimento do(s) Requerido(s) por Falta de Notificação	966	8,31
Não Comparecimento do(s) Requerente(s) por Falta de Notificação	198	1,7
Não Comparecimento de Ambas as Partes	1240	10,66
Desistência do(s) Requerente(s) por telefone/email (Todos)	102	0,88
Desistência do(s) Requerente(s) pessoalmente (Todos)	223	1,92
Total	11629	

1. Mutirões:

TOTAL DE AUDIÊNCIAS						
EMPRESAS	PERÍODO	AGENDADAS	REALIZADAS	COM ACORDO	SEM ACORDO	VALORES
FACAM	23 a 25/05/2016	82	15	12	3	R\$ 23.381,62
CEMAR	3 a 7/10/2016	89	43	14	29	R\$ 30.572,91
CENTRO ELÉTRICO	06 e 07/07; 29 e 30/09; 13/10/2016	63	13	13	0	R\$ 1.002.370,30
CYRELA	07 a 11/11/2016	65	50	14	36	R\$ 3.590.194,59
PITÁGORAS	5, 6, 7 e 9/12/2016	59	38	38	0	R\$ 72.139,37
TOTAL		358	159	91	68	R\$ 7.306.483,08

2. Balcão de Renegociação de Dívidas:

Repercussão Direta: medida pela presença de clientes e empresas negociando no local do evento.
Repercussão Indireta: medida pelo atendimento que as empresas presentes estão fazendo nas suas sedes, com provocação dos convites expedidos por ocorrência do evento.
Repercussão Estendida: medida pela procura de solução de pendências financeiras com empresas não participantes, cujos clientes se virão motivados pelo evento a buscar renegociar dívidas.
Repercussão Didática: por estimular no cidadão a capacidade de negociar, e nas empresas sobre a importância de manter um canal mais apropriado para dialogar com os clientes em situação de inadimplência.

II Balcão de Renegociação de Dívidas de São Luís, realizado no período de 27/06 a 01/07/2016, com a participação de 23 empresas, sendo: Alvorada Motos, Bancos Amazônia, Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica, Caema, CBMAE, CDL, Ceape, Cemar, Ceuma, Claro/Net/Embratel, Credshop, Dalcar, Gabryella, Supermercado Mateus, Novo Mundo, Procon, Sefaz, Semfaz, Sinduscon, TVN, com 3780 atendimentos realizados, totalizando a quantia de R\$ 4.201.814,48 em negociações.

III Balcão de Renegociação de dívidas de São Luís, realizado no período de 27/06 a 01/07/2016, com a participação de 23 empresas, sendo: Alvorada Motos, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica, Caema, CBMAE, CDL, Cemar, Ceuma, Claro/Net/Embratel, Credishop, Distribuidora Litoral, Distribuidora Nascente, Franere/Marcos Regadas, Ótica Diniz, PROCON, SEFAZ, com 5048 atendimentos realizados, totalizando a quantia de R\$ 3.629.827,59 em negociações.

I Balcão de Renegociação de dívidas de Santa Inês, realizado no período de 14, 16 e 17/11/2016, com a participação de 20 empresas, sendo: Sivinnet, Armazém Ypiranga, Eletrolar, Silva Sales, Econômica Magazine, Fábrica de Olhos, Feirão dos Móveis Magazine, Moveplar Móveis e Eletrodomésticos, Estrela Cosméticos, Arte e Capricho, Banco da Amazônia, Lojas Maranata, Noroeste Santa Inês, Cemar, Caema, Armazém Paraíba, Banco do Brasil, Bradesco, Super Modas, Banco do Nordeste, com 400 atendimentos realizados, totalizando a quantia de R\$ 832.134,84 em negociações.

I Balcão de Renegociação de dívidas em Imperatriz, realizado no período de 15 a 18/03/2016 com a participação de 18 empresas, sendo: Armazém Paraíba, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica, Caema, CBMAE, Cemar, Ceape, Credishop, Óticas Maia, Sefaz, Sefaz-GO, Facimp, Fest, Unisulma, Unimed, Colégio Friobom, com 1112 atendimentos realizados, totalizando a quantia de R\$ 2.242.955,21 em negociações.

Quatro Balcões de Renegociação de Dívidas: **10340** **R\$ 10.906.732,12**
atendimentos em negociações.

3. Semana Nacional de Conciliação:

A Semana Nacional de Conciliação, ocorrida no período de 21 a 25 de novembro de 2016, destaca-se como um meio prático, observando os princípios orientadores da Política Nacional de Conciliação do CNJ incluindo informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual, que torna as partes em litígio protagonistas da solução das demandas levadas à Justiça.

Durante a preparação da 11ª Edição, o Judiciário Maranhense atuou das seguintes formas, na organização das pautas de audiências:

1 - As unidades judiciais escolheram os processos passíveis de serem apresentados em audiência de conciliação e comunicaram formalmente às partes que criaram o litígio;

2 - As empresas indicaram processos com propostas reais de acordo. Dentre estes, os que tramitavam em Varas Cíveis de São Luís foram realizadas pelo 1º Centro de Conciliação-Fórum, e os das demais unidades foram encaminhadas através de lista para realização das próprias unidades onde tramitam;

3 - Os cidadãos que manifestaram interesse em resolver seu caso via conciliação, e solicitaram a inclusão em pauta.

Segue abaixo o resultado da Semana Nacional de Conciliação:

Resultado Semana Nacional 2016	
PESSOAS ATENDIDAS	18582
AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	10612
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	9454
COM ACORDO	2175
TOTAL EM ACORDO	R\$ 3.960.336,47

4. Cursos Realizados:

-15 Cursos de Formação de Conciliadores e Mediadores, formando 450 conciliadores e mediadores. (2 na comarca de São Luís, 4 em Imperatriz, 3 em Caxias, 5 em Açailândia e 1 em Balsas).

- 01 Curso de Oficina de Parentalidade, com 165 concludentes, participação de 14 municípios e 3 órgãos envolvidos (TJMA/ DEFENSORIA/ GOVERNO DO ESTADO).

Coordenadoria da
INFÂNCIA E JUVENTUDE

1. AÇÕES REALIZADAS

- Reuniões e Encontros da Infância e Juventude: no dia 19 de fevereiro o Desembargador José de Ribamar Castro, presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude representou o TJMA na “X Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão”, realizada no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O objetivo do evento foi mobilizar o Sistema de Garantia de Direitos e a população em geral para a consolidação do princípio da Prioridade Absoluta, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

- No dia 24 de fevereiro, a equipe da Coordenadoria se reuniu com o atual Presidente da Coordenadoria Des. José de Ribamar Castro tendo como principal objetivo a apresentação da Coordenadoria da Infância e Juventude ao presidente, assim como, o estabelecimento de metas prioritárias para a gestão 2016/2017. Além dos servidores estavam presentes a juíza Coordenadora Karla Jeane Matos de Carvalho e o Juiz José Américo Abreu Costa, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Luís, atualmente juiz auxiliar da Corregedoria.

- No dia 10 de março a Coordenadoria promoveu audiência pública no município de Codó com o objetivo de discutir o método do depoimento especial. O evento teve a participação de cerca de 200 pessoas e contou com o apoio dos juízes da comarca. Durante o encontro, os profissionais que compõem a rede de proteção elogiaram o projeto do Judiciário, reconhecendo a sua importância na tentativa de oferecer um tratamento mais digno às crianças e adolescentes – vítimas ou testemunhas de violência física, psicológica ou sexual – e colocaram-se à disposição para auxiliar no que for possível. Participaram do evento a juíza Coordenadora da Infância, Karla Jeane Matos de Carvalho, os juízes Hólide Barros (2ª Vara de Codó), Rogério Pelegrini (1ª Vara) e Ailton Gutemberg (3ª Vara), integrantes da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, advogados, defensores públicos, delegados, representantes do Conselhos Tutelar e da Assistência Social do Município, além de assistentes sociais, psicólogos, profissionais da área médica, servidores do Judiciário, entre outros.

- No dia 11 de março a Coordenadoria se reuniu com os juízes Josane Araújo Farias Braga (1ª Vara de Coroatá), Nirvana Maria Mourão Barroso (3ª Vara de Balsas) e Rômulo Lago e Cruz (Vara única

de Maracaçumé) para a apresentação de projetos elaborados por estes para análise da Coordenadoria e posterior incentivo e apoio aos magistrados. A juíza Josane apresentou o projeto PROJETO ENCENANDO O ECA: A ARTE DE EXPRESSAR A PREVENÇÃO E A PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES que consiste na apresentações de peças de teatro desenvolvidas em escolas municipais e estaduais, de forma lúdica, como instrumento desencadeador de debates e transferência de conhecimentos acerca dos direitos da criança e do adolescente, com foco na identificação de situações de violência e maus-tratos. O projeto DENUNCIAR É PROTEGER, foi apresentado pela magistrada Nirvana Maria Mourão Barroso e tem por objetivo orientar professores das redes públicas e privadas sobre os sinais de abuso, recebendo palestras da equipe psicossocial, com orientações para a denúncia caso seja identificado algum caso; o projeto teve início em 2014, começando nos Termos e neste ano chegando a Área Urbana de Balsas, com aproximadamente 2000 professores. Já o juiz Rômulo Lago e Cruz contou que a elaboração de seu projeto CLUBE DOS AVENTUREIROS DE MARACAÇUMÉ que tem como objetivo planejar, coordenar e executar diversas atividades sócio-educativas com crianças de 4 a 12 anos incompletos e seus respectivos responsáveis, com prioridade para as de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social ou que tenham sido adotadas.

- O servidor Abel Lima representou a Coordenadoria na 3ª Conferência Nacional Saúde Mental e Direito (MA)/Construindo Interfaces/Concretizando Direitos – As palestras tiveram sob coordenação Associação Catarinense de Psiquiatria, Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho (Coordenador do Grupo de Monitoramento Acompanhamento Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário), Ana Cristina Borba Alves (Juíza de Direito do TJSC e Presidente do FONAJUV – Fórum Nacional da Infância e Juventude), Douglas de Melo Martins (Juiz de Direito do TJMA), Mônica De Lucca (Juíza de Direito TJSC) e cujos temas foram: Realidade Atual da Saúde Mental no Brasil - Política Nacional de Saúde Mental e Projeto do MS, Medidas de Segurança e Reforma da Assistência Psiquiátrica, Saúde Mental para a Infância e Juventude: o que temos?, A Prática Judiciária em São Luís com a aplicação do Provimento CGJ 08/2014 e A Interdição após o Estatuto do Deficiente. Ao final houve oficinas e debates para elaboração de propostas para a redação da Carta do Ma-

ranhão e a Coordenadoria participou de Debates e Propostas para a melhoria da saúde da infância e juventude onde o grupo apresentou as seguintes propostas: Encontrar caminhos para a implementação dos CAPSI – com equipe multidisciplinar completa – Psiquiatra, Psicólogo, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Pedagogo, Enfermeiro, Fonoaudiólogo e Técnicos e Garantir o atendimento na área de Saúde Mental do adolescente em conflito com a lei (Restrito de Liberdade)

- Em 31 de agosto, reunião com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES) quando foram discutidas a articulação quanto à integração do Poder Judiciário com a Rede de Proteção no que se refere à aplicação de MSE (Medidas Socioeducativas) em todo o Estado e estabelecer metas para apresentar o trabalho desenvolvido pelos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) no que se refere ao acompanhamento da aplicação dessas medidas.

- No dia 6 de setembro, ocorreu reunião com a Rede Maranhense de Justiça Juvenil, quando foi apontado pelas dirigentes a necessidade de firmar um Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Maranhão a fim de ampliar a rede socioassistencial e fortalecer os trabalhos desenvolvidos em favor dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

- Em 5 de dezembro, a Coordenadoria participou da 11ª Reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão. O tema tratado foi “Medidas Socioeducativas no Estado do Maranhão”, pelo juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude, Dr. José dos Santos Costa.

- Em 6 de dezembro, ocorreu reunião com Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), que foi solicitado que a equipe da Secretaria informasse o quadro geral dos serviços de acolhimento da rede de execução direta e conveniada, bem como os aspectos concernentes aos benefícios socioassistencial e previdenciários de crianças e adolescentes em medida protetiva.

- No dia 13 de dezembro, houve reunião com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para articulação com a referida organização no intuito de ampliação das ações planejadas e executadas por esta Coordenadoria, mediante termos de cooperação técnica.

2. Semana da Infância

A Coordenadoria da Infância e Juventude em

parceria com a Corregedoria Geral de Justiça promoveu no período de 16 a 20 de maio a Semana da Infância, com o intuito de dar visibilidade ao dia 18 de maio, que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A campanha teve por objetivo buscar o máximo de resultados positivos nos processos afetos à área, seja com a realização de audiências ou com sentenças, despachos e decisões e contou com a participação de várias Comarcas do Estado, que além de somarem esforços para trazerem números significativos ao Judiciário, promoveram diversas atividades extraprocessuais para sensibilização da comunidade local como caminhadas, panfletagens, stands, palestras e audiências públicas.

Participaram da Semana da Infância as Comarcas de: Açailândia (2ª Vara de Família), Bacuri, Balsas (3ª Vara), Bequimão, Buriti Bravo, Cantanhede, Coelho Neto (1ª e 2ª Vara), Colinas, Coroatá (1ª e 2ª Vara), Cururupu, Grajaú (2ª Vara), Humberto de Campos, Itapecuru (2ª Vara), Magalhães de Almeida, Maracaçumé, Mirador, Montes Altos, Olinda Nova do Maranhão, Paço do Lumiar (2ª Vara), Pastos Bons, Paulo Ramos, Presidente Dutra (1ª e 2ª Vara), Santa Luzia do Tide (1ª Vara), São Luís (1ª Vara da Infância e Juventude; 3ª, 4ª, 5ª e 7ª Vara da Família e 9ª Vara Criminal) e Timon (4ª Vara Cível/2ª Vara de Família).

Dentre as audiências que foram designadas para Semana da Infância, destaca-se ações de guarda, adoção, Destituição do Poder Familiar, Busca e Apreensão de Menor, Alimentos, Reconhecimento de Paternidade, Estupro de vulnerável e apuração de ato infracional. Além das audiências, os magistrados também priorizaram o julgamento de processos com sentenças, decisões e despachos em processos que envolvem os direitos da criança e do adolescentes.

Semana da Infância

303	367	328
audiências	despachos	sentenças
71	41	
decisões	atos diversos	

3. Cursos e Treinamentos

- Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes

O curso foi realizado pela Escola Superior de Magistratura (Esmam), nos dias 02 e 03 de maio de

2016, destinado à magistrados vitalícios e vitaliciandos. O objetivo principal foi capacitar o magistrado para a condução do depoimento sem dano de crianças vítimas de violência sexual, por meio de métodos apropriados que viabilizem a diminuição da impunidade e a redução dos crimes de violência contra crianças e adolescentes, sem prejuízo das garantias constitucionais conferidas aos réus.

As Juízas Sara Fernanda Gama e Karla Jeane Matos de Carvalho, a psicóloga do TJMA Taise Castro Soares e a Assistente Social Jacqueline Brito Oliveira ministraram o curso, com aulas expositivas, oficinas de trabalho e simulação de audiência.

4. Processos e documentos encaminhados

- Solicitação junto à Diretoria de Informática do TJMA reparos nas salas de Depoimento Especial do Fórum “Desembargador Sarney Costa” da Comarca de São Luís, da Comarca de Pinheiro, Santa Luzia do Paruá, Pedreiras, Balsa, Maracaçumé, Coroatá e Chapadinha.

- Foi solicitada junto à Esmam (Escola Superior de Magistratura) a realização de cursos de Depoimento Especial para magistrados sendo um no primeiro semestre e outro no segundo.

Realização de um levantamento junto às Varas com competência para julgar processos na área da infância sobre a estatística de processos recebidos no ano de 2015, em que crianças ou adolescentes sejam vítimas ou testemunhas para análise e estudo de novas instalações de salas de Depoimento Especial.

- Solicitação à 2ª Vara da Infância e Juventude da elaboração de um Fluxograma para o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a lei – CNCAL.

- Com o objetivo de otimizar os serviços da justiça infanto-juvenil, assim como melhorar o sistema de prestação jurisdicional foi solicitado junto à Corregedoria Geral de Justiça a Uniformização do procedimento de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco e ainda, a elaboração de um fluxo próprio para gestão do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas.

- Através do processo nº 39018/2015-TJ a Exma. Juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, respondendo pela 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Luís, solicitou a estruturação de uma sala de entrevista para atendimento às crianças e aos adolescentes. A coordenadoria realizou visita a referida unidade com o intuito de conhecer um espaço disponibilizado, assim como sua relevância

para o recebimento das crianças e deu encaminhamento ao referido processo à Presidência do TJ para adoção de providências pertinentes juntamente com documentos que subsidiaram o pedido e o orçamento dos materiais necessários para implantação.

- Com o apoio da Assessoria de Comunicação foi elaborado a logomarca e arte das camisas para Semana da Infância. Para divulgação da campanha 250 camisas foram confeccionadas e distribuídas nas Varas e Comarcas do Estado.

5 Outras atividades realizadas

- Levantamento sobre aplicação de Medidas Socioeducativas (MSE) nas comarcas do Estado – a coleta de dados se deu com ofício expedido aos magistrados que atuam na área da infância e juventude com MSE visando apurar o quantitativo de processos envolvendo ato infracional.

- Levantamento sobre a atuação dos CREAS na aplicação das MSE junto à 35 municípios que recebem cofinanciamento federal para as medidas em meio aberto, com elaboração de instrumental para refinar as informações dadas pelos magistrados no que concerne ao acompanhamento das MSE.

- Levantamento Situacional desta Coordenadoria para elaboração do Planejamento Estratégico para o quinquênio 2017-2021.

6. Instalação das salas de Depoimento Especial

Dia 31/03
Fórum Desembargador Orville de Almeida e Silva
Comarca de Santa Luzia do Tide
Dia 26/04
Fórum Desembargador Bento Moreira Lima
Comarca de Colinas

7. CASA DA CRIANÇAS

A Casa da Criança Menino Jesus, coordenada pela Coordenadoria Especial da Infância e Juventude realizou o acolhimento de 42 crianças, em situação de risco social ou abandono. Destas, 23 crianças permanecem em situação de acolhimento, sete foram adotadas e outras 12 retornaram para convivência com a família.

Entre as atividades da Casa da Criança são realizadas acompanhamento social e psicológico. Em 2016 o atendimento psicológico da Casa da Criança realizou o atendimento das crianças acolhidas e

ainda dos familiares e adotantes. Foram realizados os cursos preparatório para adoção e para formação das cuidadoras. Este ano as crianças abrigadas passaram a ter também acompanhamento nutricional com a elaboração de cardápio por uma nutricionista direcionado às crianças.

A Casa da Criança conseguiu através de Termo de Ajustamento de Conduta, junto ao Ministério Público do Trabalho, a instalação do Laboratório de Informática e de uma Sala de Corte e Costura para a realização de cursos voltados a comunidade e às mulheres em situação de violência doméstica.

**NÚCLEO
SOCIOAMBIENTAL**

O Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi instituído pela Resolução 50/2016. Compete ao Núcleo socioambiental estimular a reflexão e a mudança de cultura por meio de ações que promovam a sustentabilidade no ambiente organizacional, a partir do Plano de Logística Sustentável – PLS, aprovado pelo Pleno do TJMA, em março de 2016.

A estrutura do Núcleo e o PLS tiveram como referência a Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e estão alinhados ao Planejamento Estratégico do Judiciário maranhense.

Para a elaboração, avaliação, monitoramento e revisão do PLS, foi instituída a Comissão Gestora do PLS, que tem como presidente, o desembargador Jorge Rachid, conforme Portaria 1037/2016.

O apoio do Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, do presidente da Comissão Gestora do PLS, desembargador Jorge Rachid, e do Juiz auxiliar da Presidência, Júlio César Praseres, foi fundamental para o Judiciário Maranhense instituir sua Política de Gestão Socioambiental.

Competência:

O Núcleo tem o papel de articular as ações socioambientais com os setores estratégicos do TJMA, a fim de colocar em prática as metas previstas para o uso eficiente e economicamente viável de insumos e materiais, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos sólidos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização, capacitação, compras e contratações sustentáveis, entre outras ações voltadas para a sustentabilidade.

Plano de Logística Sustentável (PLS):

É uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

O PLS foi elaborado nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, sendo aprovado em Sessão Plenária no mês de março, e encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No mesmo período, ocorreu a apresentação do documento ao presidente do

TJMA, desembargador Cleones Cunha.

Ações do Núcleo socioambiental de março a dezembro de 2016 – as atividades do Núcleo buscam potencializar as iniciativas já adotadas nos setores do TJMA, além de articular a implantação de medidas que ampliem e efetivem a sustentabilidade.

Sensibilização:

Apresentação do PLS e sensibilização sobre sustentabilidade, envolvendo cerca de 200 servidores efetivos, comissionados e terceirizados do TJMA, CGJ e Fórum de São Luís.

Realização da I Semana do Meio Ambiente do Judiciário Maranhense, com a realização de palestras, oficinas e exposições.

Campanhas educativas no ponto eletrônico.

Palestra “Compras sustentáveis na Administração Pública”.

Capacitação:

Curso “Sustentabilidade na Administração Pública” contemplando 105 servidores da capital e das comarcas do interior do Estado, em parceria com a Escola Superior da Magistratura (ESMAM).

Articulações e parcerias:

Criação da rede de sustentabilidade do Maranhão, denominada Ecoliga da Justiça, formada pelos núcleos socioambientais do TJMA, TRE, TRT, JUSTIÇA FEDERAL, UFMA E MINISTÉRIO PÚBLICO. O objetivo é integrar as ações dos órgãos, com destaque para a racionalização e redução de custos; logística integrada de veículos; capacitação e produção científica; gestão de resíduos sólidos e compras sustentáveis e compartilhadas.

Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Maranhão, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Tribunal Regional Eleitoral, Justiça Federal e a Universidade Federal do Maranhão, durante o “I Seminário de Sustentabilidade e Redução de Custos na Gestão Pública”, realizado no auditório do TRE.

Parceria com a Assessoria de Comunicação para construção do hot site do Núcleo Socioambiental, elaboração de campanhas educativas e de sensibilização para o ponto eletrônico, manual do programa de coleta seletiva e vídeos.

Articulação com a Diretoria de Recursos Humanos para realização da Palestra “Atividade física, saúde e qualidade de vida”, em parceria com a UFMA, que integrou o Ciclo de Palestras em comemoração ao Dia do Servidor Público, que foi coordenado pela Diretoria de RH.

Articulação com a Diretoria de Engenharia, Ecoliga e Companhia Energética do Maranhão (Cemar) para participação do TJMA na chamada pública para Projetos de Eficiência Energética, cuja finalidade é selecionar projetos de conservação de energia e uso racional de energia elétrica, disponibilizando recursos para efetivar reformas nas instalações elétricas, a exemplo da substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED.

Articulação com a Diretoria Judiciária, por meio da participação dos servidores nas palestras de sensibilização e nas capacitações promovidas pelo Núcleo, que incentivou a redução do uso de papel A4 pela Coordenadoria das Câmaras Cíveis em até 50%, passando de 20 resmas por semana, para 10, conforme informações repassadas pelo setor.

Como órgão articulador, o Núcleo Socioambiental também conta com o apoio da Diretoria Administrativa, por meio da Coordenaria de Material e Patrimônio, Coordenadoria de Apoio Administrativo e funcionários terceirizados, além da Corregedoria Geral da Justiça, por intermédio da Coordenadoria Administrativa, para efetivar o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos.

Gestão de Resíduos Sólidos

Com o propósito de implantar o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos no âmbito do Judiciário Maranhense, o Núcleo Socioambiental firmou parceria com: ONG. Amigos do Futuro, de Brasília (coleta de tonners e cartuchos inservíveis); Cooperativa

de Reciclagem de São Luís – COOPRESL (coleta de resíduos sólidos), e com a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) (coleta de resíduos eletrônicos, como pilhas, baterias e carcaças de celular).

Coletas e doações de resíduos eletrônicos:
ONG Amigos do Futuro:

Tonners: **1.018** unidades

Carcaças: **76** unidades

Coopresl: **5.8** toneladas de resíduos eletrônicos, como impressora, HD, carcaça de computador.

Coletas e doações de resíduos sólidos (garrafas pet, papel e papelão):

Coopresl: **1,5** tonelada.

Com a instituição do Núcleo Socioambiental, o Tribunal de Justiça fortaleceu as ações socioambientais já realizadas nos diversos setores da instituição, o que contribuiu para a implantação de novas medidas previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10), Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e no Decreto 5.940/06.

Uma das inovações na gestão de resíduos do TJMA foi a implantação da coleta seletiva solidária, que consiste na doação de resíduos recicláveis gerados por órgãos e entidades da administração pública para cooperativas ou associações de catadores, em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

A destinação dos resíduos para as cooperativas promove a geração de renda e a inclusão social dos catadores, além de fomentar o amplo debate sobre o desenvolvimento sustentável, a partir do descarte adequado dos resíduos, minimizando os impactos ambientais e contribuindo para maior durabilidade dos aterros sanitários.

A parceria com a Copresl estimulou o aumento da renda dos 14 catadores cooperados, que passou de uma média de R\$ 100 por mês para R\$ 1.000.

**UNIDADE DE
MONITORAMENTO
CARCERÁRIO**

A Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) promove a articulação de várias instituições governamentais e não governamentais que atuam nas mais diversas áreas que compõem o conjunto de ações na área da execução penal. Assim, a pactuação intra e intersetorial constituem-se em diretrizes fundamentais para a atuação na área, com vistas a superar a fragmentação, desarticulação e superposição das ações implementadas.

Realizam-se, dessa forma, na primeira segunda-feira de cada mês, salvo exceções, as reuniões do Grupo de Monitoramento Carcerário (GMF), objetivando verificar a efetividade das políticas, programas e ações voltadas à execução penal, primordialmente no que se refere ao atendimento das demandas da população carcerária e aos recursos disponibilizados para a execução das mesmas.

Nas reuniões do GMF, ao longo do ano de 2016, foram deliberados os tópicos a seguir:

REUNIÃO	DATA	PAUTA	DELIBERAÇÃO	STATUS
1ª	1º/02	Apresentação do Planejamento das Atividades 2016 das instituições que compõem o GMF.	Não houve deliberação.	Os parceiros apresentarão seu planejamento/ atividades
2ª	07/03	Procedimento para aquisição e aplicação das tornozeleiras eletrônicas.	Criação de Grupo de Trabalho para elaboração de portaria de uso de tornozeleira.	Aguardando Portaria de Regulamentação
3ª	04/04	Identificação Criminal	Realização de censo carcerário dos presos.	Realizado Censo Carcerário.
4ª	02/05	Unificação dos Sistemas de Informação Criminal e Execução Penal.	Unificação dos sistemas	Termo de Convênio nº 30/2016
5ª	06/06	Audiência de Custódia – realizada na OAB	1 - Monitoramento das cidades com mais de 100.000 habitantes;	Resolução Regulamentando nº.
6ª	11/07	Alvará de Soltura	2 – Presos no plantão são transferidos, diretamente, para o Fórum e não mais para o Centro de Triagem.	Aguardando informações das Comarcas e Protocolo da Delegacia Geral para uso da carceragem do Fórum
7ª	1º/08	Violência Doméstica, Pensão Alimentícia e Sistema Prisional.		Regulamentada no Termo de Acordo e Provisório. Aguardando protocolo as SEAP e SSP.
8ª	05/09	Dignidade do Cárcere Feminino.	Determinar local de prisão dos presos pela Lei Maria da Penha.	Reunião dia 22/11 com Ana, subsecretária da SEAP, para tratar dos locais de prisão dos presos pela Lei Maria da Penha, além de transferência de presos da capital e do interior.
9ª	07/10	Súmula Vinculante 56 do Supremo Tribunal Federal.	1 - Criação de um grupo permanente de trabalho para atuação, exclusiva, junto às mulheres encarceradas;	Vinculação de matéria jornalística acerca das ações na Penitenciária Feminina. A SEAP já enviou o material, pendente material da Secretaria da Mulher.
10ª	07/11	A função dos Especialistas Penitenciários Jurídicos (EPJ's).	2 – Efetivação do Estatuto da Primeira Infância, no sentido de garantir prisão domiciliar para a gestante e mãe de filho pequeno (a UMF está realizando levantamento para oficiar os magistrados);	Reunião dia 22/11 com Ana, subsecretária da SEAP, para tratar dos locais de prisão dos presos pela Lei Maria da Penha, além de transferência de presos da capital e do interior.

REUNIÃO	DATA	PAUTA	DELIBERAÇÃO	STATUS
11ª	05/12	Medidas Socioeducativas no Estado	3 – Levantamento de ações educacionais e de trabalho no presídio feminino para divulgação;	
			4 – Verificação do Médico e equipamento odontológico do presídio feminino;	
			5 – Levantamento do quantitativo de presas no Estado;	
			6 – Prioridade na resolução das guias das presas femininas;	
			7 – Melhorar a portaria que regula visitas dos companheiros das internas.	
			Os juízes da execução poderão avaliar verificando os estabelecimentos destinados a regime semiaberto e aberto, para classificação como adequados para tais regimes. A SEAP acompanhará a classificação das unidades do Estado.	
			Considerando a necessidade de melhorar o atendimento dos internos nos presídios do Estado e a proibição dos EPJ's em fazê-lo. Considerando a possibilidade de Nulidade dos Processos Disciplinares (PDI) em virtude que o EPJ assessora o Diretor da Unidade e defende o preso no mesmo processo. Considerando, ainda, que a possível nulidade acarretará uma boa conduta carcerária e com isso os presos que não teriam direito a benefícios passarão a ter por não ter processo na vara de execução, faltas disciplinares cometidas pelo interno. Ficou criado grupo de Trabalho para modificar Portaria que define as atribuições dos EPJ's nas unidades prisionais do Estado.	
			1ª Apresentação do Centro Integrado;	
			2ª Maiores informações e celeridade na licitação para construção das unidades provisórias e definitivas de São Luís (definitiva), Pinheiro (provisória e definitiva), Região de Caxias/ Timon (provisória e definitiva) e Imperatriz (provisória e definitiva);	
			3ª Proposta de reuniões com as prefeituras e juízes para melhor utilizar os CREAS no município pela magistratura, através de encontros setoriais para fomentação do uso de dispositivo nas medidas em meio aberto;	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	DELIBERAÇÃO	STATUS
			4ª A SSP ficou responsável em verificar a situação dos inquiridos dos adolescentes mortos e informar se há uma estratégia de segurança pública para as medidas socioeducativas, tendo em vista a existência de facções nas unidades de São Luís.	

GESTÃO INTEGRADA

A Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) tem como uma de suas principais diretrizes de trabalho, a promoção da articulação de várias instituições governamentais e não governamentais que atuam nas mais diversas áreas que compõem o conjunto de ações na área da execução penal.

A realização de reuniões interinstitucionais, campanhas, audiências públicas e eventos constituem parte do planejamento estratégico elaborado pela UMF para atuar, junto aos Poderes Públicos, na busca pelo aprimoramento do sistema carcerário maranhense.

PARTICIPAÇÕES EM REUNIÕES

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
1	27/01	GTIPA – Grupo de Trabalho para Implantação da Política Antimanicomial	TJ, Hospital Nina Rodrigues, Núcleo de Perícias Psiquiátricas, SEJAP, Equipe de Atendimento Psicossocial e DPE.	HNR
2	28/01	Reunião com a Corregedora Geral da Justiça para apresentação de Programa de Trabalho 2016	Des. Anildes Cruz, Des. Froz Sobrinho, Dr. José Américo e Ariston Chagas Apoliano.	Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça
3	01/02	1ª Reunião do GMF – Apresentação dos programas de trabalho 2016.	Interinstitucional	Fórum Des. Sarney Costa
4	04/02	Alinhamento sobre novo local de Audiência de Custódia de São Luís e escolta dos presos	Dr. Fernando Mendonça, Dr. Antônio Luiz, Dr. Gladson, Delegado Lawrence, Secretário da SEJAP Murilo Andrade e Ariston Chagas Apoliano.	Fórum Des. Sarney Costa
5	04/02	Alinhamento final da Audiência de Custódia na capital e interior	Dr. Bonfim, Dr. Fernando Mendonça, Dr. Antônio Luiz, Dr. Gladston, Delegado Lawrence, Secretário da SEJAP Murilo Andrade e Ariston Apoliano.	Fórum Des. Sarney Costa
6	15 a 19/02	Ação de Documentação e Censo Carcerário	UMF, Hospital Nina Rodrigues	HNR
7	16/02	Força tarefa dos advogados da SEJAP e atribuições da Defensoria Pública	Dr. Fernando Mendonça, Secretário da SEJAP Murilo Andrade, Promotor Pedro Lino, Defensor Bruno Dixon e representante da CGJ	Gabinete Des. Froz Sobrinho
8	16/02	GTIPA – Grupo de Trabalho para Implantação da Política Antimanicomial	TJ, Hospital Nina Rodrigues, Núcleo de Perícias Psiquiátricas, SEJAP, Equipe de Atendimento Psicossocial e DPE.	Hospital Nina Rodrigues
9	24/02	Reunião com representante da MAXTEC para apresentação da respectiva Empresa ao Programa Começar de Novo	Des. Froz Sobrinho, Ariston, Ana Lúcia, Rogério Albino de Sousa (Empresário)	Gabinete do Desembargador

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
10	03/03	Mesa Redonda: Sempre foi assim... a lei do desejo: incesto, pedofilia e sexualidade infantil.	Interinstitucional	Fórum Des. Sarney Costa
12	07/03	Tratar da resposta que a sociedade de Direitos Humanos enviou à Corte Interamericana sobre a situação do Complexo de Pedrinhas	TJMA, CGJ, SEJAP, SSP, SEDIHPOP	Gabinete Des. Froz Sobrinho
13	07/03	2ª Reunião GMF - Procedimento para aquisição e aplicação das tornozeleiras eletrônicas.	Interinstitucional	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
14	10/03	1 – Medicamentos para o Complexo de Pedrinhas;	Des. Froz Sobrinho, Secretário de Saúde, Secretário da SEJAP, Dr. Fernando Mendonça, Ariston Apoliano Juliana Raite e Paulo Guilherme	Gabinete Des. Froz Sobrinho
15	10/03	2 – Obras no Hospital Nina Rodrigues;	Interinstitucional	Secretaria da Mulher
16	14/03	3 – Situação dos doentes mentais em presídios e delegacias.	Des. Froz Sobrinho, Juízes	Gab. Des. Froz Sobrinho
17	14/03	Seminário Dialogando sobre mulheres em situação de prisão	Des. Froz Sobrinho, Juiz Gladiston e juízes das comarcas: Itapecuru-Miri, Coroatá, Pinheiro, Pedreiras e São Luís	Gabinete Des. Froz Sobrinho
18	17/03	Transferência de presos para os novos presídios	TJMA, SEJAP, SSP	Palácio dos Leões
19	17/03	Transferência de presos para nos presídios	Jercenilde Silva, Flávia Costa e Ana Lúcia Ramos, Rogério Albino de Sousa (Empresário) e Equipe	Empresa MAXTEC
20	29/03	Reunião do Comitê do Sistema Prisional	Interinstitucional	Palácio dos Leões
21	04/04	Reunião com a Empresa MAXTEC para tratar sobre parceria com o PCN	Interinstitucional	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
22	05/04	Reunião sobre ações de melhoria da realidade do adolescente em conflito com a lei	Jercenilde Silva, Lidiane Carvalho, Meiryndalda Araújo e apenados contratados pela Empresa	Empresa MAXTEC
23	07/04	3ª Reunião GMF - Identificação Criminal	Jercenilde Silva, Ana Lúcia Ramos, Aldaiza e Neria (SEJAP) e José Ahirton Batista Lopes	SENAC
24	12/04	Participação na reunião promovida pela a empresa MAXTEC, para a integração e demais orientações aos novos admitidos, encaminhados pelo PCN	Ana Lúcia e Equipe do Instituto de Identificação	UMF
25	15/04	Reunião com SENAC e SEAP para discutir a Pactuação de cursos do PRONATEC 2016	Ana Lúcia Ramos, Flávia Costa (PCN), Maria Augusta, Néria e Grazielle (SEAP)	SEAP
26	25/04	Reunião com o GT de Identificação tendo como pauta: a avaliação da Ação na UPR do Olho D'água	Ana Lúcia Ramos, Flavia, Ariston e Equipe da Empresa.	Centro Tratamento de Resíduos/MAXTEC – Rio dos Cachorros – Vila Maranhão

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
27	02/05	Reunião com a Supervisora do setor Psicossocial da SEAP para tratar sobre o voto da pessoa presa	Interinstitucional	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
28	03/05	Reunião na empresa MAXTEC, para verificar a situação de trabalho dos reeducados inseridos na Empresa	Jercenilde Silva, Flávia Costa e Ana Lúcia Ramos (PCN) e Kelvin Bandeira	UMF
29	04/05	4ª Reunião GMF - Unificação dos Sistemas de Informação Criminal e Execução Penal.	Ana Lúcia Ramos, Flávia Costa (PCN), Maria Augusta, Néria e Grazielle (SEAP)	SEAP
30	04/05	Reunião com representante do Movimento de População de Rua para discutir a participação em ação a ser realizada com mulheres em situação de rua	Flávia Costa e Coordenadora do NUMEG – Sanise	2ª VEP
31	04/05	Reunião com as Supervisões de Trabalho e Renda e Psicossocial – Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP, para coleta de informações sobre as oficinas em execução nas Unidades Prisionais e para verificar o andamento das providências para o voto da pessoa presa – eleições 2016	Ana Lúcia Ramos e Ariston Apoliano	Instituto Boas Novas
32	05/05	Reunião com 2ª VEP e NUMEG para tratar da entrega dos documentos aos egressos que assinam na VEP e que são visitados pelo NUMEG	Ana Lúcia e Jercenilde Cunha	MAXTEC
33	05/05	Reunião com o Instituto Boas Novas para tratar de Projeto de Lei Municipal que tem como objetivo a isenção do valor da taxa alvará para empresas que contratarem egressos do sistema prisional	Ana Lúcia Ramos e Ariston Apoliano	Sede do Presídio Militar – Calhau
34	06/05	Reunião na empresa MAXTEC – monitoramento dos trabalhadores contratados pela respectiva empresa	Ana Lúcia Ramos e Equipe do Instituto de Genética Forense	UMF
35	12/05	Reunião no presídio Militar, para verificar a situação processual, estrutura, regimento interno dos militares presos	Ana Lúcia Ramos e Equipe do Instituto de Genética Forense	Presidio Feminino
36	06/06	Reunião com equipe da identificação genética para discutir estratégias para o trabalho no Presídio Feminino	Ana Lúcia e Jercenilde Cunha	Empresa ISLEA
37	06/06	Reunião no Presídio Feminino para tratar da ação de identificação genética, civil e criminal	Interinstitucional	Distrito Industrial – Maracanã

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
38	08/06	Reunião na Empresa São Luís Ambiental para apresentação do Programa Começar de Novo na perspectiva de buscar parceria para inserção de apenados no mercado de trabalho	Ana Lúcia e Jercenilde Cunha	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
39	16/06	5ª Reunião GMF - Audiência de Custódia – realizada na OAB	Ana Lúcia e Jercenilde Cunha	Delegacia da Receita Federal
40	17/06	Reunião com o novo Delegado a Receita Federal, para informar da parceria e entregar relatório dos CPF emitido de 2013 a 2016	Ana Lúcia, Representante da Coordenadoria da Mulher	SENAC – Rua do Passeio
41	22/06	Reunião SENAC - articular atividade no Presídio Feminino - Semana de Valorização da Mulher.	Ana Lúcia e Jercenilde Cunha	Coordenadoria da Mulher
42	08/07	Reunião na Coordenadoria da Mulher- Semana de Valorização da Mulher	Divisão PCN	Presidio Feminino
43	11/07	Reunião com assistente social da Unidade Prisional Feminina para discutir a programação para o dia 21/07 em alusão à Semana de Valorização da Mulher	Interinstitucional	Coordenadoria da Mulher
44	01/08	Reunião para a Semana de Valorização da Mulher	Interinstitucional	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
45	12/08	6ª Reunião GMF - Alvará de Soltura	UMF e Divisão Psicossocial do TJ	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
46	05/09	7ª Reunião GMF - Violência Doméstica, Pensão Alimentícia e Sistema Prisional.	Interinstitucional	UMF
47	23/09	Reunião com a Divisão Psicossocial do TJ para campanha de prevenção ao suicídio	UMF/PCN e técnicos da SEAP	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
48	23/09	8ª Reunião GMF - Dignidade do Cárcere Feminino.	UMF/PCN e Viva Cidadão	SEAP
49	26/09	Reunião SEAP – Portaria nº. 57/2016	UMF/PCN e Coordenadoria da Infância e Juventude	Viva Cidadão
50	29/09	Reunião Viva Cidadão – apresentação do PCN à nova direção da instituição e alinhamento de ações	TJMA/UMF, SEAP, Peticionários	UMF
51	05/10	Reunião com a Coordenadoria da Infância e Juventude – alinhamento de ações	TJMA/UMF, SES.	Gabinete da Subsecretária da SEAP
52	07/10	Reunião com os petiçãoários da OEA	Interinstitucional	Gabinete do Secretário Adjunto da SES
53	07/11	Reunião preparatória com os atores da saúde mental	Interinstitucional	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
54	14/10	9ª Reunião GMF - Súmula Vinculante 56 do Supremo Tribunal Federal.	TJMA, CGJ, MP, DPE, SEAP, HNR, SEDIHPOP, SES, SSP, EAP, NPP	Auditório do Centro Administrativo – TJMA

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
55	10/11	10ª Reunião GMF - A função dos Especialistas Penitenciários Jurídicos (EPJ's).	Larissa, Wendel, Willame, Carlos Vilar, Juiz Gladston e Eneyda	Departamento de Saúde Mental - SES
56	11/11	Reunião prévia para o workshop em Saúde Mental	UMF/ PCN e trabalhadores da empresa São Luís Ambiental	Planejamento Estratégico - CGJ
57	23/11	Reunião - Malote Digital	TJMA, UMF, CGJ, DETRAN, SEATI, SEAP, MPE, INST DE IDENTIFICAÇÃO	da empresa São Luís Ambiental
58	29/11	Reunião São Luís Ambiental – orientações para os contratados	Des. Froz Sobrinho, Promotor de Justiça Rafael, Secretário SSP Jefferson Portela, Delegado Geral Lawrence, Delegado SPCI Jalingson, Delegado de Presidente Dutra Jânio, Secretário SEAP Murilo Andrade, Subsecretária SEAP Ana Falcão e Secretário Adjunto SEAP João.	SEATI
59	02/12	Reunião na SEATI	Des. Froz Sobrinho, VEP ITZ Mário Reis, Juiz Glender de João Lisboa, Subsecretário SSP Saulo, Delegado Geral Lawrence, Delegado SPCI Jalingson, Secretário SEAP Murilo Andrade, Subsecretária SEAP Ana Falcão e Subsecretário SEAP João.	Gabinete Des. Froz Sobrinho
60	05/12	Reunião- Delegacia de Presidente Dutra	Interinstitucional	Gabinete Des. Froz Sobrinho
61	09/12	Reunião - Presídio Regional de Imperatriz	TJMA/UMF, SEAP, SSP, DPE e MP	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
		11ª Reunião GMF – Medidas Socioeducativas		Sala de Sessões do Plenário - TJMA
		Reunião – Segurança Pública e Sistema Prisional do Maranhão		

PARTICIPAÇÕES EM CAMPANHAS E EVENTOS

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
1	10 e 11/07	3ª Conferência Nacional de Saúde Mental	TJMA, CGJ, Governado do Estado, Prefeitura Municipal de São Luís, Procuradoria Geral de Justiça, Procuradoria Geral do Estado, Defensoria Pública do MA, AMMA, ESMAM, Associação Brasileira de Psiquiatria, Conselho Regional de Medicina, Secretária de Estado da Saúde, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Serviço Social, OAB – MA, Instituto Ruy Palhano.	Fórum Des. Sarney Costa
2	26/07	Workshop APAC	TJMA, CGJ, SEAP, FBAC	Auditório do TJ
3	12/08	Audiência de Desinternação	Interinstitucional	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
4	13/08	Abertura da Semana dos Encarcerados	Interinstitucional	Auditório da ALEMA

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
5	15/08	Visita da Ministra Carmem Lúcia para abertura da V Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa	Presidente do TJMA, o desembargador Cleones Cunha, desembargador Fróz Sobrinho, Vice-governador Carlos Brandão, o Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, e os secretários de Estado de SSP, Jefferson Portela, da Mulher, Laurinda Pinto, de SEAP, Murilo Andrade, da SEDIHPOP, Francisco Gonçalves e de Controle e Transparência, Rodrigo Lago.	Gabinete da Presidência do TJMA
6	27/08	Ação Social pelo Dia Nacional da Construção Civil	Interinstitucional	Sesi Clube Araçagy
7	29/08	3ª Cerimônia da Cartilha do Livramento Condicional	Interinstitucional	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
8	01/09	Cerimônia de premiação dos alunos da EJA no concurso de redação do DPU	Interinstitucional	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
9	05/09	Inauguração da Malharia do Hospital Nina Rodrigues	Interinstitucional	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
10	11/09	Missa Solene na Igreja da Sé para lançamento da 1ª Semana de Prevenção ao Suicídio do TJMA, em parceria com a Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP	Comunidade	Igreja da Sé
11	12/09	Abertura da 1ª Semana de Prevenção ao Suicídio do TJMA, em parceria com a Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP, no Gabinete da Presidência do TJMA	TJMA, CGJ, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, OAB, SEDIHPOP, DPE, Presidente do Conselho Regional de Psicologia, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social, Presidente do Conselho Regional de Medicina.	Gabinete da Presidência - TJMA
12	12/09	Palestra das Psiquiatras Cláudia Duarte e Lisieux Campos	Interinstitucional	Auditório Joaquim Filgueiras – Fórum Sarney Costa
13	13/09	Palestra na Escola Liceu Maranhense	Alunos do Ensino Médio	Escola Liceu Maranhense
14	13/09	Palestra na APAC	Reeducandos	APAC de São Luís
15	15/09	Inauguração da Fábrica de Vassouras	Interinstitucional	Complexo Penitenciário de São Luís
16	18/09	Concentração pela Valorização da Vida	TJMA, Instituto Ruy Palhano	

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
17	27/09	Palestra na APAC	Reeducandos e funcionários da APAC e do Fórum de Itapecuru- Mirim	Praça da Lagoa da Jansen
18	29/09	Assinatura - Termo de Acordo Alvará de Soltura Eletrônico	TJMA, CGJ, SES, SEAP	APAC de Itapecuru- Mirim
19	17/10	Audiência de Desinternação	UMF, 2ª VEP, HNR	Gabinete da CGJ
20	18 e 19/10	Workshop de Saúde Mental	TJMA, CGJ, MP, DPE, SEAP, HNR, SEDIHPOP, SES, SSP, EAP, NPP	2ª VEP
21	19/10	Encontro Regional de Juizes Criminais do Maranhão	TJMA, CGJ, SEAP, SES, AMMA, PMMA	Auditório do Centro Administrativo do TJ
22	31/10	Cerimônia de Livramento Condicional	Interinstitucional	Fórum Des. Sarney Costa
23	03/11	Assinatura de Termo de Acordo para Interoperabilidade dos Sistemas Criminais e Execução Penal do Estado	TJ/UMF, SEAP, SSP, SEATI, MPE, DETRAN	Auditório do Centro Administrativo – TJMA
24	07/11	Inauguração da Entrada Única do Complexo Penitenciário de São Luís	TJMA, CGJ, Governado do Estado, SEAP, SSP, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros	Salão Nobre do TJMA
25	16 a 19/11	XXXIV Congresso Brasileiro de Psiquiatria	Interinstitucional – apresentação do tema O Tribunal de Justiça do Maranhão, a uniformização das medidas de segurança e a sua contribuição na RAPS para criação do modelo de tratamento do paciente judiciário.	Complexo Penitenciário de São Luís
26	23 e 24/11	III Encontro Nacional dos Conselheiros Penitenciários	Conselheiros Penitenciários	São Paulo
27	28/11	Laboratório de análise da situação jurídica do paciente jurídico do Hospital Nina Rodrigues	UMF, Juizes, Hospital Nina Rodrigues, EAP, NPP	Ministério da Justiça
28	30/11	Inauguração da Malharia	Interinstitucional	Auditório do Centro Administrativo do TJ e Hospital Nina Rodrigues
29	30/11	Inauguração da Fábrica de Chinelos	Interinstitucional	UPSL- II
30	30/11	Inauguração da Confecção de Redes	Interinstitucional	UPSL- III
31	02/12	Inauguração da Fábrica de Chinelos	Interinstitucional	UPSL - IV

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
32	05/12	Inauguração do Centro Integrado de Justiça Juvenil de São Luís	Interinstitucional	UPR- Anil
				Centro Integrado de Justiça Juvenil de São Luís

CONSELHOS DA COMUNIDADE

Os Conselhos da Comunidade têm como atribuições legais visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca; entrevistar os presos; apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário e diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do respectivo estabelecimento prisional.



ATENDIMENTO JURÍDICO

A UMF recebe demandas presencialmente e através do SISUMF, da DPE, de egressos e de familiares de presos. Essas demandas incluem informações processuais e denúncias.

Segue informações do quantitativo mensal referente aos atendimentos:

Solicitação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Informação Processual	10	11	17	14	12	17	13	17	12	34	14	11	182
Denúncia/ Reclamação	02	01	06	03	03	00	08	02	03	02	02	03	35

GUIAS DE EXECUÇÃO

QUADRO EVOLUTIVO DO QUANTITATIVO DE GUIAS DURANTE O ANO DE 2016

Período	Guias Distribuídas	Guias Pendentes	Guias Resolvidas	Guias Não Resolvidas
Jan – 2016	124	*	28	24
Fev – 2016	68	*	58	26
Mar – 2016	87	*	48	17
Abr – 2016	115	*	60	11
Mai – 2016	91	*	88	36
Jun – 2016	100	*	87	20
Jul – 2016	41	*	34	20
Ago – 2016	41	100	44	8
Set – 2016	126	16	87	12
Out - 2016	53	139	40	5
Nov - 2016	63	86	63	23
Dez – 2016	37	132	44	12
TOTAL	946	473	681	194

INSPEÇÕES

DATA	HORA	INSTITUIÇÃO	LOCAL	OBS.:
26/01	08:30	Penitenciária Feminina	Pedrinhas	Realizada
02/03	09:30	Unidade Prisional de Ressocialização de Presos Provisórios Olho D'Água	Olho D'Água	Realizada
08/03	08:30	Penitenciária de Pedrinhas	Pedrinhas	Realizada
27/04	08:30	Unidade Prisional de Ressocialização Regional de Pinheiro	Pinheiro	Realizada
10/05	08:30	Casa de Detenção - CADET	Pedrinhas	Realizada
02/06	08:30	Centro de Triagem	Pedrinhas	Realizada
06/07	09:30	Centro de Detenção Provisória - CDP	Pedrinhas	Realizada
13/07	09:30	Presídio Militar	Polícia Militar – Calhau	Realizada
15/07	08:30	Presídio São Luís I	Pedrinhas	Realizada
05/08	09:00	UPR Itapecuru Mirim	Itapecuru	Realizada
01/09	09:00	Unidade Prisional de Ressocialização de Paço do Lumiar	Paço do Lumiar	Realizada
01/09	09:30	APAC São Luís	Paço do Lumiar	Realizada
25/10	08:30	UPR Monte Castelo	Monte Castelo	Realizada
25/10	09:00	Casa de Assistência ao Albergado e Egresso - CAAE	Rua dos Afogados Centro	Realizada
26/10	08:30	Central de Custódia de Presos de Justiça – CCPJ Anil	Anil	Realizada
27/10	09:30	Penitenciária São Luís II	Pedrinhas	Realizada
07/12	08:30	Presídio São Luís III – PSL III	Pedrinhas	Não Realizada
08/12	09:30	Central de Custódia de Presos de Justiça – CCPJ	Pedrinhas	Não Realizada

TEMPORADAS 2016

Saídas Temporárias	Portaria	Beneficiados	Não Regressaram	%
Semana Santa/2016	008/2016-Gab_1ª-Vep*	351	47	13,39%
Dia das Mães/2016	014/2016-Gab_1ª-Vep**	349	34	9,74%
Dia dos Pais/2016	026/2016- Gab_1ª-Vep***	399	41	10,28%
Dia das Crianças/2016	034/2016- Gab_1ª-Vep****	404	34	8,42%
Natalina/2016	040/2016- Gab_1ª-Vep	510	38	7,45%

Dados extraídos do site www.tjma.jus.br e informações repassadas pela VEP.

*Na Portaria 008/2016-Gab_1ª-Vep consta a saída de 362, porém 11 detentos ficaram impossibilitados de sair em virtude de haver mandado de prisão em aberto em seus nomes.

**Na Portaria 014/2016-Gab_1ª-Vep consta a saída de 361, porém 12 detentos ficaram impossibilitados de sair em virtude de haver mandado de prisão em aberto em seus nomes.

*** Na Portaria 026/2016-Gab_1ª-Vep consta a saída de 446 presos, porém 47 detentos ficaram impossibilitados de sair em virtude de haver mandado de prisão em aberto em seus nomes.

**** Na Portaria 034/2016-Gab_1ª-Vep consta a saída de 431 presos, porém 27 detentos ficaram impossibilitados de sair em virtude de haver mandado de prisão em aberto em seus nomes. (dados extraídos do site <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/sessao/50/publicacao/414407>).

MUTIRÕES CARCERÁRIOS

O Mutirão Carcerário Permanente tem como objetivo cumprir a Resolução nº. 89/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual recomenda que sejam implantados mecanismos que permitam, com periodicidade mínima anual, a revisão da legalidade da manutenção das prisões provisórias e definitivas. Devido este relatório ser semestral permanece as mesmas informações apresentadas no relatório de Setembro/2016.

PESQUISA DE PRESOS COM MAIS DE 100 DIAS

A pesquisa de presos com mais de 100 dias tem por objetivo analisar todos os processos dos presos provisórios, com excesso de prazo do Estado do Maranhão, observando as garantias do devido processo legal.

Nº.	AÇÃO ESTRATÉGICA	DATA
1	Levantamento das informações de presos há mais de 100 dias, no Sistema Themis/ Jurisconsult, em planilha no Excel.	11/03/2016
2	Ofício para os juízes criminais das comarcas do Estado, encaminhado em conjunto pela Corregedoria e UMF, solicitando a realização de reexame do feito para manutenção, ou não, da prisão, encaminhando em anexo listagem de presos provisórios há mais de 100 dias na comarca.	22/03/2016
3	Envio de Ofício Circular, encaminhado pelo Coordenador Geral da UMF, contendo informações acerca de solicitações de tornozeleiras (Anexo)	22/03/2016
4	Confirmação via telefone, do recebimento do ofício encaminhado por e-mail e Digidoc.	23/03/2016
5	Recebimento das decisões e alimentação da planilha, conforme solicitação do ofício.	06/04/2016
6	Análise das informações sobre a regularização no Sistema Themis	18/04/2016
7	Elaboração de Relatório/ Demais ações	19 e 20/05/2016

RESUMO DA PESQUISA DOS PROCESSOS COM RÉUS PRESOS HÁ MAIS DE 100 DIAS:

A pesquisa de presos com mais de 100 dias tem por objetivo analisar todos os processos dos presos provisórios, com excesso de prazo do Estado do Maranhão, observando as garantias do devido processo legal.

POLOS	Processo	Nº Decisão/Sent	Decisão/Sent de Soltura	Decisão/Sent Prisão	Perman Preso	Audiência Designada	Sem Decisão/Sent
POLO DE BACABAL	150	52	16	36	114	18	82
POLO DE SÃO LUIS	124	37	16	21	108	36	62
POLO CHAPADINHA	170	154	40	114	130	64	22
POLO SÃO JOÃO DOS PATOS	23	09	07	02	16	02	14
POLO CAXIAS	199	89	36	53	162	14	09
POLO IMPERATRIZ	299	145	80	65	218	18	141
POLO PINHEIRO	245	119	55	64	168	32	109
TOTAL	1210	605	250	355	916	184	439

100 DIAS - 2º SEMESTRE

Fluxo de atividades

Período de realização	11 de julho a 05 de agosto de 2016.
Local	Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário
Comarcas de todo o Estado	Todas as Comarcas com processos de réus presos com mais de 100 dias dos Polos de: São Luís, Bacabal, Chapadina, São João dos Patos, Caxias, Imperatriz e Pinheiro.
Participantes	Larissa Soares, Gerson Lelis, Wendel Rodrigues, Claylson Alves, Willame Silveira, Carlos Eduardo, Carlos Vilar, Paulo Amorim, e Jaciry Diniz e Juizes.

METODOLOGIA

Nº.	AÇÃO ESTRATÉGICA	DATA
1	Levantamento das informações de presos há mais de 100 dias, no Sistema Themis/ Jurisconsult, em planilha no Excel.	06/07/2016
2	Ofício para os juizes criminais das comarcas do Estado, encaminhado em conjunto pela Corregedoria e UMF, solicitando a realização de reexame do feito para manutenção, ou não, da prisão, encaminhando em anexo listagem de presos provisórios há mais de 100 dias na comarca.	11/07/2016
3	Envio de Ofício Circular, encaminhado pelo Coordenador Geral da UMF, contendo informações acerca de solicitações de tornozeleiras (Anexo)	11/07/2016
4	Confirmação via telefone, do recebimento do ofício encaminhado por e-mail e Digidoc.	14/07/2016
5	Recebimento das decisões e alimentação da planilha, conforme solicitação do ofício.	29/07/2016
6	Análise das informações sobre a regularização no Sistema Themis	01/08/2016
7	Elaboração de Relatório/ Demais ações	04/08/2016

*Todos os ofícios serão encaminhados através de e-mail e Sistema Digidoc.

RELAÇÃO EXTRAÍDA THEMIS PG EM 30/06/2016

RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS	
Situação Presos Provisórios antes do Ofício da Reavaliação	
2124	

RESUMO DA PESQUISA DOS PROCESSOS COM RÉUS PRESOS HÁ MAIS DE 100 DIAS:

POLOS	Processo	Nº de Decisão/ Sent	Decisão/Sent de Soltura	Decisão/Sent de Prisão	Permanece Preso	Audiência Designada	Sem Decisão/ Sent
POLO DE BACABAL	218	96	31	65	158	45	49
POLO DE SÃO LUIS	618	287	88	199	470	183	64
POLO CHAPADINHA	105	24	10	14	72	23	44
POLO SÃO JOÃO DOS PATOS	31	21	3	18	25	3	0
POLO CAXIAS	206	89	22	67	150	46	56
POLO IMPERATRIZ	222	88	37	51	157	57	66
POLO PINHEIRO	162	68	32	36	102	45	40
TOTAL	1562	673	223	450	1134	402	319

A pesquisa tinha por objetivo analisar as movimentações, via Themis/Jurisconsult, dos processos a partir do envio dos ofícios às Comarcas (11/07/2016) e encerrando-se em meados do mês de agosto/2016.

Não obstante termos extraídos do sistema Themis apenas a relação de réus presos há mais de 100 dias, o que nós encontramos na realidade é que com o mutirão houve a reavaliação das prisões, resultando 223 solturas.

COMPARATIVO MUTIRÃO 2016:

MUTIRÃO	Processo	Nº de Decisão/ Sent	Decisão/Sent de Soltura	Decisão/Sent de Prisão	Permanece Preso	Audiência Designada	Sem Decisão/ Sent
1º SEMESTRE	1210	605	250	355	916	184	439
2º SEMESTRE	1562	673	223	450	1134	402	319

GRUPO DE ANÁLISE DE PRESOS PROVISÓRIOS – GAPP

RELATÓRIO GAPP REALIZADO NA BAIXADA

COMARCA	Decisões	Despacho	Solturas	Manutenção da Prisão	Sem Dec. Sem Audiência
Alcântara	9	1	1	8	2
Bacuri	23	0	3	20	0
Bequimão	9	0	0	9	0
Carutapera	29	4	9	17	5
Candido Mendes	4	0	3	1	0
Cedral	0	0	0	0	0
Cururupu	0	0	0	0	0
Governador Nunes Freire	13	0	3	10	1
Guimarães	0	0	0	0	0
Mirinzal	3	0	2	1	0
Santa Helena	0	0	0	0	0
Santa Luzia Do Paruá	13	0	1	11	6
São Bento	9	0	3	4	0
São Vicente Ferrer	29	0	0	25	0
Pinheiro 1ª Vara	0	0	0	0	0
Pinheiro 2ª Vara	27	7	15	20	2

Fonte: Relatório GAPP – Abril/2016.

OBS.: As audiências designadas foram marcadas anteriormente ao trabalho realizado pelo GAPP.

RESUMO GERAL GAPP

COMARCA	PROCESSOS ANALISADOS	LIBERDADE
Alcântara	07	01
Bacuri	12	03
Bequimão	07	0
Carutapera	26	09
Candido Mendes	04	03
Cedral	0	0
Cururupu	0	0
Governador Nunes Freire	10	03
Guimarães	0	0
Mirinzal	03	02
Santa Helena	0	0
Santa Luzia Do Paruá	11	01
São Bento	07	03
São Vicente Ferrer	16	0
Pinheiro 1ª Vara	0	0
Pinheiro 2ª Vara	37	15
TOTAL	140	40

MUTIRÃO ITAPECURU

RESUMO GERAL GAPP

COMARCA	PROCESSOS ANALISADOS	LIBERDADE
Anajatuba	06	02
Itapecuru 1ª Vara	10	0
Itapecuru 2ª Vara	34	02
Itapecuru 3ª Vara	19	04
Cantanhede	26	05
Vargem Grande	24	03
Urbano Santos	0	0
Timbiras	1	0
Buriti	0	0
TOTAL	120	16
Santa Helena	0	0
Santa Luzia Do Paruá	13	0
São Bento	9	0
São Vicente Ferrer	29	0
Pinheiro 1ª Vara	0	0
Pinheiro 2ª Vara	27	7

APAC

QUADRO EVOLUTIVO (DEZEMBRO 2015 – DEZEMBRO 2016)

Nº	APAC	dez/15	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16
1	COROATÁ	26	25	25	22	19	21	21	27	28	22	21	21	21
2	IMPERATRIZ	27	26	23	21	18	18	20	20	20	22	29	30	32
3	PEDREIRAS	95	98	97	102	109	109	104	111	112	116	122	134	135
4	SÃO LUIS	37	36	34	40	37	37	37	33	33	31	31	30	31
5	TIMON	24	20	20	17	19	19	26	28	34	39	36	44	43
6	VIANA	14	14	25	12	10	13	18	25	33	23	23	23	25
8	ITA. MIRIM						8	8	8	8	12	14	14	14
TOTAL		223	219	213	214	212	225	234	252	268	265	276	296	301

MONITORAMENTO ELETRÔNICO

QUANTITATIVO DE TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS NO ESTADO

Estado do Maranhão		
Período – Dezembro de 2016		
Modalidade de Prisão	Quant.	%
Provisória	888	74,62%
Protetiva	59	4,96%
Semiaberto	82	6,89%
Aberto	160	13,45%
Domiciliar	1	0,08%
TOTAL	1190	100%

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

São Luís – Central de Inquérito (Introdução e Provimentos CGJ nº 14/2014, 24/2014, 22/2015 e 11/2016)

As Audiências de Custódia acontecem na Central de Inquéritos de São Luís, localizado no Fórum Sarney Costa, composta pela Juíza Janaína Araújo de Carvalho (Coordenadora da Central de Inquérito), Andréa Cysne Frota, Flávio Roberto Soares e 18 servidores.

A unidade dispõe de duas salas de audiências, secretaria judicial, salas de apoio e carceragem, além do suporte da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, que é coordenada pelo Des. José de Ribamar Froz Sobrinho e supervisionado pela Corregedora Geral de Justiça, Des. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz.

Regulamentação:

- Provimentos CGJ nº 14/2014 e 24/2014 que dispõe sobre a necessidade de realização da audiência de custódia.
- Provimento CGJ nº 22/2015 que vincula o serviço de plantão judicial criminal da Comarca de São Luís ao Juízo da Central de Inquérito.
- Provimentos CGJ nº 11/2016, que regulamenta a audiência de custódia nas Comarcas com mais de 100.000 (cem mil) habitantes.
- Resolução 213 de 15 de dezembro de 2015 do CNJ, que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.

Resumo das Audiências realizadas em 2015/2016

Ano de 2015 a 2016		
Roubo	1.079	40,32%
Entorpecentes	889	33,22%
Porte de Arma	162	6,05%
Furto	165	6,17%
Homicídio	67	2,50%
Lesão Corporal	18	0,67%
Latrocínio	6	0,22%
Outros	290	10,84%
Total de audiências	2.676	

DADOS DOS PRESOS

QUANTITATIVO DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO

UNIDADES	PRESOS CONDENADOS	PRESOS PROVISÓRIOS	TOTAL	VAGAS
UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL	1.958	2.100*	4.058	2.789
UNIDADES PRISIONAIS DO INTERIOR	1.747	1.895*	3.642	2.316
APAC'S NO MARANHÃO	276	0	276**	428
DELEGACIAS	190	940*	1.130	-
TOTAL PARCIAL	4.171	4.935	9.106	-
PRESOS EM REGIME ABERTO	2.803		2.803	-
TOTAL GERAL DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO	-		11.909***	5.533

* Existem presos sentenciados sem Guias de Execução constando ainda como presos provisórios, sendo que a UMF e a Corregedoria vem regularizando essa situação com a expedição de guias por Unidades Prisionais, conforme resolução 113/2010 do CNJ;

** As 07 (sete) APACS criadas e instaladas no Estado contam com um total 265 recuperandos, no mês de Setembro, conforme informações repassadas pelas Apac's à UMF;

***Os dados deste relatório vem sendo extraídos regularmente dos Sistemas SIISP, (SEAP) e do SIGO (SSP), sendo que a última atualização de presos realizados em Unidades Prisionais e delegacias refere-se ao mês Outubro/2016. O quantitativo de presos em regime aberto foi extraído através do Sistema VEP/CNJ, apenas nas comarcas onde estas são virtualizadas, num total de 38 VEP's.

QUADRO DE PRESOS NAS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DO MARANHÃO

Unidades Prisionais	Nomes das Unidades	Vagas	Provisó-rios	Sentenciados			Total por Unidade	Excesso da Lota-ção*	Taxa de Ocupa-ção**
				Fechado	Semi-Aberto	Aberto			
Pólo São Luis	UPR SÃO LUIS 1	290	0	0	301	0	301	-11	1,04
	UPR SÃO LUIS 2	400	445	224	70	0	739	-339	1,85
	UPR SÃO LUIS 3	180	146	189	47	19	401	-221	2,23
	UPR SÃO LUIS 4	144	30	178	08	0	216	-72	1,50
	UPR SÃO LUIS 5	216	384	19	43	02	448	-232	2,07
	UPR SÃO LUIS 6	402	499	143	29	0	671	-269	1,67
	UPR FEMININA	216	133	90	69	0	292	-76	1,35
	CAAE – SÃO LUIS	60	0	0	0	119	119	-59	1,98
	UPR – ANIL	134	96	88	24	0	208	-74	1,55
	CENTRO DE TRIAGEM	96	256	04	02	01	263	-167	2,74
	UPR – OLHO DÁGUA	86	81	94	32	0	207	-121	2,41
	UPR – MONTE CASTELO	86	0	0	85	0	85	1	0,99
PENITENCIÁRIA REGIONAL DE SLZ	479	30	70	08	0	108	371	0,23	
Total do Pólo São Luis	13	2.789	2.100	1.099	718	141	4.058	-1269	1,46
	CAAE – CAXIAS	16	0	0	03	06	09	7	0,56
	UPR DE CAXIAS	82	100	72	34	01	207	-125	2,52
Comarcas	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE PINHEIRO	306	124	102	41	0	267	39	0,87
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE IMPERATRIZ	204	08	205	03	0	216	-12	1,06
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE PEDREIRAS	84	122	59	69	0	250	-166	2,98
	UPR DE AÇAILANDIA	192	178	52	49	0	279	-87	1,45
	UPR DE CHAPADINHA	114	87	64	30	0	181	-67	1,59
	UPR DE TIMON	168	198	163	116	0	477	-309	2,84
	UPR DE IMPERATRIZ	160	170	35	68	08	281	-121	1,76
	UPR DE DAVINÓPOLIS	106	42	24	30	0	96	10	0,91
	UPR DE PAÇO DO LUMIAR	40	19	27	09	0	55	-15	1,38
	UPR DE BALSAS	158	161	67	18	0	246	-88	1,56
	UPR DE SANTA INÉS	78	89	29	20	03	141	-63	1,81
	UPR DE VIANA	30	33	23	07	0	63	-33	2,10
	UPR DE ROSÁRIO	70	34	35	20	02	91	-21	1,30
	UPR DE BACABAL	82	122	11	19	0	152	-70	1,85
	UPR DE CODÓ	40	41	49	44	0	134	-94	3,35
	UPR DE CURURUPU	50	50	07	01	0	58	-8	1,16
	UPR DE COROATÁ	208	111	34	20	01	166	42	0,80
	UPR DE ITAPECURU-MIRIM	40	105	23	15	0	143	-103	3,58

	UPR DE PORTO FRANCO	40	70	13	0	0	83	-43	2,08
	UPR DE ZÉ DOCA	48	31	13	03	0	47	1	0,98
Total das Comarcas	22	2.316	1.895	1.107	619	21	3.642	-1.314	1,56
TOTAL GERAL POLO DE SÃO LUIS + COMARCAS	35 Unidades	5.105	3.995	2.206	1.337	162	7.700	-2.583	1,50

Os dados das UPR's são repassados mensalmente pela SAEP – SEAP.

* O Excesso de lotação refere-se ao quantitativo de vagas que estão sobrando ou faltando em cada Unidade Prisional

** A Taxa de Ocupação é calculada dividindo o total de presos por Unidade pelo número de vagas disponíveis naquela Unidade.

Nova Nomenclatura das UPRs: Upr São Luis 1 (Penitenciária de Pedrinhas); Upr São Luis 2 (Cadet); Upr São Luis 3 (CCPJ Pedrinhas); Upr São Luis 4 (antiga PSL1); Upr São Luis 5 (antiga PSL2); Upr São Luis 6 (CDP Pedrinhas).

QUANTITATIVOS DE PRESOS NAS DELEGACIAS DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGACIAS/REGIONAIS	Nº DE DELEGACIAS COM PRESOS POR REGIONAL	PRESOS CONDENADOS	PRESOS PROVISÓRIOS	TOTAL
1ª REGIONAL – ROSÁRIO	07 Delegacias com presos (Presidente Juscelino, Axixá-MA, Icatu-MA, Rosário-MA, Morros-MA, Humberto de Campos, Primeira Cruz)	02	33	35
2ª REGIONAL – I TAPECURU-MIRIM	04 Delegacias com presos (Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru DR, Pirapemas)	0	28	28
3ª REGIONAL – CHAPADINHA	06 Delegacias com presos (Magalhães de Almeida, Tutóia-MA, Araioses-MA, Buriti-MA, Brejo-MA, Anapurus)	11	41	52
4ª REGIONAL – CODÓ	02 Delegacias com presos (Coroatá, Codó)	03	25	28
5ª REGIONAL – PINHEIRO	11 Delegacias com presos (Alcântara, ApicuAçu, Bacuri, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Peri Mirim, Pinheiro 1º DP, Santa Helena, São Bento, Turiaçu)	19	173	192
6ª REGIONAL – VIANA	07 Delegacias com presos (Arari, MATINHA, PENALVA, São Vicente Ferrer/MA., São João Batista – MA, São Vicente Férrer/MA, Vitória do Mearim – MA)	16	122	138
7ª REGIONAL – SANTA INÊS	02 Delegacias com presos (Buriticupu, Santa Luzia)	04	30	34
8ª REGIONAL – ZÉ DOCA	12 Delegacias com presos (Amapá do Maranhão, Boa Vista Do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Centro Novo, Godofredo Viana, Junco do Maranhão, Luis Domingues, Nunes Freire, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca DR, Luis Domingues)	28	169	197
9ª REGIONAL – AÇAILANDIA	01 Delegacias com presos (Açailândia)	0	09	09
10ª REGIONAL – IMPERATRIZ	03 Delegacias com presos (Amarante, Imperatriz DR, João Lisboa)	23	26	49
11ª REGIONAL – BALSAS	02 Delegacias com presos (Loreto, Riachão)	0	21	21
12ª REGIONAL – SÃO JOÃO DOS PATOS	06 Delegacias com presos (Barão do Grajaú, Mirador, Passagem Franca, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão, Sucupira do Riachão)	28	43	71
13ª REGIONAL – PRESIDENTE DUTRA	04 Delegacias com presos (Colinas, Dom Pedro, Presidente Dutra, Tuntum)	26	63	89
14ª REGIONAL – PEDREIRAS	02 Delegacias com presos (Esperantinópolis, Lago da Pedra)	0	19	19
15ª REGIONAL – BARRA DO CORDA	03 Delegacias com presos (Arame, Barra do Corda DR, Grajaú)	13	77	90
16ª REGIONAL – BACABAL	05 Delegacias com presos (Alto Alegre do MA, Olho D'água das Cunhãs, Paulo Ramos, Vitorino Freire, DP São Mateus/MA)	12	38	50

17ª REGIONAL – CAXIAS	01 Delegacias com presos (Coelho Neto)	05	10	15
18ª REGIONAL – TIMON	03 Delegacias com presos (Matões, Parnarama, Timon)	0	13	13
Total Geral*	81	190	940	1130

- Os dados das delegacias, referente ao mês de Agosto/2016, foram repassados pela Superintendência da Polícia Civil do Interior.
- Das delegacias das comarcas do Maranhão, divididas em 18 regionais, apenas 81 possuem presos.

COMPARATIVO ENTRE PRESOS DOS PRESÍDIOS, DAS DELEGACIAS E APAC'S

Período	Presos nas Unidades Prisionais	Presos nas Delegacias	Total de presos em UP e Delegacias	Presos em prisão domiciliar	APAC'S	Total de Presos	Taxa de Ocupação	Taxa de Encarceramento
Set – 2013	4067	1564	5631			5631	1,76	82,88
Out – 2013	3821	1563	5384			5384	1,78	79,24
Nov – 2013	3882	1563	5445			5445	1,74	80,14
Dez – 2013	4009	1555	5644			5564	1,33	81,89
Jan – 2014	4478	1425	5903			5903	1,29	86,16
Fev – 2014	4605	1304	5909			5909	1,28	86,25
Mar – 2014	4683	1304	5987			5987	1,30	87,39
Abr – 2014	4541	1312	5853			5853	1,26	85,43
Mai – 2014	4974	1394	6368			6368	1,38	92,95
Jun – 2014	5118	1413	6531			6531	1,42	95,33
Jul – 2014	5190	1438	6628			8934	1,44	130,41
Ago – 2014	5242	1403	6645	2306*		8951	1,45	130,65
Set – 2014	5325	1403	6728	2306*		9034	1,48	131,87
Out – 2014	5234	1304	6538	2306*		8844	1,45	129,09
Nov – 2014	5264	1304	6568	2306*		8874	1,28	129,53
Dez – 2014	5268	1304	6572	2306*		8878	1,22	129,59
Jan – 2015	5716	1441	7157	2462**		9619	1,32	139,32
Fev – 2015	5824	1434	7258	2438**		9696	1,34	140,44
Mar – 2015	6072	1512	7584	2417**	105***	10.106	1,40	146,37
Abr – 2015	6222	1414	7636	2438**	125***	10.199	1,36	147,72
Mai – 2015	6245	1427	7672	2427**	128***	10.227	1,36	148,13
Jun – 2015	6434	1440	7871	2460**	128***	10.462	1,41	151,53
Jul – 2015	6373	1440	7813	2427**	128***	10.368	1,36	150,17
Ago – 2015	6278	1339	7617	2409**	191***	10.217	1,34	147,98
Set – 2015	6435	1352	7787	2400**	191***	10.378	1,35	150,31
Out – 2015	6555	1344	7899	2419**	202***	10.520	1,37	152,37
Nov – 2015	6522	1353	7875	2435**	213***	10.523	1,50	152,41
Dez – 2015	6604	1146	7750	2463**	223***	40.436	1,47	151,15
Jan – 2016	6827	1152	7979	2453**	218***	10.650	1,37	154,25
Fev – 2016	6956	1130	8086	2471**	213***	10.770	1,35	155,99
Mar – 2016	7205	1130	8335	2528**	214***	11.077	1,40	160,44
Abr – 2016	7238	1130	8368	2562**	212***	11.142	1,43	161,38
Mai – 2016	7394	1130	8524	2579**	217***	11.320	1,42	163,96
Jun - 2016	7478	1130	8608	2646**	217***	11.471	1,56	166,14

Jul - 2016	7488	1130	8618	2646**	252***	11.516	1,48	166,80
Ago - 2016	7580	1130	8710	2714**	269***	11.693	1,50	169,35
Set - 2016	7664	1130	8794	2755**	265***	11.814	1,50	171,17
Out - 2016	7700	1130	8830	2803**	276***	11.909	1,50	172,49

* Dados referente à prisão em regime domiciliar, encaminhados pelas comarcas à UMF no mês de julho de 2014

** Presos em regime aberto extraídos do Sistema VEP/CNJ, onde as mesmas são virtualizadas.

*** Recuperandos das 07 Apac's criadas no Maranhão.

SAÍDAS TEMPORÁRIAS / 2016

Saídas Temporárias	Portaria	Beneficiados	Não Regressaram	%
Semana Santa/2016	008/2016-Gab_1ª-Vep*	351	47	13,39%
Dia das Mães/2016	014/2016-Gab_1ª-Vep**	349	34	9,74%
Dia dos Pais/2016	026/2016- Gab_1ª-Vep***	399	41	10,28%
Dia das Crianças/2016	034/2016- Gab_1ª-Vep****	404	34	8,42%
Natalina/2016				

Dados extraídos do site www.tjma.jus.br e informações repassadas pela VEP.

*Na Portaria 008/2016-Gab_1ª-Vep consta a saída de 362 presos, porém 11 detentos ficaram impossibilitados de sair em virtude de haver mandado de prisão em aberto em seus nomes.

**Na Portaria 014/2016-Gab_1ª-Vep consta a saída de 361 presos, porém 12 detentos ficaram impossibilitados de sair em virtude de haver mandado de prisão em aberto em seus nomes.

*** Na Portaria 026/2016-Gab_1ªVep consta a saída de 446 presos, porém 47 detentos ficaram impossibilitados de sair em virtude de haver mandado de prisão em aberto em seus nomes.

**** Na Portaria 034/2016-Gab_1ªVep consta a saída de 431 presos, porém 27 detentos ficaram impossibilitados de sair em virtude de haver mandado de prisão em aberto em seus nomes. (dados extraídos do site <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/sessao/50/publicacao/414407>).

POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO MARANHÃO

	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015
População Carcerária	5.798	5.517	5.417	5.564	6.538	7.973
Número de Habitantes	6.367.138	6.367.138	6.569.683	6.794.301	6.850.884	6.904.241
População Carcerária por 100.000 habitantes (%)	91,06%	86,65%	82,45%	81,89%	95,43%	115,5%

Fonte: População do Estado – IBGE/2015 - IBGE - data de referência 1o de julho de 2015 publicadas no Diário Oficial da União em Obs. Nos anos anteriores a 2015 não eram contabilizados presos do regime aberto e recuperandos das Apac's.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A UMF possui, dentre seus principais objetivos, o de acompanhar a implantação e o funcionamento dos sistemas de informação usados na gestão eletrônica da execução penal, além dos que gerenciam o acompanhamento eletrônico das prisões provisórias.

PROJETOS EM ANDAMENTO DE CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO UNIFICAÇÃO DE SISTEMAS

Devido a execução penal necessitar de diversos agentes para sua concretização, e que cada agente possui seu sistema de informação, formando desse jeito um arquipélago com várias ilhas (sistemas) que não se comunicam.

Hoje existem vários sistemas que não conversam entre si, unificar isso numa mesma plataforma é fundamental. A unificação dos sistemas idealizada pela Unidade de Monitoramento Carcerário-UMF é necessária e trará vantagens de forma direta aos operadores da execução penal, e de forma indireta, às partes, aos advogados e demais operadores do Direito.

Um único sistema é essencial para melhorar o serviço do Poder Judiciário e dos outros órgãos agentes

envolvidos, e para evitar perda de energia em desenvolvimento de versões de sistema em paralelo.

A finalidade do projeto é informatizar os fluxos de informação desses sistemas e unificá-los em um sistema ou fazer com que os sistemas atuais se interliguem. Um portal deve ser criado para sediar a unificação dos sistemas dos órgãos envolvidos, e um modelo de gestão deve ser criado para otimizar recursos.

O objetivo principal é a interoperabilidade de informações entre os sistemas de informação disponíveis pelo Poder Judiciário, Segurança Pública Administração Penitenciária e Secretaria Adjunta da Tecnologia da Informação. Visa, também à integração dos serviços entre os Sistemas de Informação, por intermédio da tecnologia Web Service, agilizando a atividade dos Agentes de segurança pública.

A gestão integrada das informações possibilita celeridade na fase de consulta e, conseqüentemente, maior rapidez na execução de ações que estavam pendentes da referida fase, evidenciada no atual fluxo.

A proposta traz benefícios e vantagens tais como:

- Agilizar a troca de informações entre os órgãos do estado;
- Possibilitar a validação e verificação das informações colidas de diversos órgãos;
- Tornar disponível, e de modo ágil, informações mais completas, oriundas de diversas fontes de informações, hoje espalhadas nos diversos órgãos;
- Garantir a confiabilidade das informações;

Segue os resultados que são esperados:

- Compartilhamento eletrônico de informações entre os órgãos do Estado;
- Agilidade no acesso das informações existentes nos diversos sistemas existentes nos órgão do Estado;
- Integração das informações provenientes dos diversos órgãos do Estado;

A implementação deste sistema deve ser gradual e segura, para garantir sempre o acesso do usuário sem interferência nas versões que estão em produção dos sistemas de informação desses órgãos.

Assinatura do Termo de Acordo para a interoperabilidade de informações entre os sistemas do TJ-MA, MPE-MA, SSP-MA/SEGOV, SEAP-MA e DETRAN-MA, foi agendado para o dia 27/10/2016.

Segue cronograma de trabalho do Comitê de Sistema de integração de informações:

WEB SERVICES	
Responsável pela Execução	Cada órgão será responsável por desenvolver pelos seus
Ações:	Estimativa de tempo de execução
Levantamento e análise dos requisitos	45 dias (encontra-se nesta fase com reuniões quinzenais)
implementação dos serviços	80 dias
Testes e implantação	10 dias
APLICAÇÃO DE INTEGRAÇÃO	
Responsável pela Execução	SEATI
Ações:	Estimativa de tempo de execução
Levantamento e análise dos requisitos	20 dias
Definição da arquitetura e plataforma de desenvolvimento	5 dias
Protótipo não funcional do integrador	5 dias
Implementação	45 dias
Testes	5 dias
Homologação	10 dias
ESTIMATIVA DE TEMPO DE CONCLUSÃO DO PROJETO	
TOTAL DE 225 DIAS	

SITE DA UMF

A internet é o canal de divulgação que mais cresce no mundo, considerada um dos principais e mais rápidos meios de comunicação.

Devido à necessidade de maior divulgação e ampliação dos canais de comunicação em oferecer informações dos números da execução penal, projetos sociais em ação e serviços institucionais oferecidos, a sociedade em geral, servidores internos e agentes parceiros, nasceu o projeto de criação do site da UMF.

O site encontra-se hospedado e em construção sob o endereço: <http://site.tjma.jus.br/umf>.

Será disponibilizado ainda ferramentas que ajudam as rotinas administrativas das unidades jurisdicionais e operadores do direito como:

- Calculadora de Execução Penal;
- Calculadora de Pena Dias Multa;
- Calculadora de Prescrição da Pretensão Executória;
- Calculadora de Prescrição da Pretensão Punitiva;

b) Projetos de Evolução

1. SisUMF

Sistema interno usado pela UMF para gerenciamento das demandas em que é acionado pelo seu público-alvo. Com a evolução do cenário dos trabalhos da execução penal é necessário o sistema passar por constates alterações, atualmente existe um projeto de evolução no sistema em desenvolvimento no setor de informática a qual foi solicitado a implementação de 21 itens de alteração no SisUMF, cujo cronograma de modificação segue:

1.1 Resumo de Atividades do Sistema.

Segue tabela de serviços oferecidos pela Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário-UMF pelo SisUMF:

TABELA DE SERVIÇOS OFERECIDOS PELA UMF	
Informação Processual	Proc. Adm (Morte/Fuga/Tortura e Maus Tratos)
Regularização de Guia de Execução	Solicitação de acesso aos sistemas de execução penal e treinamento
Transferências de Presos	Casos de Infância e Juventude
Solicitação de Inspeção em Estabelecimentos Penais	Programa Começar de Novo (Cadastro Vagas de Trabalho)
Regularização de Guia de Internação	Programa Começar de Novo (Encaminhamentos para retirada de Documentos)
Atendimento de Saúde Mental	Programa Começar de Novo (Cadastro em Curso de Qualificação)
Denúncias/Reclamações	

Seguem o fluxo em números das demandas controladas pelo sistema, extraídos em relatórios:

a) Quantitativo Mensal de Fiscalização

ANO 2016													
MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
QUANTIDADE	155	100	158	143	153	199	98	92	192	130	208	86	1714
PORCENTAGEM	9,04%	5,83%	9,22%	8,34%	8,93%	11,61%	5,72%	5,37%	11,2%	7,58%	12,14%	5,02%	100%

Comparativo por ano

Quantitativo Mensal de Fiscalização-SisUMF			
Ano	Total	(%) de alteração ao ano anterior	Positivo/Negativo
2014	342	*****	*****
2015	458	33,92%	Positivo
2016	1714	274,24%	Positivo
Total de Demandas Processadas pelo SisUMF			2514
Atualizado até 19/12/2016 às 15:46 hs			

SAÚDE MENTAL

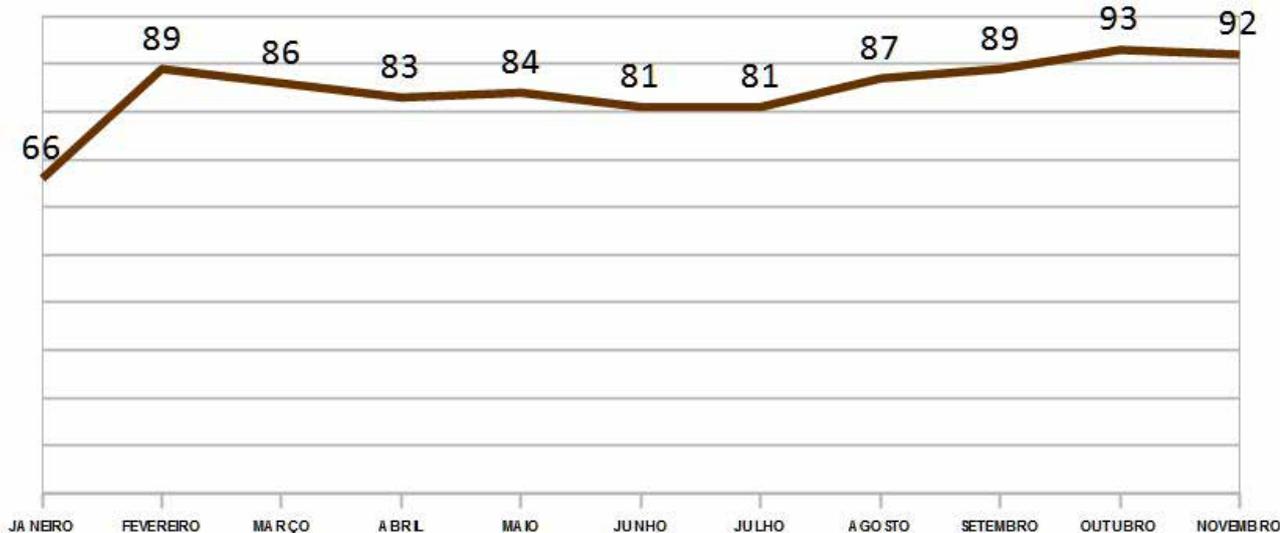
A UMF realiza desde o ano de 2013 o levantamento de dados das pessoas em conflito com a Lei, que estejam apresentando grande sofrimento psíquico, que são denominadas tecnicamente como “Portadores de Transtorno Mental”, através de inspeções junto ao Sistema Prisional, ao Hospital Nina Rodrigues, à Clínica São Francisco e à Clínica La Ravardière. A partir de 2016 estamos ampliando o universo da população pesquisada para os dispositivos da Rede de Atenção à Saúde Mental (RASM), que tenham dentre os seus usuários aquelas pessoas que estejam na condição de beneficiárias da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Prisão (PNAISP) através de tratamento ambulatorial. Para tanto, a UMF lança mão de estratégias que contemplam um trabalho interinstitucional, haja vista a proposta metodológica de trabalho em Rede.

Como trabalho de ponta, a UMF realiza o acompanhamento processual dos pacientes judiciários internados no Hospital Nina Rodrigues, fazendo análise individualizada pelo sistema JurisConsult e VEP/CNJ. A movimentação processual é acompanhada desde a internação cautelar até a execução pós encaminhamento da guia de medida de segurança. O objetivo é garantir a celeridade processual dos casos de saúde mental, bem como o cumprimento dos devidos prazos legais. São realizados contatos telefônicos diários com as comarcas e varas responsáveis, encaminhando-se, também, ofícios e e-mails de cobrança das movimentações pendentes. Mensalmente são realizadas reuniões no Hospital Nina Rodrigues do GTIPA, participando o Hospital de Custódia, Defensoria Pública, SEJAP, Equipe de Atendimento Psicossocial, Núcleo de Perícias Psiquiátricas e esta unidade de monitoramento.

Nosso principal objetivo é garantir a efetivação das diretrizes da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), expressa no Provimento 8/2014, a qual Disciplina o procedimento para a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêutico-cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis judicialmente à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, no âmbito da rede de atenção psicossocial, das clínicas, instituições e hospitais psiquiátricos vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde (SUS).

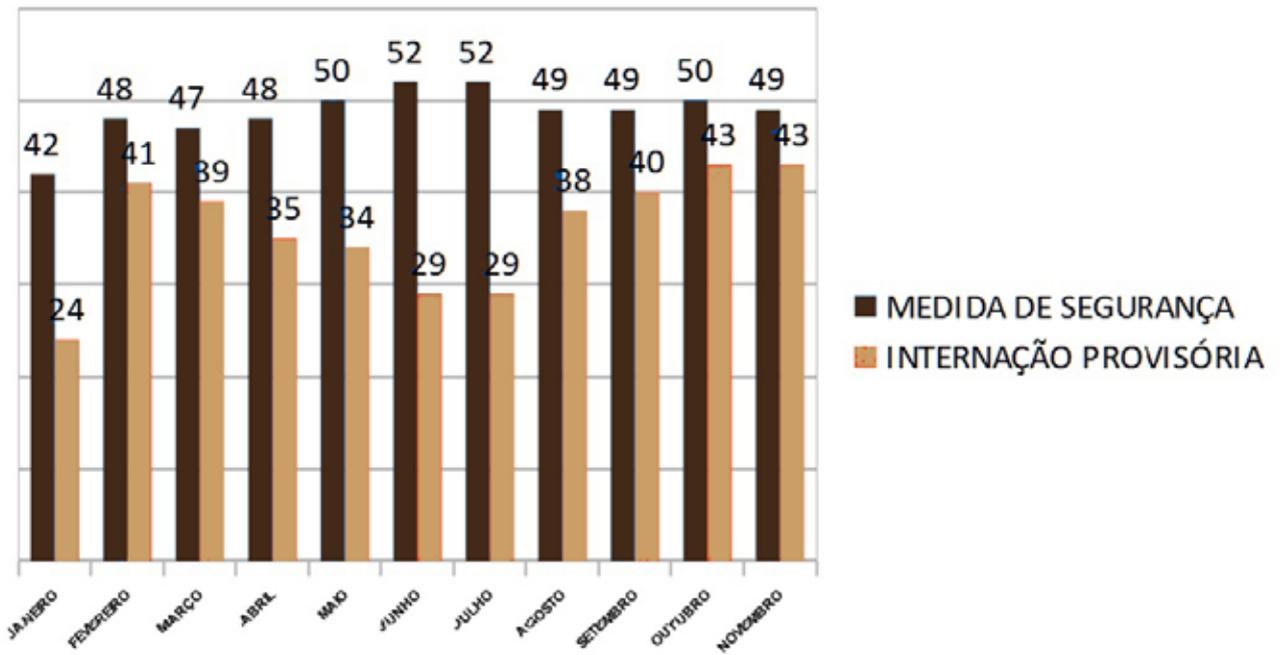
Isto posto, teremos condições concretas para implantar um programa de atenção à saúde mental para a população carcerária que esteja em situação de grande sofrimento psíquico.

QUANTITATIVO DE INTERNOS DO HOSPITAL NINA RODRIGUES

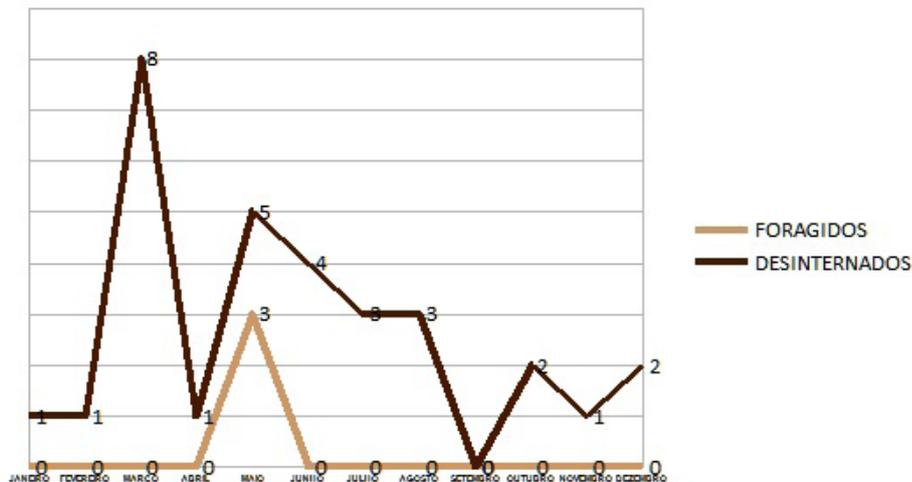


* Fonte: Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

POR SITUAÇÃO JUDICIAL



DESINTERNADOS E FORAGIDOS



COMEÇAR DE NOVO

O PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO foi lançado em 2009 pelo Conselho Nacional de Justiça, sendo executado nos Estados sob a coordenação dos Tribunais de Justiça. Objetiva à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para que forneçam postos de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário, na perspectiva de promover a cidadania e consequentemente diminuir a reincidência de crimes.

Propõe a articulação de parcerias no setor público e na iniciativa privada como ferramenta de consolidação da proposta do Programa. Neste sentido a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) através da Divisão do Programa Começar de Novo têm no seu escopo a competência de desenvolver ações que contribuam com a inserção dessa população no mercado de trabalho.

Para tanto adota 3 eixos de intervenção, que se materializam pela articulação com instituições diversas, visando facilitar o acesso à documentação civil básica e qualificação profissional, bem como a busca interlocução com o empresariado local para inserção do publico alvo do Programa no mercado de trabalho formal.

Além dessas ações estratégicas desenvolvidas pela Divisão do Programa Começar de Novo, registram-se outras ações que contribuem no processo de aprimoramento da equipe.

DESINTERNADOS E FORAGIDOS

Instituição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendimentos	13	11	22	24	42	29	31	54	26	35	45	26	358
Encaminhamentos Realizados	12	22	42	31	27	45	28	62	70	78	54	46	517
Encaminhamentos Recebidos	05	---	18	18	13	09	14	19	09	25	12	04	146
Visitas Institucionais	21	07	06	12	11	12	06	14	10	19	11	05	134
Reuniões	---	01	02	05	08	05	01	---	02	01	02	03	30
Eventos/ Palestras	---	---	02	03	03	02	01	03	03	03	--	---	20

QUANTITATIVO DE INTERNOS DO HOSPITAL NINA RODRIGUES

Documentos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez.	Total
Carteiras de Identidade	6	14	16	15	15	70	14	20	28	27	24	13	262
Carteiras de Trabalho	3	4	14	7	10	11	7	16	23	20	12	10	137
Certificados de Reservista;	1	3	12	5	6	15	6	12	10	16	10	13	109
Cadastro de Pessoa Física – CPF	7	4	17	13	16	30	52	29	23	44	49	46	330
Certidão de Nascimento	13	5	8	7	26	4	5	18	12	16	16	10	140
Certidões Negativas	6	3	4	6	6	9	7	28	16	9	31	04	129
Certidões de óbito ¹	8*	0	0	0	2*	17*	0	1*	0	0	0	---	28*
Certidões Neg. de Óbito*	0	0	0	0	0	0	0	1*	1*	0	0	---	2*
TOTAL	44	33	71	53	81	156	91	125	113	132	142	96	1.137

Esses números e os demais com * não somam na totalização do quadro, visto que, o eixo documentação trata-se de documentos acessados pelo público do Programa. As certidões de óbitos, destinam-se a compor o processo para fins de arquivamento.

INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

No período de janeiro a setembro foram assinados 02 Termos de Parceria com empresas locais: MAXTEC (Termo 01/2016) e SLEA (Termo 02/2016). A primeira Empresa disponibilizou 03 vagas e a segunda 05 vagas de trabalho, totalizando 08 pessoas inseridas no mercado de trabalho formal no período.

Os trabalhadores da MAXTEC já inseridos, são acompanhados a cada 02 (dois) meses, através de reuniões da Equipe Técnica do Programa Começar de Novo com chefia imediata da Empresa, para avaliação e intervenções quando necessárias, onde já foram realizadas duas visitas/reuniões e de acompanhamento.

Em novembro (11/11/16) foi realizada a integração dos novos admitidos na Empresa SLEA, com o treinamento presencial voltado ao tema: Programa de Compliance administrado pelo setor de Compliance da Empresa, com a participação de representante do Programa Começar de Novo nessa atividade.

Registra-se também nesse eixo, que a equipe visitou o projeto de fabricação de bloquetes instalada na Unidade Prisional de Pedrinhas – UPR 01, que oferta postos de trabalho a apenas em regime semiaberto.

